



Diamantino José Figueiredo dos Santos

## *ASSIDERE*

### A Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas de Marcelo Pakman na Avaliação Familiar da Delinquência Juvenil

Tese de doutoramento no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia,  
área de especialização em Psicologia Clínica - área temática: Psicologia da Família e Intervenção Familiar,  
orientada pela Professora Doutora Isabel Maria Marques Alberto e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Agosto 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Diamantino José Figueiredo dos Santos

## *ASSIDERE*

A Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas de Marcelo Pakman  
na Avaliação Familiar da Delinquência Juvenil

Psicologia Clínica

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2017

Tese orientada pela Professora Doutora Isabel Maria Marques Alberto,  
no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia, área de  
especialização em Psicologia Clínica - área temática: Psicologia da  
Família e Intervenção Familiar, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa



---

## Agradecimentos

---

Bateson (1972) refere em *Steps to an Ecology of Mind* que “All that is not information, not redundancy, not form and not restraints — is noise, the only possible source of new patterns” (p. 416), frase que salientando a importância da diferença no contexto ecológico, nos remete para uma questão básica em ciência: será a ciência apenas o que se insere dentro dos padrões discursivos dominantes? Podemos pensar fora dos limites dos discursos reificados que a determinam num tempo próprio? Poderemos, enquanto aprendizes, cientistas e interventores, ouvir outros ruídos e outras vozes? O que é uma ciência que faz com que existam leituras reificadas de padrões que assumimos como verdadeiros? Onde está o questionamento e o diálogo fundamental entre leituras da realidade? Poderemos fazer ruído?

Embora estas sejam desde muito cedo questões que coloquei a mim próprio, o seu reavivar decorreu aquando do desenvolvimento destes trabalhos. Se por um lado a exposição do nosso trabalho levantou questões tão essenciais como “para que é que isto serve?”, tive também o prazer de ouvir e aprender que afinal era possível e para isso foram fundamentais as pessoas que constituem o microcosmos da minha existência, me alimentaram a coragem, me incentivaram a pensar e fazer, ensinando-me que afinal pode ser possível, como o fizeram a minha orientadora, o grupo docente e os colegas deste curso de doutoramento em psicologia clínica. Existirão certamente mais pessoas assim, mas nesta viagem são estas as que saliento e a quem agradeço profundamente.

Em primeiro lugar, a minha orientadora, Professora Doutora Isabel Alberto, que me soube acicar e refrear, acarinhar e exigir, estimular a descoberta e me desconstruir, que teve a paciência de acompanhar o meu percurso e lembrar-me sempre que para além do ruído também existem padrões relevantes, que o rigor e a perseverança são tão fundamentais como as ideias. Muito Obrigado.

As Professoras Doutoradas Ana Paula Relvas e Madalena Alarcão, por constituírem para mim modelos e referências incontornáveis na psicologia, pessoas de quem me vou sentir sempre um aprendiz e quem vou escutar sempre de forma muito atenta, o meu muito obrigado. Agradeço ao Dr. Marcelo Pakman, pela inteligência e perspicácia clínica na construção do seu programa de intervenção, pela boa vontade em permitir a utilização do seu programa como base e ponto de partida para este trabalho, sem qualquer outro interesse que não fosse “if you think it can be usefull...”. Num mundo onde os interesses económicos parecem sobrepor-se à própria vida, o Dr. Marcelo Pakman constituiu um oásis onde me foi permitido refrescar ideias e pensar num caminho sempre melhor. Um grande abraço e um muito obrigado.

Ao corpo docente do Programa Inter-universitario em Psicologia Clínica - Psicologia da Família e Intervenção Familiar, agradeço pelas aprendizagens, por me fazerem reconhecer com carinho como era imenso o que tinha para aprender e como conseguiram que isso me desse um imenso prazer.

À Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, respectivos centros educativos e colegas, que colaboraram na recolha dos dados, facilitaram e permitiram a disponibilização da amostra: Centro Educativo dos Olivais, Centro Educativo de Santo António, Centro Educativo Navarro de Paiva, Centro Educativo Padre António de Oliveira e Centro Educativo da Bela Vista. O meu muito obrigado.

A todas as famílias participantes neste estudo, para quem constituímos mais um desafio para além dos múltiplos que têm que enfrentar. Nunca lhes conseguirei transmitir o quanto senti o privilégio por me terem deixado aceder às suas vidas.

Aos colegas do curso de doutoramento, mas em especial à Alda, à Luciana, ao Luís e à Dora, pelas viagens de automóvel até Lisboa, em que a troca de ideias me manteve a chama acesa e a vontade de continuar. Um pomar de abraços para eles.

Aos meus pais: à minha mãe pelo afecto e apoio incondicional e ao meu pai pelo valor que me fez dar ao esforço e ao rigor. Às minhas irmãs, pela forma como sempre demonstraram o afecto e apoio inesgotáveis.

Por fim, o agradecimento mais importante: à minha esposa Ana Paula, ao meu Guilherme e à minha Maria, simplesmente por tudo. O que aprendi e cada letra desta dissertação têm impressos o quanto dão sentido à minha vida.

---

## Declaração

---

De acordo com o artigo 17 do Regulamento do Programa Inter-universitário de Doutoramento em Psicologia (Psicologia da Família e Intervenção Familiar), área de especialização em Psicologia clínica, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa (19 de setembro de 2008). Esta dissertação engloba artigos científicos submetidos para publicação em revistas nacionais e internacionais indexadas. O autor declara que foi responsável pela recolha de dados, análise e interpretação dos resultados, assim como pela redação, submissão e revisão dos manuscritos dos artigos enviados para publicação.

Diamantino José Figueiredo dos Santos  
Coimbra, agosto de 2017

## **Resumo**

A avaliação dos adolescentes com comportamento delinquente tem-se centrado na procura de identificar as fragilidades individuais. No entanto, a literatura destaca a conjugação de múltiplos fatores internos e externos ao adolescente na génese dos percursos delinquentes. Entre estes, a família merece um especial destaque, embora não exista nenhum instrumento especificamente dedicado à avaliação dos fatores de risco e de proteção do contexto familiar destes adolescentes.

Procurando desenvolver recursos para a avaliação familiar na delinquência juvenil foi realizado um estudo transversal de métodos mistos, com uma orientação sistémica e construcionista, baseado na entrevista do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (PIRRFM). Estabeleceram-se como objetivos: a) identificar as descrições dos progenitores e adolescentes com comportamento delinquente sobre os parâmetros da entrevista do PIRRFM; b) identificar as descrições dos profissionais acerca dos adolescentes com comportamento delinquente e respetivos progenitores nos parâmetros desta entrevista; c) analisar o contributo desta entrevista como recurso de avaliação familiar em contexto tutelar educativo.

Considerando o objetivo a) desenvolveu-se um estudo qualitativo, com a administração da entrevista do PIRRFM a uma amostra de conveniência de 52 adolescentes do sexo masculino institucionalizados em centros educativos e respetivos 52 progenitores. Da análise de conteúdo identificaram-se as semelhanças e diferenças de perspetivas entre os adolescentes e os seus progenitores, as fragilidades e também algumas competências para encontrar soluções para as dificuldades que identificaram.

Relativamente ao objetivo b) organizaram-se três grupos focais heterogéneos com um total de 12 profissionais da área tutelar educativa para analisar a entrevista do PIRRFM. Estes expressam uma perspetiva centrada nas fragilidades das famílias, realçando ainda a necessidade de a entrevista conter um parâmetro sobre as relações familiares.

Considerando o objetivo c), realizou-se um segundo momento com os mesmos grupos focais para avaliar a informação recolhida após a administração da entrevista aos

adolescentes e progenitores. A análise de conteúdo destaca o reconhecimento do contributo da entrevista do PIRRFM na recolha de informação sobre o contexto familiar destes adolescentes.

Decorrente destes resultados estabeleceu-se um quarto objetivo: d) desenvolver um instrumento para a avaliação do risco familiar para adolescentes com comportamento delinvente. A versão preliminar da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF) foi administrada a uma amostra de conveniência de 130 adolescentes do sexo masculino, internados em centros educativos e aos respetivos progenitores. A EEARF baseia-se no *Julgamento Profissional Estruturado*, utiliza uma escala de tipo *Likert* de avaliação dos fatores de risco familiares e uma escala dicotómica para os fatores de proteção. A EEARF demonstrou para os fatores de risco *educação, emprego, habitação/transporte, problemas legais, dissonância social/étnica, pobreza, rede social, segurança social e parentalidade* um coeficiente de consistência interna de  $\alpha = .75$  e,  $\alpha = .79$  para os fatores de proteção *elevada persistência de disciplina, envolvimento em atividades familiares, história de baixo nível de punição física e baixo stress parental*. A Análise Fatorial Exploratória dos fatores de risco identifica uma estrutura com dois fatores, a) *socioeconómico* (educação, emprego, habitação/transporte, dissonância social/étnica, pobreza, segurança social); e b) *conformidade social* (problemas legais, rede social, parentalidade). A consistência estrutural do fator conformidade social revelou valores inaceitáveis ( $\alpha = .47$ ), pelo que se considera que a EEARF tem uma estrutura unificada.

A validade concorrente foi analisada com recurso ao Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI), salientando-se o coeficiente de correlação forte entre o parâmetro parentalidade da EEARF e o fator *contexto familiar* do YLS/CMI ( $r = .61$ ). Os fatores de proteção da EEARF apresentam coeficientes de correlação com os fatores de risco do YLS/CMI entre a ausência de relação e uma correlação negativa moderada ( $r = -.40$ ).

O acordo interavaliadores com três profissionais independentes revelou coeficientes de correlação entre  $r = .50$  e  $r = .98$  para os fatores de risco e,  $r = .42$  a  $r = .84$  para os fatores de proteção, traduzindo um adequado nível de acordo.

A capacidade discriminante analisada através da Curva de ROC revela um elevado poder de precisão no resultado total da EEARF relativamente ao fator contexto familiar (AUC = .93) e aceitável para o *total de risco* (AUC = .77), do YLS/CMI.

O Modelo de Equações Estruturais Partial Least Squares - Path Modeling indica que o valor total da EEARF apresenta um baixo nível de determinação dos *big four* do YLS/CMI, mas um elevado nível de determinação dos *moderate four*, nos quais se inclui o contexto familiar.

Para avaliar a EEARF na prática clínica, realizou-se um estudo exploratório com 16 adolescentes em centro educativo e respetivos progenitores (n = 8 com aplicação do PIRRFM - grupo experimental; n = 8 sem o PIRRFM - grupo de controlo), avaliadas em pré e pós-teste com a EEARF e o YLS/CMI. Os resultados revelam que a EEARF avalia as fragilidades e potencialidades em múltiplas dimensões da vida familiar destes adolescentes e a convergência de resultados com o contexto familiar do YLS/CMI.

A EEARF constitui um recurso na avaliação familiar de adolescentes com medidas de internamento, permitindo uma análise integradora, relacional e estruturante do risco familiar neste período desenvolvimental e do ciclo vital.

**Palavras-chave:** delinquência; fatores de risco; fatores de proteção; contexto familiar; adolescência.

## **Abstract**

The adolescent delinquent behavior assessment has been focusing on the search to identify individual fragilities. However, the literature highlights the link between multiple internal and external factors of the adolescent in the origin of delinquency paths. Between these factors, it has been given special relevance to family, although there are not any assessment tools specifically designed to assess risk and protective factors of the familial context of these adolescents.

To develop resources to assess the family context, a cross-sectional study with mixed methods was made, with a systemic and constructionist theoretical matrix and based on the interview of the Risk Reduction Integrated Program for Multiproblematic Families (RRIPMF). It was established as main goals: a) to identify parents and delinquent adolescents' descriptions about the interview parameters; b) to identify the practitioners' descriptions about the delinquent adolescents and their parents in the parameters of this interview; c) to analyse this interview's contribution as a resource to assess the familial context in forensic juvenile framework.

Considering a), it was developed a qualitative study where the RRIPMF interview was administrated to a convenience sample of 52 detained male adolescents and their parents. There were found some similarities and differences about the individuals' perspectives and their parents' perspectives, fragilities and some skills to find solutions for the identified obstacles.

Taking b) into account, three heterogeneous focus groups with 12 practitioners from the juvenile legal system gathered to analyse the RRIPMF interview. These practitioners presented a perspective which highlight family fragilities, but also emphasize the need to create a new parameter about family relationships.

Regarding c), the same focus groups assessed the information collected with the RRIPMF interview on both adolescents and their parents. This analysis underlines the acknowledgment of the contribution of this interview as a relevant data collector on the familial context of this adolescents.

Due to this results it was established a fourth main goal: (d) to develop a family risk assessment tool for adolescents with delinquent behavior. The preliminary version of the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR) was administered to a convenience sample of 130 male adolescents, complying a sentence in juvenile detention facilities, and their parents. SIFAR is based on *Structured Professional Judgement*, using a Likert like scale to assess family risk factors and a dichotomous scale to assess protective factors. This interview showed for risk factors like *education, employment, housing/transportation, legal problems, social/ethnic dissonance, poverty, social net, social security* and *parenting* an internal consistency coefficient of  $\alpha = .75$  and,  $\alpha = .79$  for protective factors like *high persistence of discipline, involvement in family activities, low punishment level history* and *low parental stress*. The Exploratory Factor Analysis of risk factors identifies a two-factor structure, a) *socioeconomic* (education, employment, housing/transportation, social/ethnic dissonance, poverty, social security); and b) *social conformity* (legal problems, social net, parenting). The internal consistency of the social conformity factor revealed unacceptable values ( $\alpha = .47$ ), reason why SIFAR should be considered to have a unified structure.

The concurrent validity study was carried out using Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI), emphasizing the strong correlation coefficient between the parenting parameter of SIFAR and the *familial context* of YLS/CMI ( $r = .61$ ). SIFAR protective factors present correlation coefficients with YLS/CMI risk factors between no relation and a moderate negative correlation ( $r = -.40$ ).

The inter-rater agreement with three independent practitioners showed correlation coefficients between  $r = .50$  and  $r = .98$ , revealing an adequate level of agreement for the risk factors and  $r = .42$  to  $r = .84$  for protective factors.

The discriminative capacity analyzed through ROC's Curve shows that the total result of SIFAR presents an exceptional accuracy power regarding to the familial context risk factor of YLS/CMI (AUC = .93) and an acceptable accuracy for the *total risk value* of YLS/CMI (AUC = .77).

The Structural Equations Model Partial Least Squares - Path Modeling indicates that the total value of SIFAR presents a low determination level for the *big four* of YLS/CMI, but a high level of determination for the *moderate four*, in which the familial context is included.

To assess SIFAR in clinical practice, it was made an exploratory study with 16 adolescents complying a sentence in a juvenile detention facility and their parents ( $n = 8$  with

application of RRIPMF - experimental group; n = 8 without RRIPMF - control group), assessed in pre- and post-test with SIFAR and YLS/CMI. The results show that SIFAR assesses fragilities and resources in multiple dimensions of the adolescents' familial life and the converging results with the familial context of YLS/CMI.

Thus, SIFAR composes a resource to assess the family context of adolescents in detention, allowing an integrative, relational and structured analysis of family risk in this developmental period of their life cycle.

**Keywords:** delinquency; risk factors; protective factors; familial context; adolescence.

---

## Índice Geral

---

<b>Introdução</b>	1
Onde ficas Celavisa?	2
Enquadramento conceptual	3
Comportamento delinquente: conceitos	3
Modelos de análise do comportamento delinquente	5
A avaliação do risco criminal	7
Do individual ao sujeito contextualizado	8
Enquadramento metodológico	12
Desenho da investigação	15
Estrutura da dissertação	20
<b>Capítulo I</b>	22
Delinquência juvenil: Redução do risco familiar	23
Resumo	23
Abstract	24
Introdução	25
Perspetivas sobre o comportamento delinquente	25
Família e comportamento antissocial juvenil: a coconstrução da delinquência	29
Marcelo Pakman e a coconstrução da avaliação/intervenção familiar	31
Parâmetros do programa	31
Programa de Redução de Riscos	32
Conclusão	35

<b>Capítulo II</b>	37
Família e delinquência juvenil: Práticas discursivas e singularidades. Um estudo exploratório com cuidadores de adolescentes delinquentes	38
Resumo	38
Abstract	39
Introdução	40
Família e delinquência	40
Metodologia	43
Amostra	43
Instrumento	44
Procedimentos	44
Estudos de validação	45
Resultados	46
Dificuldades e vulnerabilidades familiares	46
Competências/recursos identificados	53
Conclusão	56
Avaliação do contexto familiar por adolescentes delinquentes. Contributo da Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas	59
Resumo	59
Abstract	60
Introdução	61
Delinquência juvenil: Do individual ao sujeito contextualizado	61
Metodologia	64
Amostra	64
Instrumento	65
Procedimentos	66
Estudos de validação	67
Resultados	67
Dificuldades e vulnerabilidades identificadas	67
Competências/recursos identificados	75
Discussão dos resultados	77
Conclusão	80

<b>Capítulo III</b>	82
Developing a family risk assessment tool in adolescent offenders. An exploratory study	83
Resumo	83
Abstract	84
Introduction	85
Methods	87
Sample	87
Instrument	90
Procedures	93
Results	94
Discussion	99
Conclusion	102
The Structured Interview of Family Assessment Risk: Convergent validity, inter-rater reliability and structural relations	104
Resumo	104
Abstract	105
Introduction	106
Methods	108
Sample	108
Procedures	109
Instruments	109
Statistical analysis	110
Results	111
Discussion	119
Conclusion	122
The Structured Interview of Family Assessment Risk in clinical use: A study with parents of juvenile offenders in detention	124
Resumo	124
Abstract	135
Introduction	126
Methods	128

Sample	129
Experimental and control groups	130
Statistics	130
Intervention program	131
Instruments	131
Results	132
Discussion	139
Conclusion	141
<b>Capítulo IV</b>	143
Síntese conclusiva e considerações finais	147
Fase Qual: os estudos qualitativos	147
Primeiro grupo focal: a utilidade da entrevista	148
Progenitores: descrições, fragilidades e potencialidades	149
Adolescentes: descrições, fragilidades e potencialidades	151
Segundo grupo focal: mapa e território	153
Fase quan: os estudos quantitativos	154
Estudos de validação da EEARF	157
Fatores de risco familiares	157
Fatores de proteção familiares	158
Validade de construto	160
Validade convergente	161
Capacidade discriminante	162
EEARF: relações estruturais	162
Estudo clínico com a EEARF	164
Integração dos resultados Qual + quan	164
Limitações do estudo e futuras direções	167
<b>Referências bibliográficas</b>	170

---

## Apêndices

---

**Apêndice A:** Consentimento Informado relativo aos progenitores/cuidadores e adolescentes;

**Apêndice B:** Consentimento Informado relativo à investigação clínica com a EEARF;

**Apêndice C:** A entrevista estruturada do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (Pakman, 2007);

**Apêndice D:** A Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar – Delinquência juvenil (versão progenitores/cuidadores);

**Apêndice E:** Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar – Delinquência juvenil (versão adolescentes);

**Apêndice F:** O Espaço de Trabalho – folha de registo e análise da cotação.

---

## Índice de Tabelas

---

<b>Tabela 1.</b> Áreas e parâmetros da entrevista após aplicação da Análise Fatorial Exploratória. Método de extração dos fatores: análise de componentes principais; rotação Varimax com normalização Kaiser; ( $N = 104$ )	45
<b>Tabela 2.</b> Caracterização da amostra de adolescentes	65
<b>Tabela 3.</b> Áreas e parâmetros da entrevista após aplicação da Análise Fatorial Exploratória. Método de extração dos fatores: análise de componentes principais; rotação Varimax com normalização Kaiser; ( $N = 104$ )	67
<b>Tabela 4.</b> Descriptives of socio-demographic and criminal practice of the adolescents ( $N = 130$ )	89
<b>Tabela 5.</b> Descriptives of socio-demographic and criminal practice of the parents ( $N = 130$ )	90
<b>Tabela 6.</b> SIFAR risk items ( $N = 130$ )	95
<b>Tabela 7.</b> SIFAR protective items ( $N = 130$ )	95
<b>Tabela 8.</b> Cronbach's alpha of risk and protective items	96
<b>Tabela 9.</b> Correlation matrix of SIFAR risk items (Pearson $r$ , 1-tailed, $N = 130$ )	96
<b>Tabela 10.</b> Correlation matrix of SIFAR protective items (Pearson $r$ , 2-tailed, $N = 130$ )	97
<b>Tabela 11.</b> Correlation between SIFAR protective and risk items (Pearson $r$ , 2-tailed, $N = 130$ )	98
<b>Tabela 12.</b> SIFAR Exploratory Factor Analysis item loadings	99
<b>Tabela 13.</b> Inter-rater reliability by Intra-class Correlation Coefficient ( $n = 26$ )	112
<b>Tabela 14.</b> Correlation matrix between SIFAR and YLS/CMI (Pearson $r$ , 2-tailed, $N = 130$ )	113
<b>Tabela 15.</b> External Validity <i>Var (v)</i>	115

<b>Tabela 16.</b> Standartized estimates of weights and its corresponding standard error and <i>t</i> -statistics	115
<b>Tabela 17.</b> Standartized path coefficient estimates and its corresponding standard error and <i>t</i> -statistics	117
<b>Tabela 18.</b> Effect sizes ( $f^2$ ) of predictor latent variables	118
<b>Tabela 19.</b> Prediction relevance based on construct cross-validated redundancy	119
<b>Tabela 20.</b> Analysis of social, demographic and criminal variables between EG and CG ( $\chi^2$ , Monte Carlo Simulation, $N = 16$ , $\alpha = .01$ )	133
<b>Tabela 21.</b> Analysis of risk for EG and CG in pre-test, YLS/CMI and SIFAR (Wilcoxon-Mann-Whitney, 2-tailed, $\alpha = .05$ )	134
<b>Tabela 22.</b> Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR for EG ans CG on post-test. Independent samples (Wilcoxon-Mann-Whitney, 1-tailed, $\alpha = .05$ )	136
<b>Tabela 23.</b> Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR for EG for pre- and post-test. Paired samples (Wilcoxon-Mann-Whitney, 1-tailed, $\alpha = .05$ )	137
<b>Tabela 24.</b> Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR of CG for pre- and post-test. Paired samples (Wilcoxon-Mann-Whitney, 1-tailed, $\alpha = .05$ )	138

---

## Índice de Figuras

---

<b>Figura 1.</b> Fases e tarefas de investigação	16
<b>Figura 2.</b> Mapa conceptual do estudo	18
<b>Figura 3.</b> Diagrama do Modelo de Equações Estruturais com o Partial Least Squares – Path Modeling, testado com a EEARF e a YLS/CMI	117

---

## INTRODUÇÃO

---

## **Onde ficam Celavisa?**

As investigações também têm uma história. Sendo o ser humano um narrador que constrói ativamente os significados da sua existência na interação com os outros (Gonçalves & Gonçalves, 2001; Gergen & Warhuus, 2001), a história por detrás da ação do investigador constitui um espaço semântico que, na maior parte das vezes, fica alheado dos modelos, dos métodos e dos resultados. No entanto, no âmbito das muitas histórias das quais somos personagens voluntários ou inesperados, existem aquelas que nos marcam, constituindo metáforas poderosas que contribuem para nos ajudar a (re)significar e a olhar com outros olhos uma determinada realidade.

Daqui a necessidade de se partilhar esta história verídica. Durante a realização da primeira entrevista a um adolescente para avaliação sobre a personalidade, procurando estar atento às questões relacionais e à condição psicológica do jovem, esqueci-me do nome da sua terra de origem e, a determinada altura, voltei a questioná-lo acerca deste facto. Quando lhe pergunto pela segunda vez, o jovem responde abanando a cabeça indignado: “dôtores, dôtores... estudam tanto e nem sabem onde fica Celavisa!”.

A declaração do jovem acerca da ignorância do entrevistador foi ativadora de múltiplas reflexões em mim. Traduzindo em parte a rejeição por esta intervenção, que não compreendia nem aceitava, salientou-nos a importância de o compreendermos enquanto sujeito contextualizado. No âmbito da relação dialógica estabelecida, este jovem metacomunica acerca da legitimidade do nosso conhecimento; questiona-nos acerca de quem somos nós, aqueles que o querem conhecer e (quem sabe?) mudar, mas desconhecem o mundo contextual/relacional onde se configuraram os significados da sua existência. O que este jovem partilha obriga-nos a questionar como será possível atenuar a distância que se encontra entre o que é relevante na avaliação para o interventor e o que será importante para o jovem na avaliação que faz das suas fragilidades, potencialidades e necessidades. Poder-se-á conhecer realmente alguém sem o incluir nos seus contextos? Poder-se-á conhecer alguém sem que ao participante faça sentido pertencer ao metanível que avaliador e avaliado constituem? Será possível conhecer apenas a partir dos mapas que guiam os profissionais, ou corre-se o risco de confundir o mapa com o território (Korzybski, 1933, *como citado em* Bateson, 1987)?

Estas questões conduziram-nos para a pesquisa de abordagens da delinquência juvenil que colocam em relevo os contextos significativos e, em especial, as dinâmicas familiares

específicas, diferenciadoras, mas também integradoras, quer da etiologia quer do desenvolvimento desta problemática. A relevância que os estudos colocam na multidimensionalidade da delinquência, nomeadamente os trabalhos de Andrews e Bonta (2010), Farrington (2004), Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, e White (2008), Rutter (2004), indica que a complexidade poderá ser o macroconceito (Morin, 2004) central na análise e compreensão do fenómeno deliquencial. A delinquência juvenil é uma problemática complexa e multideterminada (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004) o que conduz à necessidade de se ultrapassar os reducionismos de cada modelo explicativo subjacente à avaliação e compreensão deste ou de qualquer outro fenómeno (Bateson, 1987; Case & Haines, 2009; Morin, 2004).

Antes de se avançar para o enquadramento conceptual desta dissertação é importante esclarecer dois aspetos: a) o primeiro refere-se à utilização do termo *problemas/dificuldades* e que decorre do facto de se ter questionado o autor, Marcelo Pakman, acerca da adoção do termo *desafios* em vez de *problemas/dificuldades* nos trabalhos com as famílias, ao que nos responde: *I think that changing the name of the problem, doesn't change the problem*. Neste sentido, por coerência e respeitando a perspetiva do autor do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (PIRRFM; Pakman, 2007), que constitui a base desta dissertação, manter-se-á ao longo desta o termo *dificuldades/problemas*; b) o segundo esclarecimento, refere-se à utilização da designação *adolescentes com comportamento delinquente* ao invés de *delinquente*, o qual resulta da necessidade de nos afastarmos de uma “rotulação” de características sociais depreciativas e, nos centrarmos sobretudo no sentido multicausal e recursivo entre as fragilidades e os recursos destes adolescentes, em sintonia com a matriz sistémica e construcionista subjacente a este estudo.

## **Enquadramento Conceptual**

### **Comportamento delinquente: conceitos**

Definir o comportamento criminal é difícil considerando as diferenças culturais e as dinâmicas sociais que lhe estão subjacentes, verificável por exemplo nas diferenças entre os países ocidentais no que respeita à idade mínima de imputabilidade criminal, na tipologia criminal ou na diferenciação penal dos crimes (McGuire, 2004). Clarificando o conceito, McGuire (2004) define crime como o(s) acto(s) ou comportamentos de um indivíduo que

entram em conflito com as leis. Desta forma, a noção de crime remete para um comportamento e o momento temporal em que na lei esse comportamento é categorizado como crime, uma vez que é o contexto sócio-histórico que determina o que é e o que não é crime e a sua gravidade (McGuire, 2004; Negreiros, 2001).

Numa perspetiva sociológica, Clinard e Meier (2008) preferem não falar de crime mas de desvio. Saliendam a existência de duas perspetivas antagónicas acerca do conceito de desvio: a) a perspetiva *reativista* ou *relativista*, que coloca em questão a existência de leis uma vez que estas não são universais e estão dependentes da perspetiva do sujeito (para umas pessoas o que é desvio/crime, para outras não é); e b) a perspetiva *normativa*, que refere o desvio como a violação de uma norma e que determina a aplicação de sanções. As normas e as leis constituem assim propriedades sociais que funcionam como guiões e processos de avaliação sociológicos, que regulam as sociedades. Se, perante a perspetiva relativista, nada é crime e tudo pode ser crime, dependendo da perspetiva individual, a perspetiva normativa aproxima-se mais do que nas sociedades ocidentais se configura como crime: comportamento(s) em conflito com as leis existentes num determinado contexto social e cultural.

Sendo múltiplas as conceptualizações acerca do que é o crime, também o conceito de delinquência apresenta diversas descrições. Negreiros (2001) traz alguma clarificação estabelecendo uma diferenciação entre *comportamento antissocial*, *perturbação do comportamento* e *delinquência*. *Comportamento antissocial* refere-se a uma diversidade de comportamentos que se prendem com a violação das normas e das expectativas socialmente estabelecidas. A *Perturbação do Comportamento* consiste numa definição psiquiátrica que caracteriza um padrão de funcionamento pessoal antissocial e de oposição com início precoce e significado clínico, que se repercute nos diversos domínios da vida do sujeito e com pelo menos um ano de evolução. O conceito de *delinquência* reporta-se a duas condições simultâneas: a) ao comportamento antissocial que pode ser objeto de uma sanção penal e b) à idade do jovem, que deve ser prévia à idade de responsabilidade criminal. De acordo com estas definições, todo o comportamento delinvente é um comportamento antissocial, mas nem todo o comportamento delinvente constitui uma perturbação de comportamento.

Em Portugal, o comportamento delinvente consiste na prática de um facto qualificado pela lei como crime por um adolescente entre os 12 e os 16 anos de idade, tal como definido na Lei Tutelar Educativa (LTE; Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, atualizada em 15 de janeiro de 2015). A prática de um facto tipificado como crime por um adolescente legitima um processo de avaliação e intervenção, uma vez que é conceptualizado como tradutor de

sintomas no seu funcionamento pessoal e interpessoal, que necessitam de ser “corrigidos”. Esta perspetiva reificada do défice individual contrasta com a pesquisa que remete para a multidimensionalidade de fatores individuais, familiares, contextuais, sociais e culturais que, interagindo entre si, conduzem ao comportamento delincente juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Farrington, 2004; Lemos, 2007; Loeber et al., 2008; Wasserman, Keenan, Tremblay, Coie, Herrenkohl, Loeber, & Petechuck, 2004).

### **Modelos de análise do comportamento delincente**

Existe um vasto conjunto de estudos acerca dos adolescentes com comportamento delincente, caracterizados por epistemologias e modelos próprios, cobrindo um espectro que percorre a macro análise, que se debruça sobre os aspetos sociais, até à microanálise que se foca nos fatores individuais (Case & Haines, 2009; McGuire, 2004). Realizando uma detalhada organização categorial destes estudos com base nos níveis de descrição dos modelos explicativos do comportamento delincente adolescente, McGuire (2004) categoriza-os recorrendo à metáfora de um microscópio, partindo da análise de modelos macroscópicos e sociológicos até aos modelos de explicação etiológica individual, como se usasse a graduação das lentes.

A um nível macroscópico McGuire (2004) destaca os modelos explicativos de cariz sociológico que se centram na compreensão do comportamento antissocial como um fenómeno social natural, decorrente dos conflitos inerentes ao facto dos seres humanos serem competitivos entre si. Nestes modelos, o comportamento antissocial constitui a expressão das tensões sociais resultantes da competição entre as pessoas, pelo que os conflitos, inevitáveis e naturais, conduzirão naturalmente a comportamentos antissociais.

Num segundo nível, McGuire (2004) coloca os estudos com um foco comunitário, os quais realçam as diferenças socioeconómicas como determinantes das diferenças sociogeográficas no comportamento criminal. Este nível analisa a distribuição geográfica dos comportamentos antissociais, atribuindo especial atenção à sua maior prevalência nos bairros socioeconomicamente carenciados. Este contexto de maior carência económica proporcionará uma maior probabilidade de a socialização dos adolescentes decorrer em contextos desviantes, tal como salientam os modelos de Thornberry e Krohn (2004) e de Carrol, Houghton, Hattie, e Durkin (2004).

Um terceiro nível de análise, que McGuire (2004) designa como o nível dos *grupos sociais próximos*, procura compreender a influência da socialização através da família, escola e pares. Neste modelo, os adolescentes que experienciem dificuldades nos contextos socializadores fundamentais como a família e a escola, procuram pares para a afiliação interpessoal com idênticas características. A existência de contextos relacionais paritários problemáticos para o adolescente constitui uma subcultura específica, potenciada pelas dificuldades familiares e académicas, favorecendo um discurso partilhado favorável ao comportamento delinvente (Farrington, 2004; IJzendoorn, 2002; Martin et al., 2009).

Num quarto nível de descrição McGuire (2004) inclui os estudos que se centram nos eventos criminais, isto é, num nível de análise que procura compreender os padrões das atividades criminais e rejeita as análises motivacionais ou de carácter individual. Este modelo debruça-se, sobretudo, sobre a análise funcional dos fatores externos e práticos do comportamento criminal, com base na análise de variáveis como o acesso às vítimas, as leis e as sanções existentes, a distância percorrida para as práticas antissociais, a possibilidade de ser detetado, os potenciais ganhos e perdas.

O último nível de análise da categorização de McGuire (2004) focaliza-se nos fatores individuais. Este nível de análise é o que tem uma maior implementação na criminologia, tendo produzido um conjunto vasto de pesquisas acerca das características individuais dos adolescentes com comportamento delinvente. No âmbito destes estudos, Fonseca (2001) e Simões (2001) realizam uma ampla revisão de literatura e identificam um conjunto de fatores individuais que constituem preditores de delinquência, nomeadamente: nível intelectual baixo, traços de personalidade disruptivos com início precoce e persistentes, dificuldades no autocontrolo, insucesso académico e/ou dificuldades de aprendizagem, problemas neuropsicológicos, rejeição pelos pares na escola, associação a pares delinquentes, comportamento de oposição e revolta, assim como atitudes favoráveis ao crime. Embora provenientes de investigações longitudinais e metodologicamente robustas, os estudos que colocam em evidência as características individuais e psicológicas dos adolescentes com comportamento antissocial têm sido alvo de críticas, que apontam uma análise baseada em “artefactos” uma vez que consideram as características individuais como descontextualizadas dos processos relacionais e vivenciais (Case & Haines, 2009; Martin, Martinez, & Rosa, 2009).

## **A avaliação do risco criminal**

A partir de meados dos anos 40 emergiu de forma sistematizada uma linha de investigação designada de avaliação do *risco criminal*, que se baseia na procura das variáveis predictoras do comportamento antissocial (Case & Haines, 2009; Constanzo & Krauss, 2012; Fulero, & Wrightsman, 2009). A avaliação do risco criminal consiste num processo de análise multivariado com vista à realização de julgamentos relativos à probabilidade de ocorrência de comportamentos delinquentes para prevenir/evitar a sua ocorrência (Constanzo & Krauss, 2012; Fulero & Wrightsman, 2009). Existem três tipos de modelos de avaliação do risco criminal: *clínico*, *atuarial* e *anamnésico* (Fulero & Wrightsman, 2009; McGuire, 2004; Robbé, Vogel, & Spa, 2011).

O modelo clínico, primeiro modelo em termos históricos, alicerça-se na avaliação de *perigosidade/risco* com base no diagnóstico clínico, na inferência clínica e na respetiva avaliação subjetiva. A avaliação da perigosidade/risco é determinada pela experiência do clínico na avaliação da probabilidade de ocorrência da conduta criminal por parte de um determinado indivíduo (Constanzo & Krauss, 2012; Fulero & Wrightsman, 2009).

O modelo atuarial envolve a utilização de instrumentos empiricamente validados que procuram, através de um conjunto de fatores de risco e de proteção, obter um valor que categoriza um determinado nível de risco e que permita tomadas de decisão eficientes (Constanzo & Krauss, 2012; Fulero & Wrightsman, 2009). Neste modelo encontram-se os instrumentos estruturados de avaliação do risco de *segunda geração* (baseados em fatores *estáticos*), de *terceira geração* (baseados nos fatores *estáticos*, *dinâmicos* e *necessidades criminógenas*) e de *quarta geração* (baseados em fatores *estáticos*, *dinâmicos*, *necessidades criminógenas* e *responsividade*). Nestes últimos engloba-se como exemplo o Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI; Hoge, Andrews, & Leschied, 2002).

Por fim, a avaliação anamnésica do risco (Constanzo & Krauss, 2012; Fulero & Wrightsman, 2009) baseia-se numa *checklist* de fatores de risco, que embora se apresente numa base atuarial não pretende obter valores numéricos de corte. Incorpora na sua análise variáveis contextuais e com base no *Julgamento Profissional Estruturado* (JPE; Heilbrun, Yasuhara, & Shah, 2010; Robbé, de Vogel, & Spa, 2011), avalia o risco criminal num determinado indivíduo, tendo em consideração a sua especificidade contextual. No domínio da avaliação anamnésica, encontramos como instrumento de quarta geração o Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY; Borum, Bartel & Forth, 2005).

## **Do individual ao sujeito contextualizado**

A concetualização de que o comportamento delinquente apresenta especificidades que resultam da conjugação de múltiplos fatores individuais e contextuais implica uma reflexão integradora da história pessoal, da componente familiar e do enquadramento comunitário, permitindo uma perspetiva mais ajustada sobre a forma como as fragilidades e os recursos se interligam na construção dos percursos delinquenciais (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Loeber et al., 2008; Martin, et al. 2009).

Estas mudanças na avaliação da delinquência juvenil decorrem da transformação do paradigma que tem acompanhado transversalmente a evolução do pensamento clínico forense. De uma leitura centrada no diagnóstico clínico e nos aspetos individuais dos adolescentes, a psicologia forense evoluiu no sentido de validar a dimensão relacional e contextual inerente à problemática delinquencial, determinando um processo de avaliação e de intervenção baseado numa perspetiva compreensiva das múltiplas dimensões da vida dos adolescentes com comportamentos delinquentes (Andrews & Bonta; 2010; Ausloos, 1996; Dattilio & Fromm, 2011; Farrington, 2004; Fulero & Wrightsman, 2009; Heilbrun, Grisso, & Goldstein, 2009; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008; Martins & Gonçalves, 2005; Piquero & Moffit, 2010; Simões, 2001).

Embora a multidimensionalidade dos fatores que estão na origem da delinquência juvenil seja reconhecida como um parâmetro fundamental na avaliação psicológica do jovem e na avaliação do risco, em Portugal, a LTE atribui especial relevo à tipologia dos factos criminais praticados e à avaliação pericial sobre a personalidade nas decisões relativas à medida a aplicar ao jovem com comportamento delinquente. No entanto, quer a tipologia dos factos criminais praticados, quer a estrita avaliação da personalidade do jovem ofensor, apresentam limitações ao nível da compreensão do fenómeno delinquencial e da intervenção. Para superar estas limitações, os sistemas forenses europeus, norte-americanos e canadianos têm investido, de forma progressiva, em processos de avaliação multidimensionais que são perspetivados como mais precisos e particularmente dirigidos às necessidades desenvolvimentais e contextuais dos adolescentes (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; McGuire, 2004).

Os diferentes modelos que procuram explicar e intervir no âmbito do comportamento delinquente colocam em evidência a necessidade de uma grelha de análise que tenha por base a conjugação dos fatores de risco e de proteção (Andrews & Bonta, 2010; Loeber, 2008;

Nicholls, Peterson, Brink, & Webster, 2011; Ruiters & Nicholls, 2011). Esta grelha de análise envolve um processo de avaliação onde os aspetos individuais e contextuais são analisados de forma a não estabelecerem simplesmente um determinado nível de risco (de *reincidência* ou de violência), mas permitirem a planificação de estratégias de intervenção eficazes sobre áreas-chave (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Heilbrun, et al., 2010; Loeber, et al., 2008; McGuire, 2004).

Conceptualmente diferentes, os estudos sobre a personalidade dos jovens transgressores e a avaliação do risco não constituem modelos antagónicos mas complementares, na medida em que a personalidade constitui uma das variáveis presentes no complexo jogo de relações entre fatores de risco e de proteção do comportamento delinvente (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Loeber, et al., 2008). No estudo do risco criminógeno, a avaliação da personalidade constitui um dos vários elementos relevantes da complexa teia de relações entre múltiplas variáveis que caracterizam um determinado percurso ou agir transgressivo. Esta avaliação, contribui para clarificar a definição de estratégias com vista à diminuição da probabilidade de envolvimento inicial do adolescente em práticas transgressivas (*nível preventivo*) ou em diminuir a probabilidade de reincidência (*nível remediativo*).

A preocupação com a eficácia da intervenção tem promovido a construção de instrumentos de avaliação de risco de quarta geração, capazes de estabelecer pontes entre o processo avaliativo e a planificação da intervenção, configurando uma *gestão de caso* de acordo com objetivos e estratégias concretas e exequíveis, tendo em consideração a responsividade e os fatores de risco e de proteção dinâmicos (e.g., o YLS/CMI, Hoge, Andrews, & Leschied, 2002; o SAVRY, Borum, Lodewijks, Bartel, & Forth, 2005; Castro & Negreiros, 2016).

A utilidade de um instrumento atuarial como a YLS/CMI na avaliação do risco dos adolescentes a cumprir medida tutelar educativa em Centro Educativo tem sido manifesta, mas este instrumento apresenta algumas limitações na análise da informação relativa à caracterização da família dos adolescentes. A investigação e a literatura identificam a família como uma condição de risco ou de proteção do envolvimento em comportamentos transgressivos e da reincidência criminal por parte das crianças e adolescentes (Andrews & Bonta, 2010; Goodman & Adler, 2010; Jones, 2008; Loeber et al., 2008; McGuire, 2004; Piquero & Moffitt, 2010; Welsh & Farrington, 2010). O estudo das características familiares e dos contextos comunitários de vida do adolescente aponta para a exigência de uma abordagem complementar ao estudo das características individuais do adolescente (Alberto, 2004;

Belsky, Bakermans-Kranenburg, & van IJzendoorn, 2007; Burmeister, McInnis, & Zollner, 2008; Ellis, Boyce, Belsky, Bakermans-Kranenburg, & IJzendoorn, 2011; Farrington, 2004; Le Blanc, 2003; Le Blanc & Janosz, 2002; Loeber et al., 2008; Luby, Belden, Botteron, Marrus, Harms, Babb, Nishino, & Barch, 2013; Rothbart & Bates, 2006; Rutter, 2004), incrementando o conhecimento acerca das condições familiares e comunitárias/sociais que favorecem o comportamento transgressivo adolescente, potenciando e tornando mais eficientes as oportunidades de intervenção (Farrington, 2004; Negreiros, 2001; Le Blanc, 2003; Le Blanc & Janosz, 2002; Lemos, 2007; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004).

Tendo em consideração a importância do funcionamento familiar nos adolescentes com comportamento delinvente, os atuais instrumentos de avaliação de risco baseiam-se na avaliação de um conjunto de parâmetros (práticas parentais, qualidade da relação entre o jovem e os pais) de inegável utilidade, mas limitativos da compreensão do processo recursivo entre as diversas dimensões da vida familiar e a qualidade das relações de parentalidade como a literatura tem colocado em evidência (cf. Belsky et al., 2007; Ellis et al., 2011; Farrington, 2004; Ijzendoorn, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; Lemos, 2007; Loeber et al., 2008; Madsen, 2007).

No entanto, a investigação que se foca nos contextos familiares dos adolescentes delinquentes tem-se centrado sobretudo no estudo dos padrões relacionais intrafamiliares, caracterizado pela reduzida expressão de afeto nas relações pais-filhos, um padrão de vinculação desorganizada, estilos parentais hostis, supervisão parental deficitária, modelos relacionais baseados na agressão, rede pessoal limitada e pautada por ausência de relações interpessoais gratificantes e securizantes e uma condição socioeconómica frágil, que constituem condições de risco preponderantes na emergência do comportamento antissocial adolescente (Ijzendoorn, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002).

No que respeita à especificidade do contexto nacional, Lemos (2007) desenvolveu um estudo transversal onde procurou avaliar a relação entre fatores de risco psicossocial (individuais e contextuais), indicadores de psicopatologia e recursos de resiliência. Lemos (2007) verificou que um contexto familiar caracterizado por conflitos conjugais, monoparentalidade (sem pai ou padrasto presente), baixa supervisão parental, sem limites e sem regras claras e consistentes, com registo de antecedentes criminais parentais ou em irmãos, constituem fatores de risco para o aparecimento de psicopatologia infantojuvenil e comportamentos delinquentes. Particularmente no que respeita ao funcionamento e dinâmicas familiares, a autora verificou que a avaliação favorável dos adolescentes acerca das atitudes

parentais se correlaciona positivamente com a sua percepção acerca do afeto parental e com os seus recursos internos de resiliência (recursos para lidar com adversidades); assinala ainda uma correlação negativa entre a percepção de hostilidade parental e os recursos internos de resiliência. Neste mesmo estudo, Lemos (2007) verificou que a percepção, por parte dos adolescentes, de controlo parental ajustado e de expressão de afeto parental, está associada ao envolvimento dos adolescentes na família e na comunidade, constituindo fatores protetores/de resiliência na adolescência. Desta forma, a autora conclui que as dinâmicas familiares (proximidade afetiva, práticas parentais baseadas na supervisão e controlo) constituem condições de proteção ou de risco, para o desenvolvimento de psicopatologia no adolescente e de envolvimento em comportamentos delinquentes, na medida em que estarão diretamente relacionados com os recursos e competências dos adolescentes.

Lemos (2007), tal como alguns estudos internacionais multifatoriais de cariz longitudinais sobre a delinquência salientam (Farrington, 2004; Loeber et al., 2008), considera que um fator de risco não tem valor patogénico *per si*, mas que várias condições de risco atuando conjugadamente poderão resultar em atividade e percursos transgressivos.

No âmbito dos modelos de análise do comportamento delincente juvenil, as abordagens sistémicas oferecem um quadro conceptual que permite reconhecer o papel da família como fator determinante na compreensão e análise deste fenómeno, tendo em consideração a interligação entre múltiplas variáveis contextuais. Neste âmbito, Ausloos (1996) releva a função do tempo, o *tempo eventual*, caracterizado pelo “aqui e agora”, instável e conflituoso das famílias, em que os atos delinquentes emergem como mobilizadores de mudança para a família. Por sua vez, Alarcão (2002) salienta que o sintoma delinquential se pode constituir como um catalisador para a família que vive crises não resolvidas. A abordagem sistémica tem salientado como características das famílias com adolescentes com comportamento delincente, a limitação do exercício dos papéis parentais, dificuldades identificatórias, delegação da parentalidade, fraca delimitação dos subsistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras, transações usualmente caóticas, atmosfera abandonada, agressividade aguda e triangulada com o exterior, dinâmicas estas que a monoparentalidade tende a amplificar (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Benoit, 2004).

Tendo em consideração estas características familiares e contextuais, compreende-se o quão válidos, mas limitativos se encontram os atuais instrumentos de avaliação de risco no que respeita à avaliação específica do contexto familiar. Em especial, os instrumentos de quarta geração deverão avaliar não apenas a presença de fatores de risco e de proteção

inerentes às dinâmicas intrafamiliares, mas também possibilitar uma análise integrada da interação entre estas variáveis microsistêmicas e os contextos mais alargados da existência destas famílias e, qual o impacto da sua influência recíproca.

### **Enquadramento metodológico**

Newman, Ridenor, Newman, e DeMarco (2002) referem:

Much has been written about systematically approaching the “what” of social science research, that is, systematically looking at the questions we ask and the methods we use. Very little has been written about systematically approaching the “why” of social science research, that is, systematically considering the purposes or reasons for carrying out studies we conduct (p. 168).

A validade dos estudos em ciências sociais e, especificamente, dos estudos qualitativos, continua ainda a ser alvo de algum questionamento por parte dos cientistas positivistas, ignorando que as ciências sociais também se ancoram no rigor da epistemologia, dos métodos (Creswell, Clark, Gutmann, & Hanson, 2003; Daly, 2007; Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009) e se submetem ao princípio da falsificabilidade (Popper, 2002). No que respeita à subjetividade do investigador, são os fenómenos a estudar na sua complexidade e os investigadores nas suas conceções epistemológicas que determinam os paradigmas e os métodos para procurar conhecer determinado fenómeno, pelo que nenhuma investigação está desprovida das motivações e dos modelos do seu autor (Creswell et al. 2003; Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009).

Estudar um fenómeno como a delinquência juvenil, no qual se interligam variáveis legais, desenvolvimentais, individuais, familiares, sociais e culturais, implica uma epistemologia que consiga conjugar diferentes métodos e técnicas, que permitam abarcar a complexidade deste fenómeno social (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Loeber, et al., 2008; McGuire, 2004).

Enquanto estudo no âmbito das ciências sociais, o atual trabalho ancora-se nos paradigmas *pós positivistas*, baseando-se na perspetiva de que um fenómeno pode ser conhecido através dos seus padrões, mas que as perspetivas epistemológicas que estão subjacentes à pesquisa desempenham um papel determinante na concetualização do estudo e

nas análises efetuadas (Daly, 2007). No âmbito do pós positivismo, o presente estudo enquadra-se epistemologicamente no construcionismo social, que advoga que a realidade é uma construção social que resulta do processo intersubjetivo e social de construção de significado (Daly, 2007). Neste sentido, a cultura, os valores e normas sociais, os discursos dominantes e a sua reificação, não são apenas construções simbólicas, mas estão na base de todos os processos sociais. O conhecimento científico é assim gerado na relação coconstrutiva entre investigador e participantes, decorrente da interação entre as múltiplas formas de leitura e de compreensão da realidade (Daly, 2007; Gergen 2002; Gergen & Warhuus 2001).

A presente investigação tem como modelos a sistémica, atendendo à dimensão complexa e relacional da delinquência juvenil e, o construcionismo que defende que o conhecimento se constrói através das múltiplas descrições dos participantes, os quais elaboram sistemas de compreensão e significado acerca das suas experiências (Daly, 2007; Raskin, 2002).

Com vista a conhecer estas múltiplas perspetivas, este estudo adota um *design* de métodos mistos no qual serão utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas articuladas entre si (Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009). Optou-se pelo modelo de design *Sequencial Transformativo QUAL + quan* (Creswel *et al.*, 2002), que consiste em duas fases sequenciais distintas de recolha dos dados, permitindo conjugar metodologias complementares, com base na análise de diversos pontos de vista, aliando os aspetos generativos e exploratórios dos modelos qualitativos e os aspetos confirmatórios dos modelos quantitativos (Creswell *et al.*, 2003; Daly, 2007; Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009).

A presente investigação teve como objetivos gerais: a) identificar as perspetivas dos progenitores e dos adolescentes com comportamento delinvente sobre cada um dos parâmetros da entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007); b) identificar as representações dos profissionais interventores acerca dos adolescentes com comportamento delinvente e seus progenitores, relativamente aos parâmetros da entrevista do PIRRFM; c) analisar o contributo desta entrevista como recurso de avaliação familiar em contexto tutelar educativo. Numa fase posterior, considerando a informação obtida ao longo desta pesquisa, acrescentou-se um novo objetivo (d) que consistiu em desenvolver, a partir da entrevista do PIRRFM (Apêndice C), um instrumento de avaliação do risco familiar para adolescentes com comportamento delinvente que designámos por Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF).

O instrumento de avaliação do risco familiar foi desenvolvido como sendo de quarta geração, pelo que deverá possibilitar a identificação das condições da vida familiar, as relações que se estabelecem entre os seus elementos e, o impacto recursivo entre ambas, que podem constituir fatores de risco e/ou de proteção dinâmicos para o comportamento transgressivo de determinado adolescente, as necessidades criminógenas e a responsabilidade das famílias (Andrews & Bonta; Constanzo & Krauss, 2012; Fulero & Wrightsman, 2009).

As duas fases sequenciais distintas consistiram, primeiro, numa análise qualitativa com recurso a *grupos focais* heterogéneos de especialistas forenses, seguida da administração da entrevista do PIRRFM a 52 adolescentes institucionalizados em centros educativos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e respetivos progenitores/cuidadores. A escolha da metodologia do *grupo focal* na modalidade de *grupos exploratórios* (Gondim, 2003) com profissionais heterogéneos, procura responder às questões de validade ecológica e, enquanto método exploratório, permite analisar dados com vista à produção de novas ideias, identificação de necessidades e expectativas (Daly 2007; Gondim, 2003; Fern, 2001). A administração da entrevista aos adolescentes e progenitores/cuidadores permitiu a análise de perspetivas familiares complementares, assim como das mudanças necessárias na linguagem e nos parâmetros da entrevista. Os resultados da administração às famílias foram depois apresentados aos mesmos profissionais num novo ciclo de *grupos focais*, para análise da informação obtida e das modificações realizadas, com vista a avaliar os limites e potencialidades que esta poderia ter no contexto tutelar educativo.

Ainda na fase qualitativa, foi desenvolvido o *design* da EEARF e o método de cotação, analisado com recurso a uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), permitindo-nos compreender a operacionalização de parâmetros tão diversos.

Na segunda fase, fase quantitativa, a versão prototípica da EEARF (Apêndices D, E) foi administrada a uma nova amostra de 130 adolescentes institucionalizados nos centros educativos da DGRSP e respetivos progenitores e analisada estatisticamente com vista ao estudo da sua consistência estrutural, validade de construto, convergente e preditiva, acordo interavaliadores, capacidade discriminativa e na sua utilização clínica, como é metodologicamente recomendado para o estudo da validade dos instrumentos de risco criminal (Andrews & Bonta, 2010; Borum, Bartel, & Forth, 2005; Douglas, Skeem, & Nicholson, 2011; Heilbrun et al., 2010).

No final, os resultados dos estudos QUAL e quan realizou-se uma análise integrada dos dados.

### **Desenho da investigação**

Subjacente a este estudo encontra-se a questão de investigação: como conhecer a complexidade do sistema familiar dos adolescentes com comportamento delinvente?

Conhecer as dificuldades/problemas e os recursos destas famílias que são, na sua generalidade, multi intervencionadas, constitui um desafio significativo. Primeiro em virtude destes adolescentes se encontrarem sob alçada da intervenção tutelar educativa, a qual constitui uma desqualificação para a generalidade dos progenitores/cuidadores (Ausloos, 1996; Madsen, 2009); segundo, decorrente das múltiplas intervenções de que foram alvo e que na perceção destas famílias, pouco ou nada contribuíram para melhorar a sua condição inicial, alicerçando uma posição relacional que é frequentemente de desconfiança e rejeição para com os serviços e os interventores (Alarcão, 2002; Madsen, 2009; Pakman, 2007). A opção de abranger os adolescentes institucionalizados na amostra inicial decorre do facto de estes apresentarem um comportamento delinvente mais grave na tipologia penal, maior duração da atividade delituosa e cujas práticas criminais podem ser conceptualizadas como *persistentes* (Le Blanc, 2003; Moffit, 1993). Assim, esta amostra permitiu desenvolver o estudo com os adolescentes cuja atividade antissocial configura uma delinquência persistente e de maior gravidade (Farrington, 2004; Le Blanc, 2003; Moffit, 1993).

O facto de possuímos alguma experiência na aplicação do PIRRFM (Pakman, 2007) em contexto tutelar educativo, na qual se salienta a necessidade destas famílias serem ouvidas e validadas, foi o motor para pesquisar as possibilidades que esta entrevista poderia ter na avaliação familiar dos adolescentes com comportamento delinvente.

Começou por ser inicialmente delineado como um estudo qualitativo com vista a compreender as perceções das famílias e dos interventores acerca dos diferentes parâmetros da entrevista do PIRRFM e a sua possível utilização como recurso no contexto tutelar educativo, constituindo o estudo 1. Contudo, numa segunda fase e após a informação recolhida, decidiu-se avançar para um estudo complementar, procurando desenvolver um instrumento de avaliação do risco familiar para adolescentes com comportamento delinvente, o qual implicou uma metodologia quantitativa complementar e que constitui o estudo 2.



estratégias e recursos que os adolescentes e progenitores estabelecem face às dificuldades/problemas que identificam; c) comparar as descrições dos adolescentes a cumprir medida tutelar educativa com as dos progenitores/cuidadores, identificando diferenças e semelhanças; d) identificar as eventuais discrepâncias/semelhanças entre a leitura dos profissionais e dos progenitores/adolescentes e respetivas implicações no contexto tutelar educativo; e) identificar as potencialidades e dos limites da entrevista por parte dos especialistas e das famílias na área da delinquência juvenil.

Na primeira fase, e após uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, iniciámos o processo de adaptação da entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007) através do método de tradução/retrotradução. Nesta fase procedeu-se à tarefa 1, consistindo na realização de três grupos focais com profissionais a trabalhar em contexto forense, para analisar os diferentes parâmetros da entrevista, as suas perspetivas face a estas famílias e acerca das potencialidades e limitações da entrevista no contexto tutelar educativo. Cada grupo focal era constituído por um magistrado, dois psicólogos e um licenciado em serviço social, das regiões de Lisboa, Porto e Coimbra, em virtude de serem as comarcas onde se encontram os profissionais mais experientes na aplicação de medidas tutelares educativas. Na tarefa 2, a entrevista com algumas modificações foi administrada a uma amostra de conveniência de 52 adolescentes em cumprimento de medidas tutelares educativas de internamento em centros educativos e respetivos progenitores/cuidadores, após terem assinado o *Consentimento Informado* (Apêndice A). Os dados qualitativos obtidos conduziram (a partir do  $n = 30$ ) à inclusão do parâmetro *parentalidade* por sugestão dos profissionais e nesta fase, de algumas das famílias.

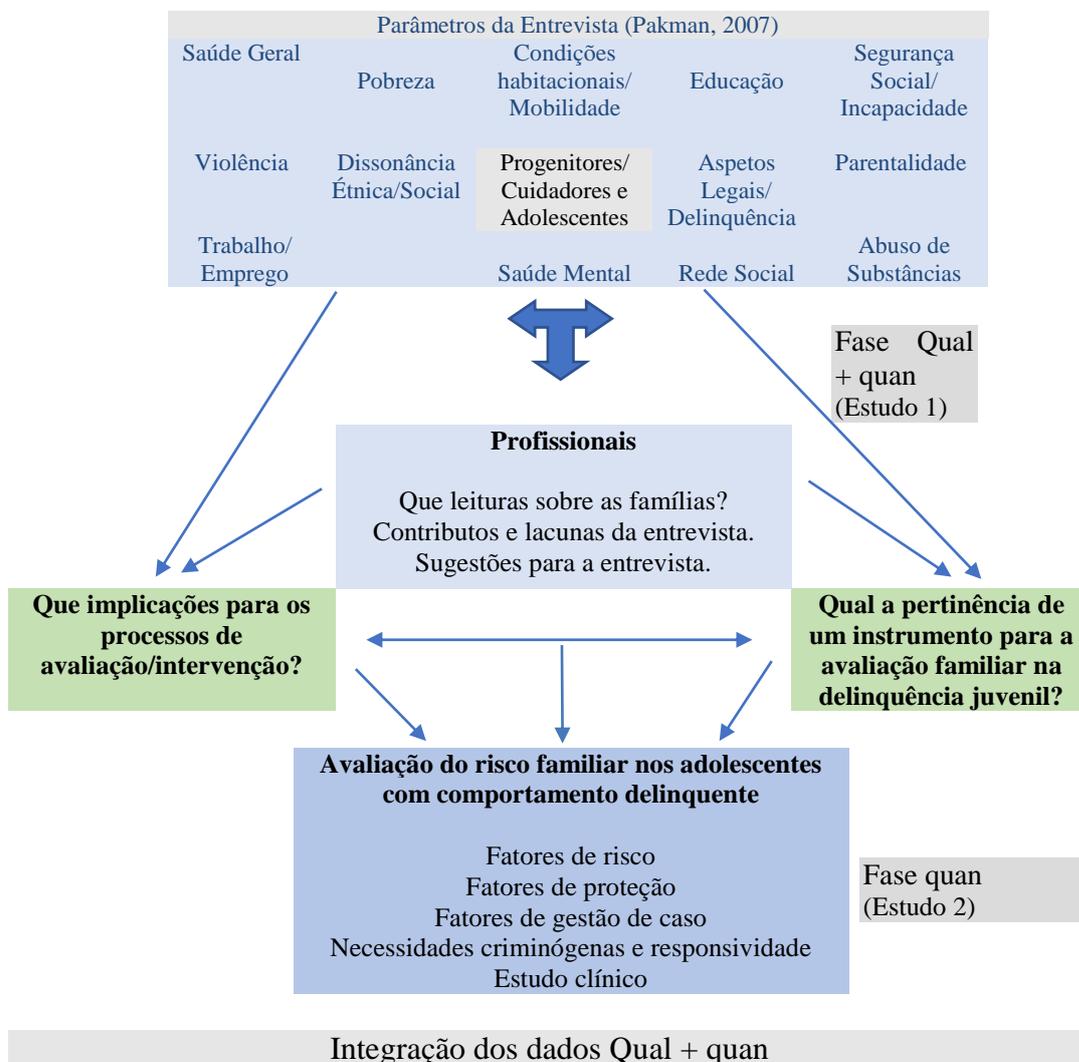
Os dados qualitativos com esta amostra foram quantizados (Creswell et al., 2003) e submetidos a uma AFE, considerando todos os participantes como uma só amostra ( $N = 104$ ), com vista a procurar compreender a utilização de uma escala baseada nos itens de cada parâmetro da entrevista.

Num segundo momento concretizou-se a tarefa 3, que consistiu na repetição de grupos focais com os mesmos profissionais que participaram no primeiro momento, agora para análise e discussão da informação recolhida com os adolescentes e progenitores/cuidadores.

Destas tarefas resultaram algumas mudanças na linguagem usada na entrevista, nomeadamente a simplificação dos termos que levantaram dúvidas aos participantes das famílias e dos profissionais, sendo confirmada a pertinência do parâmetro *parentalidade* com questões específicas acerca da estrutura e dinâmica familiar.

Decorrente do facto de o Dr. Marcelo Pakman ter concordado com as alterações propostas, assim como da avaliação favorável da entrevista por parte dos profissionais, dos progenitores/cuidadores e dos adolescentes, estabelecemos um novo objetivo que consistiu na construção de um instrumento de avaliação do risco familiar. Esta decisão decorre de identificarmos esta lacuna na nossa prática clínica forense ao nível dos instrumentos atualmente existentes, em especial na compreensão das variáveis contextuais internas e externas à família e à sua recursividade. Esta entrevista poderia consistir num bom meio para construir um instrumento inovador dirigido à avaliação do risco familiar para jovens com comportamento delinvente. Desta forma, surgiu a necessidade de reformular o mapa conceptual do estudo, integrando o estudo 2 (Figura 2).

Figura 2. Mapa conceptual do estudo.



O estudo 2, baseado em metodologia quantitativa, tem como objetivo geral desenvolver um instrumento de avaliação do risco familiar para adolescentes com comportamento delinvente a partir da entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007). Este estudo tinha como objetivos específicos: a) com base na entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007) estabelecer os fatores de risco e de proteção para as famílias dos adolescentes com comportamento delinvente; b) desenvolver estudos de precisão e de validade do instrumento de avaliação do risco familiar.

Assim, na terceira fase de estudos, aprofundou-se a revisão teórica e a análise dos instrumentos de risco e das metodologias envolvidas na sua validação, que conduziu à opção pelo desenvolvimento de um instrumento anamnésico baseado no JPE. Esta decisão teve por base o facto de os instrumentos atuariais apresentarem limitações relativamente à análise da interação entre variáveis intra e extrafamiliares no fenómeno antissocial juvenil, em especial na compreensão da especificidade casuística e na natureza da relação entre fatores de risco e de proteção (Case & Haines, 2009; Heilbrun et al., 2010; Loeber, et al., 2008).

Em termos metodológicos, recomenda-se que a validação de um instrumento de avaliação de risco deva ser baseada em estudos prospetivos com vista a uma correta análise da capacidade discriminativa (Heilbrun et al., 2010; Hoge, 2010; Robbé et al., 2011), em especial na capacidade de detetar os falsos positivos e falsos negativos. Porém, tal não foi possível de concretizar no presente estudo por não ter sido concedida autorização para tal por parte da DGRSP. A tarefa quatro envolveu assim a recolha de dados numa amostra de 130 adolescentes e respetivos progenitores/cuidadores em cinco dos sete centros educativos existentes: Navarro de Paiva, Bela Vista e Padre António de Oliveira (Lisboa), Santo António (Porto) e Olivais (Coimbra). Com a recolha de dados das entrevistas e da sua análise e cotação foi analisada a consistência estrutural da EEARF, a validade de construto através da AFE e a análise da correlação entre fatores de risco e de proteção.

Teve então início a quarta fase dos estudos com a realização da tarefa cinco, com a análise da validade concorrente com a YLS/CMI (Hoge et al., 2002), o acordo interavaliadores, o estudo das relações estruturais entre os fatores da EEARF e os fatores de risco da YLS/CMI e, por fim, um estudo com a utilização clínica da EEARF (Apêndice B – Consentimento Informado). Este estudo quantitativo permitiu estabelecer as propriedades psicométricas da EEARF no contexto específico de internamento em centro educativo.

## **Estrutura da dissertação**

As duas fases da investigação resultaram num conjunto de seis artigos, que compõem este trabalho e que estão organizados em quatro capítulos, cujos resultados se encontram integrados na síntese conclusiva.

O primeiro capítulo é constituído por um artigo publicado de cariz teórico - *Delinquência juvenil: Redução do risco familiar* - onde é analisado de forma detalhada o PIRRFM (Pakman, 2007) e o seu potencial contributo na avaliação e intervenção familiar de adolescentes com comportamento delinvente. São analisados alguns modelos de leitura do comportamento antissocial juvenil e é descrito o PIRRFM (Pakman, 2007) enquanto estratégia de intervenção familiar nestas famílias, a partir dos 12 parâmetros que o constituem (*saúde física e mental, abuso de substâncias, educação, emprego, habitação/mobilidade, problemas legais, violência, dissonância étnica/social, pobreza, rede social, segurança social/incapacidade*).

O segundo capítulo integra dois artigos de índole qualitativa que reportam as análises de conteúdo das entrevistas administradas a uma amostra de conveniência de 52 adolescentes a cumprir medida tutelar educativa em Centros Educativos - *Avaliação do contexto familiar por adolescentes delinquentes. Contributo da Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas* - e respetivos progenitores/cuidadores - *Família e delinquência juvenil: Práticas discursivas e singularidades. Um estudo exploratório com cuidadores de adolescentes delinquentes*. Neste capítulo é realizada uma análise de conteúdo às respostas dos adolescentes e dos respetivos progenitores/cuidadores à entrevista do PIRRFM. O artigo em que é efetuada a análise das respostas dos progenitores encontra-se publicado e o artigo sobre os adolescentes encontra-se submetido para publicação.

O terceiro capítulo é constituído por três artigos publicados. O primeiro - *Developing a family risk assessment tool in adolescent offenders. An exploratory study* - reporta o estudo acerca da consistência estrutural da EEARF com recurso à análise da consistência interna através do Alfa de Cronbach, média da correlação inter item e à AFE. Tem por base uma amostra de conveniência de 130 adolescentes do sexo masculino, a cumprir medida tutelar educativa em centros educativos da DGRSP, e respetivos cuidadores ( $N = 130$  progenitores/cuidadores), analisados de forma emparelhada. No segundo artigo deste capítulo - *The Structured Interview of Family Assessment Risk: Convergent validity, inter-rater*

*reliability and structural relations* – são apresentados e analisados os resultados da aplicação da EEARF à mesma amostra, analisando desta vez o acordo interavaliadores (n = 26 casos e 3 avaliadores), a validade convergente com o YLS/CMI, o modelo de equações estruturais Partial Least Squares – Path Modeling (PLS-PM; Wold, 1982, 1985; Lohmöller, 1989) para analisar a validade preditiva, as relações estruturais entre construtos da EEARF e entre estes e a YLS/CMI e, a análise ROC para avaliar a capacidade discriminante. O terceiro artigo também já publicado - *The Structured Interview of Family Risk Assessment in clinical use. A study with parents of juvenile offenders in detention* - analisa a utilização clínica da EEARF. Esta análise decorre através de um estudo clínico com um *design* quasi-experimental, onde se avaliam os resultados da aplicação do PIRRFM (Pakman, 2007) a uma amostra de conveniência de 16 famílias de adolescentes (n = 8 com intervenção familiar; n = 8 sem intervenção familiar) a cumprir medida tutelar educativa de internamento em centro educativo. Recorreu-se à EEARF e a YLS/CMI para a avaliação do risco pré e pós aplicação do PIRRFM, com vista a avaliar a eficácia desta intervenção com famílias de adolescentes com comportamento delinvente e comparar os resultados obtidos entre os dois instrumentos de risco.

Este trabalho finaliza com o quarto capítulo, onde é realizada a síntese conclusiva baseada na análise integrada dos resultados. Nesta, realiza-se ainda uma reflexão crítica sobre a pesquisa desenvolvida no que respeita às suas limitações, bem como sobre possíveis caminhos para aprofundar e consolidar o processo de validação da EEARF enquanto instrumento de avaliação de risco familiar no contexto da delinquência juvenil.

---

## **CAPÍTULO I**

---

## Delinquência juvenil: Redução do risco familiar <sup>1</sup>

### Resumo

A avaliação e a intervenção com jovens delinquentes têm-se centrado em metodologias baseadas nos *handicaps* e nas tentativas de correção das características individuais do adolescente, negligenciando a dimensão relacional e contextual inerente às condições de emergência e manutenção da transgressividade juvenil. Neste artigo são analisados alguns modelos de leitura do comportamento antissocial juvenil e, a partir de uma perspectiva construcionista e sistêmica, é apresentado o Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas de Marcelo Pakman (2007), que respeita a postura colaborativa e a coconstrução do processo avaliativo, onde se procura concretizar o *empowerment* dos sujeitos e das famílias.

**Palavras-chave:** sistêmica, construcionismo, delinquência, intervenção familiar.

---

<sup>1</sup> Santos & Alberto (2014). Delinquência juvenil: Redução do risco familiar. *Revista Interamericana de Psicologia*, 48(2), 367-376.

### **Abstract**

The assessment and intervention with young offenders have been focused on methodologies based on handicaps and attempts to correct the individual characteristics of adolescents, neglecting the relational and contextual dimensions inherent in the emergence and maintenance of the adolescent antisocial behavior. This paper analyzes some models about the antisocial behavior of youth and, from a constructionist and systemic point of view, presents the Risk Reduction Integrated Program for Multiproblematic Families (Pakman, 2007), with respect to collaborative attitude and co-construction of the assessment process, which aims to realize the empowerment of individuals and families.

**Keywords:** systemic, constructionism, delinquency, family intervention.

## **Introdução**

Após anos de leitura do fenómeno delinquencial à luz dos modelos clínicos que culmina com a conhecida afirmação de Martinson “Nothing Works!” (cit in Le Blanc & Janosz, 2002), a psicologia sistémica (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996), o estudo do risco criminógeno (Andrews & Bonta, 2010) e estudos sobre fatores causais (Farrington, 2004; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008), destacam o sistema familiar como uma das variáveis fundamentais na compreensão da delinquência juvenil.

A leitura sistémica do processo transgressivo adolescente recentra o nível de análise no plano desenvolvimental contextualizado, no qual a análise do fenómeno transgressivo não pode ser dissociada das suas histórias, da vivência familiar, da realidade sociocultural onde se insere, da sua especificidade étnica, do grupo de pares, isto é, do macrocosmos constituinte dos processos de significação da sua historicidade (Alarcão, 2002; Pakman, 1999).

À luz destes conceitos, o diagnóstico clínico e a intervenção individual na delinquência parecem constituir-se como reducionistas face à multiplicidade de fatores que se encontram interligados no processo de génese, manutenção e desistência de uma carreira criminal (Farrington, 2004; Kagan, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004; Simões, 2001; Thornberry & Krohn, 2004).

Com o objetivo de salientar o papel da família na génese do comportamento delinvente juvenil, apresentaremos ao longo das páginas seguintes alguns modelos explicativos da delinquência juvenil e um programa de intervenção, o Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (PIRRFM; Pakman, 2007). Questionando a partir de uma perspetiva sistémica e construcionista o habitual diagnóstico centrado nas dificuldades, analisamos a utilidade deste construto na delinquência juvenil, colocando a ênfase num sentido de coconstrução entre famílias e interventores, facilitador de leituras partilhadas e integradoras, que atenuem a distância entre mapa (profissionais/diagnósticos) e território (delinquentes/famílias), permitindo co-construir novas descrições e formas de intervir.

## **Perspetivas sobre o comportamento delinvente**

Uma das primeiras formas de leitura e compreensão sistemática sobre o comportamento delinvente centrou-se nas investigações sobre as características individuais dos jovens transgressivos. Constituindo uma linha de investigação vasta e robusta, tem em consideração

os fatores socioculturais e familiares, embora remetidos para um segundo plano na explicação etiológica e compreensiva (Rutter, 2004). Simões (2001), a partir de uma ampla revisão bibliográfica, identifica um vasto conjunto de preditores da delinquência: o padrão intelectual inferior ao esperado, normas comunitárias favoráveis à manifestação antissocial, instabilidade profissional ou privação económica extrema, disciplina familiar errática, rígida e/ou negativa, conflito familiar e/ou conjugal, rejeição e/ou laços afetivos familiares frágeis, supervisão deficitária e permissividade parental, agressividade e comportamentos anti-sociais por parte dos pais e/ou com história de consumo de drogas, problemas de comportamento com início precoce e persistentes, traços de personalidade disruptivos, dificuldades no autocontrolo, insucesso académico e/ou dificuldades de aprendizagem, problemas neuropsicológicos, rejeição pelos pares na escola, consumo de drogas, associação a pares delinquentes, oponibilidade, revolta e atitudes favoráveis ao crime.

Embora esta perspetiva individual tenha permitido evidenciar as diferentes dimensões do comportamento antissocial juvenil, atualmente salienta-se a perspetiva de análise destes fatores comuns como indicadores e não como processos causais, apelando para uma inferência deste fenómeno a partir da heterogeneidade de vias causais e da sua possível inter-relação (Farrington, 2004; Le Blanc & Janosz, 2002; Kagan, 2004; Rutter, 2004).

Nesta linha de investigação, um dos conceitos fundamentais na análise do fenómeno delinquencial é o modelo das *Trajétórias de Evolução da Atividade Antissocial* (Loeber, Wung, Keenan, Giroux, Stouthamer-Loeber, Van Kammen, & Maughan, 1993), segundo a qual atividade antissocial pode evoluir segundo trajetórias distintas, em que as manifestações dos comportamentos desviantes na infância, consumo de drogas e delinquência na adolescência surgem inter-relacionados. Cada trajetória é associada a uma idade de início, desenvolvendo-se de acordo com uma sequência hierárquica e de gravidade crescente, assumindo um carácter de estádios de evolução dos comportamentos anti-sociais, nos quais a maioria dos sujeitos percorre o estádio inicial, um número menor percorre o segundo estádio e um conjunto mais restrito atinge o terceiro estádio (Loeber et al., 1993).

A *Trajétória Conflito com a Autoridade* manifesta-se antes dos 12 anos, tem por base os comportamentos obstinados, progredindo para comportamentos de desafio e evitamento da autoridade. A *Trajétória Coberta* apresenta um início mais tardio (13-14 anos) sendo constituída por atos como as mentiras, vandalismo, pequenos furtos, com agravamento progressivo até ao dano na propriedade, fraude e furto com arrombamento. A *Trajétória Aberta* consiste numa escalada nos actos de agressão, ameaças e intimidações, passando pelas

lutas físicas e no final, com os ataques e violações, correspondendo aos jovens com maior frequência e gravidade de atividades antisociais (Loeber et al., 1993).

Lahey e Waldman (2004) enquadram a delinquência juvenil no âmbito dos problemas de comportamento, os quais decorrerão das características de temperamento dos adolescentes. Definindo o temperamento como características sócioemocionais hereditárias, conceptualizando-o com três dimensões fundamentais para a compreensão da delinquência: *emotividade negativa*, *atrevidimento/ousadia* e *pró-sociabilidade/consciência moral* (Lahey & Waldman, 2004). A emotividade negativa é definida como a experiência frequente de emoções negativas desencadeadas com estímulos pouco significativos; o atrevimento/ousadia é definido como a dificuldade na inibição do comportamento, tendência para procurar sensações fortes e novidade, desinibição e elevada ativação comportamental na procura do perigo; a pró-sociabilidade/consciência moral é conceptualizada como a predisposição para a simpatia e respeito pelos outros (Lahey & Waldman, 2004). Estas características genotípicas interatuam com o meio através de três tipos de correlação: *passiva*, traduzida por uma elevada correspondência entre o património genético da criança e dos seus familiares, que eleva o patamar de protecção ou de risco de envolvimento em comportamentos delinquentes; *correlação ativa*, consiste na procura de contextos sociais de risco em função das suas características temperamentais; e *correlação evocativa*, refere-se à relação entre o temperamento e o meio social, na qual o comportamento da criança/adolescente estimula ou inibe as respostas educativas que reforçam a predisposição antissocial do genótipo. A correlação entre as características genotípicas e do meio conduzem a diferentes percursos individuais, encontrando-se subjacente ao potencial transgressivo as dimensões do temperamento individual.

Numa linha de análise interacionista, existem autores que centram a sua análise na interação entre fatores individuais e contextuais. Nesta linha, Thornberry e Krohn (2004) conceptualizam uma relação bidirecional entre premissas desenvolvimentais e contextuais, onde salientam que as crianças e adolescentes cujas experiências de vida decorram em meios sociais desfavorecidos, revelam uma elevada probabilidade de apresentar dificuldades nas áreas familiares, escolares, no grupo de pares e nas características pessoais, assim como de sofrer o efeito interativo destes défices ao longo da sua vida. Desta forma, os fatores protetores e de risco dos indivíduos e do meio, conjugam-se de forma a conduzir a trajetórias individuais distintas. Neste modelo, o início precoce da delinquência é explicado pela recursividade entre fatores individuais (temperamentais e neuropsicológicos), práticas

educativas parentais e o desfavorecimento socioeconómico. A continuidade e a persistência da actividade antissocial são explicadas através da associação entre dificuldades económicas graves e ambientes habitacionais problemáticos, que debilitam os laços afetivos e aumentam a conflituosidade familiar, incrementam a probabilidade de associação a pares delinquentes e as oportunidades de desvio social (Thornberry & Krohn, 2004).

Outra área de investigação interacionista sobre o comportamento delincente refere-se ao impacto da qualidade da vinculação. A vinculação segura parece evidenciar uma relação negativa com o comportamento antissocial e com diversas manifestações de psicopatologia, sendo a qualidade da vinculação considerada como fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento (Machado, 2004). Os estudos sobre a vinculação permitiram classificar a vinculação em padrões *seguros* (grupo B), *ambivalentes* (grupo C) e *inseguros evitantes* (grupo A) (Bretherton, 1992; Soares, 2007). Mais tarde, Main e Solomon (1986, *cit in* Soares, 2007) identificaram um novo padrão, designado por *desorganizado* (grupo D), caracterizado por comportamentos contraditórios, estereotípias, apreensão face à figura parental, confusão, desorganização/desorientação. Cada padrão de vinculação corresponde a um *modelo de trabalho interno*, que configura uma modalidade específica de interpretação do comportamento dos outros, no qual a sensibilidade e responsividade da figura de vinculação às necessidades do bebé (conforto, proteção, independência e exploração do ambiente), permite desenvolver um modelo interno seguro e de valor pessoal, ou pelo contrário, um modelo interno de desvalor e incompetência (Bretherton, 1992).

No desenvolvimento do comportamento antissocial, verifica-se que um padrão de vinculação segura se afigura como fator de proteção e como fatores de risco surgem os padrões de vinculação insegura e muito particularmente o padrão desorganizado/desorientado. A vinculação não sendo o único determinante do comportamento delincente, deve ser relacionada com condições como o temperamento, qualidade dos cuidados primários, nível socioeconómico, maternidade adolescente, sintomatologia depressiva materna, práticas educativas e qualidade da relação pais-filhos (Machado, 2004).

O desenvolvimento do conhecimento científico sobre a delinquência juvenil produziu múltiplas leituras e explicações deste fenómeno, que apresentam uma matriz comum: o reconhecimento deste fenómeno como multidimensional, multideterminado e complexo (Farrington, 2004; Kagan, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004; Thornberry & Krohn, 2004). Apesar de cada uma das diferentes conceptualizações destacar aspetos parcelares e específicos do comportamento delincente, existem pontos em comum

que revelam a interdependência entre as diversas formulações; uma destas variáveis comuns aos diferentes estudos refere-se à importância da família na gênese da delinquência juvenil.

### **Família e comportamento antissocial juvenil: a coconstrução da delinquência**

A família encontra-se no cerne dos estudos sobre a gênese e desenvolvimento do fenómeno delinquencial (Ausloos, 1996; IJzendoorn, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; Kury & Woessner, 2002; McCord, 2002). IJzendoorn (2002) salienta a importância das relações familiares no comportamento antissocial grave e moderado, em particular as lacunas relacionais básicas com as figuras parentais significativas. Este autor conceptualiza o modelo *Sóciomoral do Comportamento Antissocial* onde destaca como parâmetros fundamentais de análise as perdas afectivas, a vinculação desorganizada, a ausência de uma rede de relações interpessoais securizantes, que interligadas com fatores genéticos, com o contexto social e a pressão dos pares, estarão subjacentes à conduta transgressiva grave. A conduta transgressiva moderada basear-se-á nos estilos parentais/relacionais agressivos, pressão dos pares, contexto social adverso e ausência de uma rede relacional com figuras significativas securizantes, condições que conduzem a lacunas severas no raciocínio moral (IJzendoorn, 2002).

McCord (2002) destaca o contexto familiar na origem das práticas transgressivas, nomeadamente a transmissão de valores sociais inadequados, as práticas educativas que promovem vínculos perturbados com os elementos familiares e a comunidade, legitimadas através da coercividade e imposição educativa. Estes estilos relacionais, quando interligados a fatores de risco como as características genéticas do jovem, as práticas anti-sociais parentais, a vivência em meios socioeconómicos desfavorecidos, constituirão o húmus fundamental para o desenvolvimento de uma carreira delinquencial.

Autores como Le Blanc e Janosz (2002) salientam que o estudo criminológico se deve centrar na relação fundamental entre família e delinquência. Propõem uma *Teoria Geral da Regulação Familiar*, na qual o processo delinquencial é analisado a partir da interação entre diferentes fatores: o *contexto* (os modelos parentais e as relações conjugais); os *fatores estruturais* (estatuto sócio-económico e convencionalidade parental); os *laços* (vinculação e investimento relacional); as *coerções internas* (legitimidade das regras); as *coerções externas* (punição, regras, supervisão); os *comportamentos* (rebelião e conduta delinquente). LeBlanc e Janosz (2002) defendem que as famílias dos jovens delinquentes se revelam distintas das famílias que não apresentam elementos filiais desviantes, apresentando como características

particulares laços afetivos frágeis entre os pais e filhos, supervisão parental deficitária e desvantagens no plano socioeconómico.

Ausloos (1996) enfatiza a complexidade inerente aos jogos relacionais das famílias de delinquentes, em que cada elemento participa de acordo com as regras do momento, tornando a vida destas famílias revestida de dificuldades globais. Designando-as por *Famílias Caóticas*, atribui um particular relevo à qualidade das transações familiares que configuram uma vivência do tempo familiar eventual, caracterizado por uma sucessão contínua de acontecimentos não mentalizados e como tal não retidos numa memória familiar. Com esta instabilidade, não existe necessidade de fazer planos, uma vez que a sucessão de acontecimentos sem memória tudo põe em causa, favorecendo uma situação conflitual permanente governada pelos acontecimentos, aos quais a família procura dar respostas através de ações que são de imediato desqualificadas (Ausloos, 1996).

Ferreira (1997, *cit in* Alarcão, 2002) refere que as famílias com sintoma delinvente apresentam um padrão comunicacional que designa por *double-bind cindido*, o qual implica duas mensagens contraditórias emitidas por figuras com igual validação afectiva e de autoridade, manifestando desta forma um conflito não exposto. O agido delinencial surge assim como resposta possível face a este paradoxo, determinando uma orientação relacional centrífuga, que dificulta a vinculação e a gestão da distância relacional (Alarcão, 2002). Neste ambiente relacional emergem as características da maioria das famílias com jovens delinquentes: insuficiência dos papéis parentais, dificuldades identificatórias, delegações de parentalidade, fraca delimitação dos subsistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras organizativas do dia-a-dia, caoticidade geral das transações, carência efectiva, atmosfera abandonica, dificuldades de mentalização, agressividade agida e triangulada com o exterior, características exacerbadas pela frequente condição monoparental (Alarcão, 2002).

Ao terem em consideração estas características e padrões relacionais familiares dos adolescentes delinquentes, os autores utilizam o PIRRFM (Pakman, 2007) como modelo de intervenção familiar com famílias de jovens delinquentes institucionalizados, trabalhando na redução do risco familiar, na tentativa de evitar a espiral de agravamento dos problemas e o *burnout* entre os familiares e os interventores.

## **Marcelo Pakman e a coconstrução da avaliação/intervenção familiar**

No âmbito das conceptualizações sistémicas, emergem nos paradigmas da cibernética de segunda ordem, novas formas de trabalhar em que as formulações hipotéticas sobre a família decorrem de um processo de coconstrução (Relvas, 1996). Neste enquadramento, Pakman (1999, 2007) desenvolveu um trabalho no âmbito da saúde mental comunitária com famílias multiproblemáticas, no qual se deparou com as múltiplas áreas de dificuldades destas, perante as quais as diferentes instituições sociais fornecem um leque de respostas parcelares e descoordenadas. Em função das múltiplas áreas de dificuldades recursivas que estas famílias apresentam, os problemas do foro legal assumem um carácter particularmente relevante, nomeadamente pela existência de adolescentes delinquentes, os quais pelas suas características individuais e pelas intervenções sociais que motivam, exacerbam os ciclos negativos que inibem a mobilização de competências; situação agravada, por uma abordagem baseada no diagnóstico clínico o qual configura uma intervenção linear e parcial, que relega para segundo plano o lado relacional e contextual dos problemas (Pakman, 1999, 2007). Boston (2000) e Pakman (1999, 2004, 2007) salientam a necessidade de reconceptualizar a avaliação e a intervenção sobre estas famílias, na qual se procure criar um campo de trabalho conjunto que valide os problemas que são equacionados e sentidos por estas.

Tendo em conta as limitações dos interventores e a necessidade de recentração na família como co-autora do seu processo de avaliação/intervenção, Pakman (2007) desenvolveu o PIRRFM que visa o *empowerment* da família e a sua relação com os diferentes sistemas sociais.

### **Parâmetros do programa**

Pakman (2007) entende por famílias multiproblemáticas, aquelas que combinam geralmente problemas do foro médico (saúde mental, dependência de substâncias) com problemas sociais (dificuldades ao nível étnico/racial/minoria, emprego, educação, pobreza, habitação) e ainda situações de violência, delinquência e incapacidades individuais. Esta multiplicidade de problemas tem um efeito recursivo, que deteriora a qualidade de vida pessoal e familiar, constituindo uma teia complexa de relações entre problemas, em que o *burnout* se torna o sintoma quer das famílias, quer dos profissionais. Pakman (2007) considera como grande fator de risco a pobreza, o qual tem um enorme impacto na

deterioração da saúde física e mental, assim como no acesso aos recursos comunitários, determinando um ciclo continuado de debilidade social e pessoal.

No sentido de catalisar a mudança, Pakman (2007) salienta a necessidade de trabalhar a construção de uma nova identidade, essencial para ativar competências com vista à recuperação das dificuldades familiares. Procurando catalisar as forças individuais, familiares e comunitárias, Pakman (1999, 2007) partilha a linha do pensamento de Henggeler (2002) e Swenson e Swenson (2003), os quais salientam que a influência da relação terapeuta/cliente será a que tem menor impacto num processo de mudança, em face da sua reduzida validade ecológica, validando o *empowerment* e a rede social familiar como primordial no processo de intervenção em função da sua importância contextual e relacional.

Criticando o estabelecimento de diagnósticos, Pakman (1999, 2007) salienta que estes refletem aspetos parcelares, esquecendo a vertente recursiva e ecológica dos problemas das pessoas (Bronfenbrenner, 1987; Morin, 2004; Pakman, 1999, 2007). Esta abordagem comum nos diferentes sistemas sociais relaciona-se com a perspetiva unifocal de cada ciência sobre áreas específicas de análise e de estudo, atomizando a análise do fenómeno e desta forma, descontextualizando-o (Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Morin, 2004; Pakman, 1999, 2007). Em função destas dificuldades, emerge a abordagem colaborativa entre profissionais e famílias na ativação dos recursos familiares, considerando o sistema familiar como elemento fundamental do processo avaliativo/interventivo, ativando-o nos processos de decisão, validando-o como co-construtor do seu processo de mudança (Boston, 2000; Caillé & Rey, 2003; Georgaca, 2001; Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Pakman, 2007).

### **Programa de Redução de Riscos**

O desenvolvimento do PIRRFM (Pakman, 2007) pressupõe uma postura colaborativa entre a família e os profissionais, procurando coconstruir soluções face aos problemas/dificuldades, que englobam um amplo conjunto de dimensões da sua vida, avaliando o estado atual, os riscos inerentes à sua situação e salientando as pessoas e sistemas sociais significativos da rede social. A análise dos contextos e das relações com as pessoas significativas permite reativar a rede relacional individual e familiar alargada (Pakman, 2007).

Famílias e profissionais encontram desta forma uma base de trabalho comum, proativa e encorajadora, com potencial para co-construir novas possibilidades, respeitando as especificidades familiares/individuais, mobilizando as competências das pessoas na ecologia

da sua vida e dos seus problemas, validando as suas soluções (Boston, 2000; Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Henggeler, 2002; Pakman, 1999, 2007; Swenson & Swenson, 2003).

Na lista dos domínios do programa apenas a Saúde Geral, a Saúde Mental e o Abuso de Substâncias são específicos da saúde. No entanto, a saúde física e mental está intimamente interligada com as áreas sociais: educação, trabalho, casa, transporte, aspetos legais, violência, dissonância étnica/social, pobreza, rede social, bem-estar/incapacidades. Do mesmo modo, em função da recursividade dos problemas familiares, a existência de um padrão relacional caótico e a existência de um elemento delinvente condicionam as áreas sociais e da saúde. Sendo assim, os profissionais envolvidos necessitam de centrar as suas intervenções na recursividade entre os domínios, envolvendo criativamente os elementos da família, impedindo que os constrangimentos institucionais limitem as possibilidades de mudança (Pakman, 2007).

Para contornar estas dificuldades Pakman (2007) elaborou uma entrevista, que funciona como orientador na condução do processo de exploração dos domínios do programa, analisando as dificuldades e o seu potencial agravamento. O processo deverá ter início nos problemas mais simples, estabelecendo passos concretos que potenciem pequenas mudanças que se irão repercutir nos outros domínios, evitando os riscos e os obstáculos inerentes à procura de soluções globais e ideais, mas centrando-se nas soluções possíveis e realistas que façam sentido para estas pessoas, motivando a sua adesão e empenho (Pakman, 2007).

Com base na avaliação do estado atual de cada domínio, os indivíduos serão questionados acerca do possível agravamento da situação atual num futuro próximo, utilizando como referência a dimensão temporal de um ano. Como esta avaliação tem como fonte a própria família, constitui-se como uma poderosa condição do processo de mudança com vista à redução dos riscos; assim, o risco futuro resulta da consciencialização na família da necessidade de mudança objectiva, face à possibilidade de agravamento, caso as condições atuais se mantenham inalteráveis. É neste sentido, um motor para a compreensão da necessidade de mudança. De seguida, a família/utente é questionada no sentido de pensar em pequenos passos a dar, que constituem possibilidades de ação por si identificadas, de pequenas mudanças que considere pertinentes e exequíveis, que lhe poderão trazer resultados positivos face à situação que referenciou no estado atual. A avaliação, será registada com uma periodicidade semestral e posteriormente anual, demonstrando até que ponto as intervenções

se mantém ativas com o decorrer do tempo, orientando o investimento dos interventores perante os problemas com que se vão deparando (Pakman, 2007).

O formulário de registo constitui um testemunho da situação relativamente aos problemas identificados. Os profissionais e os utentes/família revêm o formulário em cada um dos encontros, atualizando a sua situação, registando-a. Deste modo, é possível comunicar aos outros profissionais de que a intervenção naquele domínio foi discutida com o utente e/ou membros da sua família e/ou pessoas significativas da sua rede social, multiplicando a efetividade deste instrumento e facilitando o trabalho em rede. O utente/família traz sempre consigo um formato reduzido do formulário com uma síntese atualizada das ações que visam a redução dos riscos, que simboliza um trabalho de equipa da qual é parte integrante. A existência de cópias do formulário num local visível da sua casa, constitui uma estratégia que certifica e documenta os seus esforços enquanto parte de uma equipa articulada, reforçando o valor pragmático da comunicação entre todos (Pakman, 2007).

A estratégia de Pakman (2007) consiste em conduzir a entrevista no sentido de evitar a narrativa saturada acerca dos problemas, que conduziria ao armadilhar do processo em virtude do emaranhado de auto-justificação para a sua existência. Procurando manter a atenção na procura de pequenos passos para resolver problemas atuais concretos com vista à mudança no futuro, a intervenção assume-se em quatro vertentes primordiais: a) como programa de redução de riscos que impede os *loops* recursivos de agravamento da situação; b) pragmatismo, que se baseia na coconstrução de soluções possíveis, para problemas concretos; c) humanização, os elementos da família são considerados como sujeitos e não como meros objetos da intervenção; d) *empowerment*, pela ativação das competências dos participantes e do seu envolvimento na resolução dos seus problemas.

Evitando impor caminhos estranhos e externos, o PIRRFM (Pakman, 2007) objectiva avaliar a situação atual e co-construir percursos alternativos, constituídos por objetivos pessoais que permitam dar passos concretos e significativos para estas pessoas. Os indivíduos são conduzidos a pensar de modo relacional nos diversos domínios da sua vida, numa análise orientada para o futuro, que lhes possibilita a descoberta pessoal da capacidade de ser autor da sua própria mudança (Georgaca, 2001; Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Gergen & Warhuus, 2001; Pakman, 2004b; 2007). Tendo por objetivo a redução dos riscos, possibilita-se refletir sobre a qualidade interativa dos problemas; interrompe-se o sentido caótico do agir, decompondo-o em unidades mentalizáveis sujeitas à possibilidade operativa concreta.

Neste processo, rejeita-se a categorização diagnóstica dos sujeitos/famílias que se considera acentuar a autorepresentação de inabilidade/incapacidade vivida por elas. Gergen, Hoffman, e Anderson (1996) e Georgaca (2001) referem que a atribuição diagnóstica desqualifica os sujeitos uma vez que os situa numa determinada categoria conotada com inabilidade. Acentua-se quer a sua baixa autoestima quer a legitimação de substituição da família pelos profissionais. Quando se parte do diagnóstico, estabelece-se uma maior delegação de competências nos profissionais e um aumento da desresponsabilização da família na resolução dos seus problemas, existindo mesmo uma relação privilegiada de dependência entre família e sistemas sociais, difícil de alterar. Pakman (2007) procura inverter esta posição de incapacidade/dependência, evitando a categorização diagnóstica securizante para os profissionais mas incapacitante para as pessoas. Procura ativar a família através da constituição de uma rede virtual de apoio cujo sustentáculo é a própria. A avaliação das múltiplas dimensões mais relevantes da vida do sujeito/família evita a sobrevalorização do comportamento delinquente, incorporando aspetos operativos concretos e significativos da sua realidade, que fornecem sentido à sua participação ativa e coresponsabilização no processo de mudança (Pakman, 1999; 2007).

## **Conclusão**

A análise dos diferentes modelos apresentados permite constatar que a família ocupa um lugar de destaque no estudo, avaliação e intervenção nos processos transgressivos juvenis (Farrington, 2004; Le Blanc & Janosz, 2002; Kury & Woessner, 2002; McCord, 2002). Desta forma, numerosos autores têm estudado estas famílias em função dos seus padrões interativos, das suas características estruturais e organizacionais, salientando a sua especificidade enquanto famílias com múltiplos desafios e dificuldades (Farrington, 2004; Kury & Woessner, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; McCord, 2002; Pakman, 1999, 2004, 2007; Sousa, 2005; Sousa, Ribeiro, & Rodrigues, 2006). Em particular Pakman (2007) e Sousa (2005), constituem autores preocupados com a intervenção com estas famílias, remetendo-nos para a pertinência de analisarmos o sujeito e a família a partir das suas descrições singulares, dando-lhe voz ativa e participativa, considerando-a como co-agente do processo de avaliação e intervenção. Neste sentido sistémico e construcionista, a família e o adolescente deixam de ser meros objetos de programas, legitimando-se como conhecedores privilegiados do palco onde se desenrola a sua historicidade individual, familiar e social. De uma posição culpabilizada e desqualificada, a família e o(s) seu(s) membro(s) são considerados como parceiros

competentes de uma intervenção co-construída e na qual se sintam implicados. O abandono das conceptualizações reducionistas do sujeito enquanto objeto de estudo nosologicamente classificável, passivo e parasitário dos recursos sociais, permite acoplar ao sistema familiar recursos que ativem a sua capacidade mobilizadora e co-constructora de leituras alternativas (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Boston, 2000; Pakman, 2007; Relvas, 1996; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). O PIRRFM constitui-se como uma intervenção securizante porque respeita a avaliação que a família realiza, evitando que esta rejeite a intervenção, facto natural caso a proposta implique uma leitura muito distante do seu padrão de significados.

De uma posição que centra no sujeito as condições do comportamento delinquente, a adoção de uma perspectiva sistémica e construcionista define um processo reflexivo centrado no *empowerment* dos sujeitos, na sua capacitação para poderem coconstruir de forma ativa o seu destino, ao invés de se basearem no poder do terapeuta para a mudança (Gergen & Warhuus, 2001). Esta metodologia de avaliação e intervenção procura validar as vozes dos personagens colocando-as num patamar de equidade com os interventores. Através de um papel coconstrutivo na avaliação dos problemas, evita a desqualificação mútua, canalizando esforços, ativando as competências e forças de ambos, possibilita-se o abandono da conotação diagnóstica limitativa dos sujeitos e os sentimentos de incompetência dos profissionais (Boston, 2000; Pakman, 2007; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). A coconstrução e coresponsabilização do processo avaliativo e interventivo emergem como estratégia fundamental com vista à resolução dos problemas concretos com significado para estas famílias, para os seus membros com comportamentos transgressivos e em simultâneo possibilita evitar o *burnout* e a fragmentação das práticas profissionais dirigidas ao complexo processo delinquencial juvenil. A eficácia da intervenção descentra-se do diagnóstico enquanto entidade nosológica, reducionista e limitadora do indivíduo, centrando-se no processo de coconstrução da mudança, no qual as pessoas constituem participantes ativos e não meros objetos passivos da intervenção externa de peritos.

---

## **CAPÍTULO II**

---

## **Família e delinquência juvenil: Práticas discursivas e singularidades.**

### **Um estudo exploratório com cuidadores de adolescentes delinquentes <sup>2</sup>**

#### **Resumo**

O paradigma construcionista realça o papel dos discursos dominantes numa dada cultura e que estão subjacentes ao trabalho de investigação, avaliação e intervenção, nomeadamente na temática da delinquência juvenil. Ao longo deste artigo será apresentada uma parte de um estudo mais alargado, em que se analisam as descrições e narrativas de progenitores ou cuidadores de jovens delinquentes com medida de internamento em Centro Educativo, relativamente às áreas da saúde, social, conformidade social e parentalidade. Este estudo pretende conhecer as descrições destes adultos sobre as vivências familiares e relacionais do jovem delinvente, baseando-se nos métodos mistos, utilizando a entrevista estruturada do Program Integrado para Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (Pakman, 2007). Os resultados demonstram que os progenitores/cuidadores conseguem identificar as suas fragilidades nas diferentes áreas, mas também evidenciam competência para refletir e apresentar soluções possíveis para a superação das dificuldades que identificam. Assim, a partir de uma perspetiva construcionista, distingue-se a necessidade de um processo de coconstrução da componente avaliativa e interventora onde se valorize o papel dos sujeitos como autores, que permita elaborar novas e mais eficazes formas de leitura e de intervenção em torno da delinquência juvenil.

**Palavras-chave:** delinquência juvenil, famílias multiproblemáticas, parentalidade, modelo sistémico, construcionismo.

---

<sup>2</sup> Santos & Alberto (2012). Família e delinquência juvenil: práticas discursivas e singularidades. Um estudo exploratório com cuidadores de adolescentes delinquentes. *Ousar Integrar. Revista de Reinserção Social e Prova*, 11, 23-35

## **Abstract**

The constructionism paradigm emphasizes the role of the dominant discourses in a given culture which ones underlie the work of research, evaluation and intervention, particularly on the juvenile delinquency field. Throughout this article, we present a part of a larger study, which analyzes the descriptions and narratives of parents/caregivers of young offenders with internment in an Educational Center, for the areas of health, social, social conformity and family/parenting. Based on mixed methods, this study aims to understand the descriptions of these adults about family and relational experiences of young offenders, using the structured interview of the Risk Reduction Integrated Program for Multiproblem Families (Pakman, 2007). The results show that parents/caregivers can identify their weaknesses in different areas, but also demonstrate competence to reflect and present possible solutions to overcome the difficulties identified. Thus, from a constructionist perspective, we distinguish the need for a co-construction of the evaluative and intervening component where we can give value to the role of the participants as authors, which allow us to develop new and more effective ways of analysis and intervention about juvenile delinquency.

**Keywords:** juvenile delinquency, multiproblematic families, parenting, systemic model, constructionism.

## **Introdução**

A família encontra-se no cerne dos estudos acerca do desenvolvimento do indivíduo, dos grupos, das configurações sociais e culturais, daí que diferentes paradigmas lhe tenham dedicado uma especial atenção enquanto objecto de estudo no âmbito do fenómeno da delinquência juvenil (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Le Blanc & Janosz, 2002; Kury & Woessner, 2002; Martin, Martinez, & Rosa, 2009; McCord, 2002).

Constituindo-se como o principal agente socializador, a família estabelece-se como um contexto determinante no qual se elaboram as dimensões afectivas da interação humana, coconstruindo as bases de um enredo relacional no qual cada indivíduo compreende e desempenha um papel, fortalecendo o sentimento de pertença à sua realidade e especificidade familiar (Alarcão, 2002). Ao ter como responsabilidade sua o cuidar e o educar dos filhos de acordo com uma determinada realidade social e histórica, a família emerge como um elemento fundamental de análise, quando se enfrenta a alteração normativa dos padrões de comportamento dos seus membros (Kury & Woessner, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; Martin et al., 2009; McCord, 2002). É nesse sentido que apresentamos um estudo exploratório com progenitores/cuidadores de jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas de internamento. Partindo dos seus discursos e narrativas pessoais acerca de um conjunto de áreas, procuramos identificar as descrições que fazem e os significados que lhes atribuem, de forma a criar condições para gerar novos discursos e novas práticas perante este problema social.

## **Família e delinquência**

A adolescência é um período da vida em que a sociedade e a família concebem uma moratória social de experimentação ao jovem permitindo-lhe a experimentação de papéis e relações fundamentais para a solidificação do seu processo de construção identitário (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996). Esta moratória ocorre também na família, onde o adolescente pode experimentar as suas dúvidas e as muitas certezas, perturbando o funcionamento familiar e, desta forma, introduzindo novas possibilidades de reorganização (Alarcão, 2002). No entanto, em alguns contextos familiares estes conflitos normativos evoluem para uma expressão antissocial, manifestando-se com uma intensidade, frequência e gravidade no interior e/ou no exterior da família, que extravasa a lógica de um ritual de passagem e de confrontação normativa controlada (Alarcão, 2002).

Nestas famílias existe uma procura externa de referenciais e uma impossibilidade de metacomunicar sobre os acontecimentos, com a acção a tomar o lugar e o papel da palavra (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Benoit, 2004). Nesta tendência relacional centrífuga perturbam-se as dimensões vinculares e estabelece-se uma fragilidade afectiva e relacional na qual, de forma paradoxal, nem o afastamento nem a aproximação entre os elementos são suportáveis: se o afastamento exacerba a fragilidade, a aproximação promove a tensão e o conflito; o transgressivo constitui então, simultaneamente o escape e a possibilidade de reaproximação familiar (Alarcão, 2002; Benoit, 2004). As características geralmente apontadas às famílias com jovens delinquentes englobam: insuficiência dos papéis parentais, dificuldades identificatórias, delegação da parentalidade, fraca delimitação dos subsistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras, transacções caóticas, atmosfera abandonada, agressividade aguda e triangulada com o exterior, características exacerbadas pelo facto de grande parte destas famílias ter uma configuração monoparental (Alarcão, 2002).

Em termos sistémicos, o sintoma delinquencial pode ser percebido como tendo uma função familiar, nomeadamente na regulação das relações entre a família e a sociedade, na mobilização de recursos necessários à família, constituindo-se como a possibilidade de ativar a sua capacidade auto-organizativa (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996).

Para Ausloos (1996) torna-se fundamental reequacionar o tempo exclusivamente centrado no presente em que vivem estas famílias, e que designa de *tempo eventual*: um tempo de mudança permanente, instabilidade e caos organizativo, com regras inconsistentes, pouco claras, versáteis, facilmente mutáveis, numa dinâmica contrária à necessidade de regularidade e de consistência do desenvolvimento da criança e do adolescente.

Por seu lado, IJzendoorn (2002) salienta a importância das relações familiares na construção dos antecedentes desenvolvimentais do comportamento antissocial, nomeadamente ao nível das lacunas relacionais básicas com as figuras parentais. IJzendoorn (2002) propõe o Modelo Sóciomoral do Comportamento Antissocial onde realça as perdas afectivas, a vinculação desorganizada, a ausência de uma rede de relações interpessoais gratificantes e securizantes, que em conjugação quer com fatores genéticos, quer com o contexto social e com a pressão dos pais, origina a conduta antissocial grave. A conduta antissocial moderada terá na sua génese os estilos parentais hostis, um modelo relacional familiar baseado na agressividade e a ausência de uma rede relacional com figuras significativas que, conjugados com a pressão dos pais e a existência de um contexto social adverso, conduzem a falhas severas no raciocínio moral (IJzendoorn, 2002).

Outros autores, como Le Blanc e Janosz, (2002), relevam também o papel da família como determinante no desenvolvimento do comportamento antissocial juvenil. Le Blanc e Janosz (2002) defendem que o estudo da delinquência juvenil implica uma análise complexa de diferentes fatores em interação: a) o contexto (modelos parentais e as relações matrimoniais); b) os fatores estruturais (estatuto sócioeconômico, estatuto familiar); c) os laços (vinculação e investimento relacional); d) as coerções (legitimidade das regras, punição, supervisão) e e) os comportamentos (rebelião e conduta delinquente).

Num estudo qualitativo com jovens delinquentes madrilenos, Martin et al., (2009) descrevem a cultura e os processos identitários sociais e individuais como variáveis determinantes na gênese grupal do comportamento transgressivo. Determinando-se a identidade social e pessoal a partir dos processos de influência dos diferentes grupos sociais, configura-se uma interpretação dominante da realidade relativamente homogênea para os seus elementos, o que acontece também com os grupos de jovens (Martin et al., 2009). Os autores reportam duas variáveis sociológicas e culturais que determinam a gênese do comportamento grupal violento na adolescência: a experiência escolar/laboral e a influência familiar. O insucesso escolar e/ou laboral tem um impacto negativo na auto-estima e na interiorização das normas sociais, suscitando a procura de condições alternativas de valorização pessoal nos pares, que permitem estabelecer padrões de identidade social e pessoal compensadores. Relativamente à influência familiar, Martin et al. (2009) mencionam a existência de três tipos de famílias que favorecem a ocorrência da violência juvenil: a) as *famílias anômicas*, que se percebem como pouco competentes, caracterizam-se pela distância relacional com os filhos, manifestam pouca capacidade contentora e pouca influência sobre estes, delegando a sua socialização em instâncias sociais e negando geralmente os problemas de comportamento dos filhos; b) as *famílias autoritárias*, que apresentam um elevado nível de controlo, regras rígidas e uma pressão constante na consolidação das motivações valorativas e normativas familiares/sociais, dificultando o desenvolvimento de uma autopercepção positiva e diferenciada; c) as *famílias bipolares*, que alternam entre características anômicas e autoritárias, onde prevalecem os conflitos familiares e a negação das dificuldades, que assim se mantêm até à emergência de nova crise.

As experiências de insucesso escolar/laboral e um relacionamento familiar anômico, autoritário ou bipolar, surgem como condições contextuais para que os jovens apresentem uma identidade social forte com o grupo de pares transgressivo/violento, negligenciando os sentimentos de pertença aos outros grupos sociais e à família. Assim, os jovens com uma

reificação identitária a grupos violentos, demonstram uma forte compensação afectiva e social pela pertença ao grupo, obedecendo cegamente às normas grupais e valorizando os rituais iniciáticos que determinam a pertença ao grupo (Martin et al., 2009).

Tendo em consideração as diferentes leituras sobre a família de jovens adolescentes delinquentes, desenvolvemos uma investigação qualitativa que tem como objectivo principal identificar a percepção dos progenitores/cuidadores de adolescentes delinquentes, acerca de um conjunto de áreas que constituem variáveis contextuais familiares e individuais significativas. Os dados que se apresentam de seguida dizem respeito apenas à primeira parte deste estudo, que corresponde às descrições dos progenitores/cuidadores, identificando as fragilidades existentes, assim como os recursos que mobilizam face às necessidades identificadas.

## **Metodologia**

O estudo das percepções e discursos dos progenitores/cuidadores relativamente às condições de vida familiares e pessoais conduziu-nos à escolha de um *Design* de Métodos Mistos (Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009), nomeadamente o *Design* Sequencial Transformativo QUAL + Quan (Creswel et al., 2003). Consistiu em duas fases sequenciais distintas, com início através do método *QUAL* utilizando a entrevista estruturada do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (PIRRFM; Pakman, 2007) e a recolha de dados biográficos. Os resultados *Qual* foram analisados de acordo com o método de diamante (Daly, 2007) e os dados *quan* foram analisados através da análise exploratória univariada, recorrendo ao programa de *software* de análise estatística SPSS (SPSS Inc., Chicago, IL) como descrito em Maroco (2007). Os dados Qual e quan foram integrados na fase de interpretação dos dados.

### *Amostra*

A amostra integrou 52 progenitores/cuidadores principais, num processo de amostragem de conveniência a partir da população de adolescentes em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento nos centros educativos do Ministério da Justiça. A amostra é constituída por 42 sujeitos do sexo feminino (76.9 %) e 12 sujeitos do sexo masculino (23.1 %). Relativamente à idade, 26 dos sujeitos (50 %) encontram-se no intervalo entre os 36 e os 45 anos de idade, 18 (34.6 %) situam-se no intervalo de idades entre os 46 e 55 anos de idade. A idade mínima é de 26 anos e a máxima é de mais de 60 anos. Considerando a origem

étnica, 57.7 % (n = 30) são autóctones, 38.4 % (n = 20) são imigrantes provenientes de países africanos de Língua Portuguesa e 3,8 % (n = 2) são de etnia cigana.

### *Instrumento*

O instrumento utilizado neste estudo tem por base uma entrevista estruturada, desenvolvida e utilizada por Marcelo Pakman no âmbito do trabalho em psiquiatria e saúde mental comunitária com populações desfavorecidas nos Estados Unidos, enquanto parte integrante do PIRRFM (Pakman, 2007). A entrevista foi traduzida pela técnica da retro-tradução e adaptada a partir da opinião de profissionais (através de *Grupos Focais*) e da avaliação dos participantes relativamente à sua aplicação, nomeadamente as dificuldades sentidas, a possível ativação de sentimentos/emoções e a percepção da utilidade deste instrumento. Numa segunda fase, analisaram-se as qualidades psicométricas da entrevista do coeficiente Alfa de Cronbach e da Análise Fatorial Exploratória.

A *Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas* tem como objectivo recolher informação acerca de um conjunto de áreas da vida familiar. Cada área é constituída por vários parâmetros que por sua vez englobam três secções: a) a percepção do entrevistado sobre a situação atual nesse parâmetro; b) identificação das dificuldades/obstáculos que podem emergir; e c) solicitar ao participante/entrevistado que identifique um pequeno passo que lhe permita diminuir ou superar as dificuldades que identificou previamente.

### *Procedimentos*

Este estudo adota uma matriz teórica sistémica e construcionista em que se valoriza os discursos e significados dos sujeitos na análise dos fenómenos a estudar (Gergen, 2002). Os dados foram recolhidos em cinco dos seis centros educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Psisionais (Coimbra, Lisboa e Porto) após a autorização prévia para recolha da amostra. O momento para a recolha dos dados coincidiu com as visitas ao fim de semana que os familiares fizeram aos jovens internados. Às famílias e aos jovens foram explicados os objetivos do estudo e as entrevistas realizaram-se individualmente, no centro educativo respectivo, em espaço próprio, assegurando a descrição e a confidencialidade, após a obtenção do consentimento informado (Apêndice A).

### *Estudos de validação*

A validade da entrevista estruturada do PIRRFM (pakman, 2007) foi avaliada através da Análise Fatorial Exploratória, pela Análise de Componentes Principais através do método de extracção dos fatores, com rotação Varimax (normalização Kaiser). A estrutura fatorial resultante compõe-se de cinco fatores que explicam 65,15% da variância total: a) Conformidade Social, b) Social, c) Rede Social, d) Relacionamento Familiar, Apoio Externo e Saúde Física, e e) Saúde Mental e Discriminação. Cada fator é constituído por um conjunto de parâmetros através dos quais se recolhe a informação acerca da vida familiar em múltiplas dimensões, permitindo obter uma perspetiva global das vulnerabilidades e dos recursos familiares (Tabela 1).

**Tabela 1.** Áreas e parâmetros da entrevista após a aplicação da Análise Fatorial Exploratória (método de extracção dos fatores: Análise de Componentes Principais; rotação Varimax com normalização Kaiser;  $N = 104$ )

<b>Fatores</b>	<b>Parâmetros</b>	<b>% Variância Explicada</b>
<b>Fator 1</b> - Conformidade social	Comportamento aditivo, Trabalho e emprego, Problemas legais/delinquência, Violência, Pobreza	27.6 %
<b>Fator 2</b> - Social	Educação e Formação, Condições habitacionais/mobilidade	10.0 %
<b>Fator 3</b> – Rede social	Rede Social	9.2 %
<b>Fator 4</b> - Relacionamento familiar, apoio externo e saúde física	Saúde física, Segurança Social/Incapacidade, Parentalidade	9.2 %
<b>Fator 5</b> - Saúde mental e discriminação	Saúde mental, Dissonância étnica/social	9.1 %

Para avaliar a percepção global que os cuidadores/progenitores têm da entrevista, aborda-se no final uma área designada “Adesão e envolvimento no processo de entrevista” onde se solicita a reflexão acerca da administração do instrumento e do impacto sentido pelos sujeitos entrevistados.

Relativamente aos estudos de precisão, foi feita a análise da consistência interna, com recurso ao coeficiente Alfa de Cronbach, apresentando um valor global de 0.81, considerado por Murphy e Davidsholder (1998) um valor de consistência interna “moderado”.

## **Resultados**

A análise das 52 entrevistas permitiu verificar que os progenitores/cuidadores identificam um conjunto de dificuldades em várias áreas da vida pessoal e familiar, mas também recursos pessoais com vista a definir soluções possíveis face aos problemas identificados. Assim, os resultados vão ser apresentados numa estrutura que engloba duas grandes secções: a) dificuldades e vulnerabilidades familiares; b) competências/recursos identificados.

### **Dificuldades e vulnerabilidades familiares**

#### *Área da saúde*

Uma proporção significativa de sujeitos ( $n = 23$ ; 44.23 %) apresenta doenças físicas com dimensão crónica (problemas hormonais, problemas ósseos e articulares, hipertensão, bronquite, diabetes, tumores), sendo acompanhados na sua maioria ( $n = 49$ ; 94.23 %) pelo médico de família ou outro do Serviço Nacional de Saúde. Face aos seus problemas de saúde física, 17 sujeitos (32.69 %) conhecem as complicações prováveis das doenças que descreveram e 6 (11,53 %) não identificam possíveis complicações.

A nível da saúde mental, 17 (32.69 %) dos progenitores mencionam a “depressão” ou o “esgotamento” e 11 (21.15 %) indicam que fazem/seguem tratamento para estes problemas, enquanto 6 (11.53 %) verbalizam não ter qualquer tratamento atualmente. Seis cuidadores/progenitores (11.53 %) identificam as possíveis complicações destes problemas e apontam estratégias concretas centradas no acompanhamento médico e no estilo de vida. Uma proporção pequena conhece as complicações, mas não sabe como diminuí-las ( $n = 5$ ; 9.61 %) e 6 (11.53 %) desconhecem as possíveis complicações.

No que respeita ao consumo de substâncias, a generalidade dos progenitores/cuidadores declarou não abusar atualmente de substâncias aditivas ( $n = 43$ ; 82.69 %), 7 (13.46 %) referiram um abuso anterior (6 com consumos de álcool e 1 de drogas) mas atualmente ultrapassado. Apenas 2 sujeitos (3.84 %) mencionaram ser consumidores actuais de álcool, considerando-se dependentes e encontrando-se em tratamento, os quais verbalizaram não saber como reduzir estes consumos.

### *Área social*

No parâmetro “escolaridade” a maioria dos progenitores/cuidadores tem o 1.º ciclo (n = 28 sujeitos, 53.84 %) e o número de sujeitos com os níveis básicos de ensino (1.º, 2.º e 3.º ciclos) atinge a proporção de 84.61 % da amostra. No que respeita ao parâmetro “trabalho/emprego” 35 sujeitos (67.30 %) estão empregados, predominando os empregos nas áreas de limpezas, construção civil, serviços gerais, mantendo o emprego há mais de um ano (1 sujeito encontra-se empregado há menos de 6 meses). São 19 os progenitores/cuidadores (39.58%) que se encontram desempregados, dos quais 12 (23.07 %) apresentam uma duração do desemprego superior a 6 meses. Predomina uma idade precoce de início da actividade laboral entre os 13 e os 16 anos, com 28 sujeitos (53.84 %) a iniciarem a sua actividade laboral antes dos 14 anos. No plano do relacionamento com elementos da rede pessoal exteriores ao núcleo familiar, os progenitores/cuidadores revelam uma rede pessoal social restrita a um número limitado de elementos dos contextos familiares, laborais e escolares, isto é, não referenciam outros elementos de socialização nas suas experiências, para além destas que têm um carácter funcional e de dever. Não dedicando tempo aos aspetos individuais que extravasam as obrigações, a rede social pessoal constitui-se de forma restrita, saturando as relações existentes. Dessa forma, não existe possibilidade ou disponibilidade para investir num tempo dedicado à qualidade de vida individual e familiar, não ocorrem momentos de evasão que atenuem as tensões que necessariamente decorrem das vivências diárias. Assim, as tensões serão provavelmente vividas no interior da família, potenciando as tensões habituais da dinâmica familiar, determinando o ciclo de afastamento e reaproximação como descrito por Alarcão (2000) e um *tempo eventual* (Ausloos, 1996) caracterizado pela instabilidade e inconsistência das regras, onde as tentativas de evitar a tensão relacional, agudizam e agravam os conflitos.

No parâmetro “condições habitacionais/mobilidade” verifica-se que todos os sujeitos referem ter habitação, embora 3 famílias vivam em casas de construção clandestina/barracas. Têm casa própria 21 progenitores (40.38 %), 25 (48.07 %) vivem em casa de habitação social e 1 entrevistado vive num quarto alugado. A generalidade destas famílias regista uma permanência estável no atual local de habitação, com um tempo de residência superior e 4 anos (63.46 %). Sete progenitoras (13.46 %) mencionam que já estiveram em situação de desalojamento em algum período da sua vida, a maior parte por terem sido vítimas de violência doméstica nessa altura.

Considerando o “meio de transporte”, 32 sujeitos utilizam apenas transportes públicos (61.53 %), 18 têm veículo próprio (34.61 %) e apenas 2 (3.84 %) não têm qualquer meio de transporte.

Relativamente ao parâmetro “pobreza” regista-se que a maioria dos progenitores/cuidadores (n = 48; 92.30 %) auferem um valor pecuniário mensal *per capita* inferior ao estabelecido como limiar de pobreza. Todavia, 27 (51.92 %) consideram não ser pobres. Na generalidade, não acreditam na possibilidade do vencimento poder ser ainda mais reduzido e tendem a apontar múltiplas áreas afectadas pela pobreza (alimentação, vestuário, casa e transporte). No que respeita à identificação de dificuldades a enfrentar na tentativa de melhorar o rendimento, 35 sujeitos (67.30 %) não identificam quaisquer dificuldades; 17 (32.69 %) apontam como obstáculos a saúde, o desemprego e as dificuldades económicas do país.

No parâmetro “segurança social/incapacidade” 23 progenitores/cuidadores (44.23 %) são acompanhados atualmente pela Segurança Social, sendo este acompanhamento dirigido ao próprio e a familiares (filhos, cônjuge/companheiro(a)), com uma duração inferior a um ano (n = 5; 9.61 %), entre 1 e 3 anos (n = 8; 15.38 %), superior a quatro anos (n = 9; 17.30 %). As razões referenciadas para este acompanhamento são as dificuldades económicas (n = 7; 13.46 %), o comportamento dos filhos (n = 6; 11.53 %), dificuldades pessoais (n = 4; 7.69 %) e a conjugação das dificuldades económicas e do comportamento dos filhos (n = 3; 5.76 %). Relativamente à presença de incapacidade por parte de algum elemento familiar, 11 sujeitos (21.15 %) confirmam a sua existência, essencialmente nos próprios ou no cônjuge/companheiro(a) (n = 9; 17.30 % - 8 por doença crónica e 1 por doença aguda), tendo a doença crónica um acompanhamento com uma duração superior a 2 anos.

Quanto aos planos para mudar a situação atual na segurança social, 39 sujeitos (75 %) mencionam ter planos de mudança que não especificam e 11 (21.15 %) identificam a saúde e o emprego como as dificuldades que impedem esta mudança, verbalizando não saber como diminuí-las ou evitá-las.

#### *Área da conformidade social*

No parâmetro “problemas legais/delinquência” apenas 4 progenitores/cuidadores relatam ter tido problemas legais (7.69 %) numa fase anterior da sua vida (crime de condução com álcool – n = 2; ofensa à integridade física – n = 1; tráfico de droga – n = 1). Destes quatro

cuidadores/progenitores, 2 dizem “não saber” os motivos destes comportamentos transgressivos; 1 refere como causas as dificuldades ao nível da sua personalidade e uma progenitora refere não ter cometido o crime de tráfico pelo qual foi condenada, sendo a única pessoa com história de reclusão anterior (7 anos). Nenhum sujeito prevê qualquer complicação decorrente das dificuldades legais anteriores.

Na identificação das “dificuldades com a justiça”, 41 progenitores/cuidadores (78.84 %) apontam apenas este filho, 9 (17.30 %) aludem a mais do que um filho com problemas na justiça e 2 sujeitos identificam para além do filho de referência neste estudo, o marido (3.84 %). Os crimes cometidos pelo(s) familiar(es) são o roubo/furto (n = 29; 55.76 %) e múltiplos (ofensa à integridade física, roubo, furto, outros – n = 13; 25 %). Os progenitores/cuidadores atribuem a responsabilidade do comportamento transgressivo do adolescente à influência dos pares (n = 14; 26,92 %), à personalidade do jovem (n = 10; 19.23 %) e à conjugação destes dois fatores (n = 12; 23.07 %). É de salientar que 3 progenitores/cuidadores (5.76 %) apresentam como causa do comportamento transgressivo os conflitos familiares (divórcio e conflitos com progenitores).

Reflectindo sobre a possível resolução ou diminuição dos comportamentos transgressivos do jovem, 14 progenitores/cuidadores (26.92 %) não têm planos e 5 (9.61 %) atribuem essa responsabilidade ao jovem. Na identificação das dificuldades que possam surgir e que impeçam a diminuição da actividade delinquencial do jovem, 22 progenitores (42.30 %) não identificam quaisquer dificuldades; 15 (28.84 %) não sabem como diminuir estas dificuldades e outros 15 (28.84 %) identificam dificuldades centradas nos pares e nas características pessoais do jovem; para as diminuir, sugerem o afastamento dos pares e a ocupação escolar/laboral e a mudança pessoal do jovem. Os progenitores/cuidadores que não identificam dificuldades apontam como estratégias para solucionar os comportamentos delinquentes o aumento do acompanhamento parental do jovem, mas em virtude da transgressividade ser polimórfica na sua etiologia (Fonseca, 2004; Rutter, 2004) e pelas vicissitudes do período específico de desenvolvimento que estes jovens atravessam, esta parece ser uma solução “mágica” e insuficiente.

No parâmetro “violência” 33 sujeitos (63.46 %) mencionam nunca ter estado envolvidos em situações de violência, existindo no entanto, um número significativo de vítimas de violência doméstica (14 sujeitos do sexo feminino – 26.92 %), dos quais 3 (5.76 %) descrevem ser vítimas de violência filio-parental por parte dos jovens deste estudo. No que respeita à frequência da violência, os 14 sujeitos vítimas (26.92 %) apontam para uma

frequência diária. Quatro cuidadores/progenitores (7.69 %) assumem-se como agressores, tendo como consequências uma pena suspensa (1 sujeito com situação de agressão no exterior da família) 2 dizem nunca ter tido qualquer consequência (agressores no interior da família), 1 menciona “ter ido para a cela” uma vez que a violência ocorreu em contexto de reclusão. A nível das consequências para as vítimas de violência, surgem as sequelas psicológicas e físicas, pessoais e para os filhos. No entanto, 3 vítimas de violência filial e uma progenitora que envolvida em violência conjugal mútua referem não ter sentido quaisquer consequências.

Considerando a possibilidade de repetição da violência, 45 sujeitos (86.3 %) acreditam que não se repetirá e que não terão consequências futuras piores. Relativamente às dificuldades que imaginam que possam entravar a tentativa de reduzir o envolvimento em violência, 11 progenitores/cuidadores (21.15 %) não identificam quaisquer dificuldades. Dos 5 sujeitos (9.61 %) que identificam dificuldades, 1 propõe apenas “não me envolver em violência”, enquanto os outros 4 (7.69 %) mencionam “não sei”, atribuindo a violência a características/intenções dos outros em situações que não são controláveis por si.

No que respeita à “dissonância étnica/social”, 20 dos progenitores são emigrantes (38.46 %), variando o tempo de permanência em Portugal entre os 7 e os 37 anos, com vários elementos da rede familiar próximos relacional e geograficamente. Os motivos da emigração centram-se na procura de melhoria das condições de vida e motivos de reunião familiar. Nenhum progenitor/cuidador perspectiva a vivência em bairros sociais e/ou degradados como fonte de dissonância social/cultural.

Dois progenitores (3.84 %) emigrantes relatam dificuldades com a língua portuguesa e nenhum refere ter o estatuto de minoria. Quanto à vivência de situações de discriminação, 7 sujeitos (13.46 %) dizem ter-se sentido discriminadas por motivos de racismo (5 emigrantes; 9.61 %) e saúde (2 autóctones; 3.84 %).

#### *Área das relações familiares*

No parâmetro “rede social”, 42 sujeitos (80.76 %) apontam como constituintes da sua rede múltiplos elementos (n = 13, 25 % - família, amigos, trabalho; n = 19, 36.53 % - a família e amigos; n = 10, 19.23 % - a família e o trabalho), embora em número muito restrito de sujeitos e com referência a alguma desconfiança em torno destas relações e 8 sujeitos (15.38 %) referem exclusivamente a família. Treze progenitores/cuidadores (25 %) consideram que esta rede se tornará mais restrita e 37 sujeitos não têm planos para contactar

mais pessoas (71.15 %), enquanto 39 (75 %) não identificam quaisquer dificuldades em aumentar a sua rede social, se o pretenderem. A maioria dos progenitores/cuidadores demonstram uma matriz de relações centrada na família, amigos e trabalho, não existindo outros elementos de socialização diferenciadores das suas experiências (e.g. actividades de lazer, desportivas e culturais) que permitam alterar a redundância da rede social presente, funcionando como escape das tensões que naturalmente emergem.

No parâmetro “parentalidade”<sup>3</sup> 16 sujeitos (69.56 %) identificam dificuldades na relação com o jovem, nomeadamente em aspetos relativos ao temperamento/comportamento deste (n = 6; 20.08 %), 3 estabelecem a origem destas dificuldades nas características dos jovens e dos pares, 1 verbaliza que as dificuldades relacionais se referem às suas próprias características pessoais e 7 progenitores/cuidadores não identificam qualquer dificuldade (30.43 %). Quatro progenitores/cuidadores (17.39 %) não sabem a origem das dificuldades e para 2 as dificuldades relacionais com os filhos têm origem apenas nos pares. Dez progenitores/cuidadores (43.47 %) indicam o início destas dificuldades relacionais com a entrada na adolescência, 3 consideram que a sua relação com o jovem foi muito difícil desde o nascimento deste. Dos 23 progenitores que responderam a este parâmetro, 13 (56.52 %) não sabem o que fazer para ultrapassar estas dificuldades, enquanto 2 destes apontam como solução a mudança pessoal do jovem e 1 refere a institucionalização. Nas famílias cujo internamento do jovem foi motivado por violência filio-parental (n = 3), quando questionados acerca da causalidade desta violência, 2 expressam um padrão de culpabilidade no parâmetro das relações familiares e 1 nega a existência de dificuldades relacionais. Para diminuir estas dificuldades relacionais, indicam o aumento da comunicação familiar (n = 2; 3.84 %) e 1 sujeito refere não saber. Estes progenitores vítimas de violência filio-parental tendem a referenciar aspetos positivos inespecíficos globais, isto é, aparentemente de forma paradoxal, valorizam positivamente a experiência da parentalidade com este jovem.

Verifica-se que os progenitores/cuidadores da amostra apresentam uma caracterização superficial e pouco discriminativa quer das dificuldades quer dos aspetos relacionais gratificantes. Esta situação poderá traduzir um papel parental distante, que evita conflitos, mas não é verdadeiramente supervisor nem de suporte efectivo aos jovens. Existe também um número significativo de progenitores/cuidadores (n = 15, 65.21 %) que aponta como causa destas dificuldades aspetos internalizados no jovem, não conseguindo na sua generalidade

---

<sup>3</sup> Este parâmetro não integrava a entrevista original, mas foi introduzido mediante o *feedback* dos progenitores entrevistados que sugeriram repetidamente que este seria um tópico que devia ser abordado. Assim, só a partir da entrevista 30 é que este parâmetro é trabalhado, o que resulta num n = 23 progenitores/cuidadores.

perceber a dimensão relacional dos problemas que os afectam. O número elevado de progenitores/cuidadores que diz “não saber” qual a estratégia para diminuir as dificuldades de relacionamento filio-parental e aquele que refere a necessidade de institucionalização do jovem, demonstra não mobilizar competências, não conseguindo alterar os padrões relacionais existentes. Outro aspecto relevante prende-se com a referência vaga a aspetos positivos da parentalidade (“tudo”; “ser mãe”), centrando-se no suporte afetivo que o jovem proporciona, indicando que a relação com este está marcada pela necessidade afetiva do progenitor/cuidador, o que confere ao jovem um poder relacional excessivo. De um modo geral, o relacionamento filio-parental é desmembrado, com dificuldades relacionais persistentes e de longa duração, que na sua generalidade são internalizadas pelos jovens e se constituem fatores de risco que potenciam o comportamento delinvente adolescente (Alarcão, 2002; IJzendoorn, 2002; Leblanc & Janosz, 2002).

Considerando o relacionamento parento-filial, os progenitores/cuidadores identificam dificuldades no relacionamento com o jovem, apontando como causas as características pessoais e internalizadas no jovem, negligenciando a dimensão relacional destas. Face à internalização das dificuldades nos jovens e ao início frequentemente precoce destas na vida familiar, entende-se que a maioria destes progenitores assumam desconhecer as soluções possíveis para a sua resolução, ou quando as apontam, refiram a mudança pessoal do jovem ou até mesmo a sua institucionalização. Assim, quando questionados acerca dos aspetos positivos da relação parento-filial, os progenitores referem uma valorização inespecífica centrada nos aspetos afetivos, isto é, no facto de serem progenitores ou cuidadores dos jovens e não pela existência de aspetos gratificantes pragmáticos na relação com este jovem. Estas dificuldades destacadas no relacionamento parento-filial podem traduzir a experimentação normativa do adolescente que Alarcão (2002) refere como o período de moratória familiar dos jovens. Todavia, nestas famílias, as dificuldades contextuais e relacionais amplificam-se recursivamente, limitando a capacidade de gestão adequada dos desafios familiares e do adolecer.

A descrição vaga que os progenitores/cuidadores fazem da relação parento-filial parece evidenciar um investimento superficial da sua parte, tal como referem Le Blanc e Janosz, (2002) quando descrevem estas famílias como apresentando laços afetivos fracos entre os pais e filhos, dificuldades no processo de vinculação e na supervisão, características que encontramos também no estudo de Martin et al. (2009), particularmente nas famílias anómicas, onde se enquadram os progenitores/cuidadores deste estudo. Percecionando-se

como pouco competentes na relação com os seus filhos, não conseguem identificar soluções possíveis para as dificuldades relacionais reconhecidas. Caracterizando-se pela distância relacional com os jovens, não especificam aspetos positivos no seu relacionamento, manifestando insuficiências na determinação de limites e na influência que exercem sobre estes, delegando frequentemente o seu papel de socialização em instituições sociais. Por outro lado, estes adultos tendem a desvalorizar os problemas de comportamento dos jovens, amplificando uma imagem idealizada dos adolescentes que têm à sua responsabilidade, assim como a dependência relacional e afectiva relativamente a estes.

### **Competências/recursos identificados**

#### *Área da saúde*

Os sujeitos entrevistados reconhecem os seus problemas de saúde física e as suas complicações e mencionam soluções possíveis (e.g. procura da intervenção médica e/ou mudança de estilo de vida, adotando estilos de vida saudáveis.). A existência de 49 cuidadores/progenitores (94.23 %) com assistência de saúde revela que estão atentos à sua saúde física e que utilizam as instituições de saúde como recurso.

Ao nível da saúde mental, os progenitores/cuidadores identificam a existência de problemas neste âmbito, constituindo-se este facto como um passo importante para solicitar ajuda ou permitir uma intervenção especializada.

Quanto ao abuso de substâncias, há 6 progenitores que referiram ter consumido no passado (11.53 %), mas relataram conhecer as complicações do abuso, apontando como estratégia para eliminar este problema a inibição/diminuição do consumo.

#### *Área social*

No parâmetro “educação/formação” a generalidade dos entrevistados considera ter competências de leitura e escrita em português (n = 42; 80.76 %) e apenas 4 (7.69 %) referem a possibilidade de perda das capacidades escolares que possuem. Dezassete progenitores (32.69 %) indicaram ter planos futuros de estudo com vista à obtenção de formação académica superior à atual, apontando na sua generalidade, para o nível de ensino seguinte ao que possuem atualmente. Quanto às dificuldades a enfrentar na concretização destes planos referenciam essencialmente as questões económicas (n = 4; 7.69 %), a falta de tempo (n = 4

sujeitos; 7.69 %), anunciando como soluções o procurar melhorar o rendimento pessoal e a melhor gestão do tempo.

No parâmetro “trabalho/emprego”, dos 17 progenitores/cuidadores desempregados, 8 (47.05 %) dizem ter planos concretos de emprego (47.05 %) e apontam acções específicas para concretizar estes planos. Dos progenitores/cuidadores com emprego, 9 (17.30 %) planeiam melhorar a situação laboral atual. Os dados apontam ainda para uma elevada coerência entre as dificuldades que os progenitores/cuidadores identificam para melhorar ou obter um emprego e as acções concretas que preconizam.

Relativamente às condições “habitacionais/mobilidade” verifica-se que todas as famílias têm um local de habitação, mas 19 progenitores/cuidadores (36.53 %) sentem necessidade de melhorar as condições habitacionais, procurando a mudança de casa/contexto social ou a realização de obras. A maioria dos entrevistados (n = 30; 57.69 %) considera possuir condições habitacionais e/ou de transporte adequadas. Verifica-se que 19 progenitores (36.53 %) apresentam uma elevada estabilidade habitacional com uma duração de permanência na habitação atual superior a 8 anos.

No parâmetro “pobreza” verifica-se que os progenitores/cuidadores identificam áreas afectadas pela pobreza (n = 31; 59.61 %) o que poderá permitir ativar a mobilização de competências na procura de melhores condições. Em conformidade com este reconhecimento, 29 sujeitos (55.76 %) apresentam planos/soluções concretas para fazer face às dificuldades identificadas no sentido de melhorar o rendimento atual (e.g. procura de trabalho ou um *part-time* - “trabalhar mais horas”; ativar recursos pessoais - “poupar”).

No parâmetro “segurança social/incapacidade” verifica-se que dos 23 progenitores/cuidadores que têm acompanhamento (44.23 % do total), 12 (23.07 %) verbalizam ter planos concretos de mudança e apenas 04 (7.69 %) vão no sentido de obter apoio, isto é, a maioria dos progenitores/cuidadores procura preferencialmente planos de mudança que não passam pela dependência deste sistema social.

#### *Área da conformidade social*

No parâmetro “Problemas Legais/delinquência”, todos os progenitores/cuidadores reconhecem a delinquência do jovem como um problema, com a maioria (n = 37; 71.15 %) a identificar acções concretas como possíveis soluções, o que confere uma dimensão reflexiva importante acerca desta dificuldade, estabelecendo aberturas para a intervenção. Para evitar a

delinquência do jovem, 37 progenitores/cuidadores (71.15 %) referem ter planos, que se centram num maior apoio e supervisão da sua parte (n = 12; 23.07 %), maior apoio e supervisão da parte de outros familiares (n = 5; 9.61 %), “dar conselhos” (n = 5; 9.61 %), inserção do jovem em formação (n = 7; 13.46 %) e mudança de área de residência/pares/influências (n = 3; 5.76 %).

É de salientar o número reduzido de progenitores com problemas legais/delinquência (n = 4; 7.69 %), o que pode constituir um indicador favorável, uma vez que o exemplo dado pelos progenitores/cuidadores enquanto modelos relacionais referenciais é importante, podendo assumir-se como figuras de referência válidas na crítica e nas tentativas de controlo do comportamento.

No parâmetro “Violência” o número de progenitores/cuidadores que referem o envolvimento em situações de violência como agressores (n = 4; 7.69 %) é reduzido, e tendem a identificar estratégias para diminuir esse envolvimento quer como vítimas (n = 14; 26.92 %) quer como agressores (n = 4; 7.69 %). Face à diminuição do envolvimento em violência, 15 progenitores/cuidadores (28.84 %) indicam estratégias baseadas em “evitar conflitos” (1 progenitor agressor), ou evitar relacionamento afetivo com novos companheiros (14 sujeitos do sexo feminino vítimas; 26.92 %).

Na “Dissonância Étnica/Social”, a maioria dos progenitores/cuidadores emigrantes referem sentir-se integrados no nosso país, existindo um número restrito de sujeitos com experiências de discriminação (n = 7; 13.46 %).

#### *Área das relações familiares*

No que diz respeito à “parentalidade” constata-se que, na sua generalidade, os progenitores/cuidadores evidenciam capacidade para percepcionar um relacionamento positivo com os jovens. Embora esta perceção seja baseada em elementos vagos, não deixam de ser percepcionados e valorizados positivamente, o que é importante em termos de sentimento de pertença e do investimento relacional. Quando questionados acerca dos aspetos positivos na parentalidade, referem aspetos globais (“tudo” – n = 6; 20.08 %), aspetos afetivos/relacionais (“companhia dele”; “ser mãe”, etc. – n = 16; 69.56 %), não indicando características particulares da relação ou do jovem.

Embora a generalidade dos estudos sobre a delinquência juvenil atribua uma especial relevância às fragilidades destas famílias e jovens, a análise das narrativas dos

progenitores/cuidadores da amostra em estudo revela também áreas de recursos que não podem ser ignoradas. Como recursos ou fatores protectores, os sujeitos deste estudo demonstram uma baixa incidência de abuso de substâncias aditivas, de problemas legais pessoais e como agentes de comportamentos violentos, situações que atenuam o impacto recursivo das fragilidades identificadas e constituem uma mais-valia na vida pessoal e familiar. Mesmo nas áreas em que denotam mais dificuldades e desafios, alguns progenitores/cuidadores conseguem identificar os problemas e refletir acerca destes, expressando soluções possíveis para cada um deles. Este facto remete-nos para a perspetiva de Pakman (2007) e Madsen (2007), que defendem que estas famílias enfrentam desafios múltiplos, apresentando *loops* recursivos de dificuldades para os quais conseguem descortinar soluções, desde que adequadamente trabalhadas num sentido construtivo, de conhecimento, respeito e colaboração na promoção da mudança. Com esta finalidade, Madsen (2007), Pakman (2007) e Benoit (2004) salientam a necessidade de uma mudança de perspetiva por parte dos interventores, em particular perante as famílias que vulgarmente são designadas de “difíceis” ou “resistentes”, através de uma intervenção que respeite a experiência e a perspetiva das famílias, conhecendo os seus significados sem impor as leituras profissionais. Esta relação profissional deverá ter presentes as dificuldades, mas também as competências existentes nestas famílias, numa perspetiva integrada que permita uma avaliação compreensiva da realidade familiar, facilitando a colaboração dos membros da família nos processos de mudança (Madsen, 2007).

## **Conclusão**

Um dos contributos originais do paradigma construcionista encontra-se na possibilidade de validar a “voz” dos sujeitos, valorizando as suas narrativas e leituras, como elementos fundamentais dos processos de significação inerentes à realidade da antisociabilidade juvenil. Pakman (2007) referia que o estudo de um grupo social por outro implica a leitura dos fenómenos a partir das grelhas de análise dos observadores, que estão impregnadas de discursos, conceitos e valores que são construídos com base em discursos científicos e sociais dominantes numa determinada dimensão sócio-histórica, impondo as suas ópticas e desqualificando as perspetivas dos sujeitos avaliados. Para colmatar estas dificuldades, Gergen, (2002), Madsen (2007), Martin et al. (2009) e Pakman (1999, 2004b, 2007) defendem a reconcetualização da postura do investigador e dos interventores face aos sujeitos, validando as descrições que estes fazem das suas vidas enquanto autores das suas histórias e

dos significados que atribuem; assim, os indivíduos são considerados sujeitos e não objetos de uma investigação (Madsen, 2007; Pakman, 1999, 2007), transportando para a pesquisa e para a intervenção, a realidade vivida e os significados que subjazem ao agir transgressivo individual e grupal.

Tendo em consideração as descrições dos progenitores/cuidadores sobre as diferentes áreas da entrevista, conseguimos identificar não só num conjunto de lacunas percebidas por estas pessoas, mas também um conjunto de recursos e competências que constituem elementos fundamentais dos processos de avaliação e de intervenção. As fragilidades identificadas pelos sujeitos da amostra emergem em múltiplos parâmetros, caracterizando-se por uma elevada incidência de doenças físicas e mentais, níveis académicos baixos, que implicam uma elevada proporção de desemprego ou trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, e que determinam na sua generalidade uma condição de pobreza, habitando em bairros sociais pautados pela transgressividade (situação tradutora de uma dissonância social relevante), com uma rede social pessoal restrita, condições que determinam que uma elevada proporção de famílias necessitem de acompanhamento pela Segurança Social. Estas dificuldades identificadas pelos progenitores/cuidadores vão ao encontro das formulações de Alarcão (2002), IJzendoorn (2002) e Leblanc e Janosz (2002) que referem a existência nas famílias destes jovens de um conjunto de condições sociais e económicas de risco, que constituem fatores contextuais que potenciam o emergir do comportamento delinvente juvenil.

No entanto, para além da capacidade de identificar as suas dificuldades, verificamos que estes progenitores conseguem mobilizar competências, identificando estratégias e soluções possíveis, que concretizadas poderão contribuir para a redução do impacto recursivo dos desafios que enfrentam.

Perante a capacidade evidenciada pelos cuidadores em identificar as dificuldades e em formular de soluções possíveis, uma questão torna-se agora pertinente: o que impede estes cuidadores de mobilizarem estas competências? Para responder a esta questão necessitamos por um lado, de compreender que perante as características identificadas neste estudo, poderemos concluir que são famílias que enfrentam múltiplos desafios, os quais como referem Pakman (2007) e Madsen (2007) têm um efeito recursivo entre si, configurando um ciclo de dificuldades que deteriora progressivamente a qualidade de vida pessoal e familiar; Por outro lado, necessitamos de reconhecer que os padrões relacionais descritos pelos cuidadores no exercício da parentalidade são lacunares em termos estruturais e afetivos,

configurando as características anômicas que referem Martin et al. (2009). Desta forma, os dados indicam-nos que não temos apenas famílias com dificuldades contextuais ou famílias apenas com perturbações ao nível das relações familiares, mas famílias que apresentam concomitantemente um padrão relacional específico, problemático face às necessidades de desenvolvimento dos filhos nesta etapa da adolescência e uma teia de desafios contextuais, fatores que conjugados, constituem obstáculos significativos à capacidade mobilizadora dos elementos familiares na análise e definição de possíveis estratégias de mudança (Madsen, 2007; Pakman, 2007).

Parece-nos ainda importante salientar um fator que parece ter sido determinante na possibilidade destas famílias refletirem acerca de si próprias, desde as suas dificuldades às soluções concretas e possíveis: a entrevista estruturada do PIRRFM (Pakman, 2007). Este instrumento permite coconstruir momentos de paragem reflexiva, em que para além da identificação e reflexão sobre os desafios, permite elaborar estratégias e soluções possíveis; Sobretudo, elaborar *estratégias* que são *suas*, perante as *suas dificuldades*, ou seja, validam-se as suas descrições e narrativas, desde os desafios às soluções, ativando as suas competências reflexivas e de acção face a problemas vividos como seus e não impostos por leituras externas, as quais, não lhes fazendo sentido, obstaculizam a relação com os interventores e a possibilidade de coconstrução de soluções possíveis (Madsen, 2007; Pakman, 2007).

Validando e ativando as leituras e descrições pessoais dos sujeitos da intervenção, validam-se as pessoas, confere-se-lhes o poder e a responsabilidade de serem atores e agentes das suas próprias mudanças, potenciando as explicações dos profissionais e dos sujeitos como uma estrutura com significados comuns partilhados. Quando as condições de avaliação e intervenção propiciam a possibilidade de os progenitores/cuidadores perceberem que têm valor e competências, que podem ser autores do seu projeto de vida, o investimento pessoal na mudança será claramente potenciado.

## **Avaliação do contexto familiar por adolescentes delinquentes. Contributo da Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas <sup>4</sup>**

### **Resumo**

Com recurso à entrevista estruturada do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (Pakman, 2007) realizou-se um estudo exploratório com 52 jovens delinquentes internados em centros educativos da Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais. Os dados, analisados com recurso a uma metodologia de métodos mistos, evidenciam que os jovens percecionam um padrão de múltiplas fragilidades caracterizado por uma elevada prevalência do consumo de substâncias aditivas, baixo nível académico, experiência laboral ilegal, rendimentos familiares precários, habitando de forma preponderante em bairros problemáticos, um percurso transgressivo grave e polimórfico com início predominante na fase inicial da adolescência e um comportamento agressivo frequente. Estes adolescentes referenciam como elementos relevantes da rede social pessoal os pares transgressivos anteriores ao internamento e relatam uma elevada incidência de acompanhamento familiar/individual pela segurança social.

**Palavras-chave:** adolescência, delinquência juvenil, famílias multidesafiadas, métodos mistos.

---

<sup>4</sup> Avaliação do contexto familiar por adolescentes delinquentes. Contributo da Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas. Submetido ao *Interamerican Journal of Psychology*.

## **Abstract**

Using the structured interview of the Risk Reduction Integrated Program for Multiproblematic Families (Pakman, 2007) an exploratory study with 52 adolescent offenders detained in educational centers of the General Directorate of Social Rehabilitation and Imprisonment Services was conducted. The data, analyzed through a mixed methods methodology, shows that adolescents perceive a pattern of multiple fragilities characterized by a high prevalence of addictive substances use, low academic achievement, illegal work experience, low family income, living preponderantly in troubled neighborhoods, a major polymorphic antisocial route, which begins in early adolescence, and a high frequency of violent behavior. These adolescents refer as relevant elements of personal social network their past antisocial peers and reported a high incidence of family/individual intervention by social security.

**Keywords:** adolescence, juvenile delinquency, multiproblem families, mixed methods.

## **Introdução**

Encarado pela generalidade da comunidade científica como um fenómeno complexo e multideterminado, a delinquência juvenil constitui uma realidade preocupante nas sociedades ocidentais (Fonseca, 2004; Rutter, 2004). O elevado número de jovens que inicia ou mantém uma carreira criminal, a gravidade dos crimes cometidos e a aparente fragilidade das intervenções dirigidas a este problema, traduzida nas elevadas taxas de reincidência mesmo após períodos (mais ou menos) longos e onerosos de intervenção, constituiu um problema com custos económicos e sociais relevantes.

Considerando a elevada probabilidade de reincidência (Fonseca, 2004; Rutter 2004), torna-se indispensável analisar o fenómeno delinquencial juvenil integrando diversas perspetivas que emergem no panorama atual dos estudos sobre este fenómeno, estabelecendo pontos de contacto entre suportes epistemológicos que, apesar de metodologicamente diferentes, se configuram como leituras complementares.

Procurando evitar a reificação das perspetivas e dos conceitos, mobiliza-se uma integração multidimensional de leituras e preconiza-se a desconstrução conceptual como elementos fundamentais da evolução científica, social e pessoal (Georgaca, 2001; Gergen, 2002, 2004; Morin, 2004; Negreiros, 2001). Com base nestas premissas, procuramos analisar os resultados da aplicação de uma entrevista estruturada a um grupo de 52 jovens internados em centros educativos, articulando perspetivas diferentes, mas complementares na compreensão das descrições que estes jovens efetuam acerca de um conjunto de variáveis que constituem condições da sua vida.

### **Delinquência juvenil: Do individual ao sujeito contextualizado**

Múltiplas investigações têm procurado evidenciar as características individuais dos jovens delinquentes como fatores de risco ou de proteção, que conjugados com determinados fatores contextuais potenciam ou inibem a conduta delinvente (Carrol, Houghton, Hattie, & Durkin, 2004; Farrington, 2004; Fonseca, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Negreiros, 2001; Rutter, 2004; Thornberry & Krohn, 2004). Nesta linha compreensiva, procuram-se desenvolver teorias explicativas integradoras acerca deste fenómeno, articulando as características individuais dos jovens com determinadas condições do meio.

No âmbito destas leituras compreensivas do fenómeno delinquencial, Lahey e Waldman (2004) procuram conjugar uma entidade sociológica (delinquência juvenil) e uma entidade clínica (distúrbio de comportamento) numa categoria abrangente que designam como *problemas de comportamento*. Na origem destes problemas de comportamento estarão interligados os fatores individuais de risco (e.g. o temperamento, dificuldades no plano intelectual, ousadia, impulsividade e força física) com os fatores contextuais (e.g. o baixo nível socioeconómico, ser filho de mãe adolescente, comportamentos antissociais e/ou problemas de saúde mental dos pais e a influência dos pares) (Lahey & Waldman, 2004). A maior ou menor probabilidade de emergência do comportamento antissocial decorrerá da interação entre as condições contextuais de risco e um temperamento caracterizado por *emotividade negativa*, um nível elevado de atrevimento/ousadia e um nível reduzido de prossociabilidade/consciência moral (Lahey & Waldman, 2004). Embora salientando a interdependência entre os fatores individuais e contextuais, Lahey e Waldman (2004) atribuem um peso diferente a cada um deles para o início da carreira transgressiva: os fatores individuais serão relevantes para os problemas de comportamento de início precoce e os fatores contextuais terão uma maior relevância na transgressividade de início tardio.

Numa linha de estudo metodologicamente semelhante, Thornberry e Krohn (2004) propõem o modelo interaccional da delinquência juvenil, onde defendem que o desenvolvimento de padrões comportamentais delinquentes decorre da interação estabelecida com o meio ao longo do percurso de vida. Thornberry e Krohn (2004) preconizam que as crianças e os adolescentes inseridos em meios sociais desfavorecidos revelam uma grande probabilidade de apresentar um elevado número de défices nas áreas familiares, escolares, no grupo de pares e nas características pessoais, assim como de sofrer o efeito cumulativo destes défices ao longo da sua vida, contrariamente às crianças que nascem e vivem em meios socioeconomicamente mais favorecidos. A influência recíproca entre o temperamento desafiante, as dificuldades na supervisão e a pobreza (que implica a vivência em contextos habitacionais problemáticos e a exposição a pares delinquentes), potenciam as oportunidades de desvio e a probabilidade de o jovem adotar padrões de comportamento antissocial (Thornberry & Krohn, 2004). Em particular a pobreza, limitará a superação do ciclo de dificuldades, influenciando negativamente a educação e o desenvolvimento dos jovens, debilitando os laços afetivos e aumentando os níveis de conflituosidade familiar, dificuldades agravadas pelo temperamento e défices neuropsicológicos dos jovens, facilitando assim o emergir e a continuidade da atividade antissocial (Thornberry & Krohn, 2004).

Carrol et al. (2004) propõem o *Modelo dos Objetivos de Aumento da Reputação*, no qual preconizam que os adolescentes têm condições (estatuto socioeconómico, idade, família, origem étnica, género, capacidade cognitivas) e oportunidades que influenciam a escolha de objetivos sociais conformistas ou não conformistas, decisivos na gestão da reputação do jovem junto dos pares. Esta reputação é construída em grupo, regulando a identidade individual de acordo com a forma como desejam que os pares os percecionem, funcionando o *feedback* acerca do seu desempenho como indicador fundamental da sua reputação (Carrol et al., 2004). Quanto mais desafiantes forem os objetivos e eficaz a sua concretização, melhor será a autorrepresentação do adolescente e a respetiva reputação junto dos pares, o que em contextos sociais de risco determina uma elevada probabilidade de envolvimento na atividade transgressiva juvenil (Carrol et al., 2004). Na gestão desta reputação identitária, os comportamentos do adolescente devem ter visibilidade numa determinada audiência; assim, a reputação apenas pode ser construída se o adolescente for visto a transgredir as normas, fornecendo um conjunto de provas públicas da sua motivação *não conformista* (Carrol et al., 2004). A atitude não conformista é, então, uma escolha do adolescente e as suas ações uma prova para o grupo da reputação de duro e eficaz. Desta forma, compreende-se que no início e na fase intermédia da adolescência exista uma maior pressão para atingir um elevado estatuto, o que implicará uma maior atividade delinvente; na fase final da adolescência a transgressão social terá por objetivo manter a reputação ou estatuto conquistados (Carrol et al., 2004).

No âmbito da investigação que releva os processos identitários na génese do comportamento delinvente, Gergen (2004) numa abordagem construcionista, desenvolveu um estudo qualitativo sobre comportamentos de risco com adolescentes delinquentes, procurando conhecer os significados atribuídos ao comportamento transgressivo. O autor verificou que os comportamentos de risco são percebidos como formas de expressão que permitem estabelecer critérios de identidade e formas de diferenciação face aos outros, em função das quais se definem padrões de conduta, códigos de comunicação, preferências, que caracterizam estes jovens e que os distinguem dos demais. A identidade na qual o risco é valorizado estabelece-se através de narrativas que partilham significados acerca da história e do valor de pertencer a um grupo transgressivo, que constituem aspetos identitários fundamentais para estes jovens (Gergen, 2004). O autor conclui que os discursos sociais dominantes atribuem uma significação problemática e internalizada na adolescência que determinam leituras e intervenções centradas nos *deficits* individuais, impedindo o acesso a

uma visão centrada no impacto dos contextos vivenciais e nas relações que os adolescentes estabelecem entre si (Gergen, 2004).

Partindo do contributo destas diferentes perspetivas, desenvolvemos um estudo qualitativo que pretende identificar a perceção e as narrativas que os adolescentes delinquentes têm sobre um conjunto de áreas que constituem variáveis contextuais relevantes: saúde, área social, conformidade social e relações familiares. Procuramos conhecer o seu entendimento acerca das dificuldades e necessidades existentes, do risco futuro, bem como das estratégias e recursos que os adolescentes estabelecem face às necessidades identificadas, partindo dos seus próprios discursos.

### **Metodologia**

Para proceder à análise das descrições dos jovens utilizámos um *Design* de Métodos Mistos (Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009), designadamente o *Design* Sequencial Transformativo QUAL + Quan (Creswell, Clark, Gutmann, & Hanson, 2003). Iniciando o estudo através da aplicação da *Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas* (Pakman, 2007) e a recolha de dados biográficos, seguiu-se a fase quan onde se recorreu à análise exploratória univariada dos dados, com recurso ao programa de *software* de análise estatística SPSS (SPSS Inc., Chicago, IL) como descrito em Maroco (2007). Os dados *Qual* e *quan* foram integrados durante a fase de interpretação dos dados.

### *Amostra*

A amostra é constituída por 52 adolescentes do sexo masculino (constituindo 26 % do total de 200 jovens do sexo masculino internados à data da recolha de dados), num processo de amostragem de conveniência a partir da população de jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento nos centros educativos do Ministério da Justiça (Tabela 2).

**Tabela 2.** Caracterização da amostra de adolescentes

Tipologia de crime N = 52	Tipologia de regime N = 52	Duração da medida N = 52
Furto - 2	Regime aberto - 10	< 1 ano - 4 jovens (7.69 %)
Roubo - 14	Regime semiaberto - 33	1 ano - 4 jovens (7.69 %)
Ofensa integridade física - 10	Regime fechado - 9	De 1 a 2 anos - 39 jovens (75 %)
Furto, Roubo e Ofensa integridade física - 21		> a 2 anos - 5 jovens (9.61 %).
Violação - 1		
Homicídio/Tentativa homicídio - 1		
Múltiplos incluindo violação - 2		
Múltiplos incluindo homicídio - 1		

Nesta amostra, 83.7 % dos jovens encontram-se no intervalo etário entre os 15 e os 17 anos de idade, sendo a idade mínima de 13 anos e máxima de 18 anos; a média de idades é de 15.87 anos e o desvio padrão de 1.15 anos; 78.8 % dos jovens são autóctones sendo que destes, 23.1 % são de nacionalidade portuguesa filhos de africanos, 17.3 % são estrangeiros de origem africana e 3.8 % (2 participantes) são de etnia cigana.

Verifica-se a existência do predomínio das modalidades polimórficas dos crimes de furto, roubo e ofensa à integridade física (n = 21, 40.38 %); se juntarmos os jovens com múltiplos crimes incluído a violação e ou homicídio/tentativa de homicídio, a transgressividade polimórfica atinge 24 jovens (46.15 %). Com a prática de apenas um destes tipos de crime surgem 26 jovens (50 %), constituindo a esmagadora maioria da tipologia criminal existente. Os crimes de maior gravidade tais como a violação (n = 3, 5.79 %) e o homicídio/tentativa de homicídio (n = 2, 3.84 %) revelam-se muito menos prevalentes nesta amostra.

Relativamente às características do internamento aplicado a estes adolescentes, predomina o regime semiaberto com uma duração de 1 a 2 anos de internamento (n = 33, 63.46 %), seguido do regime aberto com uma duração de medida inferior a 1 ano (n = 4, 7.69 %), com um ano de medida (n = 4, 7.69 %) e com mais de 1 ano e menos de 2 anos de medida (n = 2, 3.84%). Dos jovens em regime fechado 5 (9.61 %) tinham uma medida superior a 2 anos de duração e 4 (7.69 %) cumprem uma medida de duração entre 1 e 2 anos.

### *Instrumento*

O instrumento consiste na entrevista estruturada do *Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas* (PIRRFM; Pakman, 2007), utilizada no trabalho em psiquiatria e saúde mental comunitária com populações desfavorecidas nos Estados Unidos,

por Marcelo Pakman. A entrevista foi traduzida pela técnica da retrotradução e adaptada a partir da avaliação dos participantes relativamente à sua aplicação, particularmente na identificação de dificuldades, da ativação de sentimentos/afetos e da percepção da utilidade. Avalia cinco áreas da vida pessoal e familiar dos participantes, cada uma constituída por vários parâmetros (Tabela 3), de acordo com três questões: caracterização da situação atual nesse parâmetro; identificação das dificuldades/obstáculos que podem emergir; identificação de pequenos passos para a resolução da situação.

Com autorização do autor, foi acrescentado à entrevista original o parâmetro *parentalidade*, decorrente do *feedback* dos progenitores entrevistados, sugerindo este tópico como fundamental no âmbito desta entrevista. Assim, só a partir da entrevista 30 é que este parâmetro é trabalhado, o que resulta num  $n = 23$  jovens.

### *Procedimentos*

Procedeu-se à recolha dos dados em cinco dos seis centros educativos (Coimbra, Lisboa e Porto) após a autorização prévia da Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais. O momento para a administração da entrevista coincidiu com as visitas ao fim de semana que os familiares fizeram aos jovens internados. Precedendo a aplicação da entrevista, todos os jovens e respetivos familiares foram informados sobre a pesquisa e o instrumento a administrar. Após obter o consentimento informado (Apêndice A), a entrevista foi aplicada em sessões individuais, no centro educativo respetivo, em espaço próprio, assegurando a descrição e confidencialidade necessárias.

### *Estudos de validação*

A entrevista do PIRRFM foi analisada através da Análise Fatorial Exploratória, utilizando como método de extração dos fatores a Análise de Componentes Principais, com rotação Varimax (normalização Kaiser). A estrutura fatorial resultante desta análise compõe-se de cinco fatores que explicam 65.15 % da variância total (Tabela 3).

**Tabela 3.** Áreas e parâmetros da entrevista após a aplicação da Análise Fatorial Exploratória (método de extração dos fatores: Análise de Componentes Principais, rotação Varimax com normalização Kaiser;  $N = 104$ ).

<i>Fatores</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>% Variância Explicada</i>
<b>Fator 1</b> - Conformidade social	Comportamento aditivo, Trabalho e emprego, Problemas legais/delinquência, Violência, Pobreza	27.6 %
<b>Fator 2</b> – Social	Educação e Formação, Condições habitacionais/mobilidade	10.0 %
<b>Fator 3</b> – Rede social	Rede Social	9.2 %
<b>Fator 4</b> - Relacionamento familiar, apoio externo e saúde física	Saúde física, Segurança Social/Incapacidade, Parentalidade	9.2 %
<b>Fator 5</b> – Saúde mental e discriminação	Saúde mental, Dissonância étnica/social	9.1 %

No final da entrevista foi solicitado aos jovens que dessem a sua opinião acerca da administração do instrumento e de possíveis efeitos sentidos, através do parâmetro *Adesão e envolvimento no processo de entrevista*.

Os estudos de precisão foram desenvolvidos com recurso à análise da consistência interna através do coeficiente Alfa de Cronbach. O valor global obtido é de 0.71, que se pode considerar um valor de consistência interna baixo (Murphy & Davidsholder, 1998).

## **Resultados**

Através da análise das 52 entrevistas verificou-se que estes jovens identificam um conjunto de dificuldades em várias áreas da vida pessoal e familiar, mas evidenciaram também conseguir identificar soluções possíveis para os problemas identificados. Assim, os resultados vão ser apresentados numa estrutura que engloba duas grandes secções: a) Dificuldades e vulnerabilidades familiares; b) Competências/recursos identificados.

### **Dificuldades e vulnerabilidades identificadas**

#### *Área da saúde*

A doença física é referida por 7 jovens (13.46 %), 4 dos quais (7.69 %) apontam doenças crónicas (asma, diabetes, tumor renal) para as quais recebem tratamento. Quarenta participantes (76.92 %) têm acompanhamento pelo médico de família, quando necessário, e

12 jovens (23.08 %) mencionam ter acompanhamento, mas sem saber quem é o médico assistente. Dos 7 jovens que relatam doenças físicas, 3 identificam as suas possíveis complicações, apontando para as evitar: a toma de medicamentos, o tratamento médico e o estilo de vida; no entanto, 4 deles dizem desconhecer as possíveis complicações da doença e da falta de tratamento da mesma.

No que respeita à doença mental, 6 participantes (11.53 %) referem perturbações deste foro, que identificam como problemas de comportamento, fornecendo uma descrição destes problemas como estando centrados nos próprios; nenhum jovem identifica as possíveis complicações pessoais decorrentes destes problemas, o que constitui uma desvalorização do impacto destas dificuldades, negligenciando as condições pessoais de saúde mental. Todos os jovens que relatam este tipo de problemas pessoais expressam ter tratamento especializado atual (no centro educativo onde se encontram) ou anterior ao internamento.

Face ao parâmetro abuso de álcool/drogas, uma elevada proporção de jovens menciona o consumo anterior ao internamento ( $n = 38$ , 73.07 %), relativamente ao qual não procuraram qualquer tratamento; os jovens desvalorizam este consumo, assim como as possíveis complicações daqui decorrentes. Na amostra predomina o consumo conjunto de álcool e drogas ( $n = 18$ , 34.61 %), de drogas ( $n = 12$ , 23.07 %) e de álcool ( $n = 8$ , 15.38 %). Dos jovens consumidores apenas 1 se considera dependente (heroína e cocaína), sendo o único que refere o tratamento atual específico da problemática aditiva. Dos 38 jovens com história de consumo de substâncias 6 (11.53 %) dizem realizar um esforço para alterar o padrão de consumo definindo como estratégias “evitar os colegas” ( $n = 2$ , 3.84 %), “pensar em não utilizar” ( $n = 3$ , 5.76 %), aproveitar o facto de não poderem consumir álcool ou drogas no CE ( $n = 1$ ). Dos jovens consumidores, 25 (71.42 %) conhecem as complicações físicas e/ou psicológicas destes consumos e como reduzi-las (“deixar de consumir”, “consumir menos”) mantendo, no entanto, intenção de continuar a utilizar estas substâncias; 11 participantes (28.94 %) referem não conhecer as complicações; e 2 (5.26 %) conhecem as complicações, mas não sabem como evitá-las.

### *Área social*

O parâmetro educação/escola/formação indica-nos que o 4.º ano constitui o nível escolar mais frequente ( $n = 32$ , 61.53 %), seguido pelo 2.º ciclo ( $n = 18$ , 34.61 %), e apenas 2 jovens (3.84 %) possuem o 3.º ciclo. Todos os participantes da amostra defendem que não irão

perder competências adquiridas na escola e apenas 1 (etnia cigana) refere que escreve e lê com dificuldade. Todos os jovens frequentam no interior do centro educativo cursos de Educação e Formação de Adultos; todavia, 25 jovens (48.07 %) não têm quaisquer planos ou objetivos concretos de estudo no futuro; 27 (51.92 %) referem planos de estudo futuros, pretendendo concluir o ciclo de estudos subsequente (n = 5, 9.61 %, aspiram concluir o ensino secundário e 1 jovem menciona prosseguir para o ensino universitário). São 14 os jovens (26.92 %) que reconhecem dificuldades para continuar a estudar: 3 (5.76 %) referem um hipotético acontecimento trágico com os familiares; 6 (11.53 %) destacam as dificuldades pessoais de comportamento; 3 (5.76 %) apontam o desemprego e 1 destaca a desmotivação académica. Como possibilidade de superar estas dificuldades são referidos: o afastamento dos pares problemáticos (n = 6, 11.53 %), “não usar álcool ou drogas” (n = 2, 3.84 %) e “portar-me bem” (n = 4, 7.69 %). Os resultados parecem indicar que embora todos os jovens frequentem atualmente um ciclo de estudos, esta frequência dever-se-á ao cumprimento da atual medida de internamento e não pela valorização pessoal da formação escolar, revelando um elevado nível de desmotivação académica (jovens sem planos de estudo, n = 25, 48.07 %).

Considerando o parâmetro trabalho/emprego a maioria dos jovens (n = 44, 84.61%) nunca trabalhou, mas 8 (15.38 %) tiveram experiência de emprego precoce (n = 6, 11.53 %, entre os 13 e os 16 anos; n = 2, 3.84 %, antes dos 10 anos de idade), sendo explorados pelos empregadores a partir das situações de fragilidade pessoal, familiar e social existentes.

A maioria dos jovens não identifica dificuldades em arranjar emprego, mesmo não apresentando qualquer experiência laboral prévia (n = 44, 86.61 %). São apenas 4 (7.69 %) os que reconhecem dificuldades em encontrar trabalho no futuro, mas não sabem como diminuí-las. Os participantes, na sua generalidade (n = 42, 80.76 %), referem estratégias vagas com vista a entrada no mercado de trabalho (n = 8, 15.38 %, verbalizam “procurar”); n = 6, 11.53 % falam em “estudar” ou “acabar os estudos” e n = 3, 5.76 %, apontam “não fazer asneiras” ou “portar bem”.

No que respeita às condições habitacionais/mobilidade os participantes identificam a habitação como casa própria (n = 41, 78.84 %), casa de habitação social (n = 4, 7.69 %), habitar em casa de outros familiares (n = 2, 3.84 %), instituição da Segurança Social (n = 2, 3.84 %), quarto alugado com a progenitora (n = 1), habitar numa barraca (n = 1) e encontrar-se atualmente desalojado devido ao conflito com os progenitores (n = 1).

Considerando os planos futuros para melhorar as condições de habitação/transporte, 25 jovens (48.07 %) não têm quaisquer planos e 24 (46.15 %) indicam ações/ideias para concretizar estes planos que se centram essencialmente: em “trabalhar” ou “arranjar trabalho” (n = 12, 23.07 %), “não fazer asneiras”, “melhorar o comportamento” (n = 6, 9.61 %), “comprar, ter uma casa nova” e/ou “carro” ou “arranjos em casa” (n = 6, 9.61 %).

Relativamente às dificuldades para melhorar habitação/transporte, 36 jovens (69.23 %) não identificam quaisquer dificuldades, 7 (13.46 %) indicam como dificuldades “não ter emprego” (n = 6, 11.53 %) e 1 refere “as pessoas que me querem ver mal”. Para superar esses desafios apontam como estratégias: “procurar trabalho” (n = 6) e “afastar-me das pessoas que me querem ver mal” (n = 1). Três participantes (5.76 %) identificam dificuldades (falecimento de familiar, n = 1, 1.92 %; “não ter dinheiro”, n = 2, 3.84 %), mas verbalizam não saber como ultrapassá-las.

No que concerne ao parâmetro pobreza, 39 jovens (75 %) desconhecem o rendimento mensal familiar e 11 (21.15 %) indicam um rendimento inferior ao limiar de pobreza. É curioso notar que apenas 10 jovens (19.23 %) se consideram pobres.

Refletindo sobre as consequências da pobreza, 39 jovens (75 %) não encontram áreas afetadas e 13 (25 %) destacam consequências a nível do vestuário, transporte e habitação. A maioria dos jovens (n = 43, 82.69 %) tem planos para melhorar o rendimento, referenciando: iniciar atividade laboral (n = 39, 75 %) e estudar/trabalhar (n = 4, 7.69 %); seis jovens (11.53 %) não são capazes de conceber planos para melhorar o rendimento pessoal/familiar.

No que respeita às dificuldades para melhorar o rendimento, 33 jovens (63.46 %) referem não identificar dificuldades, 8 (15.38 %) mencionam dificuldades tais como o “desemprego” (n = 5, 9.61 %) e “a escola” (n = 3, 5.76 %). Para superar as dificuldades referidas, os jovens apontam como ações: “ter emprego” e estudar/frequentar um curso de formação profissional, respetivamente. Neste parâmetro, verifica-se que um elevado número de jovens relata não ter consequências da pobreza (n = 39, 75 %), evidenciando ignorar as implicações que esta situação tem nas suas vidas em termos pessoais e familiares. Outro aspeto relevante consiste no facto dos jovens não reconhecerem que a baixa escolaridade atual constitui um obstáculo na melhoria do rendimento e da qualidade de vida futuros.

No parâmetro segurança social/incapacidade, 19 jovens (36.53 %) indicam um acompanhamento pela segurança social dirigido essencialmente a si próprio (n = 7, 13.46 %) e ao global do núcleo familiar (n = 12, 23.07 %). Anunciam como razões para esta

intervenção as dificuldades pessoais/comportamento (n = 7, 13.46 %) e as múltiplas dificuldades (económicas, parentais, conflitos familiares: n = 5, 09.61 %); sete jovens (13.46 %) expressam desconhecimento pelo que motivou este acompanhamento.

São 10 (19.23 %) os participantes que verbalizam algum tipo de limitação na família: na fratria (um irmão amblíope, n = 1); nos avós (n = 2); incapacidade física crónica num dos progenitores (n = 6, 11.53 %) e 1 jovem menciona incapacidade pessoal crónica por nefrectomia. Relativamente aos planos de mudança face ao acompanhamento da segurança social, 46 jovens (88.46 %) verbalizam ter planos, mas não os especificam; dois (3.84 %) não têm planos de mudança e 4 (7.69 %) apresentam planos de mudança concretos: (obter a “reforma do meu pai na segurança social”, “trabalhar e assim já não preciso da assistente social”, “não vou mais para a casa deles (pais), vou viver sozinho”, “melhorar o meu comportamento”).

#### *Área da conformidade social*

No que respeita ao parâmetro problemas legais, 24 jovens (46.15 %) descrevem uma tipologia criminal polimórfica (predominantemente o roubo, agressão e furtos); os crimes de violação, homicídio/tentativa de homicídio apresentam uma taxa residual, registando-se 1 sujeito em cada um deles. Como causas destes comportamentos, os jovens expressam dificuldades internas/pessoais que definem como problemas pessoais/ de personalidade (n = 17, 32.69 %), conjugação das dificuldades pessoais/de personalidade com a influência dos pares (n = 11, 21.15 %); influência dos pares (n = 7, 13.46 %), necessidades económicas (n = 6, 11.53 %), conjugação da influência dos pares com as necessidades económicas (n = 3, 5.76 %). Cinco jovens (9.61 %) dizem desconhecer as razões da prática transgressiva pessoal.

No que concerne às complicações possíveis dos seus atos transgressivos, 39 participantes (75 %) não esperam mais complicações legais, 7 (13.46 %) esperam complicações decorrentes de processos pendentes e 6 (11.53 %) referem “não sei”. Os obstáculos referidos como podendo dificultar uma melhor relação com a justiça são o desemprego e os processos legais pendentes (n = 17, 32.69 %); mas 35 jovens (67.30 %) não encontram quaisquer dificuldades.

Relativamente aos planos para melhorar a situação legal indicam como planos: não cometer ilícitos (n = 31, 59.61 %), trabalhar e/ou estudar (n = 12, 23.07 %) e emigrar (n = 1).

Na questão relativa às possíveis condições que os jovens consideram que podem dificultar a melhoria da situação legal atual, 13 (19.23 %) mencionam o desemprego; 3 (5.76 %) a existência de mais processos legais/mais medidas de internamento; 2 (3.84 %) a influência negativa dos pares; 2 (3.84 %) os conflitos familiares; 2 jovens (3.84 %) referem o “vício de roubar” e 1 jovem verbaliza o facto de “não acreditarem em mim”.

Como resoluções possíveis para melhorar a situação legal atual, 4 participantes (7.69 %) referem trabalhar e/ou estudar; 2 (3.84 %) sugerem o afastamento dos pares e a mudança de residência e 2 (3.84 %) mencionam o “portar-me bem” e “ficar aqui” (no centro educativo).

Os jovens identificam problemas legais em familiares, nomeadamente: irmãos (n = 9, 17.30 %), primos/tios (n = 5, 9.61 %) e mãe (n = 1). Os factos cometidos pelos familiares descritos incluem: roubos (n = 4, 7.69 %), múltiplos crimes (n = 3, 5.76 %), tráfico de droga (n = 4, 7.69 %) e homicídio (n = 1). Os jovens mencionam como causas das práticas transgressivas dos familiares as necessidades económicas e influência dos pares (n = 5, 9.61 %) e a personalidade do familiar (n = 2, 3.84 %). Sete jovens (13.46 %) verbalizam não saber as causas deste comportamento.

Um aspeto a salientar neste parâmetro decorre do facto de um elevado número de jovens (n = 44, 84.61 %) não identificar dificuldades para melhorar a relação com a justiça o que, em função dos contextos sociais, relacionais e familiares, coloca em evidência a superficialidade da análise das condições inerentes à génese e continuidade da prática transgressiva pessoal.

No parâmetro violência, 40 participantes (76.92 %) reconhecem-se como agressores descrevendo uma frequência da violência como um único episódio (n = 16, 30.79 %), 19 (36.53 %) indicam várias vezes ao ano sem especificar e 4 (7.69 %) relatam o recurso diário à violência, todos eles num contexto diferente daquele em que tiveram a prática transgressiva que os conduziu ao internamento atual. Curiosamente, 10 jovens (19.23 %) negam a adoção de quaisquer comportamentos violentos e 3 jovens identificam-se exclusivamente como vítimas no contexto intrafamiliar.

Focando nas consequências decorrentes do seu comportamento agressivo, 21 jovens (40.38 %) não identificam quaisquer consequências, 21 (40.38 %) apontam o atual internamento; 2 (3.84 %) referem a aplicação de processos legais; 3 (5.76 %) mencionam a aplicação de processos escolares e 2 (3.84 %) desconhecem as consequências. No que respeita à possibilidade de repetição da violência, 25 jovens (48.07 %) verbalizam que não irão repetir

os atos violentos, mas 12 jovens (23.07 %) referem que voltarão a envolver-se em agressões na sequência da existência de conflitos.

Questionados acerca de como reduzir/eliminar o envolvimento em situações de violência, 36 jovens (69.23 %) apresentam como estratégia o evitar os pares e os contextos de risco, considerando esta situação dependente exclusivamente do seu controlo; 10 (19.23 %) mencionam não se envolver em violência e 4 (7.69 %) não sabem como evitar/diminuir o seu envolvimento.

No parâmetro dissonância étnica/social, na sua maioria (n = 30, 57.69 %) os jovens reportam-se como autóctones (ou, sendo filhos de estrangeiros, nasceram em Portugal, n = 13, 25 %); 7 (13.46 %) são de origem africana e dois (3.84 %) são de etnia cigana, não referenciando qualquer dificuldade com a língua portuguesa, nem estatuto de minoria; 48 participantes (92.30 %) consideram não ter vivido experiências de discriminação, sentindo-se integrados no país e não acreditam que a discriminação possa aumentar. Contudo, 4 jovens (7.69 %) narram experiências de discriminação, 3 por motivos raciais e 1 por motivos familiares (“os meus pais chamavam-me drogado”).

Os jovens da amostra não perspetivam a vivência em bairros sociais e/ou degradados como uma situação de dissonância social/cultural, identificando-se com a dinâmica relacional impressa nestes contextos. É importante realçar que os jovens desvalorizam o comportamento delinvente como fator de discriminação ou de dissonância social, existindo apenas 3 participantes (5.76 %) que expressam a necessidade de abandonar o comportamento delinvente com vista a melhorar a integração social.

#### *Área das relações familiares*

Considerando o parâmetro rede social, os jovens assumem como elementos da sua rede social atual a família e a escola (n = 34, 65.38 %); a família, os amigos e a escola (n = 7, 13.46 %); a família e amigos (n = 4, 7.69 %); a família (n = 6, 11.53 %) e apenas a mãe (n = 1). Uma vez que se encontram em centro educativo, a frequência escolar dos cursos de educação e formação de adultos parece constituir para os participantes da amostra um lugar privilegiado de interação social e de estabelecimento de vínculos relacionais com adultos e pares, compreendendo-se desta forma a razão porque se estabelece como parte relevante da rede social pessoal. No que respeita ao número de pessoas da rede pessoal, 40 jovens (76.92 %) mencionam que esta diminuiu, referindo como causa as limitações impostas no

cumprimento da sua medida de internamento. Contudo 10 (19.23 %) consideram que a rede social pessoal se manteve.

Refletindo sobre os planos para aumentar a rede social pessoal no futuro, 25 jovens (48.07 %) tendem a responder que não têm esse interesse, mas 22 (42.30 %) mencionam pretender aumentar a sua rede social, especificamente através do restabelecimento das relações com o grupo de pares depois de terminada a medida de internamento. No que respeita às dificuldades no aumento do número de contactos com os elementos da rede social pessoal, 35 jovens (67.30 %) não identificam quaisquer impedimentos verbalizando que bastará terminar a atual medida de internamento. Contudo, 5 jovens (9.61 %) apontam como dificuldades o facto de estarem a cumprir a atual medida, indicando como condições “acabar a medida” (n = 3, 5.76 %), “não ter mais problemas com a justiça” (n = 1, 1.92 %) e “portar-me bem” no centro educativo (n = 1).

Como se pode verificar, um elevado número de jovens pretende retomar os contactos com os pares que compõem a sua rede social pessoal anterior, no final da atual medida de internamento (n = 22, 42.30 %). Esta motivação pessoal constitui uma vulnerabilidade relevante, na medida em que os jovens confirmam a importância destes pares no seu comportamento delinvente. Ainda neste âmbito, os jovens não manifestam interesse em atividades pró-sociais, nomeadamente atividades de lazer, desportivas e culturais.

No parâmetro parentalidade (n = 23), 13 jovens (56.52 %) não identificam dificuldades no relacionamento com os progenitores/cuidadores, mas 8 (34.78 %) verbalizam problemas nesta área e 2 (8.69 %) dizem desconhecer possíveis dificuldades. Há a salientar que 5 jovens (21.73 %) não sabem que aspetos positivos poderão identificar no relacionamento com os seus progenitores/cuidadores e um dos participantes considera que “nada é bom” neste relacionamento, não concretizando características e especificidades relacionais que suportem a sua avaliação.

Os jovens que reconhecem dificuldades na relação filio-parental, referenciam como causa as suas próprias características pessoais e as do progenitor/cuidador (n = 3, 13.04 %), apenas as características dos progenitores (n = 2, 8.69 %) e 3 (13.04 %) dizem não saber. De salientar que a atribuição de causalidade baseada em aspetos pessoais internos do próprio e do progenitor dificultará a emergência da compreensão relacional destas dificuldades, saturando as relações com atribuições de culpabilidade nos conflitos entre ambos.

Quando questionados acerca das possíveis soluções para diminuir estas dificuldades relacionais com os progenitores, 4 jovens (17.39 %) mencionam a necessidade de melhorar o seu comportamento pessoal, e 1 expressa não querer melhorar a relação com os progenitores/cuidadores, enquanto e 5 participantes (21.73 %) não sabem como melhorar esta relação.

### **Competências/recursos identificados**

Para além da perceção das dificuldades/problemas, os jovens da amostra em estudo foram capazes de identificar um conjunto de competências e recursos pessoais e familiares que passamos agora a analisar.

#### *Área da Saúde*

No que respeita à saúde física, 43 jovens (86.54 %) mencionam ter acedido a assistência médica quando necessário, indiciando que conhecem os recursos comunitários existentes e que lhes são assegurados os cuidados de prevenção, vigilância e tratamento necessários.

A nível da saúde mental, alguns jovens (n = 6, 11.53 %) demonstram abertura para admitir a presença de problemas deste âmbito, situação que se poderá constituir como um passo importante para solicitar ajuda ou permitir uma intervenção especializada. De salientar que todos os jovens que identificaram problemas de saúde mental atual referem tratamento providenciado no centro educativo onde se encontram.

Ao nível do abuso de álcool e/ou drogas, o facto de 25 participantes (48.07 %) identificarem as complicações possíveis do consumo de substâncias aditivas e demonstrarem disponibilidade para abordar as características do seu consumo, constituem aspetos positivos que podem ser ativados para a implementação de intervenções específicas sobre esta problemática.

#### *Área Social*

No parâmetro educação/escola/formação nenhum jovem considera perder as capacidades escolares atuais, revelando competências básicas na leitura e na escrita (apenas 1 sujeito reporta dificuldades). Verifica-se ainda uma elevada coerência entre as dificuldades

identificadas pelos jovens que possam impedir a continuidade dos estudos e o conjunto de soluções que identificam.

No parâmetro trabalho/emprego registou-se um elevado número de jovens (n = 42, 80.76 %) a referirem ter planos de emprego no futuro, constituindo um investimento numa área pró social fundamental relativamente à prevenção/diminuição do risco de reincidência.

Quanto às condições habitacionais/mobilidade, 51 participantes (98.07 %) referenciam um local de habitação (própria, social, alugada, familiar), identificando ainda ações concretas/planos para superar problemas atuais nesta área que, sendo aplicadas, concretizarão melhorias nas condições de habitação/transporte (e.g. “trabalhar”, “aumentar os estudos”).

No parâmetro pobreza, os jovens reconhecem várias áreas afetadas e 43 participantes (82.69 %) descrevem planos para melhorar o rendimento atual, no âmbito de atividades legais e socialmente valorizadas (trabalho e/ou estudos).

#### *Área da Conformidade Social*

No parâmetro problemas legais/delinquência, 44 jovens (84.61 %) identificam ações concretas com vista a diminuir ou evitar a atividade transgressiva (e.g. “cumprir as leis”, “não fazer crimes”, “trabalhar”, “estudar”) que, sendo colocadas em prática, poderão efetivamente melhorar a situação legal e erradicar/diminuir o comportamento antissocial. Verifica-se assim, que alguns jovens reconhecem a transgressividade social como um problema, o que constitui uma abertura que configura possibilidades de intervenção, nomeadamente na construção de novos discursos e de diferentes possibilidades de trajetórias futuras.

No parâmetro violência, uma elevada proporção de jovens verbaliza não querer voltar a envolver-se em situações de violência, reconhecendo a influência negativa dos pares e dos contextos de risco no desencadear deste tipo de comportamento.

#### *Área das Relações Familiares*

A rede social dos jovens durante o internamento é limitada aos pares aí existentes e visitas de familiares e pessoas idóneas. A possibilidade de o jovem ter possibilidade de interação com outras pessoas fora da sua rede pessoal prévia à medida de internamento, introduz alternativas aos discursos dos pares transgressivos, permitindo-lhe reequacionar os significados da transgressividade pessoal, e restabelecer a rede de figuras pró sociais, que

muitas vezes se afastam e/ou são afastadas pelo jovem aquando da prática de atos delinquentes.

Relativamente ao parâmetro parentalidade, constata-se que um número significativo de jovens (n = 15, 65.21 %) evidencia uma perceção positiva do relacionamento com os progenitores/cuidadores, destacando o suporte afetivo/apoio parental. Embora esta perceção seja baseada essencialmente nos aspetos afetivos desta relação, ela é importante no que respeita ao sentimento de pertença e do investimento relacional.

### **Discussão dos resultados**

Tendo em consideração as descrições dos jovens em torno das diferentes áreas da sua vida pessoal e familiar, verifica-se a existência de uma constelação de fragilidades contextuais recursivas que mantêm ou agravam o ciclo de dificuldades pessoais e familiares existentes (Madsen, 2007; Pakman, 2007). Os dados indicam a presença de fatores de risco, nomeadamente o baixo nível socioeconómico e a valorização dos pares delinquentes que, interligados com as características individuais (temperamento, dificuldades no plano intelectual, ousadia, impulsividade e força física), potenciam o aparecimento do comportamento transgressivo (Lahey & Waldman, 2004).

Neste estudo, as descrições dos jovens permitem identificar a valorização dos pares e algumas características pessoais, nomeadamente padrões de análise específicos nas diferentes áreas da vida familiar. Um destes padrões refere-se ao facto de os jovens tenderem a referir como soluções para as dificuldades que descrevem a antítese desses problemas (e.g. desemprego – ter emprego; consumos - não consumir; doenças – ir ao médico; pobreza – trabalhar, etc.). Não demonstram conseguir equacionar estratégias diversas para ultrapassar as dificuldades identificadas, apenas indicando o estado final pretendido.

Um outro aspeto relevante no âmbito dos padrões individuais de análise dos jovens consiste no facto destes se autorreferenciarem como tendo *problemas de comportamento*. Os jovens descrevem as suas dificuldades através de explicação centrada nas características individuais, com base numa linguagem internalizada de défices, para os quais não conseguem identificar complicações em termos pessoais. Assim, os jovens desvalorizam quer o impacto pessoal quer o relacional/comunitário dos problemas de comportamento que os conduziram ao internamento.

Um aspecto curioso é a focalização frequente por parte destes jovens no *ter emprego* ou *estudar* como a solução possível para diferentes problemas que enfrentam (habitação, emprego, pobreza, problemas legais /delinquência). Embora o investimento pessoal em termos laborais e académicos sejam atividades que favorecem a integração social e sejam considerados fatores protetores relativamente à atividade antissocial (Farrington, 2004; Rutter, 2004), configuram-se nestes jovens como soluções mágicas para as suas dificuldades, que não se concretizam em maior investimento nestas áreas. Por outro lado, alguns jovens tiveram experiências de emprego precoces (n = 8, 15.38 %) e no entanto, mantiveram um envolvimento na prática transgressiva. Esta proporção de jovens com experiência de emprego ilegal anterior, considerando a sua idade e habilitações escolares, demonstra a facilidade de acesso a emprego em condições ilegais, evidenciando o aproveitamento que algumas entidades empregadoras fazem da situação de fragilidade pessoal e familiar existente. Esta exploração do trabalho infantil contribui para agravar o absentismo e o abandono da instituição escolar.

Por outro lado, relativamente à sua rede social pessoal, os jovens atribuem uma elevada valorização aos seus pares delinquentes prévios à medida de internamento, mesmo quando reconhecem a sua influência no desenvolvimento da atividade transgressiva anterior. Esta situação pode significar que estes participantes definiram objetivos sociais não conformistas, tendendo a procurar manter a reputação conquistada, emocionalmente gratificante, o que implica um sério risco de continuidade do desempenho antissocial (Carrol et al., 2004; Farrington, 2004; Rutter, 2004). Embora consigam apontar objetivos de futuro conformistas, a motivação para reatar o relacionamento com os pares anteriores poderá reativar os processos identitários que validam o agir delinquencial facilitando a reincidência.

Neste sentido de construção identitária, Gergen (2004) defende que o risco e a agressividade são significados como um valor social e relacional para estes jovens, decorrente das relações significativas que estabelecem. Verificando-se um elevado número de jovens que expressam uma representação de si próprios como indivíduos agressivos, esta constituirá parte da sua matriz identitária que se repercutirá necessariamente nas interações que estabelecem.

A internalização de uma representação como sujeito agressivo é coconstruída na rede relacional, onde predominam os familiares e os pares: se os primeiros parecem categorizá-los como jovens com problemas de comportamento, os segundos tendem a valorizar um comportamento hostil como sinal de força e de sucesso, validando esta descrição e consolidando o risco como critério identitário fundamental (Gergen, 2004). Na validação

deste risco, os jovens descrevem um uso exclusivo da violência no âmbito de conflitos com outros jovens, mas não nas situações da prática transgressiva. Desta forma, não consideram os atos transgressivos praticados como atos violentos, mas a violência como um instrumento na prática transgressiva que lhes permite atingir os seus objetivos. A agressividade dirigida aos pares, aspeto no qual os jovens expressam uma representação internalizada como indivíduos agressivos, contrasta com a atribuição de controlo externo a estas situações de conflito específicas, considerando que podem evitar estas ocorrências desde que se afastem dos pares e de contextos de risco, isto é, dos bairros dos outros jovens com quem têm conflitos.

Ainda no âmbito do risco, 38 dos jovens (73.07 %) referem consumo politóxico de substâncias aditivas que é referenciado como decorrendo primordialmente no contexto do grupo de pares, constituindo o consumo de substâncias mais uma das partilhas de sentidos comuns nestes jovens, contribuindo desta forma para o que Gergen (2004) define como construção identitária do risco e da agressividade. Uma vez que os consumos são preferencialmente em grupo, o risco de consumir e os seus possíveis efeitos no comportamento agressivo são significados como um valor social e relacional para estes jovens.

Face a esta constelação de fragilidades pessoais e relacionais, é curioso o facto de 13 jovens (56.52 %) não identificarem dificuldades no relacionamento com os cuidadores, descrevendo um relacionamento filio-parental baseado nos aspetos afetivos e no apoio recebido. Todavia, as descrições que fazem contrastam com a elevada proporção de participantes da amostra cujas famílias são acompanhadas pela segurança social (n = 19, 36.53 %) por dificuldades pessoais/de comportamento, parentais e conflitos familiares. Por outro lado, as funções executivas parentais encontram-se referenciadas pelos jovens que mencionam um relacionamento conflitual com os progenitores, perante as tentativas destes últimos de regulação dos comportamentos e de supervisão.

Os padrões de práticas educativas parentais, demissionários ou conflituais, conjugados com as fragilidades pessoais e do contexto sócio-económico constituem fatores de risco delinquencial relevantes (Gergen, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Thornberry & Krohn, 2004), agravando a valorização e o envolvimento relacional progressivo com os pares, incrementando desta forma a possível ligação a outros adolescentes em igual situação de risco social, onde poderão aprender, partilhar e desenvolver os significados do risco e da violência (Gergen, 2004).

## Conclusão

A constituição de uma identidade monádica transgressiva/violenta, a desvalorização de outras referências e a valorização dos significados partilhados no grupo de pares, parecem constituir condições para que os comportamentos de risco/violentos sejam valorizados pelos jovens (Gergen, 2002). Para manter esta estrutura de sentido, os jovens bloqueiam a entrada de vozes dissonantes e possibilidades de questionamento, mantendo assim a validade dos seus comportamentos. No entanto, este processo identitário não nasce no vazio; como processo de coconstrução, é necessariamente partilhado, socialmente construído e negociado (Gergen, 2002), contextualizado numa determinada realidade sócio-histórica que fornece forma e sentido aos discursos e às práticas sociais.

Este recentrar nas dimensões relacionais e contextuais da génese do comportamento delinvente tem tido um especial reflexo nas múltiplas abordagens. A investigação revela uma etiologia multideterminada do processo delinencial juvenil, num jogo de relações entre as variáveis individuais e as variáveis contextuais (Fonseca, 2004; Rutter, 2004). Na análise das características dos diferentes parâmetros na amostra em estudo, os comportamentos delinquentes parecem resultar da confluência de uma constelação de fatores, nomeadamente:

- elevada incidência de consumo de substâncias aditivas, predominando a politoxia;
- uma realidade familiar com padrões relacionais filio-parentais que se caracterizam pela conflituosidade ou pela distância relacional e demissão dos processos educativos e de controlo;
- ligações primordiais aos pares que surgem como elementos relacionais e socializadores relevantes, validando as práticas transgressivas conjuntas;
- condições de pobreza e dificuldades económicas, que mantêm a necessidade de vivência em contextos sociais periféricos e de risco social que facilitam que se consolidem as narrativas e significados transgressivos partilhados;
- dificuldades académicas e a desmotivação escolar que condicionam oportunidades futuras de emprego/rendimentos, assim como afastam estes jovens de um contexto socializador fundamental;
- comportamentos tendencialmente agressivos que se repercutem em diversas dimensões da vida interpessoal (familiar, pares);

- fragilidades que, pelo risco pessoal e social inerente, promovem a intervenção de sistemas sociais como a segurança social e a dependência relativamente a estes.

Face à multiplicidade de fatores de risco, as intervenções parcelares e centradas exclusivamente nas fragilidades individuais tornam-se reducionistas e votadas ao fracasso. Se a problemática da delinquência é multifatorial, uma intervenção estritamente individual é limitada e insuficiente, sendo necessário implementar intervenções multidisciplinares e integradas que, de forma coerente, intervenham nas diferentes variáveis presentes nos sistemas onde se geram estas fragilidades (indivíduo, família, contexto social, pares). Por outro lado, os resultados deste estudo mostram que estes jovens têm recursos que devem ser mobilizados, potenciando as capacidades evidenciadas pelos participantes da amostra em refletir sobre alguns dos problemas que os afetam e de apontarem caminhos e soluções possíveis, coconstruindo leituras e percursos que ativem competências para um projeto de vida socialmente integrado.

---

## **CAPÍTULO III**

---

## Developing a family risk assessment tool in adolescent offenders. An exploratory study. <sup>5</sup>

### Resumo

**Fundamentação:** A qualidade das relações familiares constitui um importante fator de risco ou de proteção para o envolvimento criminal juvenil, constituindo a inter-relação entre as características individuais e familiares um aspecto fundamental para esta avaliação.

**Objetivos:** Este estudo procura contribuir para a validação da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF), baseada em nove itens como fatores de risco e quatro fatores de proteção.

**Design da investigação:** Com um *design* exploratório, foi analisada a consistência estrutural da EEARF através do alfa de Cronbach, média das correlações inter item e a Análise Fatorial exploratória apenas sobre os fatores de risco, uma vez que os fatores protectores são cotados numa escala dicotómica.

**Sujeitos:** os participantes foram uma amostra de 130 adolescentes delinquentes, internados em instituições da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e os seus pais, analisados de forma emparelhada.

**Instrumentos:** A EEARF é um instrumento baseado no julgamento profissional estruturado para avaliação dos fatores de risco e de proteção das famílias de adolescentes ofensores.

**Resultados:** Os fatores de risco educação, emprego, habitação/transporte, problemas legais, dissonância social, pobreza, rede social, segurança social e parental idade apresentaram um  $\alpha = .75$ , e os fatores de risco envolvimento familiar, elevada disciplina, baixa punição física e baixo stress parental um  $\alpha = .79$ . Os fatores de risco revelaram uma estrutura de dois fatores (socioeconómico e conformidade social) os quais explicam 48.15% da variância total.

**Conclusões:** Os resultados demonstram a utilidade da EEARF na avaliação dos fatores de risco e de proteção nas famílias de adolescentes ofensores, apresentando adequadas fidelidade estrutural e validade de construto. Desenvolver mais investigação com vista a consolidar o processo de validação da EEARF é necessário.

**Palavras-chave:** Delinquência, avaliação de risco, família, adolescência.

---

<sup>5</sup> Santos & Alberto (2015). Developing a family risk assessment tool in adolescent offenders: An exploratory study. *Child and Family Social Work Journal*, 33(2), 103-113. doi 10.1007/s10560-015-0409-1

## Abstract

**Background:** The quality of family relations it is a relevant risk or protective factor in the adolescent criminal involvement, being the interplay between family and adolescent individual features, fundamental issues in the understanding of the adolescent risk and strengths assessment. **Objectives:** This study aims to contribute to the validation of the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR) tool for the adolescent offenders' family, based in nine family living items as risk factors and four protective factors. **Research design:** In an exploratory design, the structural consistency of SIFAR was analyzed using Cronbach's alpha, mean inter-item correlation and exploratory factor analysis over risk items, because of the protective items dichotomous scale. **Subjects:** the participants were a sample of 130 male adolescent delinquents detained in Portuguese facilities of the Directorate-general of Social Rehabilitation and Imprisonment, and their parents, paired analyzed. **Measures:** The SIFAR presents a structured professional judgment design for adolescent offender's family protective and risk assessment. **Results:** A reliability value of  $\alpha = .75$  was obtained for the risk items education, employment, housing/transport, legal problems, social dissonance, poverty, social net, social security and parenting, and an  $\alpha = .79$  was registered to the protective items family involvement, high discipline, low physical punishment and low parental stress. The risk items revealed a two-factor structure (*social-economics* and *social conformity* factors) explaining 48.15% of the total variance. **Conclusions:** Results show the potential usefulness of SIFAR in the assessment the family protective and risk factors of adolescent offenders, presenting adequate structural reliability and construct validity. However further investigation it is necessary to the validation process of this tool.

**Keywords:** Delinquency, risk assessment, family, adolescence.

## Introduction

Criminal behavior is a multi-dimensional phenomenon that requires integrated assessment, using multiple sources of information with empirically validated measures and avoiding the constraints of clinical judgment (Andrews & Bonta, 2010; Fulero & Wrightsman, 2009; Heilbrun, Grisso, & Goldstein, 2009; Ruiters & Nicholls, 2011). One strategy for assessing criminal behavior is an assessment of offender risk. This field of forensic work highlights the need to integrate developmental/individual and contextual issues, risk assessment, risk management and responsiveness for the assessment but also for intervention programs (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2009). Over time, predictions of dangerousness have evolved from clinical/unstructured professional judgments to the current trend of performing an assessment of multidimensional risk, including a combination of personal characteristics and contextual circumstances that increase the likelihood of criminal behavior (Heilbrun, Yasuhara, & Shah, 2010). These characteristics and circumstances are today seen as risk factors which can be static (non-changeable, individual and historical events), dynamic (changeable personal and interpersonal events) and risk management factors such as living conditions (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010; Hoge, 2010). Based on these concepts, Andrews and Bonta (2010) developed the Risk, Need and Responsivity (RNR) model, in which the structured risk assessment guides initial treatment of offenders. The RNR model is based on *risk*, *criminogenic needs* and *responsivity principles*. The risk principle refers to the need to match the intensity of intervention and the case risk level, targeting moderate and higher risk offenders, whilst downplaying low risk cases; interaction between low- and higher-risk cases is also studied. The need principle refers to individual dynamic risk factors which should be the target of effective programs. The responsivity principle refers to individual characteristics and life circumstances related directly or indirectly to antisocial behavior, relevant to case management, adapting the treatment programs according to personal characteristics (Andrews & Bonta, 2010; Hoge, 2010).

In addition to risk factors it is primordial to look at the strengths/protective factors, those which potentially nullify or moderate the risk factors (Farrington et al., 2008; Lodewijks, de Ruiters, & Doreleijers, 2010). Such factors play a relevant role in adolescent criminal risk, since research with adolescent offenders had revealed that the presence of fewer protective factors promotes significantly higher recidivism (Lodewijks et al., 2010).

Farrington et al. (2008) differentiate *protective* factors - those which buffers or nullify the effects of risk factors from *promotive* ones - associated with the decrease of subsequent delinquency. From this perspective, promotive factors are divided into *promotive, remediative factors* (which may reduce recidivism) and *promotive preventive factors* (which lower adolescent criminal involvement). Farrington et al. (2008) found that family promotive preventive factors for adolescent violence and serious theft are: high persistence of discipline, history of low level of physical punishment, adequate parental supervision, involvement in family activities, low level of parental stress, living in pro-social neighborhoods, non-adolescent mothers and good relationships with pro-social peers.

From the perspective of risk assessment, the family is considered a risk or protective factor depending on the quality of these relations (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, Loeber, Jolliffe & Pardini, 2008). In the RNR model, family context is a moderate risk factor in youth criminal behavior, since relations between parents and child/adolescents are considered an indirect contributor to youth criminality, specifically by way of their influence on personality, but as a direct contributor by the quality of parent's supervision (Andrews & Bonta, 2010; Hoge, 2010).

Goodman and Adler (2010), Farrington et al. (2008), McGuire (2004), Piquero and Moffitt (2010), Welsh and Farrington (2010) have all pointed out that parenting quality (e.g. neglect, poor supervision and discipline), family bonds and family attachment, are related to the risk of youth criminality. Wasserman et al. (2004) and Jones (2008) emphasize the importance of the parenting skills (attachment and negative interaction), high levels of conflict between parents and kids, low parental monitoring and supervision, child abuse, family violence, single parenthood, parental mental problems, parental antisocial behavior, adolescent parenting quality, family size (large number of children), as relevant family risk factors in adolescent criminal risk.

Taking in account these risk and protective factors, no risk assessment tool in existence appears to bring factors related to family function together with contextual conditions (Andrews & Bonta, 2010; Borum, Bartel, & Forth, 2005; Goodman & Adler, 2010; Hoge, 2010; Jones, 2008; McGuire, 2004; Piquero & Moffitt, 2010; Wasserman et al., 2004; Welsh & Farrington, 2010). Beyond the mere presence or absence of risk and/or protective conditions, the family dynamics and the recursive contextual family conditions must be known to form an accurate idea of the risk of a specific adolescent, in complement to the individual assessment. An understanding of the individual and family risk conditions of any

adolescent delinquent is essential in order to be able to assess risk but also to enrich case management and provide successful interventions.

There are two main empirically validated approaches to assessing offender risk. The *Structured Professional Judgment* (SPJ) uses checklists of risk factors, measuring static, dynamic risk and management factors; it is analyzed and integrated to assess a risk level of specific persons within their particular conditions. The *Actuarial* approach it is based in the scores of a selected group of risk and protective factors which intent to establish a probability estimate of future violence risk or recidivism (usually categorized as high, moderate and low risk). Different from actuarial tolls which are designed to provide a cut off measure of risk based on a set of risk factors, the SPJ uses a more integrative and systematic strategy of information collection, pondering individual and contextual strengths and risk factors, oriented by and for the clinical work rather than merely classifying offenders (de Vogel, Robbé, de Ruiter, & Bouman, 2011; Robbé, de Vogel, & Spa, 2011).

As case managers of severely detained delinquent adolescents, we know from experience that families can either work with professionals, contributing to the individual and family intervention plan, or they can prove an obstacle to work with their children. As these families are usually categorized as difficult, challenging to assess and work with, and since their role in adolescent antisocial behavior has been proven, we adapted the Risk Reduction Integrated Program developed by Pakman (2007), an interview which aims to assess the family risk. This adaptation led to the design of the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR) and this article aims to analyze its psychometric properties, in the attempt to design a SPJ family risk assessment tool for adolescents.

## **Methods**

### *Sample*

This research used a convenience sample of 130 male juveniles detained by the Directorate-General of Rehabilitation and Imprisonment Services of the Portuguese Ministry of Justice in addition to their parents/caretakers. Despite this is a small convenience sample it constitutes 60% of the total detained male adolescent's population in the Portuguese forensic juvenile system (N = 215). Female juvenile offenders were not included because they are just a small number (N= 28) in the juvenile detention system at date.

The following criteria guided the participant selection: a) Male participants between the ages of 12-18; b) They had to be serving sentences of more than 1 year; c) Both the juvenile and his parents had to be interviewed and had to give their permission; d) The adolescents had to be within the first six months of conviction; e) The parent(s) selected must have been the cohabitating parent(s) since the child was eight years old; f) In respect by the voluntary participation, the parent(s) define who participate in the assessment interview (which one or both parents).

The adolescents with sentences under one year were excluded because they are residual in the Portuguese juvenile detention system (n = 14 males; 7 %) in the moment of the data collection, fact why the use of a sample with legal measures over one year it is more adequate to represent the reality of our detained youths. Because of this reduced number of youths with sentences under one year, it is expected a higher scale scores in the SIFAR results, once it represents larger detention, higher criminogenic risk and a larger proportion of older offenders.

After the objectives and procedures of the investigation were clearly explained, namely the necessity of confirming the information with social services, justice records and case managers, the parents and adolescents were invited to participate, signed the informed consent and the collecting procedures began with the SIFAR. All participants were volunteers and was not used any form of reward.

Descriptive analyses of the adolescent sample can be seen in Table 4. From these we highlight the skeweness toward older offenders (M = 16.06; mode = 17; SD = 1.077; Range = 13-18), reflecting the Portuguese focus of an intervention based on the protection system on the externalizing problems in youth, delaying the juvenile forensic intervention. A large proportion of the adolescent present a mixed (alcohol and drugs) drugs consummation (72.30 %, n = 94), and present more than 3 years of school failure (56.90 %, n = 123). The adolescents criminal practice shows that the most frequent crimes were the theft, robbery and aggression (52.30 %, n = 68) in both individual and group form (55.40 %, n = 72), with a precocious age of onset with 23.10% (n = 30) of the boys starting its criminal activity between 8 and 10 years old.

**Table 4.** Descriptives of socio-demographic and criminal practice of the adolescents ( $N = 130$ ).

Adolescents			<i>n</i>
Age	M	16.06	
	Mode	17	
	SD	1.08	
	Range	13-18	
Substance use	Alcohol	0	0
	Drugs	13.80 %	18
	Mixed (alcohol and drugs)	72.30 %	94
	none	12 %	18
School failure	4 years or more	56.90 %	74
	3 years	37.70 %	49
	2 or less years	5.40 %	7
Offensive behavior	Homicide or attempted homicide	2.30 %	3
	Multiple (theft, robbery, aggression and homicide)	1.50 %	2
	Multiple (theft, robbery and aggression)	52.30 %	68
	Multiple including rape	6.20 %	8
	Robbery	17.70 %	23
	Aggression	13.10 %	17
	Theft	6.90 %	9
Individual/group	Exclusively individual	14.60 %	19
	Exclusively in group	30%	39
	Both individual and group	55.40 %	72
Age of onset	8 to 10 years old	23.10 %	30
	11 years old	13.80 %	18
	12 years old	17.70 %	23
	13 years old	23.80 %	31
	14 years old	16.90 %	22
	15 years old	4.60 %	6

In Table 5 are presented the parents sample descriptive values. The parent/caretaker sample was composed of 101 females (77.70 %) and 29 males (22.30 %), 117 of whom were parents (90.00 %) and 13 caretakers (10 %; all referred to from now on as parents). The most frequent age it is between 41 and 45 years old (30 %,  $n = 39$ ) being the youngest parent 26 and the oldest more than 60 years old. Most of the families are intact (48.50 %,  $n = 63$ ), 40.80 % ( $n = 53$ ) are single parents, 10.80 % ( $n = 14$ ) are reconstituted families; despite the fact of most families are intact, and because of the parents' decision about who participates, only in four cases both parents were simultaneously present in the interview. Relatively to the employment 34.60 % ( $n = 45$  parents) were unemployed, 53.30 % ( $n = 68$ ) are employed in stable jobs or retired and 13.00% ( $n = 17$ ) are employed in fragile employment. Considering the Portuguese poverty line of 409 euro's monthly *per capita* in 2013 (Instituto Nacional de Estatística, 2014), 73.10 % ( $n = 95$ ) are considered poor families. Only 6.92 % ( $n = 9$ ) parents

present criminal records, being the most frequent the traffic crimes (3.10 %, n = 4) and homicide (1.50 %, n = 2).

**Table 5.** Descriptives of socio-demographic and criminal practice of the parents ( $N = 130$ )

Parents		%	n
Gender	Male	22.30 %	29
	Female	77.70 %	101
Age	31 - 35	8.50 %	11
	36 - 40	17.70 %	23
	41 - 45	30 %	39
	46 - 50	19 %	19
	51 - 55	17.70 %	23
	56 - 60	7.70 %	10
	More than 60	3.80 %	5
Family structure	Intact families	48.50%	63
	Single parents	40.80 %	53
	Reconstituted families	10.80 %	14
Employment	Employed (stable job/retired)	51.50 %	67
	Unemployed	34.60 %	45
	Fragile employment relation	13.90 %	18
Offensive behavior	Traffic crimes	3.10 %	4
	Drugs traffic	.80%	1
	Aggression	.80 %	1
	Multiple (theft, robbery, aggression and homicide)	.80 %	1
	Homicide	1.50 %	2

### *Instrument*

The SIFAR was developed from the Risk Reduction Integrated Program (Pakman, 2007), a risk reduction program to multiproblematic families with author agreement. SIFAR is designed as an SPJ tool for assessing adolescent offenders' family risk, using in this exploratory study all the original items, but adding the parenting item with author's authorization. It consists of two complementary interviews (with parents and adolescents), analyzing thirteen areas of family life, identifying the presence or absence of family conditions that increase the risk of offending behavior of the juveniles. The parent and adolescent versions of SIFAR included identical items: physical health, mental health, substance abuse, education, employment, housing/transport, legal problems, violence, ethnic and social dissonance, poverty, social net, social security and parenting. In each item the follow questions are made: a) current status (e.g. Do you have legal problems?), b) the possible complications about the problems (e.g. What are the potential complications of your

legal problems?) c) obstacles to problems solving (e.g. What obstacles might interfere in your attempts to solve your legal problems?) and d) reflexive questions about potential strategies for solving the identified problems (e.g. How could you do to avoid this/these complication(s)? What are your plans to avoid problems with the authorities?).

The parenting item, in addition to being composed of the same questions of the other items mentioned above, is made up by the follow six questions: a) family rules (e.g. What are the three most important rules in your family? Who defines the rules? Which one(s) do your child(ren) have more difficulties obeying?); b) relevance of family figures (e.g. Who is the family person that your son most respects? Why do you think he respects that person the most? How long does he spend with this person?), c) supervision (e.g. Can you describe your child's normal activities?), d) routines and family activities (e.g. How much time do you spend with your son? What are your family activities?), e) family quality relations (What is the most difficult aspect of your relation with your son(s)? What makes it difficult? How could you reduce these difficulties? f) Reflexive questions (If you could go back in time what would you do differently with this son?).

The SIFAR items must be quoted by experienced psychologists with family assessment and intervention training, which it is vital to understand, analyze and integrate both parent and adolescent's answers in a specific SIFAR risk factor value and the presence or absence of protective items. The quotation it is in an ordinal scale of increasing risk, and the information must be cross-checked with other informants/services according to the following 6-point scale:

0 – No problems are identified in this area.

1 – Problems are identified, but parents and adolescents show appropriate approaches to them and are able to identify constraints. Family members have concrete strategies to deal with the identified problem and know how to reduce/avoid complications.

2 – Problems are identified; parents and/or adolescents are able to identify solutions and the inherent difficulties, but they do not carry out the intended solutions.

3 – Problems are identified, but not the solutions. In this coding, problems are identified in a specific area but the family cannot identify any solutions for it, neither the possible related events nor situations that could aggravate the current family problem. This coding also refers to the fact when family members find any possible solution(s) they conflict about this(ese) solutions which make impossible any strategy to deal with it.

4 – Problems are identified, yet parents and/or adolescents’ manifest non-adaptive strategy(ies) for dealing with it, or they do not accept the problem(s). They might provide solutions that possibly worsen the problem(s) or “magic solutions” (e.g. “*he must be closed at home all day when I go to work*”; “*All children do it, that’s not a problem*”; “*The problem will surpass with time*”; *I will not talk to him until he amend himself*”).

5 – Parents and adolescents deny/omit/ignore the difficulty(ies) despite concrete and authoritative proof (informants, official documents, records, etc.) about existing problems in this domain. This coding intent to categorize the families which deny, neglect or omit the problems, but the cross-check information confirms that these are real. Denying, ignoring or intentionally omitting family problems indicates severe family malfunction/neglect (Pakman, 2007).

Taking into account the conceptualization of the RNR model (Andrews & Bonta, 2010) and the coding strategy of SIFAR, the items were designed as dynamic risk factors (physical health, mental health, substance abuse, education, poverty, legal problems, violence, social net, parenting) and family risk management factors (employment, housing/transport, social security, social/ethnic dissonance).

The literature in Portugal does not include any studies of protective factors in the adolescent forensic population. That is why we adopted the *promotive protective factors* used to study Pittsburg family strengths (Farrington et al., 2008). This choice was based on the fact that most of our adolescent sample had a history of violent criminal activity and theft (theft and robbery: 23.8%, n = 31; violence, theft and robbery: 56.9%, n = 74; cumulative: 80.7%, n = 105). Another reason is because family promotive preventive factors (Farrington et al., 2008) contribute to professionals' ability to predict lower probability of criminal involvement. They are, therefore, key to understanding if the presence or absence of these family protective factors contributed to the risk of adolescent criminal involvement. Furthermore, since criminal desistance is outside the scope of this study, *promotive remediative factors* were equally left out. Promotive items in SIFAR are: high persistence of discipline, involvement in family activities, history of low level of physical punishment, good parent supervision, low level of parent stress, living in pro-social neighborhood, non-adolescent mother and good relations with pro-social peers. They were coded as either (0 – absent; 1 – present).

The coding strategy is specified on the recording sheet, *workspace*, conceived as a space of clinical forensic work to define the family risk and protective items of SIFAR and other structured risk assessment tools used. It is designed to facilitate case management, displaying

the family risk and protective items in the area of the form where the assessment is recorded. The case management area includes the intervention objectives, intervention targeting the objectives and the intervention assessment. The workspace was designed to facilitate intervention planning based on the structured forensic assessment of families of juveniles, being a case management data base application.

Marcelo Pakman authorized the validation of SIFAR by way of the translation and use of the Risk Reduction Structured Program. The translation and retroversion of the interview were performed by a native English translator. After the ethics committee approval, five of a total of eight detention facilities authorized data collection from adolescents who had been remanded to custody for social rehabilitation.

### *Procedures*

In a first step, a training protocol was used with ten volunteer forensic psychologist interviewers, who work directly with detained juveniles and their families. They showed a high clinical interest and professional training in forensic family assessment and intervention, with large experience in risk assessment with YLS/CMI. These volunteers had one-day SIFAR training (eight hours training course), focused on SIFAR areas, items and coding strategy, the use of the workspace as a database application and concrete cases of their actual practice were used. Only after this step, the investigation protocol was implemented.

The interviews were one-on-one and took place between January 2012 and March 2013, after weekend visitation. The parents and adolescents were invited to participate in the study and were informed of its objectives and methods. Both parents and adolescents had to give authorization for the interviews. The interviews were conducted in a discrete and private location within each detention facility.

All subjects were informed in advance that the information collected with SIFAR would be cross-checked against social services, forensic records and interviews with case managers, as was the case. Participants did not authorize sound or image recordings.

The sample of adolescents and parents were paired and the psychometric properties of the SIFAR were subjected to Cronbach's Alpha Coefficient, mean inter-item correlations (MIICs), and corrected item total correlations (CITCs) to the reliability analysis, using the SPSS 17.0.

The construct validity was assessed using an Exploratory Factor Analysis (EFA) of the factors with adequate consistency. The extraction factors were based on the principal components analysis followed by a Varimax rotation. The common factors were retained in the base of the *eigenvalue* over 1 and the *Scree Plot* criteria. The validity of the EFA was assessed by the *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) measure of sampling adequacy and Bartlett's Test of Sphericity ( $p < .001$ ), using the criteria of Sharma (1996) as well as the *Goodness of Fit Index* (GFI).

## Results

The structural reliability of both risk and protective items were analyzed by Cronbach's alpha coefficient using the Murphy and Davidsholder (1988) reference values, which stipulates that values less than .60 are unacceptable, those between .70 and .79 are low, those .80 to .89 are moderate to high and over .90 indicates high levels of reliability. The mean inter-item correlations (MIICs) and mean corrected item-total correlations (CITCs) were analyzed using the Nunnally and Bernstein (1994) reference values, which determine that MIICs values between .20 and .50 reflect unidimensionality and CITCs over .30 are acceptable. The inter-item correlation between risk and protective items were assessed through Pearson  $r$ , taking into account the association values of Cohen (1988): .10 to .29 is weak; .30 to .49 is moderate and .50 to 1.00 is strong.

The descriptive analyses of SIFAR were based on the mean, median, modal and standard deviation of the risk (Table 6) and protective items (Table 7). Family risk items of physical health and social net presented a range = 4 with the most severe value of the 5 point scale never being coded. On the contrary, legal problems and parenting items also approximated = 4, since the lowest severity value of 0 was never assigned. The legal problem item ( $M = 3.67$ ,  $SD = .80$ ,  $Mdn = 4.00$ ) and parenting item ( $M = 3.94$ ,  $SD = .78$ ,  $Mdn = 4.00$ ) revealed higher mean values than other risk items. As a SPJ tool, the SIFAR total is only useful for research purposes to compare global results and not as a cut off measure of risk assessment ( $M = 24.69$ ,  $SD = 8.25$ ,  $Mdn = 23.00$ ,  $Range = 38$ ).

Non-adolescent mother ( $M = .45$ ,  $SD = .50$ ,  $Mdn = .00$ ) and supervision ( $M = .21$ ,  $SD = .40$ ,  $Mdn = .00$ ) were the protective items most frequently coded in these families, and low parental stress was the least coded protective factor ( $M = .08$ ,  $SD = .28$ ,  $Mdn = .00$ ). The total protective value, only used for this research, resulted from the sum of total protective items

for each family; it was regularly very low ( $M = 1.66$ ,  $SD = 1.71$ ,  $Mdn = 1.00$ ,  $Mode = 0$ ,  $Range = 7$ ).

**Table 6.** SIFAR risk items ( $N = 130$ )

	Mean	Median	StdDev	Variance	Range
Physical Health	.81	.00	1.25	1.55	4
Mental Health	1.15	.00	1.52	2.30	5
Substance Abuse	2.67	3.00	1.90	3.60	5
Education	2.28	2.00	1.17	1.37	5
Employment	1.35	1.00	1.49	2.23	5
Housing	1.23	1.00	1.44	2.09	5
Legal problems	3.67	4.00	.80	.64	4
Violence	1.98	2.00	1.92	3.70	5
Dissonance	.45	.00	1.05	1.10	5
Poverty	1.82	2.00	1.52	2.32	5
Social net	.68	.00	1.27	1.60	4
Social Security	1.94	2.00	1.80	3.25	5
Parenting	3.94	4.00	.78	.60	4
SIFAR total	24.69	23.00	8.25	68.00	38

**Table 7.** SIFAR protective items ( $N = 130$ )

	Mean	Median	StdDev	Variance	Range
Discipline	.19	.00	.40	.16	1
Family involvement	.18	.00	.39	.15	1
LPP	.16	.00	.37	.14	1
Supervision	.21	.00	.40	.17	1
LPS	.08	.00	.28	.08	1
PSN	.19	.00	.40	.16	1
NAM	.45	.00	.50	.25	1
PSP	.19	.00	.40	.16	1
Protective total	1.66	1.00	1.71	2.91	7

Note: LPP – Low physical punishment; LPS – Low parental stress; NAM – Non-adolescent mother; PSN – Living in pro-social neighborhood; PSP – Good relation with pro-social peers.

The reliability of SIFAR was analyzed by Cronbach's Alpha coefficient and the structural consistency of the 13 risk items was found to be .67. Subsequently the elimination of the items physical health, mental health, substance abuse and violence, increased the structural reliability to .75. The Cronbach's Alpha of the 8 protective items was .61. However, with the deletion of the items supervision, non-adolescent mother, living in a pro-social neighborhood and having pro-social peers, the internal consistency total scores of protective items increased to .79. Nevertheless, both risk and protective items in the final structure of SIFAR presented low internal consistency values (Table 8), in accordance to those stipulated in Murphy and Davidsholder (1988).

**Table 8.** Cronbach's alpha of risk and protective items

Cronbach's alpha	Corrected item-total correlation	Cronbach's alpha if item deleted
Risk items (.75)		
Education	.45	.72
Employment	.53	.71
Housing/transportation	.52	.71
Legal problems	.31	.74
Social dissonance	.47	.72
Poverty	.65	.68
Social net	.32	.74
Social security	.36	.75
Parenting	.28	.75
Protective items (.79)		
Family involvement	.76	.62
Discipline	.74	.63
Low physical punishment	.29	.87
Low parental stress	.63	.72

Estimating the inter-item correlation between the original thirteen risk items (Table 9) found that physical health and mental health presented negative or weak correlations with the other SIFAR items. Substance abuse and violence revealed little or no correlation at all with other SIFAR items, despite a moderately positive correlation with education and SIFAR total value (respectively,  $r = .40$  and  $r = .41$ , both  $p < .01$ ). Education, employment, housing/transport, legal problems, dissonance, poverty, social net, security and parenting were positively correlated among each other and had moderate to strong correlation values with the total SIFAR score.

**Table 9.** Correlation matrix of SIFAR risk items (Pearson  $r$ , 2-tailed,  $N = 130$ )

	PH	MH	SA	Ed	EM	HS	LG	Viol	DIS	PV	SN	SS	Par	St
PH	1.00													
MH	.04	1.00												
SA	-.12	.15	1.00											
Ed	-.02	-.02	.37**	1.00										
EM	.10	.07	-.03	.24**	1.00									
HS	-.03	.00	.17	.34**	.34**	1.00								
LG	-.17*	-.07	.10	.15	.21*	.15	1.00							
VL	.06	.16	.00	-.10	.11	.13	.04	1.00						
DS	-.09	-.08	.00	.30**	.27*	.43**	.25**	.09	1.00					
PV	.11	.10	.08	.38**	.47**	.43**	.27**	.10	.30**	1.00				
SN	.23**	-.04	.03	.12	.24**	.25**	.15*	.16	.25**	.32**	1.00			
SS	.01	.16	.20*	.35**	.30**	.25**	.01	.17	.16	.40**	.03	1.00		
Par	-.05	.02	.12	.07	.29**	.14	.35**	.23**	.17*	.24*	.19*	.04	1.00	
St	.18*	.32**	.40**	.52**	.57**	.59**	.31**	.41**	.45**	.69**	.44**	.58**	.37**	1.00

MH – Mental health; SA – Substance abuse; Ed – Education; EM – Employment; HS – Housing; LG – Legal problems; VL – Violence; DS – Ethnic/Social Dissonance; PV – Poverty; SN – Social net; SS – Social security; Par – Parenting; St – SIFAR total value.

\*Correlation is significant at the .05 (2-tailed); \*\*Correlation is significant at the .01 (2-tailed).

The correlation matrix of the protective items suggested that low physical punishment, supervision, non-adolescent mother, living in pro-social neighborhood and having pro-social peers presented weak to moderate association values with the other variables. All the items presented moderate to strong positive correlations with protective total value (Table 10).

**Table 10.** Correlation matrix of SIFAR protective items (Pearson  $r$ , 2-tailed,  $N = 130$ )

	FI	Dis	LPP	SUP	Pstress	NAM	PSN	PSP	Pt
FI	1.00								
Dis	.93**	1.00							
LPP	.22**	.21*	1.00						
SUP	.20**	.18**	.19**	1.00					
LPStress	.57**	.55**	.39**	.05	1.00				
NAM	.32**	.30	.15	.03	.28**	1.00			
PSN	-.03	-.04	.10	.28**	-.80	-.05	1.00		
PSP	.12	.16	.10	.14	.20*	.07	.16	1.00	
Pt	.74**	.74**	.52**	.48**	.63**	.52**	.32**	.44**	1.00

FI – Family involvement; Dis – Discipline; LPP – Low physical punishment; Sup – Supervision; LPStress – Low parental stress; NAM – Non-adolescent mother; PSN - Living in pro-social neighborhood; PSP - Good relation with pro-social peers; Pt – Protective total

\*Correlation is significant at the .05 (2-tailed); \*\*Correlation is significant at the .01 (2-tailed).

The correlation matrix between SIFAR protective and risk items demonstrated that only social security and SIFAR total risk items correlated negatively with all the protective items (Table 11). The positive correlations that were found were all weak; the largest positive was a weak association value between non-adolescent mother and violence ( $r = .26, p < .01$ ). Family involvement had a weak, negative correlation with the risk items education ( $r = -.27, p < .01$ ), employment ( $r = -.22, p < .01$ ), housing ( $r = -.20, p < .01$ ) and SIFAR total value ( $r = -.26, p < .01$ ), and moderate negative correlations with poverty ( $r = -.31, p < .01$ ). The protective factor discipline had a weak negative correlation with education ( $r = -.27, p < .01$ ), employment ( $r = -.20, p < .01$ ), housing ( $r = -.21, p < .01$ ), poverty ( $r = -.28, p < .01$ ), and SIFAR total value ( $r = -.26, p < .01$ ), and moderate negative correlation with social security ( $r = -.31, p < .01$ ). Physical punishment had weak levels of both negative and positive correlations with risk items. Supervision presented a moderate negative correlation with social security ( $r = -.31, p < .01$ ). Low parental stress had a moderate negative correlation with education ( $r = -.33, p < .01$ ), a weak negative correlation with housing ( $r = -.22, p < .01$ ), poverty ( $r = -.25, p < .01$ ), social security ( $r = -.25, p < .01$ ) and SIFAR total value ( $r = -.27, p < .01$ ). Non-adolescent mother had a moderate negative correlation with education ( $r = -.35, p < .01$ ) and social security ( $r = -.33, p < .01$ ), and weak negative correlations with housing ( $r = -.24, p < .01$ ),

dissonance ( $r = -.27, p < .01$ ), poverty ( $r = -.27, p < .01$ ) and SIFAR total ( $r = -.26, p < .01$ ). Living in pro-social neighborhood and having pro-social peers presented mixed weak associations with risk items. Finally, protective total value had a weak negative correlation with substance abuse ( $r = -.22, p < .01$ ), employment ( $r = -.22, p < .01$ ), housing ( $r = -.22, p < .01$ ), social dissonance ( $r = -.25, p < .01$ ), poverty ( $r = -.20, p < .01$ ), and a moderately significant negative correlation with education ( $r = -.34, p < .01$ ), social security ( $r = -.41, p < .01$ ) and SIFAR total value ( $r = -.32, p < .01$ ). Protective totals had no negative association with legal problems and parenting (Table 11).

**Table 11.** Correlation between SIFAR protective and risk items (Pearson  $r$ , 2-tailed,  $N = 130$ )

	PH	MH	SA	Ed	Emp	House	Leg	Viol	Diss	Povt	SN	SS	Par	St
Fi	.01	.00	-.09	-.27**	-.22*	-.20*	.10	.05	-.17	-.31**	-.07	-.30**	.04	-.26**
Ds	.03	-.01	-.11	-.27**	-.20*	-.21*	.10	.06	-.17	-.28**	-.05	-.31**	-.01	-.26**
Pp	-.05	-.06	-.18*	-.19*	-.15	.05	-.03	.08	-.15	-.02	.00	-.07	.12	-.11
Sp	.06	-.18*	-.11	-.02	-.08	.01	.17	-.12	-.13	.06	.12	-.31*	-.03	-.14**
Ps	.09	-.09	-.28**	-.33**	-.18*	-.22*	.02	.08	-.13	-.25**	.01	-.25**	.13	-.27**
Ma	-.10	.11	-.14	-.35**	-.18*	-.24*	-.09	.26*	-.27**	-.27**	-.06	-.33**	.03	-.26**
Ng	.12	-.09	.02	.11	-.04	.02	.10	-.19*	.02	.15	-.08	-.11	-.04	-.02
Pp	.15	-.05	-.15	-.18*	.05	-.12	.06	-.11	-.08	.03	.05	-.08	-.06	-.10
Pt	.07	-.07	-.22*	-.34**	-.22**	-.22*	.09	.04	-.25**	-.20*	-.02	-.41**	.03	-.32**

Risk Items: PH – Physical health; MH – Mental health; SA – Substance abuse; Ed – Education; Emp – Employment; House – Housing/transport; Leg – Legal problems; Viol – Violence; Diss – Ethnic/social dissonance; Povt – Poverty; SN – Social net; SS – Social security; Par – Parenting; St – SIFAR total

Protective items: Fi – Family Involvement; Ds – Discipline; Pp – Physical punishment; Sp – Supervision; Ps – Parental Stress; Ma – mother age; Ng – Good neighborhood; Pp – Pro-social peers; Pt – Protective total

\*Correlation is significant at the .05 (2-tailed); \*\*Correlation is significant at the .01 (2-tailed).

After the elimination of the risk items of physical health, mental health, substance abuse and violence as well as the protective items regarding supervision, non-adolescent mother, pro-social neighborhood and pro-social peers, due to their low structural consistency, the CITCs and MIICs were estimated with the new structure. For risk items, the CITCs were .42 and for protective items they were .61, indicating acceptable strength between item ratings and total scores. The MIICs estimated for risk items were .25 and for protective items they were .32, reflecting SIFAR unidimensionality (Nunnally & Bernstein, 1994).

An Exploratory Factor Analysis (EFA) was processed over the correlation matrix of the final risk items (education, employment, housing, legal problems, dissonance, poverty, social net, social security and parenting). The sample size to execute the EFA it is adequate according to Nunnally (1978) who refers ten participants for each variable, but for some authors these should be a ratio of 15:1 (Pedhazur, 1997) or even larger (Tabachnick & Fidell, 2001). Because of these different subject ratios, we consider that this sample size it is only

minimally adequate for EFA. The extraction factors were based on the principal components analysis method because there is no empirical rational for the risk items used in SIFAR, followed by a Varimax rotation. An orthogonal rotation was chosen because of the relatively weak to moderate values of inter-item correlation among risk items. The option for excluding the protective items from EFA was based in the assumption of Bernstein and Teng (1989), who refer that for scales with less than five points per item the continuity assumptions are not valid. The common factors were retained on the basis of the eigenvalue of 1 and the *Scree Plot*. The validity of the EFA was assessed by *Kaiser-Meyer-Olkin* measure of sampling adequacy (KMO) and Bartlett's Test of Sphericity using the criteria of Sharma (1996) who recommends sampling adequacy when KMO is over .60. The observed KMO = .79 and Bartlett's Test of Sphericity received a *p*-value < .001, indicating the suitability of the data and that EFA could be performed. The quality of the adjusted model was assessed with the Goodness of Fit Index (GFI = .92). According to the eigenvalue over 1 and the Scree Plot, a two-factor structure emerged from the factor analysis (Table 12). The first factor was designed as the *social-economic factor*, with education, employment, housing/transport, poverty and social/ethnic dissonance and social security items. The second factor was named *social conformity factor* and encompassed legal problems, social net and parenting. The first factor explained 27.30% of variance and the second factor 20.85%. Together they accounted for 48.15% of total variance. The social-economic factor received a reliability score of .75 and the social conformity factor scored .47.

Table 12. SIFAR Exploratory Factor Analysis Item Loadings

	Factor 1	Factor 2	h <sup>2</sup>
Education	.70	.02	.49
Employment	.52	.42	.45
Housing/transport	.65	.26	.48
Legal problems	.04	.72	.51
Social ethnic dissonance	.48	.39	.38
Poverty	.68	.37	.60
Social net	.22	.50	.30
Social security	.73	-.18	.57
Parenting	-.00	.75	.56
Eigenvalues	3.05	1.30	
Variance explained	27.30%	20.85%	

## Discussion

This study present several limitations: It is an exploratory study, based in a convenience and a small sample of detained adolescent families, fact why the results should be understood

in this specific context. The limitations of this small sample size indicate that the EFA results must be carefully analyzed and that a larger sample is needed to confirm the structural relations of the SIFAR items. These considerations are relevant because the Sharma (1996) sample suitability criteria was used in this study to run EFA but there are authors who defend the use of larger samples to this statistical procedure. Tabachnick and Fidel (2001) who recommend a sample size over 200 participants as minimally adequate to run EFA, and Pedhazur (1997) who recommend participants to variable ratios of at least 15:1. Because of these different recommendations about sample sizes suitability a study with a larger sample it is needed.

The importance of the family to juvenile criminal conduct is a proven fact but the dynamics of this relation have yet to be well established and understood. To better understand how the family effects criminal adolescents, we developed SIFAR as a SPJ tool for assessing adolescent offenders' families, complementing the risk assessment of youth offenders by other risk assessment tools. The goal of SIFAR is not to define the levels of risk but to analyze family strategies regarding several aspects of life that constitute family risk or strengths, as a potential aid to the design of family intervention plans.

SIFAR descriptive data showed the highest means of risk items in the parenting, legal problems, education, social security and poverty items which is in accordance with other studies (Goodman & Adler, 2010; Farrington et al., 2008; Jones, 2008; McGuire, 2004; Piquero & Moffitt, 2010; Wasserman et al., 2004; Welsh & Farrington, 2010).

There is some debate about the internal consistency measures in risk assessment tools, namely the argument that risk assessment instruments do not intend to measure an underlying construct (Douglas, Skeem, & Nicholson, 2011). We, however, present as evidence the SIFAR's Cronbach's Alpha analysis, since it is our belief that a useful tool must present a certain degree of structural reliability and because internal consistency is the most relevant measure of structural reliability. Dealing with the reliability requirement and the need of obtaining diverse and complementary information, our option was to establish reliability measures around .70, based on the following two conditions. Firstly, the high structural consistency structure might lead to losing relevant contextual information about the family assessment, determining lower predictive validity because higher levels of item homogeneity present higher redundancy among items (Kropp & Hart, 2000). Secondly, Kline (1999) has argued that a cut-off point of .70 is more suitable in psychology because of the diversity of constructs measured. Moreover, Cortina (1993) criticizes the use of high values of Cronbach's

alpha, because of the sensitivity to the number of scale items (the greater the number of items the higher the alpha measure, independently of the reliability of the instrument). We took the decision to eliminate physical health, mental health, substance abuse and violence because of their lack of internal consistency and the dramatic decrease of MIICs and CITCs, from the tool coding. Eliminating physical health did not seem problematic since no actual studies in the literature have raised this condition as a risk factor. The same is not the case, however, with the issues of mental health and substance abuse. Jones (2008) and McGuire (2004) have mentioned mental problems as a risk factor for juvenile criminal activity and Andrews and Bonta (2010) together with Borum et al. (2005) identify substance abuse as a relevant risk factor. Because of these findings, even if those items were removed from the risk coding, we opted to keep them in the interview form because of their importance to case management.

Family violence, on the other hand, is also assessed in the parenting item, which is why its elimination from SIFAR coding and the interview form does not constitute a problem.

Following the removal of these items from the coding strategy, an EFA was run over the remaining items, identifying a two-factor structure. The first, social-economics, is based on education, employment, housing/transport, social/ethnic dissonance, poverty and social security, reflecting the family's social and economic condition. The second factor, social conformity, is based on legal problems, social net and parenting; it refers to the quality of internal and external family relations. The analysis of the structural consistency of each factor showed that if social-economics factors had a low structural consistency value (.75) the social conformity factor showed an unacceptable structural consistency value (.47), meaning that the reliability of these factors is in question when taken separately, which is why they need to be considered as a unified structure rather than separate factors.

Despite a lack of research on protective factors in the Portuguese forensic juvenile population, clinical and empirical findings state that protective factors are a determinant issue in risk assessment and case management (Andrews & Bonta, 2010; Farrington et al., 2008; Robbé et al., 2011; Ruiters & Nicholls, 2011). The SIFAR results about protective items are based on the promotive protective factors of Farrington et al. (2008), presenting a structural consistency where supervision, non-adolescent mother, living in pro-social neighborhood and pro-social peers show low reliability. The MIICs and CITCs increased considerably when these items were removed increasing the structural reliability to .79. Nevertheless, several problems remained regarding protective items. The correlation matrix between protective and risk items of SIFAR showed that family involvement, adequate discipline, low physical

punishment and low parental stress had low negative correlations with the SIFAR total value and low to moderate correlations with the risk items of the social-economic factor (factor 1). The same was not the case with the social conformity factor (factor 2), particularly parenting where, the expected negative correlation did not exist. These results suggest that these protective factors act as a buffer against the risk effects of inadequate family strategies about social-economic problems, but not against their inadequate strategies for resolving said problems. This complex relation between risk and protective factors calls attention to the fact that the pertinent question is probably not the mere presence/absence of protective factors, but their interplay in family dynamics, namely the strategies each family finds to resolve the problems they face.

The final structure of the SIFAR sheet coding/workspace is based on the risk items of education, employment, house/transport, legal problems, social/ethnic dissonance, poverty, social net, social security and parenting in combination with the protective items of highly persistent discipline, involvement in family activities, history of low level of physical punishment and low parental stress. Therefore, this workspace allows not only for the recording of that data but also as the place where all the information can be integrated and analyzed, contributing to the design of family interventions.

Our results suggest that SIFAR should be used in conjunction with structured juvenile risk assessment instruments like YLS/CMI (Hoge, 2010). Such a combination of tools and methods should provide a more integrated and structured risk assessment of adolescent offenders, especially because of the relevance of family in this stage of life and due to the new and important challenges that adolescence brings to families.

## **Conclusion**

This exploratory study aimed to analyze the qualities of the SIFAR information as a SPJ tool designed for assessing family risk for adolescent delinquent behavior. The SIFAR, as applied by trained family assessment and intervention psychologists, was well accepted by the parents and adolescents and allowed them to expose their strengths and weaknesses. The professionals found it to be a useful instrument for family assessment, collecting information key for the design of specific family interventions. The division interviews into separate groups of adolescents and parents whose information could be compared was intended to

analyze the multiple and complex sources of family information, taking advantage of relevant but usually dispersed data which has been rarely combined and analyzed together.

These results are promising. However, in order to validate the SIFAR, a convergent validity study with a structured risk assessment instrument is fundamental. It should also target inter-rater reliability as well as the relationship between protective and social conformity factors. Such steps promise to demonstrate the instrument's usefulness in assessing adolescent risk for application in case management. These will be the next steps of this study.

## The Structured Interview of Family Assessment Risk: convergent validity, inter-rater reliability and structural relations <sup>6</sup>

### Resumo

**Fundamentação:** A qualidade da parentalidade, a composição e o status socioeconómico são variáveis familiares que constituem fatores de risco ou de proteção para a delinquência juvenil, no entanto, não existe nenhum instrumento específico para avaliar a família dos jovens que cometem delitos. **Objetivos:** Este estudo constitui mais um passo no processo de validação da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF), um instrumento baseado no julgamento profissional estruturado com vista a avaliar os fatores de risco e de proteção familiar na delinquência juvenil. **Design da investigação:** As análises estatísticas incluíram a fidelidade interavaliadores estudo da validade convergente com a YLS/CMI, a utilização do modelo de equações estruturais Partial Least Squares Path Modeling (PLS-PM) e a análise Receiving Operator Characteristics (ROC). **Sujeitos:** a amostra é constituída por 130 jovens com comportamento ofensor internados em centros educativos e os seus pais, sendo analisados de forma emparelhada. **Instrumentos:** A YLS/CMI foi utilizada para avaliar a validade convergente com a EEARF. **Resultados:** a EEARF demonstra uma correlação forte com o contexto familiar da YLS/CMI, valores de moderado a elevado na avaliação da fidelidade interavaliadores; os fatores avaliação pela EEARF demonstram que são determinantes preditivos dos fatores de risco moderados da YLS/CMI. A análise ROC evidencia um adequado poder de precisão. **Conclusões:** Os resultados encontrados demonstram que a EEARF é um instrumento complementar útil na avaliação do risco por instrumentos estruturados, permitindo compreender as vulnerabilidades e forças das famílias dos jovens com comportamento delinvente.

**Palavras-chave:** delinquência; avaliação familiar; parentalidade; avaliação do risco.

---

<sup>6</sup> Santos, Alberto & Marques (2016). The Structured Interview of Family Assessment Risk: Convergent validity, inter-rater reliability and structural Relations. *Child and Family Social Work Journal*, 33(6), 487-497. doi 10.1007/s10560-016-0444-6

## Abstract

**Background:** The quality of parenting, composition and socio-economic status are family issues that constitute a risk or a protective factor for juvenile delinquency, however, there is not an instrument to specifically assess the adolescent offender's family. **Objectives:** This study set out to accomplish an additional validation study of the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR), a structured professional judgment tool for the assessment of family risk and protective factors of juvenile delinquents. **Research design:** the statistical analyses included inter-rater reliability, convergent validity with YLS/CMI, the Partial Least Squares approach to structural equation modeling and Receiving Operator Characteristics (ROC) analysis. **Subjects:** a sample of 130 male adolescent delinquents detained in Portuguese forensic facilities and their parents, were paired analyzed. **Measures:** The YLS/CMI was used to analyze the convergent validity with SIFAR. **Results:** SIFAR shows a strong correlation with the YLS/CMI family context, moderate to high values of inter-rater reliability; SIFAR factors show that they are predictive determinants of the Moderate Four risk factors. ROC analysis shows adequate accuracy power. **Conclusions:** The findings show that SIFAR it is useful as an additional assessment tool for structured risk assessment instruments since it allows understanding the vulnerabilities and strengths of the delinquent's family.

**Keywords:** Delinquency; family assessment; parenting; risk assessment

## Introduction

The literature on forensic youth assessment and intervention highlight that the functioning of the family (e.g. parenting, family bonds, family attachment, parental supervision, parent and sibling criminality, family conflicts) and the family social conditions (poverty, neighborhood, social net) are either a risk factor or a protective factor, depending on its quality (Goodman & Adler, 2010; Jones, 2008; McGuire, 2004; Piquero & Moffitt, 2010; Welsh & Farrington, 2010). The interaction between these familial, contextual and individual variables it is complex and must be analyzed not as cumulative factors but in a comprehensive approach (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Farrington, 2004).

To achieve this comprehensive approach, fundamental concepts have been clarified. The evolution of risk and protective concepts has led to the development of models like the Risk-Need-Responsivity model (RNR; Andrews & Bonta, 2010), which empirically proved to be an useful integrative method of assessment and intervention planning (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber & White, 2008). Based on the risk, needs and responsivity principles, this model is anchored beyond the diagnosis of criminogenic risk and strength factors by intending to deliver clinical and social services to criminal individuals to the decrease re-offending (Andrews & Bonta, 2010; Hoge, 2010).

The interplay between risk and strengths/protective factors are of proven relevance in risk assessment (Farrington, Loeber, Jolliffe & Pardini, 2008; Lodewijks, de Ruiter, & Doreleijers, 2010), being considered that the omission of the protective factors may introduce biases in the case management, neglecting relevant variables which influences de recidivism (Lodewijks et al., 2010; de Vogel, Robbé, de Ruiter, & Bouman, 2011).

In regard to the protective factors, Farrington et al. (2008), de Ruiter & Nicholls (2011) and de Vogel et al. (2011) share the conceptualization of the moderation effects of protective factors, on contrary to the buffer model like Andrews & Bonta (2010) purpose in their RNR model. Farrington et al. (2008) differentiate protective factors (buffer factors) from promotive factors, being the latter conceptualized as the factors associated with less likelihood of later delinquency, whether they decrease recidivism (*promotive remediative factors*) or prevent adolescents' criminal involvement (*promotive preventive factors*), which moderate differently the effect of risk factors across ages.

To assess the risk and protective factors risk assessment tools have evolved until the actual fourth generation. This fourth generation of tools is based on static, dynamic, risk

management and protective factors and is focused on case management. Its approach is integrative to allow the formulation of different risk levels, based on the principles of risk, criminogenic needs, the assessment of special responsivity factors and personal strengths, and the case can be followed up throughout the intervention process (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010; McGuire, 2004). Currently there are two major categories of risk assessment instrument design: a) the actuarial, which include a score for a group of risk factors to assess the probability of future violence or recidivism; and b) the structured professional judgment (SPJ) tools, based in checklists of risk and protective factors in an integrative framework for a risk level assessment of a particular person in their specific conditions (de Vogel et al., 2011; Robb , de Vogel, & Spa, 2011).

The official Portuguese juvenile forensic services use the YLS/CMI (Hoge, Andrews, & Leschied, 2002), a fourth-generation risk assessment tool based on actuarial assumptions, which establishes a quantitative estimate for general and violent offending. The YLS/CMI also assesses protective factors such as responsivity factors that might facilitate the intervention (Hoge, 2010).

Despite the relevant contribution of this instrument in forensic practice in youth risk assessment, its dichotomous coding strategy (present/absent) does not assess the particular family conditions or strategies to deal with relational and contextual difficulties which have impact in the adolescents' offending risk. The YLS/CMI organizes family information as a collection of difficulties and strengths, but does not define to what extent the family organizes itself to face these problems and does not cover the strategies they use, or do not use, to solve the family difficulties found. This is very important in clinical forensic practice especially if we intend to intervene directly in adolescent risk factors and case management, due to the role of parenting and family factors in the probability of criminal involvement in juveniles, showing the sensitivity of this development period to family conditions (Andrews & Bonta, 2010; Jones, 2008; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004).

Given the relevance of family to juvenile offending risk and the lack of multidimensional family assessment, the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR) has been developed (Santos & Alberto, 2015). Therefore, the present study presents a further step in the SIFAR validation, analysing the convergent validity with YLS/CMI, the Receiving Operator Characteristics analysis (ROC) and inter-rater reliability. We hypothesize that SIFAR family assessment is related to risk assessment of the family context YLS/CMI item

and its risk level, with the two tools having different but supplementary predictive results about juvenile criminal conduct.

## **Methods**

### *Sample*

This study uses a convenience sample of parents and their young male offenders detained in adolescent justice facilities of the Directorate-General of Rehabilitation and Imprisonment Services of the Portuguese Ministry of Justice. Of a total of eight juvenile justice facilities in Portugal, five authorized the collection of data. The selection criteria for participation in the study were: a) Male participants between the ages of 12-18; b) They had to be serving sentences of more than 1 year; c) Both the juvenile and his parents had to be interviewed and had to give their permission; d) The adolescents had to be within the first six months of conviction; e) The parent(s) selected must have been the cohabitating parent(s) since the child was eight years old; f) In respect by the voluntary participation, the parent(s) define who participate in the assessment interview (which one or both parents).

No female sample was included because of their residual presence in the detention system at date (N = 28). The male adolescents sample comprised 130 incarcerated male offenders, which is 60% of all juvenile delinquents detained in Portuguese forensic facilities (N = 215) at date. They were between 13 and 18 years old at the time of assessment (M = 16.06; mode = 17; SD = 1.07; Range = 13-18); 72.30% had previous mixed addictions of alcohol and drugs; 56.90% had 4 years of school failure and only 5.40% had failed two school years or fewer. In terms of offences, 49.2% had committed theft, robbery and assault, 17.70% robbery, 13.10% assault, 6.90% theft; 6.20% had committed multiple crimes including rape; 2.30% had committed homicide or attempted homicide, and 1.50% had committed multiple crimes including homicide.

The adults sample comprised 130 parents/guardians of whom 77.70% were females (n = 101), 90% parents and the rest guardians (referred to from this point as parents). Most of the parents were between 31 and 55 years old (80%). The youngest parent was 26 and the oldest was aged over 60. In terms of family structure, 48.50% were intact families (n = 63), 40.80% single parents (n = 53) and 10.80% (n=14) are reconstituted families. With regard of their origin, 70% of parents were born in Portugal, 23.80% were immigrants from Portuguese-speaking African countries and 6.20% were Romani.

### *Procedures*

All the information collected with SIFAR was confirmed with social security, forensic records and interviews with case managers, being the parents and the adolescents informed about this procedure and signed an informed consent prior to their inclusion in this study. The data was collected through individual interviews after the family weekend visiting time, in a discrete and private area in each detention facility. The interviewers were forensic psychologists with experience in risk assessment with YLS/CMI and SIFAR. These professionals were submitted to one-day training course (in a total of 08 hours) about adolescent offender's family assessment with SIFAR.

### *Instruments*

SIFAR (Santos & Alberto, 2015) was designed to be an SPJ tool for family risk assessment of adolescent offenders aged between 13 and 18. It should be analyzed by forensic psychologists with family assessment/intervention experience and should be combined with an adolescent structured risk assessment tool such as the YLS/CMI.

SIFAR it is based on an interview with a parent's and adolescent's versions of thirteen family's areas: physical health, mental health, substance abuse, education, employment, housing/transport, legal problems, violence, social/ethnic dissonance, poverty, social net, social security and parenting. From this interview the risk items (education, employment, house/transport, legal problems, social/ethnic dissonance, poverty, social net, social security and parenting) and the protective items (high discipline, low parental stress, low physical punishment, high family involvement) are assessed and coded as dynamic factors (Santos & Alberto, 2015). Because of their clinical relevance in families and adolescence, we considered physical health, mental health, substance abuse, violence, supervision, living in pro-social neighborhood, non-adolescent mother and good relation with pro-social peers as management factors. In previous statistical analysis SIFAR showed an internal consistency of .75 for the risk items, namely, education, poverty, legal problems, social net, parenting, employment, housing/transport, social security and social/ethnic dissonance, and .79 for the protective factors - high discipline, low parental stress, low physical punishment, high family involvement (Santos & Alberto, 2015). The Corrected Item-Total Correlation for both risk and protective factors indicated acceptable strength between item ratings and total scores, and

the mean inter-item correlations showed unidimensionality (Nunnally & Bernstein, 1994) of SIFAR (Santos & Alberto, 2015).

The *Workspace* constitutes de registration form of the family assessment, and it allows the recording of that data providing a place where all the information can be integrated and analyzed, enabling the design of family interventions (Santos & Alberto, 2015).

The YLS/CMI (Hoge, Andrews & Leschied, 2002) risk/needs assessment factors are divided into proximal factors (history of conduct disorder, antisocial attitudes, values and beliefs, dysfunctional parenting, dysfunctional behavior and personality traits, poor school/vocational achievement, antisocial peer associations and poor use of leisure) and distal factors (indirect but having relevant influence on the proximal factors: criminal/psychiatric problems in family of origin, family financial problems, poor accommodation and negative neighborhood environments), factors which present the highest association with juvenile criminal conduct (Hoge, 2010). In the YLS/CMI, the family context is assessed as a dynamic factor through six items: parental supervision, difficulties in behavior control, discipline, inconsistent parental practices and negative relationship with mother and/or father. The family protective factors are related with stable and cohesive family, parent support and care, support and care from other adults, adolescent attached to mother or other adult positive model, adequate parent supervision, adequate family economic status, adequate and attractive family relational environment (Hoge, 2010).

### *Statistical analysis*

The study consisted in a set of analyses like the inter-rater reliability, convergent validity, the Partial Least Squares approach to Structural Equation Modeling (SEM), the PLS Path Modeling (PLS-PM; Lohmöller, 1989; Wold, 1982, 1985). A prospective study of this sample with SIFAR was not allowed by the forensic services because of an existing official study about re-offending, fact why the results of YLS/CMI were used to the ROC analysis. The inter-rater reliability study was based on the Intra-class Correlation Coefficient (ICC), whose critical value for single measures was defined by Fleiss (1986) as excellent ( $ICC \geq .75$ ), good ( $.60 \leq ICC < .75$ ) and moderate ( $.40 \leq ICC < .60$ ). The convergent validity with YLS/CMI was analyzed using the Pearson  $r$  correlation, with the association values of Cohen (1998): .10, small; .30, moderate; .50 large. SPSS 17.0 was used for the first three analyses and the SmartPLS 2.0 (Ringle, Wende, & Will, 2005) was used for the PLS-PM analysis.

PLS-PM was used to analyse the predictive capabilities of SIFAR in relation with YLS/CMI. PLS-PM intends to validate predictive oriented research (Henseler, Ringle, & Sinkovics, 2009). It can estimate very complex models with many latent variables and handle formative models with minimal demands on sample size; it is also able to handle model complexity and the violation of multivariate normality (Bagozzi & Yi, 1994; Diamantopoulos, Riefler, & Roth, 2008; Henseler et al., 2009). Our study uses a large complex model involving many indicators and latent variables. All constructs are formative models because the indicators of both risk assessment tools form their dimensions/parameters (defined as latent constructs in our model). Additionally, it was intended to understand the relation between the dimensions of the two tools and with the risk level measure of the YLS/CMI. The assessment of the measurement model was based on the nomological validity, external validity by the variance of the error, the significance of weights and the multicollinearity by the variance inflation factor (VIF; Diamantopoulos et al., 2008; Henseler et al., 2009). The structural model was assessed by the  $R^2$  of endogenous variables (.67 - substantial; .33 - moderate; .19 - weak; Henseler et al., 2009) the sign, magnitude and significance of the estimated values for path coefficients, the effect size (.02 - weak, .15 - medium and .35 - large; Cohen 1998), and finally the prediction relevance with the blindfolding procedure (Diamantopoulos et al., 2009; Henseler et al., 2009).

The nonparametric bootstrap procedure (Efron & Tibshirani, 1993) was used to create 130 bootstrap samples to provide the statistical significance of all parameter estimates, i.e. weights and path coefficients.

The predictive power was estimated by the ROC analysis using the criteria of Hosmer and Lemeshow (2000) for interpretation of the area under curve (AUC). The ROC analysis used an 95% confidence interval (CI) based in a logistic regression model, using the predicted probability of SIFAR total value for the YLS/CMI family context (recoded as low family risk - coded 0; moderate to high family risk - coded 1) and YLS/CMI total value (recoded as low risk - coded 0; moderate to very high risk - coded 1), using SPSS 17.0.

## **Results**

The inter-rater reliability analysis was based on 26 random cases from the original sample assessed by 3 independent forensic psychologists. It was assessed with the ICC using the two-way random effect variance model and consistency type.

There are excellent intra-class correlation coefficients for single measures of the risk items education, employment, dissonance, social network, social security and parenting. The risk items with lowest inter-rater reliability are poverty, with moderate ratings (.50 to .74,  $p < .001$ ), legal problems, from moderate (.55,  $p < .001$ ) to excellent (.76,  $p < .001$ ), and housing/transport, with an ICC coefficient from .54 (moderate,  $p < .001$ ) to .89 (excellent,  $p < .001$ ). Regarding SIFAR total risk scores, the ICC coefficient gives an excellent score for the three coders (over .90,  $p < .001$ ).

With respect to protective factors, high family involvement, high discipline and low physical punishment have good to excellent ICC coefficient ratings (from .62 to .84,  $p < .001$ ), and low parental stress has scores from moderate to excellent (.42 to .78,  $p < .001$ ). The ICC coefficient for total scores of protective factors present moderate (.64,  $p < .001$ ) to excellent (.82,  $p < .001$ ) reliability scores (Table 13).

**Table 13.** Inter-rater Reliability by Intra-class Correlation Coefficient (n = 26)

	Rater A Rater B	Rater B Rater C	Rater A Rater C
<b>SIFAR risk items</b>			
Education	.89	.88	.94
Employment	.91	.92	.93
Housing/transport	.89	.61	.54
Legal Problems	.76	.64	.55
Dissonance	.91	.87	.98
Poverty	.57	.74	.50
Social net	.94	.93	.95
Social security	.95	.95	.95
Parenting	.77	.75	.77
Global scores	.91	.94	.91
<b>SIFAR protective</b>			
Family involvement	.72	.69	.81
High discipline	.81	.81	.62
Physical Punishment	.84	.64	.78
Low parental stress	.65	.78	.42
Global scores	.79	.82	.64

The YLS/CMI tool was chosen to establish the convergent validity because it is the official risk assessment tool of the Portuguese juvenile forensic services, and all practitioners are well versed in its design and concepts.

The convergent validity between SIFAR and YLS/CMI was based on the Pearson  $r$  correlation, looking for the association between YLS/CMI family context and SIFAR items; also, SIFAR total measure was used only for this research purpose (Table 14).

Table 14. Correlation matrix between SIFAR and YLS/CMI (Pearson  $r$ , 2-tailed,  $N = 130$ ).

SIFAR	YLS/CMI								
	PCB	FC	EE	PR	SA	L	PB	AO	ORL
Education	.22*	.07	.33**	.42**	.21*	.25*	.22*	.29**	.35**
Employment	.20*	.18*	.23**	.26**	.11	.19*	.07	.21**	.26**
House/transp.	.04	.10	.06	.17*	-.03	.11	-.04	.07	.07
Legal problems	.10	.20**	.19*	.23**	.01	.14	.14	.15	.22*
Dissonance	.12	.13	.14	.26**	-.02	.14	.07	.17	.18*
Poverty	.20*	.20*	.18*	.29**	.16	.09	.09	.22*	.25**
Social net	.10	.11	.02	.13	.12	.17	.09	.21*	.16
Social security	.11	.13	.19*	.27**	.17	.26**	.07	.08	.22*
Parenting	.18*	.61**	.13	.17	.09	.00	.13	.21*	.25**
SIFARtotal	.30**	.40**	.28**	.49**	.30**	.34**	.22*	.35**	.46**
Family Involv.	-.13	-.06	-.19*	-.26**	-.10	.00	-.03	-.11	-.16
Discipline	-.06	-.04	-.20*	-.26**	-.13	-.01	-.05	-.09	-.15
Punishment	-.19*	.01	-.21*	-.38**	-.21*	-.20*	-.11	-.23**	-.27**
Parental stress	-.20*	.04	-.34**	-.40**	-.26**	-.22*	-.08	-.23**	-.30**
Protective total	-.13	-.03	-.22*	-.37**	-.19*	-.15	-.03	-.15	-.22**

PCB – Previous criminal behavior; FC – Family context; EE - Education and employment; PR - Peer relations; SA – Substance abuse; L – Leisure; PB – Personality/behavior; AO – Attitude/orientation; ORL – Overall risk level. \*Correlation is significant at the .05 level (2-tailed); \*\*Correlation is significant at the .01 level (2-tailed).

The SIFAR risk items legal problems and poverty both have a small positive correlation with YLS/CMI family context ( $r = .20$ ,  $p < .01$ ), and SIFAR parenting item has a large positive correlation with YLS/CMI family context ( $r = .61$ ,  $p < .01$ ). All the SIFAR items have a low positive correlation with YLS/CMI peer relations, education/employment, attitudes/orientation and overall risk level. Of these, we draw attention to the moderate association between SIFAR education and YLS/CMI education/employment ( $r = .33$ ,  $p < .01$ ), peer relations ( $r = .42$ ,  $p < .01$ ) and global risk level ( $r = .35$ ,  $p < .01$ ).

Regarding the overall values, SIFAR total value has moderate correlation with the YLS/CMI previous criminal behavior ( $r = .30$ ,  $p < .01$ ), family context ( $r = .40$ ,  $p < .01$ ), peer relations ( $r = .49$ ,  $p < .01$ ), substance abuse ( $r = .30$ ,  $p < .01$ ), leisure ( $r = .34$ ,  $p < .01$ ), attitudes/orientation ( $r = .35$ ,  $p < .01$ ) and overall risk value ( $r = .46$ ,  $p < .01$ ) (Table 14).

With respect to protective factors, SIFAR protective items have a small to moderate negative correlation with YLS/CMI risk items education/employment (from  $r = -.19$  until  $r = -.34$ ,  $p < .01$ ), peer relations (from  $r = -.19$  up to  $r = -.34$ ,  $p < .01$ ) and overall risk level (from  $r = -.15$  until  $r = -.22$ ,  $p < .01$ ).

= -.16 up to  $r = -.30$ ,  $p < .01$ ). Relative to the association of SIFAR protective items with YLS/CMI family context item, no association was found between them.

The large positive correlation between SIFAR parenting and YLS/CMI family context, the positive low to moderate correlation between SIFAR risk items and YLS/CMI global risk value, just as between the SIFAR total and YLS/CMI items, let us conclude with the convergent validity between the two risk tools. However, the absence of a negative correlation between the SIFAR protective and YLS/CMI family context was unexpected. Nevertheless, the SIFAR protective factors item has a negative correlation with YLS/CMI education/employment, peer relations and overall risk level, reflecting the negative association between the SIFAR assessment of non-abusive or non-neglectful parenting and those adolescent risk factors measured by YLS/CMI. These associations are relevant, which shows the discriminant validity between SIFAR protective and YLS/CMI risk items.

The PLS-PM (Ringle et al., 2005) was used to analyze the relation between the SIFAR and YLS/CMI risk factors and its predictive capability with the risk level, which is why the formative measures were used. The measurement model was assessed by an item *purification process* (Diamantopoulos et al., 2008; Henseler et al., 2009) based on indicators that capture the meaning of a formatively-measured construct using expert opinion, validating the formative indicators as relevant and in agreement with theoretical rationale of risk and family assessment (Diamantopoulos et al., 2008; Henseler et al., 2009).

In the assessment of formative models, Diamantopoulos et al. (2008) and Henseler et al. (2009) argue that internal consistency and construct validity are not meaningful since the formative model is based on the assumption of error-free measurement. Since reliability is not meaningful, the validity assessment at the construct and indicator level is fundamental (Henseler et al., 2009). To confirm if the formative index presented the intended meaning of the construct, the external validity was calculated by (Henseler et al., 2009), which should be compared with the threshold of .80, considered the minimum value for external validity (Henseler et al., 2009). Table 15 presents the external validity scores of the constructs. The second order constructs *SIFARtotal* and *YLSRiskLevel* show adequate external validity, explaining respectively 88% of the variance of the SIFAR adolescent family risk and 99% the YLS/CMI adolescent risk level.

Table 15. External Validity  $Var(v)$ 

		$R^2$	$Rel \zeta$	$Var(v)$
SIFAR	Parenting	.43	.36	.51
	Protective	.65	.65	.65
	SIFARtotal	.88	.88	.88
YLS	Moderate	.18	.20	.16
	BigFour	.69	.67	.71
	YLS	.99	.99	.99

At the indicator level, the validity is assessed by the level of significance for the weights of the formative indicators and the presence of multicollinearity (Henseler et al., 2009; Diamantopoulos et al., 2008). A bootstrapping procedure was run (Efron & Tibshirani, 1993) to determine the significance of the weights. Table 16 presents the weights and their standard error and t-statistics. All weights are significant at the 5% level, therefore all formative indicators are adequate for the formative indexes.

Table 16. Standardized estimates of weights and its corresponding standard error and t-statistic

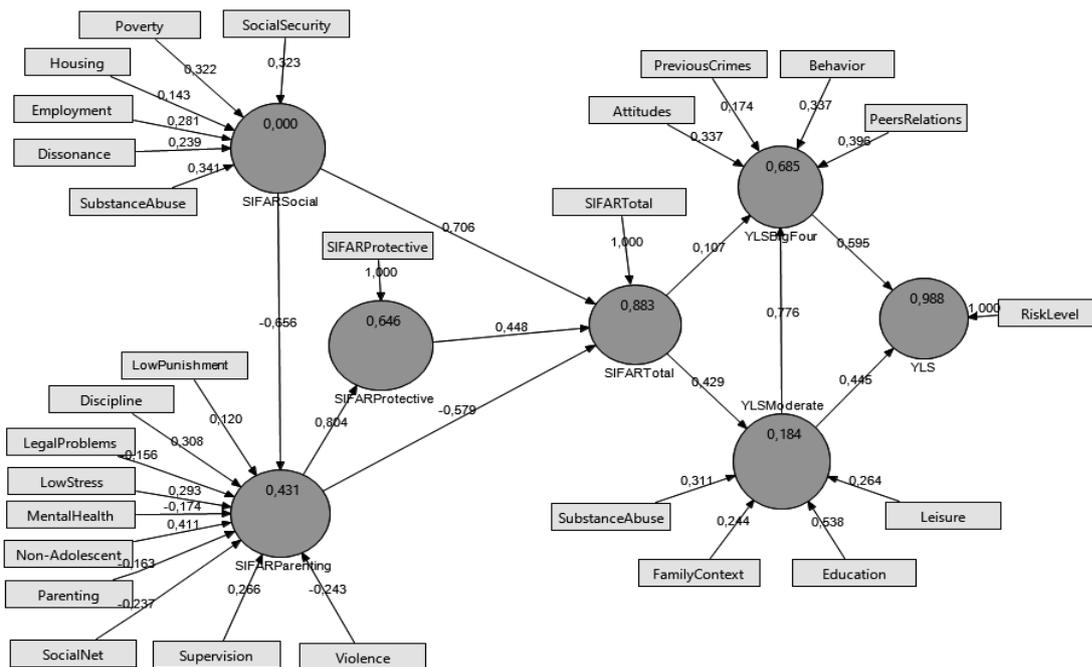
Outer model		Weight	Standard error	T-statistic
YLSBigFour	Attitudes	.34	.06	5.90
	Behavior	.34	.06	5.30
	Peer relations	.40	.05	8.30
	PreviousCrime	.17	.05	3.89
YLSModerate	Education	.54	.06	9.74
	Family context	.24	.05	5.13
	Leisure	.26	.06	4.57
	Substance abuse	.31	.06	5.30
SIFARSocial	Dissonance	.24	.07	3.39
	Employment	.28	.07	3.77
	Housing	.14	.07	1.95
	Poverty	.32	.06	5.57
	SocialSecurity	.32	.06	5.51
	Substance abuse	.34	.05	6.95
SIFARParenting	Discipline	.31	.08	4.10
	Legal problems	-.16	.08	2.07
	Low punishment	.12	.06	2.10
	Low stress	.29	.08	3.54
	Mental health	-.17	.07	2.61
	Non-adolescent	.41	.10	4.28
	Parenting	-.16	.06	2.83
	Social network	-.24	.07	3.31
	Supervision	.27	.07	3.94
	Violence	-.24	.08	2.91

The multicollinearity diagnosis used a multiple linear regression model with YLS/CMI risk level as dependent variable. The VIF values of all variables (SIFAR risk: poverty = 1.33; social security = 1.45; employment = 1.28; housing/transport = 1.23; substance abuse = 3.29; social/ethnic dissonance = 1.06; legal problems = 2.87; mental health = 2.91; parenting = 1.31; violence = 2.11; social net = 1.24; SIFAR total = 2.05; SIFAR protective: discipline = 3.50; low physical punishment = 1.89; low parental stress = 2.70; non-adolescent mother = 2.36; supervision = 2.28; protective total = 8.78; YLS/CMI: previous criminal behavior = 2.14; family context = 1.47; education/employment = 2.79; peer relations = 3.05; substance abuse = 2.08; leisure = 2.20; personality/behavior = 3.22; attitudes/orientation = 3.01) are less than the threshold of 10, which indicates that multicollinearity among the formative indicators is not an issue (Henseler et al., 2009).

Clarifying the first and second order constructs, the *SIFAR parenting* covers the parenting practices, the *SIFAR protective* comprises the total value of protective factors, *SIFAR total* refers to the total value of SIFAR risk factors, *SIFAR social* included the family social conditions and substance abuse, *YLS/CMI big four* refers to the high predictive items of YLS/CMI, *YLS/CMI moderate* relates to the moderate predictive items of YLS/CMI and finally, the *YLS* construct refers to the total risk value of YLS/CMI.

Figure 3 shows the standardized estimates of weights, path coefficients and coefficient of determination ( $R^2$ ) of the endogenous variables. The  $R^2$  with substantial values are *SIFAR parenting* ( $R^2 = .43$ ), *SIFAR protective* ( $R^2 = .65$ ), *SIFAR total* ( $R^2 = .88$ ), *YLS/CMI big four* ( $R^2 = .69$ ) and *YLS/CMI risk level* ( $R^2 = .99$ ), meaning that the proportion of variance of each construct is well explained by its antecedent constructs in the model.

Figure 3. Path diagram of the SEM model (standardized estimated coefficients).



Regarding the path coefficients' estimates, all relationships are significant (Table 17). The path coefficients show that the SIFAR protective factors have a positive sign in *SIFAR parenting* latent variable and the risk items have a negative sign, meaning that the protective and risk family indicators have an inverse relation. This shows the expected relations between the corresponding protective factors (the positive sign indicators of the index) and risk factors (the negative sign index indicators); thus, these latent variables have an inverse relation according to the nomological net of risk and protective factors research (Andrews & Bonta, 2010; Farrington et al., 2008; Lodewijks et al., 2010; de Ruiter & Nicholls, 2011).

Table 17. Standardized path coefficient estimates and its corresponding standard errors and t-statistics

Structural Relationship	Path coefficient estimate	Standard error	t-statistic
YLSBigFour->YLS	.60	.02	32.06
YLSModerate->YLS	.45	.02	23.20
YLSModerate->YLSBigFour	.78	.03	22.42
SIFARParenting->SIFARProtective	.80	.13	4.41
SIFARParenting->SIFARTotal	-.58	.13	5.32
SIFARProtective->SIFARTotal	.45	.08	5.32
SIFARTotal ->YLSModerate	.43	.07	5.75
SIFARSocial->SIFARParenting	-.66	.14	4.86
SIFARSocial->SIFARTotal	.71	.05	14.01
SIFARTotal ->YLSBigFour	.11	.05	2.06

There are positive values for the path coefficients between SIFAR social and SIFAR total, and between YLS moderate and YLS big four as expected. The magnitude of the path relationships is adequate, with the smallest value being .11 (between SIFAR total and YLS big four) and the highest .80 (between SIFAR parenting and SIFAR protective).

The effect size ( $f^2$ ) analyzes the predictor impact of a latent variable in another latent construct. The effect sizes of the predictor latent variables are shown in Table 18. All the latent constructs of YLS/CMI have large effect sizes on the YLS/CMI risk level. Concerning the SIFAR variables, SIFAR social has a large effect size on SIFAR parenting and SIFAR total, SIFAR parenting has a large effect size on SIFAR protective and SIFAR total, while only SIFAR protective has a weak effect size on SIFAR total. Relative to the relation between the two tools, SIFAR total has a weak effect size on YLS big four and a moderate effect size on YLS moderate, to which family context belongs.

Table 18. Effect sizes ( $f^2$ ) of predictor latent variables

Latent variable	$f^2$	Effects
SIFARSocial → SIFARParenting	.76	Large
SIFARSocial → SIFARTotal	2.68	Large
SIFARParenting → SIFARProtective	1.82	Large
SIFARParenting → SIFARTotal	.64	Large
SIFARProtective → SIFARTotal	.05	Weak
SIFARTotal → YLSModerate	.23	Moderate
SIFARTotal → YLSBigFour	.10	Weak
YLSModerate → YLSBigFour	1.51	Large
YLSModerate → YLS	.61	Large
YLSBigFour → YLS	1.02	Large

The prediction relevance of the model is based on Stone-Geisser's  $Q^2$ , measured by the *blindfolding* procedure (Henseler et al., 2009). It provides a prediction of the endogenous latent variables' indicators based on fitting and cross-validation. Its values should be above 0, meaning that the explanatory variables provide predictive relevance to the endogenous constructs (Diamantopoulos et al., 2008; Henseler et al., 2009). As we can see in Table 19, all the latent variables in the model have  $Q^2 > 0$ , thus predicting the endogenous latent variables' indicators.

Table 19. Prediction relevance based on construct cross-validated redundancy

	SSO	SSE	$Q^2$ 1-SSE/SSO
YLSModerate	520.00	470.27	.10
YLSBigFour	520.00	313.02	.39
YLS	130.00	1.87	.99
SIFARprotective	130.00	46.04	.65
SIFARparenting	1300.00	1220.89	.06
SIFARtotal	130.00	27.05	.79

The predictive validity calculated by the ROC analysis show that SIFAR total value present an exceptional accuracy power and predictive validity for the family risk level measured by YLS/CMI (AUC = .93; 95% CI: .88-.98) and an acceptable accuracy and predictive validity for the YLS/CMI total values (AUC = .77; 95% CI: .69-.86).

### Discussion

SIFAR is an SPJ tool designed to assess the family risk and protective factors of adolescent offenders and the SIFAR coding is based on the assessment of a family's coping strategies for the difficulties they are confronted with. SIFAR parenting and education items have the highest average scores in the risk items, reflecting the areas where families found it hardest to devise appropriate strategies to deal with problems, which seems to agree with family investigation in the forensic field (Jones, 2008; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004). The moderate positive correlations of SIFAR total with all YLS/CMI risk factors and particularly SIFAR parenting with YLS/CMI family context, peer relations and attitudes/orientation risk factors demonstrate the external validity for SIFAR. The large association between SIFAR parenting and YLS/CMI family context reflects the major finding about convergent validity. This shows that families with difficulties in implementing adequate strategies to deal with their relations have serious problems in the family context items of YLS/CMI (parental supervision, difficulties in behavior control, discipline, inconsistent parental practices, and negative relationship with mother and/or father).

Assessing SIFAR family strategies lets us consider what is beyond the presence/absence of family risk, and in the YLS/CMI we assess the result of the sum of the presence of a group of indicators, which means that the items in the two tools do not exactly correspond since they are different but supplementary types of family risk assessment. Because of this fundamental difference, it is clear why only the SIFAR parenting item has a large positive and significant

association ( $r = .61, p < .01$ ) with the YLS/CMI family context, while the associations between the other risk items of the tools are low to moderate.

The SIFAR results for protective factors presented in the current study showed that the highest average value is in the high discipline and the lowest one is low parental stress, indicating the opposite frequency of presence of these protective factors. Regarding the convergent validity of the SIFAR protective factors with the YLS/CMI risk factors, there is a significant negative correlation with YLS/CMI peer relations and education/employment, as expected, but no negative correlation with YLS/CMI family context and personality/behavior. Only SIFAR low parental punishment and low parental stress have significant a negative correlation with all YLS/CMI risk factors except family context and personality/behavior). All SIFAR protective factors have a low to moderate negative correlation with the YLS/CMI total risk value. In fact, the single shared antagonistic relation between risk and protective factors is family discipline (assessed as protective in SIFAR and risk in YLS/CMI); no other SIFAR protective factor from the tool coding assesses the same YLS/CMI items, which further testifies to the complementarity of the tools in family risk assessment items.

The inter-rater reliability with ICC for the three independent coders showed good agreement scores for the raters. The use of ICC between coders is important for the reliability studies, in particular when the analysis of risk is based on multiple information sources. This coding strategy is no different from other risk tools such as YLS/CMI and the results for ICC coefficients makes it possible to assume that the SIFAR outcomes are not governed by chance.

The structural model which emerges from PLS-PM was used to model the complex multivariable relationships between the observed and latent variables (Henseler et al., 2009; Diamantopoulos et al., 2008) of both SIFAR and YLS/CMI, to show how the SIFAR items constitute determinants of the risk assessment measured by YLS/CMI. Other variables of SIFAR risk assessment were initially in the model (physical health, education, family involvement) but these two variables were dropped in the purification process. The structural model shows that greater family difficulties in coping with adverse social conditions like employment difficulties, housing/transportation problems, poverty, social security assessment/support and social/ethnic dissonance, seem to be determinants of parenting difficulties in finding adequate strategies to deal with their adolescent sons ( $\beta = -.66; f^2 = .76$ ). These results show that the families with greater social difficulties have greater parenting difficulties; these parents, in particular, have more difficulties in finding adequate strategies to

deal with parenting, mental health needs, family violence, social network difficulties and legal problems, and fewer parenting protective factors (i.e., less discipline, more physical punishment, greater parental stress, having a non-adolescent mother and less parent supervision). These parenting difficulties are determinants of the SIFAR protective factors total score ( $\beta = .80$ ;  $f^2 = 1.82$ ; total scores were only used for research purposes). The latent variable parenting relates inversely to the protective total scores, which seems to agree with the risk and protective factors assessment (Andrews & Bonta, 2010; Farrington et al., 2008; Lodewijks et al., 2010; de Ruiter & Nicholls, 2011; de Vogel et al., 2011). All the variables that constitute the SIFAR tool are related to its overall score (SIFAR social  $\beta = .71$ ,  $f^2 = 2.68$ ; SIFAR parenting  $\beta = -.58$ ,  $f^2 = .64$ ; SIFAR protective  $\beta = .45$ ,  $f^2 = .05$ ), meaning that the risk and protective factors of SIFAR are determinants of its total score, with different effect sizes and the expected signs, with SIFAR social being the latent construct with highest effect.

With respect to the relation between the tools, the SIFAR total construct is a determinant of the YLS/CMI moderate construct (where family context is a formative indicator) explaining about 18% of its variance ( $R^2 = .18$ ). The relations between these variables shows that SIFAR protective factors are negative determinants and SIFAR risk factors are positive determinants of YLS/CMI moderate range. The weak effect of the SIFAR total ( $\beta = .11$ ,  $f^2 = .10$ ) on the YLS big four construct and the large effect of the YLS moderate ( $\beta = .78$ ,  $f^2 = 1.51$ ) shows that the YLS moderate construct is a major determinant of the YLS big four, explaining almost all the 69% of its variance; the YLS/CMI moderate and big four factors both explain about 99% of its risk level (YLS big four  $\beta = .60$ ,  $f^2 = 1.02$ ; YLS moderate  $\beta = .45$ ,  $f^2 = .61$ ). These results show that the SIFAR total has a low level of determination of the YLS/CMI big four, but a high level of determination of the YLS moderate range, where the family context and other individual indicators are present; this seems to contribute to the convergent validity between the tools with respect to family and social conditions.

The exceptional value of predictive validity of SIFAR total value show that the combination of all family risk factors assessed by this tool produce a global value which are accurate relatively to the results obtained by the YLS/CMI family context item.

These results show that SIFAR it is SPJ accurate toll in the prediction of adolescent offender's family risk, even if the SIFAR total value reveals less accuracy relatively to the YLS/CMI total risk value. This could be explained by the fact that SIFAR does not aim to establish a cut off risk value for adolescent offenders but only about family risk of adolescent criminal behavior. Being YLS/CMI total value obtained from a sum of multiple risk factors

from which the family context it is only one of these items, it is natural that the specificity and accuracy of SIFAR in family risk assessment it is much higher than its accuracy in global risk assessment.

The SIFAR behaved as predicted. It is a family assessment tool to be used in addition to structured risk assessment tools like the YLS/CMI, since it helps to explain both the presence or absence of family conditions and the family strategies for dealing with a number of difficulties which constitute risk conditions for youngsters (Jones, 2008; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004). The major differences between SIFAR and YLS are based on the fact that SIFAR is focused on the assessment of several family circumstances that are found in a large proportion of the families of adolescent offenders (Farrington, 2004; Jones, 2008; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004), the interrelation between these family areas and parenting/family difficulties (Pakman, 2007) and the recursiveness between these difficulties and the strategies that families find to solve them (Madsen, 2007; Pakman, 2007).

## **Conclusion**

The main goal of this article was to validate the SIFAR through the ICC, convergent validity and prediction role of the structural relationships. SIFAR is divided into complementary forms for adolescents and parents and analyses multiple and complex information items about the family system, taking advantage of relevant but usually scattered data. This instrument requires the supplementary use of actuarial tools to be able to focus on both the individual and family risk factors, crossing-relating family and individual variables so as to understand the criminogenic needs underlying the adolescent's anti-social behavior and to design intervention's plans. This combining of tools and methods between the family assessment, individual features and other risk factors could provide a more integrative and structured risk assessment of adolescent offenders, especially because of the relevance of family with adolescent children life stage. The coding of SIFAR within a strategy that adds to the assessment of family strategies to deal with the difficulties, which might work as risk or protective factors, enables practitioners to understand how the family functioning is relevant to the criminal behavior of the adolescent, and how it can be worked to increase the protective factors and decrease the family risk factors involved.

This study has two major limitations: its exploratory design and the use of a convenience sample composed of families of male adolescents in detention. These limitations make it hard

to generalize the results, which should therefore be considered in the detention facility-specific context. However, they are promising and the long process of validating a family tool will continue with clinical samples, conformity family samples and with the female adolescent offenders.

## **The Structured Interview of Family Risk Assessment in clinical use: a study with parents of juvenile offenders in detention <sup>7</sup>**

### **Resumo**

Na avaliação clínica de risco em contexto forense juvenil são necessários instrumentos que permitam compreender a dinâmica da interação entre os fatores de risco e de proteção familiares. Este estudo visa contribuir para a validação da Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar (EEARF) na prática clínica forense juvenil. Utilizando um design quasi-experimental, foram avaliados os efeitos de um programa de intervenção familiar utilizando para tal a EEARF e a YLS/CMI. Com recurso a métodos não-paramétricos foram avaliados os participantes de uma amostra de conveniência de 16 pais (8 de um grupo de controle e 8 de um grupo experimental) de adolescentes delinquentes detidos em instalações forenses juvenis. Foram utilizados a YLS/CMI como instrumento de avaliação actuarial e a EEARF como instrumento julgamento profissional estruturado, ambos instrumentos de avaliação do risco forense juvenil. Os resultados obtidos colocam em evidência os efeitos do programa na redução do risco familiar nesta amostra e a utilidade do uso complementar de ambos os instrumentos. Em especial, a EEARF revela-se sensível a mudanças no risco familiar, contribuindo para a compreensão da sua dinâmica e das mudanças dos fatores protetores, constituindo um instrumento adequado para a gestão de caso.

**Keywords:** Delinquência, família, fatores de risco, fatores de proteção, adolescência.

---

<sup>7</sup> Santos, D. & Alberto, I. (2017). The structured interview of family risk assessment in clinical use. A study with parents of juvenile offenders in detention. *International Journal of Social Sciences Studies*, 5(1), 20-30. DOI: 10.11114/ijsss.v5i1

## **Abstract**

In the juvenile clinical forensic settings risk assessment, instruments that allow a dynamic understanding of the interaction between family risk and protective factors are needed. This study aims to contribute to the validation of the Structured Interview of Family Risk Assessment (SIFAR) in juvenile clinical forensic practice. Using a quasi-experimental design, the effects of a family program on risk and protective family factors were assessed with SIFAR and the YLS/CMI. Non-parametric methods were used. The participants were a convenience sample of 16 parents (8 from a control group and 8 from an experimental group) of detained adolescent male delinquents in Portuguese forensic facilities. The YLS/CMI as an actuarial risk assessment tool and SIFAR as a structured professional judgment toll were used. SIFAR and YLS/CMI showed the effects of the program in reducing the family risk on this sample and the usefulness of the complementary use of both risk assessment tools. The findings show that SIFAR is sensitive to changes in the family assessment risk, allowing the understanding of the family risk and protective factors changes and dynamics, being a suitable instrument for case management.

**Keywords:** Delinquency, family, risk factors, protective factors, adolescence.

## **Introduction**

The development of the validation of the Structured Interview of Family Assessment Risk (SIFAR; Santos & Alberto, 2015; Santos, Alberto, & Marques, 2016) is a long, diverse and exigent process. Designed as a Structured Professional Judgement (SPJ) tool, the SIFAR intent to assess the multiple dimensions of family life that might constitute a risk or a protective factor on juvenile delinquency, being used as a complement for an actuarial risk instrument like the Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI; Hoge, Andrews, & Leschied, 2002).

In this validation process, the evaluation of the SIFAR in clinical use is fundamental to analyze its accuracy and efficacy in case management. For this purpose, developing a research where SIFAR is used in the specific context of application, with high risk detained juvenile offenders, will allow to evaluate its role in the real world of juvenile forensic practice.

A specific risk tool to assess the family risk in delinquency arises from the fact that the family is a key context in the process of human development, with various clinical currents highlighting the role of family in the interaction between individual and contextual factors in juvenile delinquent behavior (Farrington, 2004; Kury & Woessner, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008). While analyzing the predictors of delinquency, Farrington (2004), Loeber et al. (2008) and Le Blanc and Janosz (2002) concluded for the multidimensionality of causal factors and within these, they stress the importance of the quality of parenting as a determinant of juvenile delinquency.

The studies by Andrews and Bonta (2010), Farrington (2004), Le Blanc and Janosz (2002), Lipsey (2009) and Loeber et al. (2008) point out that there is a complex interplay between the predictors of delinquency and demonstrate that the family can be either a risk or a protective factor in juvenile criminal practice. Particularly, the family risk or protective factors are related to the quality of family relationships (family ties, parental supervision, serious conflicts) and the existence of adolescent relatives with an offending history (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Goodman & Adler, 2010; McGuire, 2004; Welsh & Farrington, 2010).

In the Portuguese context, Lemos (2007) studied the individual and contextual risk factors for the development of psychopathology and delinquent behavior in children/adolescents. These findings demonstrate that the family composition (number of members), relational quality (support, affection, supervision, discipline), social and family circumstances

(employment, income and parents' education) interact with the individual characteristics and significant events in childhood to become relevant risk factors to the establishment of adolescent psychopathology and antisocial behavior. Regarding family dynamics, Lemos (2007) found that marital conflict negatively influences the quality of parenting and adolescent perceptions of parental affection. Overall, the results suggest a stronger association between families with poorer parental support and more conflictual interaction patterns and psychopathology in adolescence. As in studies of criminal risk (Andrews & Bonta, 2010) and in delinquency predictors (Farrington, 2004; Loeber et al., 2008), Lemos (2007) notes that a risk factor has no intrinsic predictive value, but the combination of risk factors increases the likelihood of adolescents developing psychopathology and becoming involved in criminal activity.

In addition to the risk assessment and predictors studies, research about cost-efficacy shows the relevance of family assessment in juvenile delinquency and the efficacy of family intervention in reducing the risk of youth involvement in violence and recidivism. Lipsey (2009) undertook a meta-analysis appraising the technical aspects of the measures of effect sizes like methodology, design, size, sample characteristics, intervention category, and program quality and integrity assessment method. Lipsey (2009) argues that: a) the most effective programs for young offenders are therapeutic interventions (non-punitive, based in cognitive-behavioral, family, group, mixed frame of intervention); b) efficacy is greater in groups with high criminogenic risk; and c) the quality of implementation is directly proportional to the efficiency gains. Lipsey (2009) also concluded that the most effective programs are those with a cognitive-behavioral nature, followed by behavioral, family and orientation programs, but if all variables are controlled, the differences in the effectiveness of these interventions are greatly reduced. In general, programs which addresses the family functioning, supervision, negotiation/conflict resolution and emotional ties (McGuire, 2004) and parental relationship, discipline, relational management and parents' education (Farrington & Welsh, 2007) show its effectiveness, whereby an adequate and rigorous family risk assessment is relevant in juvenile delinquency.

Once family intervention is so relevant to decrease the risk of criminal involvement or recidivism in adolescence, effective family risk assessment instruments are needed, and this was the aim of the SIFAR development. In fact, if currently there are programs with substantial clinical outcomes like functional family therapy, parenting education (Dembo, Ramírez-Garnica, Rollie, Schmeidler, Livingston, & Hartsfield, 2001; Gordon, 2002),

multisystemic therapy and multidimensional foster care (Henggeler & Schoenwald, 2011), it is fundamental that the assessment of family variables (risk and protective factors) be performed by adequate and specific instruments.

It is a priority objective of the forensic systems of the Western countries to provide highly effective assessment tools and programs to decrease the probability of adolescent criminal involvement and recidivism. Despite this objective, Henggeler and Schoenwald (2011) concluded that only 5% of institutionalized youths in the United States have access to effective rehabilitation programs, even given the large need for mental health and education services. Based in the analysis of 600 intervention programs, these authors found that the ones in which efficacy is proved were based on functional family therapy, multisystemic therapy and multidimensional treatment foster care. All of these are programs addressing family variables.

Once the relational and structural family features are such a relevant issue on the juvenile delinquency risk assessment and intervention, it seems that there was a gap in the absence of specific family risk assessment tools. Because of this, the SIFAR emerges as a family risk assessment tool and the main goal of this research is to contribute to its continuous validation process. For this purpose, the SIFAR was applied in a small group of families of detained juvenile offenders, before and after the application of the Risk Reduction Integrated program (RRIPMF; Pakman, 2007), to assess its clinical use. The RRIPMF is a program in use in the Portuguese juvenile forensic services to family intervention. Once SIFAR was designed to complement an actuarial risk assessment tool, the Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI; Hoge, Andrews, & Leschied, 2002) was also used.

## **Methods**

This study presents a quasi-experimental design with an experimental group (EG) to which the RRIPMF (Pakman, 2007) was applied and a control group (CG) without the RRIPMF. The RRIPMF efficiency was assessed by a pre-test and a post-test using the YLS/CMI and SIFAR risk assessment tools to analyze the effects of RRIPMF on the family risk. The RRIPMF was administered at the Centro Educativo dos Olivais in Coimbra, Portugal, a detention facility for adolescent offenders of the Directorate General of Social Rehabilitation and Imprisonment, between January and July 2013, at a weekend after a parental visit to the young offender, in privacy. The juveniles were informed about the

procedures and the aims of the program and agreed that their parents could collaborate. The parents were subsequently informed about the program and invited to participate in this study and all agreed to do so. The control sample was organized to match the family characteristics of the experimental sample on the sociodemographic, economic and risk level, differing by participation (EG) or non-participation (CG) in the RRIPMF. Only the parents participated in the RRIPMF but both parents and juveniles were assessed by the pre- and post-test risk assessment tools since risk assessment tools must be completed with multiple direct and indirect information resources.

The RRIPMF was applied by a clinical psychologist who is also a family therapist and the pre- and post-tests were assessed by two external forensic psychologists using the SIFAR and YLS/CMI tools.

### *Sample*

All participants in both groups were parents of adolescent males complying with the legal custodial measures applied to serious young offenders. The aim of custody is to treat juveniles to reduce the likelihood of future offending, with the RRIPMF being a program used to reduce family risk for juveniles.

The parents were selected according to the follow criteria: parents who have not attended any structured program intervention or family therapy in the last 24 months up to the date of selection or during this study; parents of adolescent male offenders aged 12 to 18 with a custodial sentence of at least one year and with psychotherapeutic intervention being indicated by the court. The exclusion criteria were: parents diagnosed with severe mental disorder (decompensated mental illness, severe mental retardation, current drug abuse) that compromised joining the program.

The sample consisted of 16 parents of male adolescents who were detained in a juvenile detention centre, who had been referred for psychological intervention by the court and accepted the invitation to participate in the RRIPMF. The 16 parents were divided into two groups, EG and CG, with 8 in each, and the parent and adolescent participants all signed an informed consent. The equivalence process between EG and CG were extremely challenging, because multiple parent, adolescent and family variables were needed to be compared. It took about one year to find two equivalent groups, fact why the number of participants is too small.

### *Experimental and Control Groups*

EG (n = 8) had five female participants, one male and two couples; the predominant marital status was divorced (n = 4); there were also one unmarried participant, two married participants and one participant of a remarriage. Six EG participants were parents of the adolescents and two were caregivers. One parent was aged 34, three parents were aged 41-45, two were aged between 51-55 and two were over 60 years old. The minimum age was 34 and the maximum was 75 years old. All the parents were employed (n = 8) and only one parent had a criminal record for driving under the influence of alcohol. Seven participants were Portuguese and one was from a Portuguese Speaking African Country (PALOP) / a former Portuguese African territory.

For the adolescents from the EG parents the mode age at onset of antisocial activity was 11 (n = 3), lasting an average of two years (n = 3), with crimes against property like theft and robbery predominating (n = 6). One adolescent had been convicted of homicide and one other was guilty of parent aggression. All the offences were committed both individually and in groups except for aggression towards parents, which was solely individual.

The CG (n = 8) comprised five female participants, one male and two couples. Two participants were married, two divorced, two remarried and two were single parents. Most of these participants were parents (n = 6), and two were caregivers. One parent was 32 years old, two parents were aged 40-45, two were aged 46-50, one was 54, one was 65 and one was 73. The youngest parent was 32 and the oldest 73 years old. Most of the parents were employed (n = 7) with only one being unemployed. Only one parent had a criminal record, for driving without a license. In terms of origin, six participants were Portuguese and two were from a PALOP.

The age of onset of antisocial activity of adolescents whose parents were in the CG had was 13 (n = 4), and criminal practice lasted an average of one year (n = 3). Crimes against property like theft and robbery predominated (n = 7) and one boy was guilty of aggression to parents. These crimes were practiced both individually and in groups (n = 7) and only the boy who assaulted his parents engaged in individual criminal practice.

### *Statistics*

SPSS version 17.0 was used to compare the CG and EG. Non-parametric methods were used, particularly the  $\chi^2$  test with Monte Carlo simulation for the sociodemographic group equivalence. The Wilcoxon-Mann-Whitney test was used to compare results between

independent CG and EG samples, and the Wilcoxon test was used for the paired analysis of CG and EG in the pre- and post-test samples. The non-parametric Spearman's rho correlation was used to analyze the association between the SIFAR parenting risk factor and protective factors and the YLS/CMI family context in the post-test sample, using the association reference values from Cohen (1998). A 5% significance level was used for all statistical analysis. To the effect sizes the  $z$ -score was used as proposed by Rosenthal, Rosnow, and Rubin (2000), with results above the .50 threshold for a large effect.

### *Intervention Program*

The RRIPMF (Pakman, 2007) it is a structured intervention program designed to reduce the risk associated with multi-problem families and intervention is at the level of the bio-psycho-social integration of the different family areas: general health, mental health, substance abuse, education, employment, housing and mobility, legal aspects, violence, ethnic/social dissonance, poverty, social networks, social security/disability. With the author's permission, the *Parenting* area was added to respond to the specific intervention needs of an adolescent offender's family dynamics. In an effort to embrace multiple contexts and processes that repeatedly influence these families, the RRIPMF has been designed to analyze and empower the intra and extra family relational patterns' strengths and decrease the weaknesses by establishing small steps that lead to the reduction of risk in each area. The program is based on a first interview session with parents, which took place in January 2013, followed by three monthly sessions and a final assessment in July, three months after the final session. These monthly sessions work as periodic joint assessments where each category of the program and empowerment was considered with respect to the effectiveness of the intervention and changes wrought by the family (Pakman, 2007).

### *Instruments*

The family risk was assessed by SIFAR (Santos & Alberto, 2015; Santos et al., 2016) and the YLS/CMI. SIFAR is a SPJ tool designed to assess the family risk of adolescent offenders aged 13 to 18. SIFAR consists of the parents' and adolescents' equal complementary versions, which are paired to analyze the relational strategy adopted by families to cope with their difficult areas, strengths and their relevant impact on the family. SIFAR is composed of the risk items education, employment, housing/transport, legal problems, social/ethnic

dissonance, poverty, social net, social security and parenting conceived as dynamic factors; the factors physical health, mental health, substance abuse, supervision, living in pro-social neighborhood, non-adolescent mother and good relation with pro-social peers are conceived as management factors. The SIFAR risk items assigned are entered on a sheet called “workspace”, using a 6-point ordinal scale of growing severity from 0 – difficulties not identified, to 5 – parents and adolescents deny/omit/ignore the difficulty(ies). The protective factors are family involvement, low parental stress, low physical punishment and high discipline, conceived as dynamic factors, coded as dichotomous items (0 – absent; 1 – present).

All SIFAR information must be gathered through the interview analysis and other information sources, and entered on a coding sheet called *workspace* where family risk it is registered and the intervention should be designed and assessed.

The YLS/CMI (Hoge, Andrews, & Leschied, 2002) it is a structured risk assessment instrument with an actuarial design. It assesses static and dynamic management risk and protective factors and establishes a quantitative estimate for both the general and violent offending by adolescents. It is based on the risk, need and responsivity principles. It assesses a group of factors which are those with highest association with juvenile criminal conduct (Hoge, 2010): history of conduct disorder, antisocial attitudes, values and beliefs, dysfunctional parenting, dysfunctional behavior and personality traits, poor school/vocational achievement, antisocial peer associations and poor use of leisure. The YLS/CMI assesses the protective factors as responsivity factors, that is, as individual/contextual conditions that may facilitate the intervention (Hoge, 2010). The *family context* risk factor is assessed as a dynamic factor through six items: parental supervision, behavior control, discipline, parental practices, relation with mother and/or father. The family protective factors are family stability and cohesion, parent support and care, support and care from other adults, adolescent attached to mother or some other positive adult model, adequate parent supervision, adequate family economic status, adequate and attractive relational family environment (Andrews & Bonta, 2010; Hoge, 2010).

## **Results**

The data analysis started with the equivalence between EG and CG and the results show that EG and CG are equivalent at the sociodemographic and criminal variables, (age of onset,

type of crimes, duration of criminality, individual/group crimes, specialization and age of adolescents; gender, age, origin, marital status, marital relations, employment and parents' previous legal problems (Table 20).

**Table 20.** Analysis of social, demographic and criminal variables between EG and CG ( $\chi^2$ , Monte Carlo Simulation,  $N = 16$ ,  $\alpha = .01$ )

	Value	df	Monte Carlo Sig. (2-tailed)	Lower Bound	Upper Bound
<b>Adolescents</b>					
Age of onset	5.13	5	.55	.54	.56
Crimes	1.33 <sup>a</sup>	1	.57		
Length	7.67	5	.23	.22	.24
Individual/group	.67	2	1.00	1.00	1.00
Specialization	1.33 <sup>a</sup>	1	.57		
Age	1.20	3	1.00	1.00	1.00
<b>Parents</b>					
Gender	5.67	6	.66	.64	.67
Age	5.67	6	.46	.66	.67
Origin	.41 <sup>a</sup>	1	.55		
Marital status	1.20	3	.82	.81	.83
Marital relations	2.79	2	.32	.31	.33
Employment	1.09	2	1.00	1.00	1.00
Judicial precedent	.00 <sup>a</sup>	1	1.00		
Relation	.00 <sup>a</sup>	1	1.00		

<sup>a</sup>. For 2x2 cross tabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.

The equivalence was also analyzed for the risk and protective items, through the SIFAR and YLS/CMI tools. The results in Table 21 show that the adolescents do not exhibit significant differences in their risk level items, so it could be considered that there is a global equivalence between EG and CG (5% significance level).

**Table 21.** Analysis of risk for EG and CG in pre-test, YLS/CMI and SIFAR (Wilcoxon-Mann-Whitney, 2-tailed,  $\alpha = .05$ )

	Mann-Whitney U	Z	Exact Sig. (2-tailed)
<b>YLS/CMI</b>			
Previous crimes	15.00	-1.92	.08
Family context	18.50	-1.46	.19
Education	24.50	-.81	.45
Peer relations	17.50	-1.60	.13
Substance abuse	32.00	.00	1.00
Leisure	24.50	-1.04	.45
Personality	29.00	-.33	.80

Attitudes	26.50	-.60	.60
Total value	28.00	-.42	.70
Risk level	26.00	-.69	.69
<b>SIFAR risk factors</b>			
Education	29.00	-.35	.85
Employment	32.00	.00	1.00
Housing/Mobility	32.00	.00	1.00
Legal problems	25.50	-.71	.55
Dissonance	32.00	.00	1.00
Poverty	30.00	-.23	.89
Social net	32.00	.00	1.00
Social Security	29.50	-.28	.86
Parenting	28.50	-.40	.89
SIFAR total	29.50	-.26	.82
<b>SIFAR Protective</b>			
Family involvement	32.00	.00	1.00
High discipline	24.00	-1.46	.47
Low punishment	20.00	-1.86	.20
Low parent stress	20.00	-1.46	.32
<b>Management Factors</b>			
High supervision	24.00	-1.46	.47
Good neighborhood	20.00	-1.46	.32
Non-adolescent mother	16.00	-2.00	.12
Prosocial peers	24.00	-1.12	.57
Physical health	32.00	.00	1.00
Mental health	32.00	.00	1.00
Substance abuse	32.00	.00	1.00

In the analysis of the association between SIFAR and YLS/CMI we compared the SIFAR and YLS/CMI items that are more closely related to each other, particularly the SIFAR parenting and its protective factors and the YLS/CMI family context. The analysis of the association between the post-test SIFAR and YLS/CMI results shows that SIFAR parenting has a large positive association with YLS/CMI family context ( $r_s = .93, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s = .69, p < .05$ ). The SIFAR protective factors' involvement in family activities has a large negative correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = -.53, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s = -.56, p < .05$ ), high discipline has a large negative correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = -.86, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s = -.67, p < .05$ ). Low physical punishment has a moderate negative correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = -.44, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s = -.49, p < .05$ ), low parental stress has a moderate negative correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = -.39, p < .05$ ) but a small negative correlation with YLS/CMI total value ( $r_s = -.16, p < .05$ ). Since it is an SPJ tool, SIFAR total values are only used for research purposes and show a large positive correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = .78, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s =$

.80,  $p < .05$ ). The protective factors' total values have a large negative correlation with YLS/CMI family context ( $r_s = -.82, p < .05$ ) and YLS/CMI total value ( $r_s = -.73, p < .05$ ).

The sensitivity and discriminant capability of SIFAR was assessed by analyzing the differences in the risk and protective items between the EG and CG after the program (independent samples) and the in *intra-group* pre- and post-test differences (paired samples), comparing with YLS/CMI results.

The pre-test results show that there were no significant differences for risk between EG and CG (Table 22). Regarding the post-test risk differences assessment between EG and CG, we can see that the YLS/CMI risk items family context ( $U = .00; Z = -3.42, p = .00$ ), education/employment ( $U = 12.00; Z = -2.16, p = .02$ ), leisure ( $U = 7.00; Z = -2.84; p = .00$ ), YLS total value ( $U = 11.50; Z = -2.16, p = .02$ ), and YLS risk level ( $U = 13.50; Z = -2.04, p = .03$ ) show a significant decrease of risk. In the YLS/CMI results, the effect size on EG for post-test ( $r = .63$ ) in the family context risk factor (which is directly targeted by the program) is considered a large effect size (Rosenthal et al., 2000) in the RRIPMF results.

**Table 22.** Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR for EG and CG in post-test. Independent samples (Wilcoxon-Mann-Whitney, 1-tailed,  $\alpha = .05$ )

	Mann-Whitney U	Z	Exact Sig. (1-tailed)	Effect size (r)
<b>YLS</b>				
Previous crimes	15.00	-1.92	.12	
Family context	.00	-3.42	.00	.86
Education	12.00	-2.16	.02	.54
Peer relations	11.50	-2.23	.42	
Substance abuse	28.00	-1.44	.35	
Leisure	7.00	-2.84	.00	.71
Personality	22.50	-1.01	.17	
Attitudes	16.50	-1.68	.14	
Total value	11.50	-2.16	.02	.54
Risk level	13.50	-2.04	.03	.51
<b>SIFAR risk factors</b>				
Education	18.00	-1.93	.07	
Employment	28.00	-.47	.35	
Housing/Mobility	28.00	-.48	.34	
Legal problems	9.00	-2.60	.01	.65
Dissonance	27.00	-.64	.32	
Poverty	24.00	-.89	.25	
Social net	27.50	-.69	.37	
Social Security	18.00	-1.54	.10	
Parenting	.00	-3.60	.00	.90
SIFAR total	7.50	-2.58	.01	.65

<b>SIFAR protective</b>				
Family involvement	16.00	-1.94	.07	
High discipline	8.00	-3.00	.00	.75
Low punishment	20.00	-1.86	.10	
Low parent stress	20.00	-1.86	.10	
Protective total	4.00	-3.07	.00	.77
<b>Management factors</b>				
High supervision	8.00	-3.00	.00	.75
Good neighborhood	20.00	-1.46	.16	
Non-adolescent mother	16.00	-2.00	.06	
Prosocial peers	16.00	-2.00	.06	
Physical health	30.00	-.24	.50	
Mental health	.00	-3.57	.00	.89
Substance abuse	26.00	-.68	.26	

In the SIFAR assessment, the risk items legal problems ( $U = 9.00$ ;  $Z = -2.60$ ,  $p = .01$ ) and parenting ( $U = .00$ ;  $Z = -3.60$ ,  $p = .00$ ) show a significant difference between EG and CG. The SIFAR total ( $U = 7.50$ ;  $Z = -2.58$ ,  $p = .01$ ) and the case management factor mental health ( $U = .00$ ;  $Z = -3.57$ ,  $p = .00$ ) also show a significant decrease of risk. The effect size for SIFAR total ( $r = .65$ ), legal problems ( $r = .65$ ), parenting ( $r = .90$ ) and mental health ( $r = .89$ ), are all considered large effect sizes (Rosenthal et al., 2000), in the EG's RRIPMF results.

In respect of the SIFAR protective factors, the significant difference between EG and CG occurs in the items high discipline ( $U = 8.00$ ;  $Z = -3.00$ ,  $p = .00$ ) and the protective total value ( $U = 4.00$ ;  $Z = -3.07$ ,  $p = .00$ ). These and the management factor high supervision ( $U = 8.00$ ;  $Z = -3.00$ ,  $p = .00$ ) increased with the protective factor high discipline having a large effect size .75, in the RRIPMF results (Table 23).

**Table 23.** Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR of EG for pre- and post-test. Paired samples (Wilcoxon, 1-tailed,  $\alpha = .05$ )

<b>YLS</b>	<b>Z</b>	<b>Exact Sig. (1-tailed)</b>	<b>Effect size</b>
Previous crimes	.00 <sup>c</sup>	1.00	
Family context	-2.53 <sup>b</sup>	.00	.63
Education	-2.23 <sup>b</sup>	.02	.63
Peer relations	-1.63 <sup>b</sup>	.13	
Substance abuse	-1.41 <sup>b</sup>	.25	
Leisure	-2.23 <sup>b</sup>	.02	.63
Personality	-1.83 <sup>b</sup>	.06	
Attitudes	-1.60 <sup>b</sup>	.13	
Total value	-2.64 <sup>b</sup>	.01	.66
Risk level	-2.53	.04	.63
<b>SIFAR risk factors</b>			
Education	-1.34 <sup>a</sup>	.25	

Employment	-1.41 <sup>a</sup>	.25	
Housing/Mobility	-1.34 <sup>a</sup>	.25	
Legal problems	-2.26 <sup>a</sup>	.02	.57
Dissonance	-1.00 <sup>a</sup>	.50	
Poverty	-1.63 <sup>a</sup>	.13	
Social net	-1.34 <sup>a</sup>	.25	
Social Security	-1.89 <sup>a</sup>	.06	
Parenting	-2.54 <sup>a</sup>	.00	.64
SIFAR total	-2.53 <sup>a</sup>	.00	.63
<b>SIFAR protective</b>			
Family involvement	-2.00 <sup>b</sup>	.06	
High discipline	-2.00 <sup>b</sup>	.06	
Low punishment	.00 <sup>c</sup>	1.00	
Low parent stress	-2.24 <sup>b</sup>	.10	
Protective total	-2.56	.00	.64
<b>Management factors</b>			
High supervision	-2.00 <sup>b</sup>	.06	
Good neighborhood	.00 <sup>c</sup>	1.00	
Non-adolescent mother	.00 <sup>c</sup>	1.00	
Prosocial peers	-1.41 <sup>b</sup>	.25	
Physical health	-1.00 <sup>a</sup>	.50	
Mental health	-2.40 <sup>a</sup>	.01	.60
Substance abuse	-1.84 <sup>a</sup>	.06	

<sup>a</sup>. Based on positive ranks.

<sup>b</sup>. Based on negative ranks.

<sup>c</sup>. The sum of negative ranks equals the sum of positive ranks.

The analysis of the pre- and post-test EG and CG paired samples showed the differences of each group respectively with and without the RRIPMF (Pakman, 2007) implementation. Regarding the EG, the data shows that the YLS/CMI parameters show a significant difference between the pre- and post- administration of RRIPMF in the items family context ( $Z = -2.53$ ,  $p = .00$ ,  $r = .63$ ), education ( $Z = -2.23$ ,  $p = .02$ ), leisure ( $Z = -2.23$ ,  $p = .02$ ), total value ( $Z = -2.64$ ,  $p = .01$ ) and the risk level ( $Z = -2.53$ ,  $p = .04$ ), with a decrease of risk in post-test EG. In respect of the SIFAR risk factors, there are also significant differences in the items legal problems ( $Z = -2.26$ ,  $p = .02$ ,  $r = .57$ ), parenting ( $Z = -2.54$ ,  $p = .00$ ,  $r = .64$ ) and the total value ( $Z = -2.53$ ,  $p = .00$ ,  $r = .63$ ), as well as the case management factor mental health ( $Z = -2.40$ ,  $p = .01$ ,  $r = .60$ ). In the SIFAR protective factors there are no significant differences between pre- and post-test (Table 23). However, there is an increase in the protective factors family involvement ( $Z = -2.00$ ,  $p = .06$ ) and high discipline ( $Z = -2.00$ ,  $p = .06$ ), and in the case management risk factor high supervision ( $Z = -2.00$ ,  $p = .06$ ), which are not significant but nonetheless produce a significant result in the total of protective value ( $Z = -2.56$ ,  $p = .00$ ,  $r = .64$ ), even though, as an SPJ tool, the SIFAR total values are only used for research purposes.

The results of the CG paired in the pre- and post-test shown that there are no significant differences in any of the risk and protective factors (Table 24).

**Table 24.** Analysis of risk and protective factors by YLS/CMI and SIFAR of CG for pre- and post-test. Paired samples (Wilcoxon, 1-tailed,  $\alpha = .05$ ).

	Z	Exact Sig. (1-tailed)
<b>YLS/CMI</b>		
Previous crimes	-1.00 <sup>b</sup>	.50
Family context	-1.41 <sup>b</sup>	.25
Education	-1.00 <sup>c</sup>	.50
Peer relations	.00 <sup>a</sup>	1.00
Substance abuse	.00 <sup>a</sup>	1.00
Leisure	.00 <sup>a</sup>	1.00
Personality	.00 <sup>a</sup>	1.00
Attitudes	.00 <sup>a</sup>	1.00
Total value	.00 <sup>c</sup>	.63
Risk level	-1.00 <sup>c</sup>	.50
<b>SIFAR</b>		
Education	.00 <sup>a</sup>	1.00
Employment	.00 <sup>b</sup>	1.00
Housing/Mobility	-1.00 <sup>c</sup>	.50
Legal problems	.00 <sup>a</sup>	1.00
Dissonance	.00 <sup>a</sup>	1.00
Poverty	-1.00 <sup>b</sup>	.50
Social net	.00 <sup>a</sup>	1.00
Social Security	0.00 <sup>a</sup>	1.00
Parenting	.00 <sup>a</sup>	.75
SIFAR total	.00 <sup>a</sup>	.63
<b>SIFAR protective</b>		
Family involvement	.00 <sup>c</sup>	1.00
High discipline	.00 <sup>c</sup>	1.00
Low punishment	.00 <sup>c</sup>	1.00
Low parent stress	-1.00 <sup>a</sup>	.50
Protective total	-1.00 <sup>a</sup>	.50
<b>Management factors</b>		
High supervision	.00 <sup>c</sup>	1.00
Good neighborhood	.00 <sup>c</sup>	1.00
Non-adolescent mother	.00 <sup>c</sup>	1.00
Prosocial peers	.00 <sup>c</sup>	1.00
Physical health	.00 <sup>a</sup>	1.00
Mental health	-1.00 <sup>b</sup>	.50
Substance abuse	.00 <sup>a</sup>	1.00

<sup>a</sup>. Based on positive ranks.

<sup>b</sup>. Based on negative ranks.

<sup>c</sup>. The sum of negative ranks equals the sum of positive ranks.

## Discussion

The clinical forensic use of SIFAR assessing a small sample of families of detained juvenile offenders was presented in this study. For this purpose, the efficiency of the RRIPMF (Pakman, 2007), a family risk reduction program in use in Portuguese juvenile forensic system, was analysed using SIFAR and YLS/CMI. A pre- and post-test design with control and experimental group was used to assess its clinical effects. The actuarial risk assessment tool YLS/CMI was used for adolescent risk assessment and the SIFAR as an SPJ adolescent's family risk assessment tool.

No significant differences between the pre- and the post-test results were found for the CG by the YLS/CMI and SIFAR. Otherwise, YLS/CMI had several dimensions with significant differences between pre- and post-test in the EG, but only the family context dimension was analysed because this is the specific context targeted by the RRIPMF (Pakman, 2007). The YLS/CMI post-test results show significant differences between EG and CG in the family context items *inadequate discipline*, *inconsistent parenting* and *bad relationship with father and/or mother*, but there is much less success in the difficulties in *behavior control* item. This means that although positive changes were made in parenting their efficacy could only be judged at the time of the adolescent domiciliary visits, because the adolescent was currently in detention. Understandably, as the adolescent was in detention the parents could not improve their perception about their ability to control the behavior of their children, but the other parenting interactions were implemented and assessed during their visits.

In SIFAR the assessment is based on parent strategies to deal with family circumstances, including parenting practices, in an effort to understand how family context variables are related to each other, with the parent-child relationships being especially relevant. The wider effect of the RRIPMF for the EG was found in the decrease of risk in *parenting* and *legal problems* factors and with the management factor *mental health*. However, for a 10% significance level, the risk items *education* and *social security* also show significant improvement differences between the EG and the CG, such as the protective factors *family involvement*, *low physical punishment* and *low parental stress*.

The interplay of risk and strength factors in the family of adolescent offenders is a relevant issue because family quality relations and living conditions are relevant indicators of an adolescent's risk of offending behavior (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004;

Goodman & Adler, 2010; Loeber et al., 2008; McGuire, 2004; Welsh & Farrington, 2010). Actually, the family is the spatial and temporal arena where children and adolescents live and absorb the affective, emotional and behavioral dimension of human experience. It is where they build up the identity, social roles and feeling of belonging to a certain family group (Alarcão, 2002). With such an important socialization context, we can understand the impact of disturbed relations among family members, whose clinical relevance is apparent not only in the adolescent's criminal behavior (Farrington, 2004; Goodman & Adler, 2010; Henggeler & Schoenwald, 2011; Loeber et al., 2008; McGuire, 2004; Welsh & Farrington, 2010) but also in several other youth mental health risk conditions (Helgeland & Torgersen, 2004; Lemos, 2007; Schmidt & Maras, 2001; Serbin & Karp, 2004). Families characterized by instability and organizational chaos, with inconsistent rules and relationships, exhibit a dynamic diametrically opposed to adolescent development needs (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Helgeland & Torgersen, 2004; Serbin & Karp, 2004). Adolescents therefore look for external references thus disrupting the attachment process and increasing relational fragility (Alarcão, 2002), as several studies on adolescent offenders have recognized (Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Welsh & Farrington, 2010).

When assessing the complexity of these relational familial disturbed patterns it is useful to design instruments which allow to an integrative intervention plan where individual and family criminogenic needs are targeted and responsivity issues taken into account (Andrews & Bonta, 2010; Loeber et al., 2008). Therefore, the SIFAR shows to be a valuable instrument in family risk assessment, if applied by trained professionals. It seems to be particularly useful to assess the multiple family conditions, namely, the parenting practice strategies, the strategies to cope with adolescent's legal problems, the family mental health issues and the family strengths/protective factors.

Analyzing the use of SIFAR and YLS/CMI in clinical practice as a fourth generation risk instruments (Andrews & Bonta, 2010), the findings show that both tools assess the complementary aspects of an adolescent offender's family in different degrees. While its actuarial design means that the YLS/CMI assesses the presence/absence of some family parenting issues and their impact on the risk level, SIFAR clarifies the family strategies which might define the presence/absence of the specific family risk covering the contextual variables with family relevance, the family dynamics and the quality of affective and emotional relationships. This understanding of family sheds some light on its weaker areas and its potential to change in the directions that might decrease the risk of adolescent's involvement

in criminal practices and proposes appropriate, direct, interventions (Gordon, 2002; Loeber et al., 2008). SIFAR is based on the assessment of strategies and it can determine what type of family's intervention it is needed, with more sensitivity. This is a relevant issue because family conditions are not merely present/absent realities, they occur in several degrees and involve specific interplays and patterns between individual, groupal and contextual characteristics. This is why the detailed information on the assessment of an adolescent offender's family is needed (Dembo et al., 2001; Gordon, 2002; Loeber et al., 2008) and SIFAR demonstrated that one can analyze why, how, and to what extent the family risk and protective factors are present and combine.

The association between the family items in both these risk assessment tools demonstrates the coherence between both instruments in their clinical findings. In particular, the positive strong association between SIFAR parenting and YLS/CMI family context and their total values, as along with the negative strong correlations between SIFAR protective and protective total and YLS/CMI family context and total values, express these converging results.

The results of this study also shed some light about the use of these risk assessment tools in active prevention in forensic practice (Loeber et al., 2008) and risk and neglect field (Helgeland & Torgersen, 2004; Serbin & Karp, 2004). This integrative prevention framework can decrease the risk and activate the family's resources. It will therefore probably contribute to the lower involvement of adolescents in severe criminal behavior since it addresses the human service objectives of the Risk, Need and Responsivity model (Andrews & Bonta, 2010).

## **Conclusion**

This study is based on a quasi-experimental design that aims to evaluate the SIFAR as an adolescent offender family risk tool. Using the SIFAR and the YLS/CMI in pre- and post-test to assess the efficiency of the RRIPMF, the main results show that this intervention program can improve relational patterns and parent strategies to deal with their children. The results also highlight the qualities of the SIFAR as a risk assessment tool. Although the results are promising they must be viewed along with the study's limitations: it uses a small convenience sample comprising families of male adolescents in custody; the post-test was gathered shortly after the program's implementation (three months), and there is no assessment of the

information related to recidivism. These limitations do not allow the generalization of results, but they hint the continuation of the validation process of SIFAR, by using a larger random sample of male and female adolescent offenders and juveniles under probation in a longitudinal study with a long time range of risk and protective assessment.

### **Compliance with Ethical Standards**

This study was not funded. All procedures performed in this study were in accordance with the ethical standards of the institutional and/or national research committee and with the 1964 Helsinki declaration and its later amendments or comparable ethical standards. Informed consent was obtained from all individual participants included in the study.

---

## **CAPÍTULO IV**

### **SÍNTESE CONCLUSIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

José Saramago (2008) refere no seu livro *A Viagem do Elefante*:

No fundo, há que reconhecer que a história não é apenas seletiva, é também discriminatória, só colhe da vida o que lhe interessa como material socialmente tido por histórico e despreza todo o resto, precisamente onde talvez poderia ser encontrada a verdadeira explicação dos factos, das coisas, da ... realidade. (p. 227)

José Saramago salienta o quanto de nós é coconstrução historicamente sitiada nas dimensões sociais e culturais, as quais fazem sobredeterminar conceitos e significados, ignorando outras formas de concetualização. A dominância de algumas abordagens e leituras socialmente aceites e legitimadas configura formas de compreender uma dada realidade, conformando as relações humanas através de significados partilhados e hierarquizados (Georgaca, 2001; Gergen, 2002).

Esta reflexão de Saramago vem ao encontro de um sentir pessoal ao longo da experiência profissional com famílias de adolescentes com comportamento delincente, traduzindo um *ethos* profissional fatalista no que às famílias destes adolescentes diz respeito. Na narrativa dominante, as famílias são conceptualizadas como estando na origem das dificuldades dos adolescentes e dos insucessos dos profissionais na sua intervenção, como fonte de desafios e problemas, caracterizadas como contextos de enredos intrincados e insolúveis. Procurar vislumbrar nestes “novelos emaranhados” um potencial escondido foi olhado primeiro com descrença e depois com desconfiança.

Esta descrença e desconfiança também têm um contexto. Trazer a família para a avaliação e intervenção de adolescentes com comportamento delincente constitui um desafio para o sistema tutelar educativo português, que se mantém centrado na identificação dos défices e na correção da personalidade do adolescente com comportamento delincente (LTE; Lei Tutelar Educativa, atualizada em 15 de janeiro de 2015, em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro). Nesta abordagem, o adolescente com comportamento delincente é perspetivado como alguém cujo funcionamento pessoal e interpessoal precisa de ser “corrigido/tratado”. Esta perspetiva reifica a ideia do défice internalizado, personalístico, contrastando com a literatura sobre a temática da delinquência juvenil que revela uma visão sistémica e complexa decorrente da identificação da influência de múltiplas condições individuais, familiares, contextuais, sociais e culturais que se conjugam facilitando a ocorrência e a manutenção do comportamento transgressivo (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004).

Na maioria dos países europeus (p.e. Espanha, Bélgica, Holanda, País de Gales) a intervenção familiar no âmbito da delinquência juvenil é defendida, mesmo que pouco operacionalizada e concretizada, em consonância com a mudança do paradigma solipsista para uma perspectiva mais integradora de trabalho a nível familiar e, inclusivamente, a nível socioeconómico, cultural e político (Case & Haines, 2009; Gergen et al. 1996; Gergen, 2004; Constanzo & Kauss, 2012; Heilbrun et al., 2010).

No âmbito dos modelos de análise não lineares, os modelos sistémicos realçam os padrões e processos de significação relacional que atuam como condições de risco ou como fatores protetores, potenciando ou reduzindo o emergir do comportamento delinvente (Alarcão, 2001; Ausloos, 1996; Benoit, 2004; Henggeler, 2002). As abordagens baseadas no construcionismo social, por sua vez, salientam a influência das variáveis sociais, culturais e políticas, em especial a construção social do conceito de delinquência e o papel das narrativas sociais dominantes em torno desta temática, que determinam a forma como se avalia e se intervém neste fenómeno (Case & Haines, 2009; Martin et al., 2009).

No contexto judicial português, a LTE tem como conceito fundamental a *educação para o direito* do adolescente com comportamento delinvente. No âmbito da avaliação destas necessidades de educação para o direito, o contexto familiar é considerado uma variável relevante do processo de avaliação forense, embora muito menos considerada na tomada de decisão relativamente à medida tutelar educativa a aplicar. Este processo avaliativo procura sobretudo a informação acerca das fragilidades do contexto familiar, numa leitura centrada no deficit e na desqualificação, na procura da culpabilidade decorrente do seu funcionamento perturbado e não na compreensão das relações e das condições internas e externas deste sistema e do impacto que estas possam ter no comportamento delinvente do adolescente. Aparentando uma leitura multicausal e em consonância com as investigações que relevam a multicausalidade dos processos etiológicos da delinquência juvenil em detrimento do reducionismo dos processos individuais (Andrews & Bonta, 2009; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004), mais não consiste que na procura de determinar o ónus da culpa num processo de análise e leitura linear, desqualificante e culpabilizante do adolescente e da sua família. Também no que respeita à intervenção, a família é negligenciada mesmo quando são evidentes a insuficiência dos modelos de intervenção individual e a adoção da YLS/CMI para avaliação do risco de reincidência criminal juvenil pelo sistema tutelar educativo, têm colocado novos desafios que obrigam a um olhar mais atento às variáveis familiares e contextuais.

No âmbito dos modelos explicativos relativos à interação entre variáveis contextuais e individuais vários estudos relativos ao desenvolvimento psiconeurológico (cf. Alberto, I., 2004; Belsky, et al., 2007; Burmeister, et al., 2008; Ellis, et al., 2011; Rothbart & Bates, 2006), destacam a relação complexa entre a sensibilidade do indivíduo, a qualidade relacional do contexto familiar (suporte emocional e afetivo, proteção) e os recursos disponíveis para o desenvolvimento da capacidade adaptativa ao longo do ciclo de vida. Belsky et al. (2007), Ellis et al., (2011) e Luby et al. (2013) colocam em evidência a interação entre recursos internos e externos à família, em especial no que respeita às implicações negativas da exposição a condições de pobreza nas relações familiares e no neurodesenvolvimento. Também neste âmbito, o National Research Council and Institute of Medicine (2000) salienta a forte associação entre a pobreza, a negligência parental, a alimentação e educação insuficientes, o baixo nível educativo dos cuidadores e a exposição a elevados níveis de acontecimentos traumáticos e stressantes, e a probabilidade acrescida de stress desenvolvimental cumulativo com as respetivas implicações emocionais, afetivas e comportamentais das crianças/jovens.

De facto, pesquisas que envolvem amostras de grandes dimensões e baseadas em metodologias longitudinais (cf. Farrington, 2004; Loeber et al., 2008) realçam a família, a qualidade das suas relações e das suas múltiplas condições de vida, enquanto fatores de risco do comportamento delinvente juvenil.

Considerando que em Portugal, a avaliação familiar se encontra reduzida ao campo da análise das fragilidades internas ao seu funcionamento e que não existem instrumentos específicos para avaliar a relação recursiva entre as variáveis contextuais e intrafamiliares no comportamento delinvente juvenil, o presente estudo pretendeu: (a) identificar as perspetivas dos adolescentes a cumprir medida tutelar educativa e seus progenitores sobre cada um dos parâmetros da entrevista estruturada do PIRRFM (Pakman, 2007); (b) identificar as representações dos profissionais interventores relativamente aos adolescentes a cumprir medida tutelar educativa e seus progenitores para os parâmetros da entrevista do PIRRFM; (c) analisar o contributo desta entrevista como recurso de avaliação familiar em contexto tutelar educativo. Numa fase posterior, foi delineado o objetivo (d) que consistiu em desenvolver, a partir da entrevista do PIRRFM, um instrumento de avaliação do risco familiar para adolescentes, que designámos de EEARF.

Esta pesquisa tem por base a entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007), um programa concebido para a intervenção com famílias que lidam com problemas em múltiplas áreas das

suas vidas, os quais se conjugam, criando um *continuum* de dificuldades e de crises que gera uma deterioração progressiva das suas condições de vida e, recursivamente, da sua capacidade de ativação de recursos (Pakman, 2007). A escolha desta entrevista para desenvolver a atual pesquisa decorreu da experiência empírica na intervenção com famílias de adolescentes a cumprir medida tutelar educativa no Centro Educativo dos Olivais desde 2007, reconhecendo neste programa vantagens sob o ponto de vista da avaliação e da intervenção familiar neste contexto específico. Esta entrevista permitiu estabelecer com as famílias uma plataforma de confiança e motivação para identificar e concretizar pequenas mudanças que reduziriam o risco de manutenção dos comportamentos delinquentes dos adolescentes. No entanto, esta perceção clínica exigia uma análise mais objetiva, através de procedimentos científicos, o que deu origem ao estudo aqui apresentado.

Este projeto de investigação foi desenvolvido com uma matriz metodológica baseada num *Design* de Métodos Mistos (Tashakkori & Teddlie, 2003; Teddlie & Tashakkori, 2009), na categoria de *Design* Sequencial Transformativo QUAL + quan (Creswel et al., 2003). A análise QUAL foi considerada em função da necessidade de explorar a informação recolhida nas entrevistas com adolescentes, famílias e profissionais (estes últimos através de *grupos focais*) permitindo compreender a relevância do conteúdo da entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007) para a intervenção tutelar educativa. Sendo uma entrevista estruturada, as questões que integra constituíram as dimensões a avaliar, tendo as respetivas respostas sido submetidas a uma análise de conteúdo. Os dados obtidos conduziram à construção de um instrumento de avaliação do risco familiar, a EEARF cuja validação foi realizada através da fase quan.

### **Fase QUAL: os estudos qualitativos**

A fase QUAL tinha como objetivo analisar o potencial da entrevista do PIRRFM (Pakman, 2007) como recurso na avaliação em processos tutelares educativos e integrou duas fases divididas em três tarefas sequenciais: 1.º) realização de grupos focais com profissionais heterogéneos ( $N = 12$ ), distribuídos por 3 grupos (Lisboa, Porto e Coimbra), cada um com 1 magistrado, 1 técnico do serviço social e 2 psicólogos que trabalham na área da delinquência juvenil; 2.º) entrevistas individuais com 52 adolescentes a cumprir medida tutelar educativa em Centro Educativo e aos respetivos progenitores/cuidadores, num total de 104

participantes; 3.º) nova sessão de entrevista com os grupos focais iniciais para análise dos resultados das entrevistas familiares.

### **Primeiro grupo focal: a utilidade da entrevista**

No primeiro momento da fase QUAL foram realizados grupos focais heterogêneos com profissionais experientes. A informação que resultou dos grupos focais iniciais mostra que os profissionais conceptualizam as famílias como apresentando sobretudo défices e fragilidades nos diferentes parâmetros da entrevista. Para além de expressarem uma visão marcada pela identificação de múltiplas dificuldades nas famílias de adolescentes com processos tutelares educativos, os profissionais que participaram nos grupos focais partilharam uma representação destas famílias como incapazes para lidar com os problemas, dependentes dos sistemas sociais de apoio e sem motivação para se mobilizarem e promoverem mudança nas suas vidas. Esta análise remete para um dos paradoxos que Pakman (2007) destaca na sua reflexão sobre a relação entre as famílias e os sistemas sociais: os problemas identificados pelos profissionais correspondem, efetivamente, às famílias avaliadas ou são os que os sistemas sociais consideram que estas devem ter e obtém essa informação porque é a que esperam encontrar? Ou estarão os avaliadores tão centrados na procura das fragilidades que ficam presos na cegueira redutora dos deficits e não conseguem ter um olhar para além destes (Georgaca, 2001; Gergen, 2004; Gergen & Warhuus, 2001; Madsen, 2007; Pakman, 2007)? A perspetiva internalizadora e reificada dos múltiplos défices influencia a forma como os profissionais avaliam e se relacionam com as famílias adotando padrões de comunicação desqualificantes e culpabilizantes que contribuem para incrementar a relutância de envolvimento e de compromisso por parte destas.

Relativamente à estrutura e utilidade da entrevista, os participantes dos grupos focais salientam a sua abrangência a nível dos parâmetros abordados, permitindo identificar diferentes condições e dimensões da vida familiar, bem como refletir sobre as dificuldades das famílias sem ser excessivamente exaustivo e intrusivo. Os profissionais indicaram algumas sugestões que poderiam potenciar a utilidade da entrevista, nomeadamente: a) que se acrescente um parâmetro sobre o funcionamento familiar; b) que a entrevista seja realizada com o adolescente e com os respetivos pais/cuidadores em entrevistas individuais; c) a substituição de alguns termos da entrevista (e.g. “utiliza ou abusa”; “substâncias”; “condições de vida”; “condições da habitação”; “crime”) por expressões mais facilmente compreensíveis

pelos progenitores/cuidadores e pelos adolescentes; d) incluir a caracterização do consumo de substâncias (tipo e frequência), assim como de conhecer com maior detalhe os problemas/dificuldades legais do(s) progenitor(es)/cuidador(es) e a possível existência de subsídios do estado (p.e. Rendimento Social de Inserção).

Embora pertinentes sob o ponto de vista da informação a recolher e do ponto de vista da compreensibilidade da entrevista para as famílias, estas propostas traduzem a expectativa dos profissionais centrada na avaliação dos múltiplos deficits/fragilidades destas famílias, focando-se na importância da identificação destes através da entrevista do PIRRFM, assim como as dificuldades em conceber potencialidades/recursos nos adolescentes e nos seus progenitores/cuidadores.

As alterações propostas pelos profissionais foram enviadas ao autor original, tendo o Dr. Marcelo Pakman concordado com a sua inclusão na entrevista a administrar aos adolescentes com comportamento delinvente e aos respetivos progenitores/cuidadores. Apenas o parâmetro sobre a parentalidade não foi incluído na versão inicial da entrevista uma vez que o Dr. Marcelo Pakman não identificou a necessidade da sua inclusão nesta fase, optando por aguardar a perspectiva das famílias.

### **Progenitores: descrições, fragilidades e potencialidades**

Passou-se então ao segundo momento da fase QUAL, tendo por base a versão modificada da entrevista resultante da informação recolhida nos grupos focais, que foi administrada a uma amostra de conveniência de 52 adolescentes a cumprir de medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo e respetivos progenitores.

Neste estudo, verificou-se que a entrevista permitiu aceder às descrições dos adolescentes e dos seus progenitores acerca dos diferentes parâmetros da entrevista e que podem constituir áreas de problemas/dificuldades da vida pessoal e familiar, mas também das estratégias que consideram eficazes para superar esses problemas. No entanto, um aspeto fulcral que emergiu foi a manifestação, por parte dos progenitores/cuidadores, de se sentirem compreendidos e de verem validadas as suas narrativas e perspectivas, o que alongava as entrevistas, tornando-as em momentos de profunda partilha emocional. Desta forma, a entrevista do PIRRFM, para além de possibilitar a obtenção de um conjunto de informações relevantes para a gestão de caso dos adolescentes, permitia aos progenitores/cuidadores sentirem-se validados nas suas descrições, sentindo-se reconhecidos e valorizados como sujeitos e não como objetos/fontes

de informação (Madsen, 2007; Pakman, 1999, 2007) de um sistema forense que lhes retira os filhos, os desqualifica e culpabiliza, comunicando de forma ostensiva a assimetria de poder existente.

Cada entrevista era concluída com uma reflexão sobre a mesma, tendo vários progenitores/cuidadores, manifestado a importância de integrar um parâmetro sobre a relação com os filhos, tal como já tinha sido sugerido nos grupos focais com os profissionais. Assim, após nova consulta do autor da versão inicial da entrevista, Dr. Marcelo Pakman, acerca desta proposta também por parte das famílias, este concordou com a inclusão do parâmetro *parentalidade* na entrevista.

Da análise de conteúdo das entrevistas relativamente ao parâmetro parentalidade emergiu um padrão relacional específico caracterizado pela ausência de regras claras e definidas, sem uma adequada supervisão e pouca partilha de tempo e atividades, bem como um sentimento de incapacidade, por parte dos progenitores, no controlo comportamental dos seus filhos, colocando em causa a qualidade da resposta às necessidades de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (Alberto, 2004; Belsky et al., 2007; IJzendoorn, 2002; Leblanc & Janosz, 2002; Lemos, 2007; Martin et al., 2009; Serbin & Karp, 2004; Schmidt & Maras, 2001).

Nos restantes parâmetros, os progenitores/cuidadores identificaram dificuldades/problemas tais como, elevada incidência de doenças físicas e mentais, níveis de escolaridade baixos, desemprego ou trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, condição de pobreza, habitação em bairros sociais pautados pela transgressividade mas onde não sentem uma dissonância social relevante, referindo uma rede social pessoal restrita e com uma elevada proporção de famílias que é acompanhada pela segurança social. Esta informação é convergente com a literatura (cf. Alarcão, 2002; IJzendoorn, 2002; Leblanc & Janosz, 2002).

Ao nível das competências e dos recursos, os progenitores/cuidadores identificaram ações concretas e estratégias que podem afigurar soluções possíveis caso sejam colocadas em prática, contribuindo para a redução da influência dos desafios/problemas que enfrentam no quotidiano familiar. Assim questiona-se porque é que estas famílias não concretizam as possíveis soluções e mudanças que reconhecem como eficientes. Provavelmente, o foco sistemático dos membros da família e dos profissionais sobre as múltiplas dificuldades e problemas vivenciados (Pakman, 2007), bem como a vivência familiar num *tempo eventual* (Ausloos, 1996) centrado no aqui e agora sem dimensão de temporalidade e historicidade, não

permitem visões mais integradoras do funcionamento e do quotidiano familiares, que envolvam a perceção de competências e sucessos. É enquanto momento reflexivo sobre os problemas/dificuldades/desafios e sobre as capacidades/recursos/sucessos de um presente enquadrado entre um passado e um futuro, que esta entrevista adquire um papel de relevo. A postura colaborativa inerente à entrevista, em que é dado espaço e tempo aos progenitores, e em que as suas narrativas são validadas, permite que estes se envolvam, diminuam a necessidade de se defenderem/protegerem do sistema social e judicial, permitindo-nos aceder à informação pertinente relativa à forma como as dificuldades/problemas os afetam, mas também como pensam que poderão ultrapassá-los. Desta forma, permitem-nos aceder às fragilidades, ao risco inerente e à responsividade, fatores determinantes da avaliação do risco criminógeno e do design de intervenções como proposto no modelo RNR (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010; Lodewijks et al., 2010; Ruitter & Nicholls, 2011; Vogel et al., 2011).

### **Adolescentes: descrições, fragilidades e potencialidades**

Na amostra dos adolescentes, as narrativas sobre os parâmetros da entrevista do PIRRFM colocam em evidência fatores contextuais relativos à sua vida pessoal e familiar (e.g. baixo nível socioeconómico; valorização dos pares delinquentes) e características individuais (e.g. impulsividade, baixa tolerância à frustração) que são apontadas pela literatura como condições de risco de comportamento delinvente (Farrington, 2004; Gottfredson & Hirschi, 1990; Kagan, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Loeber et al., 1993). A elevada valorização dos pares delinquentes pelos adolescentes, pode ser enquadrada no âmbito da definição de objetivos sociais não conformistas e da manutenção da reputação conquistada, implicando um risco crítico de continuidade do percurso transgressivo (Carroll et al., 2004; Farrington, 2004; Rutter, 2004). A autorrepresentação de “sujeito problemático” e a cristalização do risco e da agressividade como critério identitário fundamental (Gergen, 2004; Martin et al., 2009) facilita a valorização da pertença ao grupo de pares desviantes e a desvalorização da violência/agressividade instrumental subjacente ao acto transgressivo. Também a partilha do consumo de substâncias aditivas no grupo de pares parece reforçar o sentimento de pertença e identidade no grupo, tal como Martin et al. (2009) salienta, constituindo um valor social e relacional primordial para estes adolescentes.

No âmbito da relação filio-parental uma elevada proporção de jovens não refere dificuldades relacionais com os progenitores/cuidadores, o que contrasta com os dados da literatura acerca da perceção dos adolescentes relativamente às relações com os seus progenitores (Relvas, 1996b; Schmidt & Maras, 2001; Serbin & Karp, 2004) o que parece colocar em evidência a existência de estratégias educativas parentais pouco reguladoras e pouco implicadas com estes jovens. Por outro lado, outra parte significativa de jovens tendem a relatar a perceção de afeto parental, mas também a rejeição das tentativas parentais de regulação dos seus comportamentos e de supervisão. Estes adolescentes expressam uma valorização do apoio e suporte afetivo parental, mas rejeitam a supervisão e a regulação comportamental por parte dos pais, o que constitui um padrão relacional conotado como fator de risco para o comportamento transgressivo (Lahey & Waldman, 2004; Martin et al., 2009; Thornberry & Krohn, 2004). Os adolescentes parecem assim revelar as estratégias relacionais e educativas parentais como uma fragilidade relativa ao contexto familiar, com práticas pouco consistentes e definidas, assim como uma qualidade relacional insuficiente, que a elevada proporção da monoparentalidade presente nesta amostra tenderá a amplificar (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Benoit, 2004).

Comparando as narrativas de adolescentes e progenitores do presente estudo, verifica-se que convergem no que respeita ao valor atribuído aos pares transgressivos e na internalização de características individuais de risco (“tenho problemas de comportamento”, “sou nervoso”, “o meu filho é nervoso”, “ele só ouve os amigos”). Sobretudo os adolescentes tendem a justificar os seus problemas legais com as suas características individuais, sem ponderarem a influência de variáveis relacionais e comunitárias nos problemas transgressivos, e os progenitores/cuidadores tendem a atribuir a causalidade do comportamento delinvente dos filhos às características temperamentais destes, mas sobretudo à influência dos pares transgressivos.

As narrativas de progenitores e adolescentes divergem na medida em que os progenitores apontam na sua generalidade soluções mais ou menos adaptativas para os problemas/dificuldades que enfrentam, enquanto os filhos tendem a confundir a solução com o seu resultado, ou seja, com a ausência do problema (desemprego – ter emprego; consumos - não consumir; doenças – ir ao médico; pobreza – trabalhar, etc.) sem identificarem estratégias e passos concretos que conduzam à potencial resolução do mesmo.

Há ainda diferenças no que respeita ao parâmetro “violência”, onde os adolescentes relatam um maior envolvimento como agressores em contexto extrafamiliar tal como descrito

por Farrington (2004) e Loeber (2008), enquanto os progenitores/cuidadores do sexo feminino referem maior envolvimento como vítimas de violência intrafamiliar na esfera da conjugalidade e 3 progenitores descrevem vivências como vítimas de violência filio-parental. Estes dados estão de acordo com a história relacional de muitas das famílias de jovens com comportamento delinvente que se encontram institucionalizados (Alvarez, Garcia-Vera, Gomez, Rodriguez, Santos, Árias, Perez & Fernandez, 2013) ou não institucionalizados (Garcia & Pereira, 2006).

Considerando a informação sobre a rede social, os adolescentes reportam uma rede social ampla, constituída essencialmente por pares e familiares, enquanto um número significativo de progenitores/cuidadores identificam uma rede social muito restrita, frequentemente composta apenas por familiares directos (irmãos e filhos). Esta restrição de relações sociais externas à família proximal que os progenitores/cuidadores referem, poderá ser entendida no âmbito do *cut-off* emocional característico das famílias desmembradas (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Benoit, 2004), estendido às relações com o exterior.

### **Segundo grupo focal: mapa e território**

No terceiro momento da fase qualitativa, a informação recolhida nas entrevistas com os adolescentes e respetivos progenitores/cuidadores foram apresentadas aos grupos focais que inicialmente tinham refletido sobre a entrevista do PIRRFM. Os profissionais que participaram nos grupos focais destacaram a adesão das famílias à entrevista, contrariamente às suas expectativas, salientando o papel deste instrumento ao permitir às famílias confiar nos técnicos e fornecerem a informação que pode ser relevante para a avaliação do risco e planificação da intervenção. Os profissionais consideraram positiva a introdução do parâmetro parentalidade, uma vez que facilita a recolha de informação sobre o relacionamento familiar, valorizando ainda o facto de alguns progenitores/cuidadores anotarem a lacuna da abordagem à parentalidade na entrevista original. Um dos profissionais dos grupos focais, um magistrado, salientou a possibilidade de ruptura com a atual narrativa de culpabilização da família que este instrumento pode trazer para a prática, contribuindo para compreender os diferentes desafios e problemas que as famílias enfrentam, podendo assim constituir um recurso para que estas se corresponsabilizem e se comprometam na intervenção em contexto tutelar educativo.

Após esta fase qualitativa e na sequência dos resultados obtidos, decidiu-se criar um instrumento, de quarta geração (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010; Lodewijks et al., 2010; Ruiters & Nicholls, 2011; Vogel et al., 2011), de avaliação do risco familiar para adolescentes a cumprir medida tutelar educativa, tendo por base a entrevista adaptada.

### **Fase quan: os estudos quantitativos**

Com base na análise e reflexão sobre a informação recolhida nas entrevistas com profissionais, progenitores/cuidadores e adolescentes a cumprir medida tutelar educativa, passou-se à estruturação da entrevista com vista à sua validação estatística. Designou-se o instrumento de EEARF, o qual foi administrado a uma amostra alargada de adolescentes a cumprir medida tutelar educativa em centro educativo e respetivos progenitores/cuidadores.

Para a fase quantitativa deste estudo houve a necessidade de elaborar um documento que permitisse o registo da cotação dos fatores de risco, de proteção e dos fatores de gestão de caso, permitisse uma análise da responsabilidade das famílias e a formulação da gestão de caso, que designámos por *Espaço de Trabalho* (Apêndice F).

Uma vez que a concetualização teórica da EEARF tem por base a abordagem sistémica e o construcionismo social, optou-se metodologicamente por um *design* baseado no JPE (Douglas et al., 2011; Heilbrun et al., 2010; Hoge, Andrews, & Leschied, 2002; Ruiters, & Nicholls, 2011). Ou seja, o objetivo não é ter um instrumento que estabeleça valores de corte para colocar determinado adolescente numa categoria de risco (habitualmente baixo, moderado, elevado e muito elevado), mas assegurar uma análise integrada da informação recolhida sobre os diferentes fatores avaliados com vista à planificação de uma intervenção mais eficiente na redução do risco de violência.

Como a metodologia habitual na validação de instrumentos de avaliação do risco criminal assenta em estudos prospetivos (Constanzo & Krauss, 2012; Douglas et al., 2011; Heilbrun et al., 2010; Hoge et al., 2002; Ruiters & Nicholls, 2011), foi solicitada autorização à DGRSP para realizar uma pesquisa longitudinal com vista a ser possível avaliar o poder preditivo do instrumento. No entanto, esta possibilidade foi negada, não tendo sido também permitida a constituição de uma amostra de adolescentes em cumprimento de medidas não institucionais.

A amostra foi então composta por 130 adolescentes a cumprir medida tutelar educativa em centros educativos da DGRSP e respetivos progenitores/cuidadores, num total de 260 participantes. Os adolescentes da amostra são todos do sexo masculino, com mais de um ano

de medida tutelar educativa em internamento já cumprida, cujas idades variam entre os 13 e os 18 anos de idade. Mais de 50% destes adolescentes tem percursos criminais entre os 02 e os 07 anos de duração, com história de insucesso escolar marcado, consumos de substâncias aditivas, prática transgressiva sobretudo em grupo e de criminalidade instrumental.

A amostra dos progenitores caracteriza-se pela predominância das figuras maternas, com idade entre os 41 e os 50 anos, com uma larga representação de composições familiares monoparentais, sobretudo no feminino, numa proporção substancialmente superior à média da população portuguesa (Marinho, 2014) mas está de acordo com os resultados que podemos encontrar na literatura (Alvarez et al., 2013; Caspi, Moffit, Henry, & Silva, 1996; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008).

Após ser explicado aos adolescentes e seus progenitores sobre o que constava o estudo, os que mostravam interesse em fazer a entrevista e participar integravam a amostra, daí esta ser de conveniência.

A EEARF era constituída inicialmente por treze parâmetros considerados como fatores de risco dinâmicos (*saúde física, saúde mental, abuso de substâncias, educação, pobreza, problemas legais, violência, rede social, parentalidade, emprego, habitação/transporte, segurança social e dissonância étnica/social*). A cotação dos fatores de risco é baseada nas questões da própria entrevista, com base em uma escala ordinal tipo Likert de 6 pontos, de gravidade crescente: 0 - Não se identificam dificuldades/problemas nesta área; 1 – Dificuldades/problemas identificadas; pais e adolescentes oferecem uma intervenção adequada visando as dificuldades/problemas identificados; capazes de identificar as complicações e fornecem estratégias concretas para as reduzir/evitar; 2 – Dificuldades/problemas identificados; pais e adolescentes oferecem soluções indefinidas visando essas dificuldades/problemas, ou identificam as dificuldades/problemas mas não sabem como diminuir/evitá-los; não encontram possíveis soluções para a resolução de dificuldades/problemas ou não consideram importante a concretização de ações com vista à sua resolução; 3 – Dificuldades/problemas identificados; pais e/ou adolescentes não reconhecem a necessidade de qualquer intervenção/mudança para resolver as dificuldades/problemas; não identificam obstáculos que possam agravar a situação atual; 4 - dificuldades/problemas identificados; pais e adolescentes oferecem estratégias mal adaptativas para lidar com as dificuldades/problemas ou não os consideram relevantes; Não sabem como ou não querem resolver as dificuldades/problemas encontrados; fornecem soluções que podem piorar as dificuldades/problemas ou "soluções mágicas"; 5 - Os pais e os

adolescentes negam ou ignoram as dificuldades/problemas; há referências concretas de informantes, documentos oficiais, registros, para a existência de dificuldades/problemas neste parâmetro.

A cotação decorre da entrevista aos progenitores e adolescentes e do recurso a múltiplos informantes para confirmação da informação tal como recomendado na literatura (Andrews & Bonta, 2010; Borum et al., 2005; Heilbrun et al., 2010; Hoge et al., 2002).

A estruturação dos fatores de proteção decorreu a partir da pesquisa de Lemos (2007) que salienta o afeto parental e o controlo parental como condições de proteção e de resiliência na adolescência, assim como nos estudos de Farrington et al. (2008) sobre os *fatores protetores remediativos* na delinquência juvenil, em função de serem jovens com percurso transgressivo provado. Acrescentou-se então à EEARF uma secção de avaliação dos fatores de proteção dinâmicos *elevada persistência de disciplina, mãe não adolescente, elevada supervisão, pares pró-sociais, vizinhança pró-social, história de baixo nível de punição física, baixo nível de stress parental e envolvimento em actividades familiares*. Atendendo que os profissionais manifestam alguma dificuldade na identificação dos fatores de proteção na YLS/CMI e não completam a cotação destes fatores, optou-se por simplificar a cotação através de escala dicotómica (1 – fator presente; 0 – fator ausente).

O Espaço de Trabalho constitui um organizador da informação recolhida através da EEARF, permitindo o registo da avaliação realizada e a possibilidade de estruturar a intervenção familiar. Tendo por referência o JPE, não pretende constituir-se como uma “radiografia” da família, mas sobretudo, como o documento que registre e permita uma análise estruturada e integradora da informação com e para a família, com vista à compreensão dos fatores de risco, de proteção e de responsividade familiar, assim como a planificação de uma intervenção eficiente.

Tendo em conta os constrangimentos de constituição da amostra e de recolha de dados, não sendo possível um estudo longitudinal, realizou-se um estudo transversal que incluiu a YLS/CMI para o estudo da validade concorrente e da capacidade discriminante da EEARF. A YLS/CMI (Hoge et al., 2002) é um instrumento de avaliação do risco de reincidência para adolescentes com comportamento delinvente. Divide-se na avaliação dos fatores de risco proximais designados de *central eighth*, divididos entre os *big four* (história da prática criminal individual, padrão de personalidade antissocial, cognição antissocial e associação com pares antissociais) e os *moderate four* (contexto familiar/práticas parentais, educação/emprego,

abuso de substâncias e tempos livres). Os fatores distais são constituídos pelos itens: *problemas criminais/psiquiátricos na família de origem, problemas financeiros familiares, problemas/dificuldades nas condições habitacionais e habitar em bairros problemáticos*. Na YLS/CMI todos os fatores de risco são dinâmicos (passíveis de alteração), excepto o fator história da prática criminal individual que é estático (não passível de alteração). O contexto familiar é um fator dinâmico cuja avaliação decorre da análise de seis itens: *elevada supervisão parental, dificuldades em controlar o comportamento do jovem, elevada disciplina, práticas parentais inconsistentes, relacionamento negativo com pai e/ou mãe*, avaliadas em termos de presença (cotado como 1) ou ausência (cotado como 0). Os fatores de proteção do contexto familiar são uma *família estável e coesa, elevado suporte parental, apoio e suporte por parte de outros adultos, adolescente vinculado à mãe ou a outro modelo adulto positivo, adequada supervisão parental, adequado status económico, ambiente relacional familiar atrativo e adequado*, não sendo a sua cotação considerada para o nível numérico de risco obtido (Hoge, 2010).

## **Estudos de validação da EEARF**

### **Fatores de risco familiares**

A análise descritiva dos parâmetros da EEARF conceptualizados como fatores de risco dinâmicos, revelam a existência de médias mais elevadas nos itens *parentalidade e problemas legais*. Os resultados obtidos no fator *parentalidade* convergem com outros estudos sobre delinquência juvenil que indicam a parentalidade como uma das áreas da família com fragilidades significativas (Goodman & Adler, 2010; Farrington et al., 2008; Jones, 2008; McGuire, 2004; Piquero & Moffitt, 2010; Wasserman et al., 2004; Welsh & Farrington, 2010). Sai assim reforçada a necessidade da sua inserção num instrumento de avaliação do risco, tal como foi expresso pelos profissionais nos grupos focais e pelas famílias na parte qualitativa deste estudo. Relativamente ao item *problemas legais* seria expectável os seus valores elevados em virtude de todos os jovens da amostra terem uma prática criminal provada.

Para avaliar a consistência interna da EEARF procedeu-se ao cálculo da média das correlações inter item, da média das correlações item-total, a correlação entre os fatores de risco e de proteção através do Pearson  $r$  e a análise da consistência interna através do Alfa de

Cronbach. Os valores totais da EEARF foram utilizados apenas para as finalidades da investigação, uma vez que como instrumento JPE a utilização dos valores totais do instrumento tem apenas interesse científico. Os coeficientes de correlação entre item e a escala total apontam para a eliminação dos itens *saúde física, saúde mental, abuso de substâncias e violência*. A eliminação do sistema de cotação destes fatores de risco assegurou um aumento da consistência interna da EEARF que sendo baixo, corresponde ao expectável para um instrumento desta natureza (Kropp & Hart, 2000). No entanto, em função da sua potencial relevância na gestão de caso, estes itens foram incluídos como *fatores de gestão de caso* porque se pretende ter um instrumento de risco que abranja variáveis que possam estar subjacente à generalidade das famílias, mas sem excluir condições que casuisticamente sejam relevantes em casos particulares (Douglas, Skeem, & Nicholson, 2011; Kropp & Hart, 2000), salientando a diversidade de construtos que devem ser avaliados e das múltiplas variáveis implícitas no comportamento delinvente juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Kropp & Hart, 2000; Loeber et al., 2008).

No que respeita ao acordo interavaliadores, para os fatores de risco registaram-se valores entre o moderado e o excelente, o que indica que após a formação adequada sobre da EEARF e a sua cotação, os profissionais conseguem efetuar uma avaliação das famílias com adequados níveis de acordo nos diferentes fatores de risco da EEARF.

### **Fatores de proteção familiares**

Relativamente aos fatores de proteção, os itens *mãe não-adolescente* e *elevada supervisão* foram os mais cotados. Embora o facto de ser mãe adolescente seja sobretudo cotado como fator de risco para a delinquência juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Lipsey, 2009) e apenas nos estudos de Farrington et al. (2008) o facto de não ser mãe adolescente seja considerado como fator de proteção remediativo, a nossa amostra revela a baixa prevalência de mães adolescentes (apenas 8.5% dos progenitores/cuidadores têm entre 31 e 35 anos). A *elevada supervisão* é um dos fatores de proteção mais referenciado nos diferentes estudos sobre o risco criminal juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Farrington et al., 2008; Lipsey, 2009), e a sua elevada pontuação na EEARF revela um valor divergente com estes estudos. Para estes resultados discrepantes talvez tenha contribuído o facto de todos os adolescentes da nossa amostra se encontrarem com pelo menos um ano de intervenção tutelar educativa em internamento decorrida, o que pode ter aumentado nos

progenitores/cuidadores e nos adolescentes a percepção da necessidade de incrementar a supervisão parental. Por outro lado, a cotação da elevada supervisão parental nestas famílias pode decorrer do facto dos filhos se encontrarem em ambiente protegido e sem a sua intervenção directa, uma vez que a elevada supervisão poderá contribuir para um aumento da conflituosidade filio-parental e o incremento do movimento centrífugo do adolescente relativamente à sua família (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996). No estudo correlacional, a *elevada supervisão* surge apenas com correlações negativas fracas com a *saúde mental*, mas com uma correlação negativa moderada com o acompanhamento familiar por parte da *segurança social*, o que poderá significar uma das razões para o envolvimento deste sistema social com a generalidade das famílias desta amostra.

Relativamente aos fatores de proteção, há ainda a ponderar que na administração da YLS/CMI estes não foram cotados, o que alerta para uma eventual dificuldade dos avaliadores na cotação dos fatores protetores na avaliação do risco criminógeno. Ao invés, cotação dos fatores de proteção na EEARF foi realizada, facto que poderá ter decorrido devido à proximidade entre a formação prestada aos avaliadores e a administração das entrevistas, salientando-nos a importância da formação regular neste tipo de instrumentos (Andrews & Bonta, 2010; Heilbrun et al., 2010) com vista a evitar que se negligencie a sua cotação.

Para analisar a consistência interna da EEARF relativamente aos fatores de proteção foi utilizado o cálculo da média das correlações inter item, da média das correlações item-total, a correlação entre os fatores de risco e de proteção através do Pearson  $r$  e a análise da consistência interna através do Alfa de Cronbach. Relativamente aos fatores de proteção, os resultados indicam a eliminação dos itens *mãe não adolescente*, *elevada supervisão parental*, *pares pró sociais* e *vizinhança pró social*. A eliminação do sistema de cotação destes fatores de proteção proporcionou um aumento da consistência interna da EEARF para um valor de  $\alpha = .76$ , com os fatores *elevada persistência de disciplina*, *história de baixo nível de punição física*, *baixo nível de stress parental* e *envolvimento nas atividades familiares*.

No entanto, em função da sua potencial relevância na gestão de caso, os itens eliminados foram incluídos como *fatores de gestão de caso*, contribuindo para a cobertura alargada das variáveis de proteção que possam estar subjacentes a cada caso (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Kropp & Hart, 2000; Loeber et al., 2008).

Os coeficientes de correlação entre todos os fatores de proteção e o valor total da EEARF são negativos, oscilando entre valores baixos (*história de baixa punição física*) e moderados (*elevada persistência de disciplina, baixo nível de stress parental e envolvimento nas atividades familiares*), registrando-se uma correlação negativa moderada entre os totais dos fatores de proteção e de risco. Relativamente à correlação entre fatores de proteção e de risco, que, de acordo com vários autores se espera que também seja negativa (Andrews & Bonta, 2010; Douglas et al., 2011; Robbé et al., 2011; Ruiter & Nicholls, 2011), registaram-se coeficientes de correlação negativos moderados entre o *envolvimento familiar, pobreza e segurança social, elevada disciplina e segurança social, baixo nível de stress parental e educação*; correlações negativas baixas entre *história de baixa punição física e abuso de substâncias e educação*. Estes resultados podem traduzir a dinâmica entre os fatores de risco e de proteção, correspondendo quer ao modelo de anulação (*buffer model*) na relação inversa entre algumas variáveis de risco e de proteção, bem como ao modelo moderador (*moderating model*), isto é, aos fatores de proteção funcionarem como moderadores dos efeitos dos fatores de risco (Loeber et al., 2008; Robbé, de Vogel, & Spa, 2011; Ruiter & Nicholls, 2011).

No que respeita ao acordo interavaliadores para os fatores de proteção, registaram-se valores entre o moderado e o excelente, colocando em evidência o adequado nível de acordo entre diferentes profissionais na avaliação nos fatores de proteção da EEARF.

### **Validade de construto**

Embora de acordo com Pedhazur (1997), Sharma (1996), Tabachnick e Fidel (2001) a dimensão mínima da amostra em estudo não seja adequada para a realização de uma Análise Fatorial Exploratória, optou-se por se proceder a esta análise para se compreender como se organizam os fatores de risco da EEARF.

Numa primeira fase que correspondeu ao estudo qualitativo, os parâmetros da entrevista do PIRRFM foram *quantitizados* (Creswell et al., 2003) de acordo com a estrutura de questões e submetidos a uma AFE, com a amostra a ser constituída pelos 104 participantes. Este procedimento foi realizado com vista a compreender a forma como se organizariam os parâmetros em fatores comuns latentes, assim como analisar a possibilidade dos itens constituintes de cada parâmetro da entrevista serem quantitizados, com vista a constituírem os critérios de cotação.

Na fase quando foi realizado o mesmo procedimento estatístico agora integrando os fatores de risco que a análise da consistência interna indicou como adequados e a amostra de maior dimensão ( $N = 130$ ). O método de extração da AFE revelou a existência de dois fatores, que foram designados de “socioeconómico” e “conformidade social”, que explicam 48.15% da variância total. Estes dois fatores ou construtos latentes vão ao encontro das teorias mais recentes acerca da génese e continuidade/descontinuidade dos processos transgressivos sociais na adolescência, que salientam uma conjugação entre fatores de risco e de proteção individuais, familiares, sociais e culturais (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004, Loeber et al., 2008; Martin et al., 2009; Thornberry & Krohn, 2004).

No entanto, o fator conformidade social emergentes da AFE não apresenta valores adequados de consistência interna, facto pelo qual a EEARF deve ser considerada como possuindo uma estrutura unificada.

Por outro lado, verifica-se que existe uma correlação negativa entre os fatores de proteção e as variáveis de risco no fator socioeconómico (educação, emprego, casa/transporte, dissonância social/étnica, pobreza e segurança social), mas que tal não ocorre com o fator *conformidade social* (*problemas legais, rede social e parentalidade*). Desta forma, se a relação dos fatores de proteção parece ser de anulação com as variáveis do fator socioeconómico, a sua relação poderá ser mais complexa com as variáveis do fator conformidade social. Desta forma, colocamos a hipótese de que a relação entre o envolvimento familiar, a elevada disciplina, a baixa punição física e o baixo stress parental com os problemas legais, as práticas parentais e a rede social possa ser mais complexa e mediada/moderada pelos fatores socioeconómicos de acordo como o modelo moderador. De facto, Farrington (2004), Loeber et al., (2008), Luby et al., (2013), Martin et al., (2009), Pakman (2007), McGuire (2004) salientam que o fator económico tem um impacto significativo na delinquência juvenil uma vez que determina o acesso a melhores bairros, melhores escolas logo outra rede social e outro acesso a cuidados de saúde física e mental, assim como a vivência de menos experiências de stress cumulativo, que poderão permitir atenuar estes fatores de risco.

### **Validade convergente**

No âmbito da validade convergente foi efetuado um estudo correlacional entre a EEARF e a YLS/CMI. Este estudo permitiu verificar que existem correlações positivas entre o valor

total da EEARF e os fatores de risco da YLS/CMI, em especial, entre o parâmetro *parentalidade* da EEARF e o *contexto familiar* da YLS/CMI (correlação positiva elevada) e a correlação positiva moderada entre o valor total dos dois instrumentos.

Tal como se verificou com a EEARF, os valores de correlação entre os fatores de proteção da EEARF e o fator de risco *contexto familiar* da YLS/CMI são fracos. Apenas os fatores de proteção da EEARF *baixo nível de stress parental* e o *baixo nível de punição física* apresentam uma correlação negativa moderada com o fator de risco *relação com pares* da YLS/CMI, o que poderá indicar que estes fatores de proteção relacionados com a qualidade do relacionamento intra familiar, se constituem como fatores que anulam o risco de ligação dos adolescentes a pares com comportamentos transgressivos (Andrews & Bonta, 2010; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Martin et al., 2009).

### **Capacidade discriminante**

A capacidade discriminante foi calculada com recurso ao Receiving Operator Characteristics (ROC). Para superar a impossibilidade de realizar o estudo prospectivo que permitiria analisar o risco familiar no espaço de 3, 6 e 12 meses, avaliando a capacidade de discriminar entre falsos positivos e falsos negativos por parte da EEARF, recorreu-se ao YLS/CMI (Hoge et al., 2002; Pimentel et al., 2015), avaliando-se de que forma os resultados da EEARF conseguem discriminar os valores de risco da YLS/CMI entre “moderado/alto/muito alto” e “baixo”, dicotomia relevante na *gestão de caso*. Os resultados obtidos revelam que a EEARF revela uma adequada capacidade discriminante relativamente quer aos resultados totais da YLS/CMI, quer especificamente do fator de risco contexto familiar deste instrumento, conseguindo para ambas as variáveis da YLS/CMI discriminar os jovens e famílias com níveis consideráveis de risco criminogénico dos jovens de baixo risco.

### **EEARF: relações estruturais**

Através do Modelo de Equações Estruturais PLS-PM procurou-se compreender quais os parâmetros da EEARF que constituem determinantes do risco medido pela YLS/CMI. O modelo estrutural formativo indica que parece existir uma matriz causal na qual a variável latente *socioeconómico familiar* (que inclui o abuso de substâncias) é um determinante da variável latente *parentalidade* quando esta é medida através dos fatores de risco e de proteção da EEARF. Estes resultados parecem estar de acordo com Farrington (2004), Loeber et al.

(2008), Luby et al. (2013) e Martin et al. (2009) que referem que as dificuldades em gerir as fragilidades socioeconómicas familiares constituem um fator de risco para a parentalidade. No modelo obtido, estas fragilidades da variável latente socioeconómico familiar, determinam uma saúde mental mais frágil dos membros da família, maior envolvimento em violência e problemas legais, rede social mais restrita, diminuindo os possíveis fatores protetores familiares com menor supervisão, menor disciplina, maior punição física, maior nível de stress familiar e maior proporção de mães adolescentes, isto é, com um impacto negativo ao nível da qualidade relacional e ativando os fatores de risco familiares.

Outro aspecto relevante refere-se ao facto do valor total da EEARF constituir um determinante dos *big four* e, particularmente dos *moderate four* do YLS/CMI, onde se encontra a avaliação do risco do contexto familiar, confirmando a validade convergente dos dois instrumentos. O valor total da EEARF contribuindo para explicar cerca de 18% da variância encontrada na variável latente dos fatores de risco moderados da YLS/CMI, revela a leitura complementar entre estes instrumentos relativamente aos fatores de risco e de proteção familiares destes adolescentes.

Por outro lado, os sinais antagónicos entre os fatores de risco e de proteção na variável latente parentalidade da EEARF confirmam uma relação estrutural inversa entre si, atenuando os nossos receios face à sua inclusão no instrumento com base nos coeficientes de correlação negativa registados no estudo correlacional.

Parece-nos ainda relevante salientar que a existência de duas variáveis latentes contendo os parâmetros da AFE, confirma a existência dos dois fatores e clarifica a relação estrutural entre ambos, com o fator socioeconómico a constituir um determinante da qualidade no exercício da parentalidade. Os dados indicam existir uma relação causal entre as dificuldades socioeconómicas familiares, o risco e os fatores de proteção nas relações de parentalidade, as quais no seu todo constituem determinantes do risco criminógeno familiar e global avaliado pela YLS/CMI.

Os resultados registados entre a EEARF e o YLS/CMI parecem evidenciar que são instrumentos com leituras complementares. Enquanto o YLS/CMI permite obter um valor de risco para tomada de decisão quanto ao risco de reincidência, a EEARF, com o seu processo de julgamento profissional estruturado, possibilita aprofundar a identificação das dificuldades e dos recursos específicos da família com vista à tomada de decisão clínica forense.

### **Estudo clínico com a EEARF**

Em função dos resultados obtidos nos estudos de validação da EEARF, realizou-se um estudo experimental com uma amostra clínica forense constituída por um grupo experimental (n = 8 adolescentes e seus progenitores/cuidadores) e de controlo (n = 8 adolescentes e seus progenitores/cuidadores) do mesmo centro educativo da DGRSP, respetivamente com e sem intervenção com o PIRRFM (Pakman, 2007). A EEARF e o YLS/CMI foram usados como instrumentos de medida do risco no pré e no pós-teste para avaliar os efeitos do PIRRFM.

A avaliação do risco de reincidência pelo YLS/CMI entre o GE e GC no pós-teste revela uma diminuição no fator de risco contexto familiar no GE, em especial nos itens *disciplina inadequada, práticas parentais inconsistentes, má relação com mãe* e também *má relação com o pai*.

Com a avaliação do risco familiar através da EEARF, as principais diferenças entre o GE e o GC no pós-teste verificam-se na diminuição do risco no GE nos fatores *parentalidade, problemas legais* e no fator de gestão de caso *saúde mental*. No entanto, parece-nos relevante que para  $p < .10$  a diminuição do risco se verifique também nos fatores *educação, segurança social* e nos fatores de proteção incrementalmente o *envolvimento nas actividades familiares, a história de baixo nível de punição física* e o *baixo nível de stress parental*.

Assim, parece reforçada a ideia de que a EEARF e o YLS/CMI poderem ser utilizados de forma complementar. A YLS/CMI permite uma avaliação global de risco de reincidência, com a identificação da presença ou ausência de fatores de risco e de proteção (se cotados), entre os quais o risco familiar. A EEARF com o seu design baseado na identificação dos problemas/dificuldades em diferentes parâmetros da vida familiar e nas estratégias dos elementos familiares para os resolver, pode ser um recurso de avaliação do risco familiar em três níveis: a) microssistémico, isto é, com vista a avaliar a família e as suas relações internas que possam estar a contribuir para determinar uma prática disruptiva comportamental de um dos seus membros; b) mesossistémico, na avaliação da relação entre a família, os seus membros e os sistemas proximais, assim como dos processos inerentes a esta relação; c) macrossistémico, avaliando a forma como a família se relaciona com as crenças, valores e práticas sociais e culturais, de acordo com o modelo ecossistémico de Bronfenbrenner (1987).

### **Integração dos resultados Qual + quan**

A EEARF é um instrumento que objetiva uma avaliação integrada do risco familiar, tendo

em consideração os diferentes contextos, as relações estabelecidas entre os diferentes domínios da vida familiar e a relação recursiva complexa entre ambos, como Case e Haines (2009), Gergen (2004), Gergen e Warhuus (2001), e Pakman (1999; 2004; 2007), salientam nas suas perspetivas. Enquanto instrumento específico para a avaliação do risco familiar na delinquência juvenil avalia os fatores familiares de risco, de proteção e de gestão de caso presentes no contexto intrafamiliar, extrafamiliar e a sua inter-relação.

A reflexão por parte dos adolescentes e respetivos progenitores/cuidadores relativamente a áreas-chave da sua vida, é uma oportunidade para a identificação de problemas/dificuldades, mas também dos recursos e competências, contribuindo para desconstruir a narrativa internalizada e dominante do défice e das fragilidades, frequentemente reforçada pela intervenção de diferentes sistemas sociais (Georgaca, 2001; Gergen & Warhuus, 2001; Henggeler, 2002; Pakman, 2007; Swenson & Swenson, 2003).

A EEARF conduz o indivíduo a refletir criticamente e de modo integrado sobre os diversos domínios da sua vida, com base numa análise centrada no presente mas orientada para o futuro, possibilitando-lhe a perspetiva de ser autor do seu devir, o que foi profundamente motivador para os participantes progenitores/cuidadores. Ao profissional, permite-lhe ver para além de uma função diagnóstica sobre problemas/dificuldades, centrando a sua análise simultaneamente nas possibilidades/recursos e na interação recursiva entre os diferentes domínios da vida destas famílias (Georgaca, 2001; Gergen, 2004; Gergen et al., 1996; Gergen & Warhuus 2001; Madsen, 2007; Pakman, 1999, 2007). Aceder a este nível de compreensão dos elementos familiares acerca dos seus próprios problemas/dificuldades contribui para: a) evitar a desqualificação mútua entre a família e os profissionais avaliadores e promover a confiança entre ambos, permitindo ao profissionais analisar os recursos que podem ser ativados, não ficando presos apenas nas fragilidades familiares; b) aceder às narrativas e representações individuais e familiares acerca de cada parâmetro da EEARF; e c) compreender a interação recursiva entre diferentes domínios da vida destas famílias, aspeto determinante para responder ao fundamental critério da responsividade no âmbito da avaliação do risco criminógeno (Andrews & Bonta, 2010; Heilbun et al., 2010). Em todas as áreas de intervenção é particularmente relevante que as famílias se possam sentir valorizadas e não desqualificadas, estabelecendo uma relação privilegiada entre estas e os sistemas sociais, com base na corresponsabilização, investimento e compromisso mútuo (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Boston, 2000; Madsen, 2007; Pakman, 2007; Relvas, 1996; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). No âmbito da justiça juvenil esta relação coconstrutiva é

particularmente relevante, em função não apenas da necessidade de intervenção de que carecem estas famílias e indivíduos (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Farrington, 2004; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004), mas da necessidade de tornar esta intervenção verdadeiramente efetiva com vista a diminuir o risco criminógeno.

A utilidade da EEARF concretiza-se na possibilidade deste instrumento recolher informação pertinente com as famílias acerca de si próprias, o que as pode motivar para a intervenção subsequente, permitindo aos seus membros e aos profissionais identificar os pequenos passos razoáveis para a alteração da condição de risco presente, constituindo uma base sólida para diminuir a perceção de fatalismo profissional e familiar (Gergen et al., 1996; Georgaca, 2001; Pakman, 2007; Madsen, 2007). Assim, questiona-se se o princípio da responsividade tão caro ao modelo RNR (Andrews & Bonta, 2010), não deverá ser reenquadrado como um princípio extensível a uma meta perspetiva em que famílias e profissionais, sistemas judiciais e de proteção da infância, se envolvem e co evoluem, numa influência recursiva de potencial transformador.

Por estes motivos foram escolhidos métodos mistos para este estudo. Se por um lado os aspetos qualitativos desta investigação nos permitiram aceder às representações dos elementos familiares e dos profissionais acerca dos parâmetros da entrevista do PIIRFM (Pakman, 2007), também nos permitiram a partir destas e da avaliação favorável sobre a entrevista, conceptualizar o desenvolvimento de um instrumento de avaliação do risco familiar na delinquência juvenil. Desta forma, coconstruímos, colaborativamente com dois importantes elementos do contexto judicial juvenil, a EEARF a partir do PIIRFM (Pakman, 2007). Após uma nova amostra de maior dimensão, os estudos quantitativos permitiram clarificar a estrutura dos fatores de risco e de proteção dinâmicos, os fatores de gestão de caso e a análise da responsividade, configurando um instrumento de quarta geração baseado no JPE. Se a análise Qual nos permite aceder às descrições e aos sentidos dos participantes, a análise quan revelou-nos as qualidades psicométricas da EEARF, as quais em função das muitas limitações amostrais, deve ser considerada como um instrumento em construção. Independentemente deste aspeto, a utilização clínica forense juvenil da EEARF deve ser acautelada com a concomitante utilização de um instrumento de avaliação do risco criminal atuarial (em especial a YLS/CMI, com a qual foi comparativamente estudada), uma vez que a família é apenas um dos fatores de risco/proteção existente na multidimensionalidade causal do comportamento delinvente juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Case & Haines, 2009; Farrington, 2004; Gottfredson & Hirschi, 1990; Loeber et al., 2008; Wasserman et al., 2004).

Uma das questões inovadoras deste estudo foi procurar compreender a relação avaliador-avaliado como central na avaliação familiar no contexto específico da delinquência juvenil. Tal como Pakman (2007), Georgaca (2001) e Gergen et al. (1996) salientam, a legitimidade de um sistema avaliar outro confere ao avaliador um poder assimétrico rígido, socialmente construído e validado, cujas decisões têm efeito recursivo na manutenção desta estrutura relacional. Atenuar esta assimetria rígida, que pouco ou nada traz de benéfico para a relação profissional-cliente, permitindo que os avaliados sejam ouvidos e considerados, validando as suas narrativas, promovendo espaço e tempo para promover a reflexão crítica através da EEARF, é uma das premissas desta dissertação. A EEARF coloca no centro da atenção o facto de que avaliar é estar ao lado de (*Assidere*), neste caso, das famílias e dos adolescentes com comportamento delinquente, permitindo atenuar a perspetiva fatalista sobre estas e compreender o contexto familiar como constituído por múltiplas e complexas variáveis inter-relacionadas, facultando-nos o privilégio de aceder às informações pertinentes que nos aproximem dos factos, dos contextos e das realidades que ousamos tentar compreender.

### **Limitações do estudo e futuras direções**

Este estudo tem várias limitações que devem ser acauteladas na interpretação dos resultados e que constituem propostas para futuras pesquisas. A composição da amostra, de conveniência e apenas com os adolescentes com comportamento delinquente de maior gravidade e em cumprimento de medida tutelar educativa em Centros Educativos, é uma das limitações mais evidentes. Também a inclusão de adolescentes apenas do sexo masculino constitui um óbice.

Outro aspeto a considerar é a constatação de não existirem cotações dos fatores de proteção na YLS/CMI, com os profissionais a manifestarem alguma dificuldade na cotação destes fatores, provavelmente pelo viés decorrente da visão clínica do défice. Esta situação parece ser merecedora de especial atenção, salientando Robbé et al. (2011) assim como Ruitter e Nicholls (2011), que o facto de se negligenciar os fatores de proteção conduz ao enviesamento dos dados sobre o risco, o que contribui para detenções mais longas (e mais onerosas) e menor oportunidade de acesso a experiências socializadoras no exterior dos sistemas de detenção. Ainda no âmbito dos fatores de proteção, será necessário clarificar a relação complexa com os fatores de risco, facto para o qual o Modelo de Equações Estruturais PLS-PM poderá fornecer um importante contributo.

O facto de não ter sido possível concretizar um estudo prospetivo limita a análise da validade preditiva da EEARF em relação à avaliação do risco de reincidência.

Desta forma, este estudo assume-se como exploratório, permitindo-nos perspetivar estudos futuros mais robustos, que envolvam uma amostra aleatória de adolescentes dos centros educativos e de medidas tutelares não institucionais, de ambos os sexos e de carácter prospetivo/longitudinal.

Por outro lado, atendendo à percentagem de adolescentes que antes das medidas tutelares educativas usufruíram de medidas de promoção e proteção, seria importante desenvolver pesquisa com a EEARF numa amostra de adolescentes e respetivas famílias no âmbito do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.

Apesar das várias limitações, o percurso realizado ao longo desta pesquisa, o contacto com os profissionais, com os adolescentes e os seus progenitores, revelou que efetivamente são múltiplas as variáveis que temos que ter em conta na avaliação da delinquência juvenil e que não podem ser analisadas como um somatório de dificuldades dos jovens e das suas famílias. Este estudo coloca também em evidência que no fenómeno delinquencial poderão ser tão importantes os fatores de risco e de proteção que podem ser identificados, como a nossa postura como interventores. Abandonar os nossos pré conceitos e refletir acerca da forma como os nossos modelos e métodos, paradoxalmente, nos podem conduzir por viés que dificultam os fins a que nos propomos, é um importante fator a ter em conta (Case & Haines, 2009; Gergen, 2004; Pakman, 1999, 2004, 2004b;2007; Madsen, 2007). Trazer a lume as discrepâncias entre profissionais e famílias colocou em relevo informação pertinente que respeita ao próprio contexto avaliativo. Por outro lado, trazer a voz dos avaliados para a análise dos seus próprios problemas/dificuldades constituiu uma validação das suas descrições e o reconhecimento de necessidade de incorporar as pessoas nos processos de que fazem parte, considerando-os como pessoas e não meros objetos. Construir processos de avaliação e de intervenção nesta como em outras esferas da existência humana, reconhecendo e validando competências, evita desqualificações e coloca em evidência um princípio muito caro aos modelos sistémicos e construcionistas: o de que as pessoas são os verdadeiros especialistas nas suas vidas.

O quadro que se encontra na capa desta dissertação chama-se “Espaço Interior”. Foi-me oferecido pelo seu autor, um pintor que define a sua história de vida como estando marcada pelo que conceptualizou serem “desafios insolúveis”. Representa simbolicamente o espaço

interior de cada um, o íntimo, privilégio ao qual nos permitem aceder se estivermos disponíveis para estar ao seu lado. Compete-nos a nós enquanto profissionais e instituições transformar, nos diferentes contextos históricos, a nossa capacidade seletiva e discriminatória em capacidade de *assidere* (estar ao lado de). Talvez seja este um grande desafio para os sistemas judiciais no seu futuro: estar ao lado das pessoas para coconstruir criativamente novas soluções. Sem esta estratégia, talvez nos continue a escapar a verdadeira explicação dos factos, das coisas, da realidade.

---

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I., (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Alvarez, M., Garcia-Vera, M. P., Gomez, J., Rodriguez, N., Santos, C., Árias, I., Perez, & N. Fernandez, A. (2013). *Programa de tratamento educativo e terapêutico por maltrato familiar ascendente*. Madrid: ARMMI.
- Andrews, D., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct* (5.<sup>a</sup> ed.). Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias, tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bateson, Gregory (1972). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: University of Chicago Press
- Bateson, G. (1987). *Natureza e espírito*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Belsky, J., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2007). For better and for worse: Differential susceptibility to environmental influences. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 300–304.
- Benoit, J. -C. (2004). *Tratamento das perturbações familiares*. Lisboa: Climepsi editores.
- Bernstein, I., & Teng, G. (1989). Factoring items and factoring scales are different: Spurious evidence for multidimensionality due to item categorization. *Psychological Bulletin*, 105, 467-477.
- Borum, R., Bartel, P., & Forth, A. (2005). Structured assessment of violence risk in youth. In T. Grisso, G. Vincent, & D. Seagrave (Eds). *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 311-323). New York: The Guilford Press.
- Boston, P. (2000). Systemic family therapy and influence of post-modernism. *Advances in Psychiatric Treatment*, 6, 450-457.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La ecologia del desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.
- Burmeister, M., McInnis, M. G., & Zollner, S. (2008). Psychiatric genetics: Progress amid controversy. *Nature Reviews Genetics*, 9, 527–540.

- Caillé, P., & Rey, Y. (2003). *Os objectos flutuantes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Case, S., & Haines, K., (2009). *Understanding youth offending. Risk factor research, Policy and Practice*. Devon: Willan Publishing.
- Carrol, A., Houghton, S., Hattie, J., & Durkin, K. (2004). Comportamento antissocial nos jovens: o modelo dos objetivos de aumento da reputação. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 215-250). Coimbra: Livraria Almedina.
- Caspi, A., Moffit, T., Henry, B., & Silva, P. (1996). Temperamental and familial predictors of violent and nonviolent criminal convictions: Age 3 to age 18. *Developmental Psychology*, 32(4), 614-623.
- Castro, A., & Negreiros, J. (2016). Versão portuguesa do structured assessment of violence risk in youth (SAVRY): tradução, adaptação e indicadores psicométricos. *Psiquiatria, Psicologia e Justiça*, 9, 1-24.
- Clinard, M. B., & Meier, R. F. (2008). *Sociology of deviant behavior*. Belmont: Thomson Higher Education.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioural sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Constanzo, M., & Krauss, D. (2012). Predicting violent behaviour: the psychology of risk assessment. In M. Constanzo & D. Krauss (eds.), *Forensic and legal psychology. Psychological science applied to law* (pp 299-324). Worth Publishers, New York.
- Cortina, J. M. (1993). What is coefficient alpha? An examination of theory and application. *Journal of Applied Psychology*, 78, 98-104.
- Creswell, J., Clark, V., Gutmann, M., & Hanson, W. (2003). Advanced mixed methods research designs. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 209-240). London: Sage Publications.
- Daly, K. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. London: Sage Publications.

- Dattilio, F., & Fromm, L. (2011). Juvenile delinquency and decertification. In E. Drogin, F. Dattilio, R. Sadoff, and T. Gutheil (Coords.), *Handbook of forensic assessment. Psychological and psychiatric perspectives* (pp. 227-253). New Jersey: John Wiley and Sons.
- Dembo, R., Ramírez-Garnica, G., Rollie, M., & Schmeidler, J. (2000). Impact of a family empowerment intervention on youth recidivism. *Journal of Offender Rehabilitation*, 30, 59–98.
- Dembo, R., Ramírez-Garnica, G., Rollie, M., Schmeidler, J., Livingston, S., & Hartsfield, A. (2001). A long-term impact of a family empowerment intervention on youth recidivism. *Journal of Offender Rehabilitation*, 33(1), 33-58. [https://doi.org/10.1300/J076v33n01\\_02](https://doi.org/10.1300/J076v33n01_02)
- Douglas, K. S., Skeem, J. L., & Nicholson, E. (2011). Research methods in violence risk assessment. In B. Rosenfeld, & S. Penrod (Eds.). *Research methods in forensic psychology*. New York: Wiley.
- Efron, B., & Tibshirani, R. J. (1993). *An introduction to the bootstrap*. New York: Chapman and Hall/CRC.
- Ellis, B., Boyce, W., Belsky, J., Bakermans-Kranenburg, M., & IJzendoorn, M. (2011). Differential susceptibility to the environment: An evolutionary–neurodevelopmental theory. *Development and Psychopathology*, 23, 7-28.
- Farrington, D. P. (2004). O estudo do desenvolvimento da delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 73-132). Coimbra: Livraria Almedina.
- Farrington, D. P., Loeber, R., Jolliffe, D., & Pardini, D. A. (2008). Promotive and risk processes at different life stages. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Stouthamer-Loeber, & H. Raskin White (Eds.), *Violence and serious theft. Development and prediction from childhood to adulthood* (pp. 169-230). New York, NY: Routledge.
- Farrington, D., & Welsh, B. (2007). Effective programmes to prevent delinquency. In J. Adler & J. Gray (eds.), *Forensic psychology, concepts, debates and practice* (pp. 378-396). New York: Willan Publishing.
- Fern, E.F. (2001). *Advanced focus group research*. California: Thousand Oaks.
- Fleiss, J.L. (1986). *The design and analysis of clinical experiments*. New York, NY: Wiley.

- Fonseca, A. C. (2001). A evolução do comportamento anti-social. In F. Gaspar, C. Vieira, M. Lima & M. Seabra-Santos (Eds), *Problemas emocionais e comportamento anti-social* (pp. 9-34). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Fonseca, A. C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 413-461). Coimbra: Livraria Almedina.
- Fulero, S., & Wrightsman, L. (2009). *Forensic psychology* (3.<sup>th</sup> ed.). Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.
- Garcia, T., & Pereira, R. (2006). Violencia filio-parental: revisión de la bibliografía. *Revista Mosaico*, 4(36), 1-13.
- Georgaca, E. (2001). O discurso da psicopatologia: uma abordagem crítica ao dispositivo teórico da psiquiatria. In O. Gonçalves (Ed.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 331-373). Coimbra: Quarteto Editora.
- Gergen, K. (2002). Beyond the empiricist/construcionist divide in social psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 6(3), 188-191.
- Gergen, K. (2004). Social constrution: vistas in clinical child and adolescent psychology. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(2), 389-399.
- Gergen, K., Hoffman, L., & Anderson, H. (1996). Is diagnosis a disaster?: A construcionist triaologue. In F. Kaslow (Ed.), *Handbook of relational diagnosis and dysfunctional family patterns* (pp. 102-118). Oxford: John Wiley & Sons.
- Gergen, K., & Warhuus, L. (2001). Terapia como construção social: características, reflexões, evoluções. In O. Gonçalves (Ed.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 27-64). Coimbra: Quarteto Editora.
- Gondim, S. M. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- Goodman, A., & Adler, J. (2010). Parenting projects, justice and welfare. In J. Adler, & J. Gray. *Forensic psychology, concepts, debates and practice* (pp. 404-422). New York: Willan Publishing.

- Gordon, D. A. (2002). *Intervening with families of troubled youth: functional family therapy and parenting wisely*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Heilbrun, K., Yasuhara, K., & Shah, S. (2010). Violence risk assessment tools. Overview and critical analysis. In R. Otto, & K. Douglas (Eds.). *Handbook of violence risk assessment*, (pp. 8-21). New York: Routledge.
- Heilbrun, K., Grisso, T., & Goldstein, A. (2009). *Foundations of forensic mental health assessment*. New York: Oxford University Press.
- Helgeland, M., & Torgersen, S. (2004). Developmental antecedents of borderline personality disorder. *Comprehensive Psychiatry*, 45, 138-147.
- Henggeler, S. (2002). Terapia Multissistêmica: uma visão geral dos procedimentos clínicos, dos resultados, das pesquisas em curso e das implicações políticas. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 397-418). Coimbra: Livraria Almedina.
- Henggeler, S., & Schoenwald, S. (2011). Evidence-based interventions for juvenile offenders and juvenile justice policies that support them. *Social Policy Report*, 25, 1-20.
- Henseler, J., Ringle, M., & Sinkowics, R., (2009). The use of partial least squares path modeling in international marketing. *Advances in International Marketing*, 20, 277-319.
- Hoge, R. (2010). Youth level of service/Case management inventory. In R. Otto, & K. Douglas (Eds.). *Handbook of violence risk assessment*, (pp. 81-95). New York: Routledge.
- Hoge, R., Andrews, D., & Leschied, A. (2002). *Youth level of service/Case management inventory*. New York: Multi-Health Systems.
- Hosmer, D. W., & Lemeshow, S. (2000). *Applied logistic regression*. New York: John Wiley & Sons.
- IJzendoorn, M. H. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo sociomoral e desenvolvimental do comportamento anti-social. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 269-299). Coimbra: Livraria Almedina.

- Instituto Nacional de Estatística (2014). Rendimento e condições de vida 2013. *Destaque, informação à comunicação social, 1*, 1-15.
- Jones, D. (2008). *Understanding criminal behaviour*. Psychosocial approaches to criminality. Devon: Willan Publishing.
- Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 1-10). Coimbra: Livraria Almedina.
- Kline, P. (1999). *The handbook of psychological testing* (2<sup>a</sup> ed.). London: Routledge.
- Kropp, P. R., & Hart, S. D. (2000). The spousal assault risk assessment (SARA) guide: Reliability and validity in adult male offenders. *Law and Human Behavior, 24*, 101-118
- Kury, H., & Woessner, G. (2002). A família e os comportamentos desviantes dos jovens. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 181-211). Coimbra: Livraria Almedina.
- Lahey, B., & Waldman, I. (2004). Predisposição para problemas do comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo desenvolvimentista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 161-214). Coimbra: Livraria Almedina.
- Le Blanc, M. (2003). Trajectórias de delinquência comum, transitória e persistente: uma estratégia de prevenção diferencial. In Alberto, I.; Fonseca, A.C.; Albuquerque, C.; Ferreira, A.; Rebelo, J. (Eds), *Comportamento anti-social: escola e família*, (pp. 31-81). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Le Blanc, M., & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinvente em adolescentes. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 37-87). Coimbra: Livraria Almedina.
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, atualizada em 15 de janeiro de 2015 (Lei Tutelar Educativa).
- Lemos, I. (2007). *Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: do risco psicossocial ao percurso delinvente* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

- Lipsey, M. (2009). The primary factors that characterize effective interventions with juvenile offenders: A meta-analytic overview. *Victims and Offenders, 4*, 124-147.
- Lodewijks, H. P. B., de Ruiter, C., & Doreleijers, T. A. H. (2010). The impact of protective factors in desistance from violent reoffending: a study in three samples of adolescent violent offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 25*, 568-587.
- Loeber, R., Farrington, D., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. (2008). *Violence and serious theft. Development and prediction from childhood to adulthood*. New York: Taylor & Francis Group, LLC.
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B. & Maughan, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Developmental psychopathology, 5*, 103-133.
- Lohmoller, J. B. (1989). *Latent variable path modeling with partial least squares*. Heidelberg: Physica.
- Luby, J., Belden, A., Botteron, K., Marrus, N., Harms, M. P., Babb, C., Nishino, T., & Barch, D. (2013). The effects of poverty on childhood brain development. The mediating effect of caregiving and stressful life events. *JAMA Pediatrics, 167*(12), 1135-1142. doi:10.1001/jamapediatrics.2013.3139
- Machado, T. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Livraria Almedina.
- Madsen, W. (2007). *Collaborative therapy with multi-stressed families* (2.<sup>nd</sup>ed.). London: The Guilford Press.
- Marinho, S. (2014). Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança. In A. Delgado, & K. Wall, (Coords), *Famílias nos Censos 2011*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martin, M., Martinez, J., & Rosa, A. (2009). Las bandas juveniles violentas de Madrid: su socialización y aculturación. *Revista Panamericana de Salud Publica, 26*(2), 128 – 136.
- McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família, uma abordagem científica* (pp. 15-36). Coimbra: Livraria Almedina.

- McGuire, J. (2004). *Understanding psychology and crime. Perspectives on theory and action*. New York: Open University Press.
- Moffit, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent anti-social behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, *100*, 674-701.
- Morin, E. (2004). *Introdução ao Pensamento Complexo* (4.<sup>th</sup> ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- National Research Council and Institute of Medicine (2000). Family resources. In: Shonkoff JP, & D, Phillips (Eds). *From Neurons to Neighborhoods: The science of early childhood development* (pp. 267-296). Washington, DC: National Academy Press.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Noticias Editorial.
- Newman, I., Ridenor, C., Newman, C., & DeMarco, Jr., (2003). A Typology of research purposes and its relationship to mixed methods. In A. Tashakkori & C. Tedllie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 167-188). London: Sage Publications.
- Murphy, R., & Davidsholder, O. (1988). *Psychological testing: Principles and applications*. New Jersey: Prentice Hall.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2.<sup>nd</sup>ed.). New York: McGraw Hill.
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory* (3.<sup>rd</sup> ed.). New York: McGraw-Hill
- Pakman, M. (1999). Designing construtive therapies in community mental health: poetics and micropolitics in and beyond the consulting room. *Journal of Marital and Family Therapy*, *25*, 83-98.
- Pakman, M. (2004). On imagination: reconciling knowledge and life, or what does "Gregory Bateson" stand for. *Family Process*, *43*(4), 413-423.
- Pakman, M. (2004b). The epistemology of witnessing memory, testimony, and ethics in family therapy. *Family Process*, *43*(2), 265-274.
- Pakman, M. (2007). Risk Reduction and the micropolitics of social justice in Mental health care. In E. Aldarondo (Ed.), *Advancing social justice through clinical practice* (pp. 151-173). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Pedhazur, E. (1997). *Multiple regression in behavioral research: Explanation and prediction*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace College Publishers.

- Pimentel, A., Quintas, J., Fonseca, E., & Serra, A. (2015). Estudo normativo da versão portuguesa do YLS/CMI – Inventário de avaliação do risco de reincidência e gestão de caso para jovens. *Análise Psicológica*, 1(33), 55-71.
- Piquero, A., & Moffitt, T. (2010). Life-course persistent offending. In J. Adler, & J., Gray (Eds). *Forensic psychology, concepts, debates and practice* (pp. 201-222). New York: Willan Publishing.
- Popper, K. (2002). *The logic of scientific discovery* (5.<sup>th</sup> ed.). London: Routledge.
- Raskin, J. D. (2002). Construtivism in psychology: Personal construct psychology, radical construtivism, and social constructionism. In J. D. Raskin & S. K. Bridges (Eds.), *Studies in meaning: Exploring construtivist psychology* (pp. 1-25). New York: Pace University Press.
- Relvas, A. P. (1996). A co-construção da hipótese sistémica em terapia familiar. *Análise Psicológica*, 4(14), 563-579.
- Relvas, A. P. (1996b). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Ringle, C.M., Wende, S., & Will, A. (2005). SmartPLS 2.0 M3 (Beta). <http://www.smartpls.de>. Accessed 28 March 2010.
- Robbé, M., de Vogel, V., & Spa, E. (2011). Protective factors for violence risk in forensic psychiatric patients: A retrospective validation of the SAPROF. *International Journal of Forensic Mental Health*, 10, 178-186.
- Rosenthal, R., Rosnow, R., & Rubin, D. (2000). *Contrasts and effect sizes in behavioral research: a correlational approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rothbart, M. K., & Bates, J. E. (2006). Temperament (Vol. 3). In N. Eisenberg, W. Damon, & R.M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (6.<sup>th</sup>ed.) (pp. 99–166). Hoboken, NJ: Wiley.
- Ruiter, C. de, & Nicholls, T. (2011). Protective factors in forensic mental health: A New Frontier. *International Journal of Forensic Mental Health*, 10, 160-170.
- Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade. Análise de alguns percursos cruciais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 11-38). Livraria Almedina: Coimbra.

- Santos, D. & Alberto, I. (2015). Developing a family risk assessment tool in adolescent offenders: an exploratory study. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 33(2), 103-113. doi: 10.1007/s10560-015-0409-1
- Santos, D., Alberto, I., & Marques, C. (2016). The Structured Interview of Family Assessment Risk: Convergent validity, inter-rater reliability and structural relations. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 33(6), 487-497. doi: 10.1007/s10560-016-0444-6
- Saramago, J. (2008). *A viagem do elefante* (7.<sup>a</sup> ed.). Caminho: Lisboa.
- Schmidt, M., & Maras, A. (2001). Principles of child and adolescent psychiatry. In Smelser, N. J. & Balter, P. B. (eds.), *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* (pp. 1676-1682). New York: Elsevier.
- Serbin, L., & Karp, J. (2004). The intergenerational transfer of psychosocial risk: mediators of vulnerability and resilience. *Annual Review of Psychology*, 55, 333-390.
- Sharma, S. (1996). *Applied multivariate techniques*. John Wiley & Sons: New York.
- Simões, M. R. (2001). As escalas de inteligência de wechsler na avaliação e investigação dos casos de comportamento anti-social. In F. Gaspar, C. Vieira, M. Lima & M. Seabra-Santos (Eds), *Problemas emocionais e comportamento anti-social* (pp. 107-153). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares, (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp. 13-45). Braga: Psiquilibrios.
- Sousa, L. (2005). Building on personal networks when intervening with multi-problem poor families. *Journal of Social Work Practice*, 19(2), 163-179.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2006). Intervention with multi-problem poor clients: towards a strengths-focused perspective. *Journal of Social Work Practice*, 20(2), 189-204.
- Swenson, M., & Swenson, C. (2003). Panorâmica da investigação em terapia multissistémica. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social: escola e família* (pp. 285-293). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

- Tabachnick, B. & Fidell, L. (2001). *Using multivariate statistics* (4.<sup>th</sup> ed.). New York: Harper Collins.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2003). Major issues and controversies in the use of mixed methods in the social and behavioral sciences. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 3-50). London: Sage Publications.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Thornberry, T., & Krohn, M. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime, da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Livraria Almedina.
- Vogel, V., Robbé, M., Ruiters, C., & Bouman, Y. (2011). Assessing protective factors in forensic psychiatric practice: Introducing the SAPROF. *International Journal of Forensic Mental Health, 10*, 171-177.
- Wasserman, G., Keenan, K., Tremblay, R., Coie, J., Herrenkohl, T., Loeber, R., & Petechuck, D. (2004). Fatores de risco e fatores de proteção da delinquência infantil. *Infância e Juventude, Revista do Instituto de Reinserção Social, 4* (3), 51-86.
- Welsh, B., & Farrington, D. (2010). Effective programmes to prevent delinquency. In J. Adler, & J. Gray, *Forensic psychology, concepts, debates and practice* (pp. 378-403). New York: Willan Publishing.
- Wold, H. (1982). Soft modeling: The basic design and some extensions. In K. G. Jöreskog, & H. Wold (Eds.), *Systems under indirect observation*, (pp. 1-54). Amsterdam: North Holland Press.
- Wold, H. (1985). Partial least squares. In S. Kotz, & N. L. Johnson (Eds.), *Encyclopaedia of statistical sciences*, Vol. 6 (pp. 581-591). New York: John Wiley and Sons.

---

## Apêndices

---

**Apêndice A:** Consentimento Informado relativo aos progenitores/cuidadores e adolescentes;

**Apêndice B:** Consentimento Informado relativo à investigação clínica com a EEARF;

**Apêndice C:** A entrevista estruturada do Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas (Pakman, 2007);

**Apêndice D:** A Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar – Delinquência juvenil (versão progenitores/cuidadores);

**Apêndice E:** Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar – Delinquência juvenil (versão adolescentes);

**Apêndice F:** O Espaço de Trabalho – folha de registo e análise da cotação.

# APÊNDICE A

### CONSENTIMENTO INFORMADO

Estamos a fazer uma investigação que procura descobrir a forma como as famílias e os profissionais podem colaborar da melhor forma e para tal estamos a experimentar a reação das famílias, pais ou cuidadores e dos jovens, assim como dos técnicos, a uma entrevista. Esta entrevista é um pouco longa e aborda muitos aspetos da vida das pessoas, centrando-se no aqui e agora da vida das famílias.

É realizado no doutoramento em psicologia clínica da família, no programa de doutoramento entre as universidades de Coimbra e de Lisboa, é realizado por Diamantino Santos e orientado pela Professora Doutora Isabel Alberto.

As entrevistas feitas a si e ao seu filho vão ficar escritas e serão analisadas por mim; o que ficar escrito será destruído no final desta investigação, não sendo fornecida qualquer informação a ninguém acerca do que for dito ou ficar escrito da entrevista.

A vossa participação é voluntária, isto é, só participam se quiserem. Se não quiserem participar não tem qualquer problema/dificuldade para si para o seu filho porque ninguém é obrigado a participar. Em qualquer altura pode desistir de participar, está à vontade.

A sua participação é completamente anónima e secreta, isto é, mais ninguém saberá se participou ou não, não sendo registado nem falado acerca de quaisquer dados da sua identidade como o seu nome, a sua idade, nem a nossa conversa.

Muito obrigado pela sua atenção e se pudermos contar com a sua participação nesta investigação deve assinar no final desta folha, onde eu também assino para assumir que tudo o que lhe disse é da minha responsabilidade e que será cumprido.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

**Assinatura do investigador:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Assinatura do progenitor/cuidador:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Assinatura do filho:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

# APÊNDICE B

### CONSENTIMENTO INFORMADO

Estamos a fazer uma investigação que procura descobrir se um instrumento de avaliação do risco familiar pode ou não ser útil para avaliar as famílias de jovens que têm problemas com a lei. Para tal, será aplicado aos progenitores o Programa Integrado de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas e avaliado no final se tem ou não algum efeito nas famílias. O programa consiste em entrevistas uma vez por mês, durante quatro meses, e ao fim de três meses após acabar, será avaliado com uma nova entrevista. O programa baseia-se na descoberta de pequenos passos que possam ajudar as famílias em diferentes problemas/dificuldades que possam ter nas suas vidas. Haverá um grupo de pessoas a quem será aplicado o programa e outro grupo a quem não será e que serão comparados no final.

É realizado no doutoramento em psicologia clínica da família, no programa de doutoramento entre as universidades de Coimbra e de Lisboa, é realizado por Diamantino Santos e orientado pela Professora Doutora Isabel Alberto.

As entrevistas feitas a si e ao seu filho vão ser escritas e analisadas por mim e o que ficar registado será destruído no final desta investigação, não sendo fornecida qualquer informação acerca do que ficar escrito na entrevista a ninguém.

A vossa participação é voluntária, isto é só participam se quiserem. Se não quiserem participar não tem qualquer problema/dificuldade para si para o seu filho porque ninguém é obrigado a participar. Em qualquer altura pode desistir de participar, está à vontade.

A sua participação é completamente confidencial/anónima, isto é, mais ninguém saberá se participou ou não, não sendo registado nem falado acerca de quaisquer dados da sua identidade como o seu nome, a sua idade, nem a nossa conversa.

Muito obrigado pela sua atenção e se pudermos contar com a sua participação nesta investigação deve assinar no final desta folha, onde eu também assino para assumir que tudo o que lhe disse é da minha responsabilidade e que será cumprido.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

**Assinatura do investigador:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Assinatura do progenitor/cuidador:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Assinatura do filho:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

# APÊNDICE C

Domínio	Questões
Saúde Geral	Foi-lhe diagnosticado algum problema de saúde física? Está a receber algum tratamento? Tem algum médico ou instituição específico(s)? Conhece as possíveis complicações dos seus problemas de saúde, quais? Sabe como pode reduzir essas complicações? Como o faria?
Saúde Mental	Foi-lhe diagnosticado algum problema de saúde mental? Está a receber algum tratamento? Tem algum médico ou instituição específico(s)? Conhece as possíveis complicações dos seus problemas de saúde, quais? sabe como pode reduzir essas complicações? Como o faria?
Abuso de Substâncias	Usa álcool ou drogas, quais? Toma habitualmente medicação adquirida na rua ou dada por outras pessoas? Já alguma vez lhe foi dito que tem um problema de uso continuado/excessivo de substâncias? Quais? Considera-se dependente de alguma substância? Quais? Recebe atualmente algum tratamento para adição de drogas? Está a fazer algum esforço sem tratamento para ultrapassar o problema com substâncias? Já recebeu tratamento ou procurou por si próprio parar de usar substâncias? Quais? Que esforços e quando? Conhece as possíveis complicações do abuso das substâncias que utilizou e que os outros utilizam? Sabe como reduzir as hipóteses de ter essas complicações? Como o faria?
Educação	Qual o nível de educação escolar/profissional que têm? Costuma frequentar alguma classe educação/formação, regular/especial? Escreve ou lê na sua língua materna? É possível que de futuro venha a perder algumas das competências que agora têm nessa área? Tem planos para continuar a sua educação/formação de futuro? Como é que o está a fazer ou fará? Quais são os obstáculos para continuar a sua educação agora ou de futuro, sabe como os reduzir? Como faria?
Trabalho/ Emprego	Está empregado? Há quanto tempo e durante quanto tempo teve o último emprego? É estável? Que tipo de trabalho é? está desempregado: Qual a razão? Há quanto tempo? É possível que a sua situação atual piore? Como? que idade tinha quando teve o seu primeiro emprego? Qual foi o maior período de tempo em que esteve empregado? Tem planos para recomeçar a trabalhar, ou melhorar a sua situação no trabalho agora ou no futuro? Quais e como o faz ou fará? Quais os obstáculos para recomeçar a trabalhar ou para melhorar a sua situação de trabalho? Sabe como os reduzir? Como o faria?
Condições habitacionais/ mobilidade	Em que condições vive agora? Há quanto tempo está nesta situação? É estável? É possível que as condições de habitação se compliquem? Como? Qual é geralmente o seu meio de transporte? Prevê alguma mudança num futuro próximo? Qual foi o maior período de tempo em que viveu num sítio? Esteve desalojado? Quando? Durante quanto tempo? Quais os planos para melhorar a sua situação de vida, agora ou de futuro? Como faz ou fará? Quais são os obstáculos? Sabe como reduzi-los e como o faria?
Aspetos Legais	Tem alguma(s) questão(ões) pendentes(s)? De que tipo? Tem algum apoio legal para essas questões? É possível que a sua situação se complique? Como? Já esteve preso? Quando e durante quanto tempo? Tem planos para melhorar a sua situação legal, agora ou de futuro? Como faz ou fará? Quais são os obstáculos para melhorar a sua situação legal? Como reduzi-los?
Violência	Esteve envolvido em algum acto de violência? Qual o seu envolvimento? Quando? Frequência? Quais as consequências? É possível que actos violentos possam vir a acontecer de futuro? Como? É possível que as consequências sejam piores de futuro? Tem planos para prevenir ou reduzir o seu envolvimento nestes actos? Como faz ou fará? Quais os obstáculos para reduzir ou prevenir o seu envolvimento em actos de violência? Como reduzi-los?
Dissonância Étnica/Social	É emigrante? Quando veio para o País? Quais as razões que o levaram a abandonar o seu país? É refugiado político? Fala português? Que tipo de actividades está impedido de fazer devido às dificuldades linguísticas? Tem estatuto de minoria? No entender de quem? Já se sentiu discriminado? Devido a: raça, etnia, língua, género, orientação sexual, doença, idade, etc.? É possível que essas experiências de discriminação piorem no futuro? Tem planos para prevenir estes acontecimentos e reduzir as suas consequências? Como reduzir esses obstáculos?
Pobreza	Qual é o seu rendimento atual (por mês e ano)? Quais foram os seus rendimentos nos últimos 5 anos? Considera-se pobre? É possível que o seu rendimento seja reduzido no futuro? Como? Quais são as consequências da pobreza ou de um rendimento reduzido para a sua vida? Quais são as áreas que você ou os outros vêm afectadas por isso? Tem planos para manter ou melhorar o seu rendimento? Como faz ou fará? Quais os obstáculos para manter ou melhorar o seu rendimento? Sabe como reduzir esses obstáculos? Como o faria?
Rede Social	<i>Construir o Mapa da Rede Social Pessoal (Sluzki, 1996)</i> ; Houve alguma mudança significativa na sua rede social de apoio? Qual a razão? Isso reduziu a frequência ou o número de contactos? É possível que a sua rede social se torne mais restrita? Tem planos para aumentar a frequência e o número de contactos? Como faz ou fará? Quais os obstáculos para aumentar quer a frequência quer o número de contactos no futuro? Sabe como reduzi-los? Como o faria?

Segurança Social/ Incapacidade	Está a ser acompanhado pela Seg. Soc.(SS)? Desde quando? Já alguma vez esteve? Quando? Durante quanto tempo? Os seus pais alguma vez tiveram apoio da SS? Durante quanto tempo? Qual foi a razão? Por que razão terminaram os benefícios que recebia? É possível que a sua situação em relação à SS sofra mudanças? Está de momento incapacitado? Qual a razão para ter sido considerado incapacitado? Desde quando? O que levou a que a sua incapacidade no passado tenha terminado? Há mais alguém em casa que receba subsídio por incapacidade? Desde quando? Os seus pais alguma vez tiveram algum apoio por incapacidade? Qual a razão? Durante quanto tempo? É possível que a sua situação de incapacidade mude? Tem planos para mudar a sua situação atual na SS/Incapacidade? Como é que está a tentar que esta situação mude? E como pensa vir a fazê-lo? Quais são os obstáculos a esta mudança? Sabe como reduzi-los?
--------------------------------------	--

# APÊNDICE D

# Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar

## - Delinquência Juvenil -

Marcelo Pakman (2007)  
Adaptação de D. Santos & I. Alberto (2012)

Esta entrevista procura conhecer o que pensa sobre um conjunto de áreas que, fazendo parte da vida de muitas pessoas e de muitas famílias, podem vir a transformar-se em dificuldades que levam a que a vida pessoal e familiar possa ficar mais difícil. As questões colocadas referem-se ao presente, como tal, deve procurar responder de acordo com aquela que é a sua situação pessoal e familiar atual.

<b>Identificação:</b>	
Número progenitor: _____;	Número do filho: _____
Género: _____	Área residência: _____
Data de nascimento: ____/____/____	Idade cronológica: _____ Idade aparente: _____

<p><b>Por favor, preencha os dados biográficos com recurso a múltiplas fontes, se possível, previamente à administração da entrevista:</b></p> <p>Dossier <input type="checkbox"/> Progenitor(es) <input type="checkbox"/> Outras fontes <input type="checkbox"/></p>
---

Pais de origem/Origem étnica: _____
Se não Autótone, tempo de permanência em Portugal: _____
Estado Civil atual: _____
Emprego atual: _____
Avaliação sumária do estado mental: _____
_____
_____
_____

**Obs.:** Registrar a idade e tempo de permanência em Portugal em anos; a Escolaridade refere-se às habilitações literárias e curso(s) de formação.

## Saúde/Doença Física

- 1.1 Foi-lhe dito que tinha alguma doença? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 1.2 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Se sim, para que doenças? \_\_\_\_\_
- 1.3 Alguém da família tem alguma doença? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 1.4 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Se sim, para que doenças? \_\_\_\_\_
- 1.5 Tem médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_  
Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 1.6 Quais podem ser as possíveis complicações da(s) sua(s) doenças? \_\_\_\_\_
- 1.7 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas complicações? \_\_\_\_\_

## 1. Saúde Mental

- 2.1 Foi-lhe diagnosticado algum problema de saúde mental? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 2.3 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Para que problema(s)? \_\_\_\_\_
- 2.4 Alguém da família tem algum problema de saúde mental? \_\_\_\_ Quem e que problema? \_\_\_\_\_
- 2.5 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Para que problema(s)? \_\_\_\_\_
- 2.6 Tem algum médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_ Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 2.7 Quais podem ser as possíveis complicações dos seus problemas de saúde mental? \_\_\_\_\_
- 2.8 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas complicações? \_\_\_\_\_

## 2. Abuso de álcool e/ou drogas

- 3.1 Utiliza álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_  
Com que frequência? \_\_\_\_\_
- 3.2 Já alguma vez lhe foi dito que tem um problema de abuso de álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 3.3 Considera-se dependente de algum tipo de álcool e/ou droga? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 3.4 Recebe atualmente algum tratamento para álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Já recebeu tratamento ou procurou por si próprio parar de usar álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Que tratamentos ou esforços realizou anteriormente? \_\_\_\_\_  
Quando? \_\_\_\_\_
- 3.5 Alguém da família tem algum problema com álcool e/ou drogas? \_\_\_\_ Quem e que problema? \_\_\_\_\_
- 3.6 Têm algum médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_ Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 3.7 Está a fazer algum esforço para ultrapassar o problema com drogas e/ou álcool? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_
- 3.8 Que complicações pode ter por usar/abusar de álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_
- 3.9 Como pode diminuir ou evitar essas complicações? \_\_\_\_\_

#### 4. Educação/Escola/Formação

4.1 Que ano escolar tem feito? \_\_\_\_\_ Escreve ou lê em português? \_\_\_\_\_

4.2 Que ano escolar tem o marido/companheiro? \_\_\_\_\_ e os filhos? \_\_\_\_\_

4.3 Quem está a estudar? Em que ano e que escola? \_\_\_\_\_

4.4 É possível que alguém da família venha a perder algumas das capacidades de leitura/escrita? \_\_\_\_\_

4.5 Acha que a escola ou a formação são importantes? \_\_\_\_\_ Para quê? \_\_\_\_\_

4.6 Tem planos para continuar(em) a estudar? \_\_\_\_\_ Como pensa fazer? \_\_\_\_\_

4.7 Que dificuldades podem aparecer que o(s)/a(s) impeçam de continuar ou começar a estudar agora ou no futuro? \_\_\_\_\_

4.8 Como poderia fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? \_\_\_\_\_

#### 5. Trabalho/Emprego

5.1 Quem está empregado lá em casa? É estável? Que tipo de trabalho é? \_\_\_\_\_

5.2 Há quanto tempo e durante quanto tempo tem/teve o ultimo emprego? \_\_\_\_\_

5.3 Que idade tinha quando teve o seu primeiro emprego? \_\_\_\_\_

5.4 Qual foi o maior período de tempo em que esteve empregado? \_\_\_\_\_

5.5 Se está desempregado(a), qual a razão? \_\_\_\_\_

5.6 Há quanto tempo está desempregado(a)? \_\_\_\_\_

5.7 Já alguma vez esteve desempregado e conseguiu ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ O que fez? \_\_\_\_\_

5.8 Conhece alguém que estivesse desempregado e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ o que é que fez? \_\_\_\_\_

5.9 Que dificuldades podem aparecer que o impeçam de voltar a trabalhar (ou melhorar a sua situação de trabalho)? \_\_\_\_\_

5.10 Sabe como as diminuir ou evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como faria? \_\_\_\_\_

5.11 Tem planos para recomeçar a trabalhar (ou melhorar a sua situação no trabalho)? \_\_\_\_\_ Se sim, como pensa fazer? \_\_\_\_\_

#### 6. Condições Habitacionais/Mobilidade

6.1 Quais as características da sua habitação? \_\_\_\_\_ Onde se situa? \_\_\_\_\_

6.2 Há quanto tempo está nesta situação? \_\_\_\_\_ É estável? \_\_\_\_\_

6.3 É possível que as condições de habitação fiquem piores? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

6.4 Qual é o seu meio de transporte? \_\_\_\_\_

6.5 Qual foi o maior período de tempo em que viveu num sítio? \_\_\_\_\_

6.6 Já alguma vez esteve desalojado e conseguiu ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ O que fez? \_\_\_\_\_

Quando aconteceu o desalojamento? \_\_\_\_\_ Durante quanto tempo? \_\_\_\_\_

6.7 Tem planos para melhorar a sua casa ou transporte agora ou no futuro? \_\_\_\_\_ Como irá fazer? \_\_\_\_\_

6.8 Que dificuldades podem surgir? \_\_\_\_\_

6.9 Como poderia fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 7. Problemas Legais/Delinquência

7.1 Tem problemas com os tribunais/justiça? \_\_\_\_\_ Em que tipo de problemas se envolveu? \_\_\_\_\_

7.2 É possível que a sua situação se complique? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

7.3 Tem algum advogado ou apoio para estes problemas? \_\_\_\_\_

7.4 Já esteve preso/internado em centro educativo? \_\_\_\_\_ Quando e durante quanto tempo? \_\_\_\_\_

7.5 Já teve ou tem medidas legais/penas aplicadas? \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

7.6 O que o(s) levou a praticar esses crimes? \_\_\_\_\_

7.7 Tem planos para melhorar a sua situação com a justiça agora ou de futuro? \_\_\_\_\_ Como faz ou fará? \_\_\_\_\_

7.8 Que dificuldades podem aparecer que o(a) impeçam de melhorar a sua situação com a justiça? \_\_\_\_\_

7.9 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_

### Face ao jovem

7.9 Tem filhos/alguém a seu cargo ou outro familiar com problemas com a justiça? \_\_\_\_\_

7.10 Em que problemas se envolveu(ram)? \_\_\_\_\_

7.11 O que acha que o(s) levou a praticar esses crimes? \_\_\_\_\_

7.12 Já lhes foi aplicada alguma pena/medida anteriormente? \_\_\_\_\_ Foi cumprida? \_\_\_\_\_

Se não foi cumprida porque acha que tal aconteceu? \_\_\_\_\_

7.13 Conhece alguém que tivesse estes problemas com os filhos e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_

Como fez? \_\_\_\_\_

7.14 Quais são os seus planos para evitar que o(s) filho(s) (e/ou o(a) próprio(a)) se voltem a envolver em problemas com a justiça? \_\_\_\_\_

7.15 Que dificuldades podem surgir? \_\_\_\_\_

7.16 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 8. Violência (física e psicológica)

8.1 Esteve envolvido(a) em atos de violência? \_\_\_\_\_ Em casa \_\_\_\_\_ No exterior da família \_\_\_\_\_

8.2 Qual foi o seu envolvimento? \_\_\_\_\_

Quando? \_\_\_\_\_ Com que Frequência? \_\_\_\_\_

8.3 Quem foram as vítimas destes atos? \_\_\_\_\_

8.4 Quais as consequências? (físicas/psicológicas) \_\_\_\_\_

8.5 É possível que atos violentos possam voltar a acontecer? \_\_\_\_\_

8.6 É possível que no futuro tenha consequências piores por causa destes atos violentos? \_\_\_\_\_

8.7 Conhece alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_

Como fez? \_\_\_\_\_

8.8 Pode evitar ou diminuir o seu envolvimento nestes atos? \_\_\_\_\_ Como poderia fazer? \_\_\_\_\_

8.9 Que dificuldades podem aparecer que o impeçam de diminuir/evitar o seu envolvimento em atos de violência? \_\_\_\_\_

8.10 Como poderia fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 9. Dissonância Étnica/Social

9.1 É imigrante? \_\_\_\_\_ Quando veio para o País? \_\_\_\_\_ Está legal no país? \_\_\_\_\_

9.2 Conhece alguém que estivesse ilegal país e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ Como fez? \_\_\_\_\_

9.3 Tem cá família? \_\_\_\_\_ Quem e desde quando? \_\_\_\_\_

9.4 Que as razões o levaram a abandonar o seu país? \_\_\_\_\_

9.5 É refugiado político? \_\_\_\_\_ Tem dificuldades com a língua Portuguesa? \_\_\_\_\_

9.6 Que tipo de atividades está impedido de fazer devido às dificuldades com a língua? \_\_\_\_\_

9.7 Já se sentiu discriminado? \_\_\_\_\_ Devido a que aspeto? \_\_\_\_\_

9.8 É possível que essas experiências de discriminação piorem no futuro? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

9.9 Sente-se integrado(a) neste país? \_\_\_\_\_ Já pensou como pode aumentar a sua integração? \_\_\_\_\_ Como poderá fazer? \_\_\_\_\_

9.10 Que dificuldades podem surgir? \_\_\_\_\_

9.11 Como faria para diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 10. Pobreza

10.1 Qual é o seu ordenado atual? \_\_\_\_\_ E da família, qual é o ordenado mensal? \_\_\_\_\_

10.2 Considera-se pobre? \_\_\_\_\_ É possível que o seu ordenado seja reduzido no futuro? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

10.3 Quais são as áreas que você e a sua família vêm afetadas pela pobreza (ou por um ordenado baixo)?

Alimentação \_\_\_\_\_ Vestuário/roupa \_\_\_\_\_ Saúde \_\_\_\_\_

Casa/habitação \_\_\_\_\_ Transporte \_\_\_\_\_ Escola/formação \_\_\_\_\_

Outro(s): \_\_\_\_\_

10.4 Tem planos para manter (ou melhorar) o seu ordenado? \_\_\_\_\_ Como irá fazer? \_\_\_\_\_

10.5 Quais as dificuldades em manter (ou melhorar) o seu ordenado? \_\_\_\_\_

10.6 Sabe como diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como o faria? \_\_\_\_\_

## 11. Rede Social

	Contacto Diário	Contacto frequente mas não diário	Contacto ocasional	Contacto potencial
Família: _____				
Amigos: _____				
Trabalho: _____				
Escola: _____				
Serviço de saúde: _____				
Outras Atividades Sociais (religiosos <input type="checkbox"/> desportivos <input type="checkbox"/> , voluntariado <input type="checkbox"/> , Outro _____)				

*Mapa da Rede Social Pessoal (Sluzki, 1996)*

11.1 O número de pessoas com quem contacta diminuiu? \_\_\_\_\_ Qual a razão? \_\_\_\_\_

11.2 É possível que as pessoas com quem contacta sejam cada vez menos? \_\_\_\_\_ Como é que isso pode acontecer? \_\_\_\_\_

11.3 Tem planos para contactar mais com as pessoas que conhece? \_\_\_\_\_ Como poderá fazer? \_\_\_\_\_

11.4 Quais as dificuldades que o(a) impedem de ter um maior o número de contactos? \_\_\_\_\_

11.5 Como poderia diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 12. Segurança Social/Incapacidade

12.1 Alguém da família está a ser acompanhado pela Seg. Soc.(SS)? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_

Desde quando? \_\_\_\_\_ Por que motivo? \_\_\_\_\_

12.2 Recebe(m) algum subsídio? \_\_\_\_\_ Por que razão? \_\_\_\_\_

12.3 Tem um plano de reinserção? \_\_\_\_\_ Em que consiste? \_\_\_\_\_

Tem sido cumprido? \_\_\_\_\_ Por que razão? \_\_\_\_\_

12.4 É possível que o acompanhamento e/ou subsídio possam terminar? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

12.5 Algum elemento da família está incapacitado? \_\_\_\_\_ Por que razão? \_\_\_\_\_

Desde quando foi considerado incapacitado? \_\_\_\_\_

12.6 É permanente ou é possível que a sua situação de incapacidade mude? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

12.7 Conhece alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_

Como fez? \_\_\_\_\_

12.8 Tem planos para mudar a sua situação atual na SS/Incapacidade? \_\_\_\_\_ Como é que pensa fazer para que esta situação mude? \_\_\_\_\_

12.9 Que dificuldades podem aparecer e fazer com que esta mudança não aconteça? \_\_\_\_\_

12.10 Sabe como diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como poderia fazer? \_\_\_\_\_

## 13. Parentalidade

### Genograma

**Observações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### 13. Parentalidade (continuação)

13.1 Quais são a(s) pessoa(s) de família a quem o seu filho/jovem mais ouve? \_\_\_\_\_

13.1.1 Por que motivo acha que o seu filho/jovem ouve mais estas pessoas? \_\_\_\_\_

13.1.2 Que contacto têm estas figuras com o seu filho/jovem/família? \_\_\_\_\_

13.2 Consegue descrever como é o dia-a-dia habitual do seu filho/jovem? \_\_\_\_\_

13.3 Quais são as três regras mais importantes lá em casa? 1.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

2.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ 3.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

Quem estabeleceu estas regras? \_\_\_\_\_ Como é que o seu filho/jovem sabe que estas regras são importantes? \_\_\_\_\_

13.4 Destas regras, quais são aquelas que o seu filho/jovem tem mais dificuldade em cumprir? \_\_\_\_\_

13.5 O que faz com que o seu filho/jovem tenha dificuldade em cumpri-las? \_\_\_\_\_

13.6 Se o seu filho/jovem não cumprir estas regras o que faz? \_\_\_\_\_

13.7 O que pensa que poderia ser diferente para que o seu filho/jovem compreendesse a necessidade de cumprir estas regras? \_\_\_\_\_

13.8 Em que alturas é que a família se junta para conversarem acerca dos problemas que os afetam? \_\_\_\_\_

Qual foi o último problema/dificuldade sobre o qual conversaram? \_\_\_\_\_

A que conclusão chegaram? \_\_\_\_\_

13.9 Quanto tempo partilham juntos por dia? \_\_\_\_\_

13.10 Qual foi a última atividade que fizeram em conjunto? \_\_\_\_\_

Como decorreu? \_\_\_\_\_

13.11 Quais têm sido para si as coisas boas de ser pai/mãe (e com este filho em particular)? \_\_\_\_\_

13.12 O que é mais difícil para si enquanto pai/mãe, na relação com os seus filhos (e com este em particular)? \_\_\_\_\_

13.13 Há quanto tempo existem estas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.14 O que acha que faz com que existam estas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.15 Como poderia fazer para diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.16 Conhece alguém que tivesse este tipo de dificuldades e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ Como fez? \_\_\_\_\_

13.17 Se pudesse voltar atrás o que faria diferente como mãe/pai dos seus filhos? \_\_\_\_\_

13.18 E com este filho/jovem em particular? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

## Questões Finais

a) Como se sentiu na realização desta entrevista? \_\_\_\_\_

b) Em que é que esta entrevista foi útil? \_\_\_\_\_

c) Houve algum aspeto mais difícil nesta entrevista? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_

d) Acha que esta conversa ajudou a ver de outra maneira alguns acontecimentos da sua vida? \_\_\_\_\_ Se sim, de que maneira? \_\_\_\_\_

e) Acha que deveria haver mais alguma área ou pergunta que lhe fazia sentido que fosse aqui tratada? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_

f) Se os problemas que apresenta se mantiverem, como estará a sua vida daqui a um ano? \_\_\_\_\_

---

# APÊNDICE E

## Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar

### - Delinquência Juvenil -

Marcelo Pakman (2007)  
Adaptação de D. Santos & I. Alberto (2012)

Esta entrevista procura conhecer o que pensas sobre um conjunto de áreas que, fazendo parte da vida de muitas pessoas e de muitas famílias, podem vir a transformar-se em dificuldades que levam a que a vida pessoal e familiar possa ficar mais difícil. As questões colocadas referem-se ao presente, como tal, deves procurar responder de acordo com aquela que é a tua situação pessoal e familiar atual.

<b>Identificação:</b>
Número filho: _____; Número do progenitor; _____
Género: _____ Área residência: _____
Data de nascimento: ____/____/____ Idade cronológica: _____ Idade aparente: _____

<b>Por favor, preencha os dados biográficos com recurso a múltiplas fontes, se possível previamente à administração da entrevista:</b>
Dossier <input type="checkbox"/> Progenitor(es) <input type="checkbox"/> Outras fontes <input type="checkbox"/> : _____

Pais de origem/Origem étnica: _____
Se não Autótone, tempo de permanência em Portugal: _____
<b>Carreira criminal:</b>
Idade de início: _____ Local de início: _____
Tipo de factos pelo qual está a cumprir a medida: _____
_____
Frequência (entre n.º de actos praticados/tempo): _____
Duração da carreira criminal até à entrada no CE: _____
Especialização/diversificação do transgredir: _____
_____
Co-transgressividade: _____
Transgressividade individual: _____
Desistência: _____
Avaliação sumária do estado mental: _____
_____
_____
_____

**Obs.:** Registrar a idade e tempo de permanência em Portugal em anos; a Escolaridade refere-se às habilitações literárias e curso(s) de formação.

## 1. Saúde/Doença Física

- 1.2 Foi-te dito que tinha alguma doença? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 1.2 Estás a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Se sim, para que doenças? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 1.3 Alguém na família tem alguma doença física? \_\_\_\_\_ Quem e que doença(s)? \_\_\_\_\_
- 1.4 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Se sim, para que doenças? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 1.5 Têm médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_ Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 1.6 Quais podem ser as possíveis complicações destas(s) doenças? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 1.7 Como poderias fazer para diminuir/evitar estas complicações? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 2. Saúde Mental

- 2.1 Foi-te diagnosticado algum problema de saúde mental? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 2.2 Estás a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Para que problema(s)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 2.3 Alguém da família tem algum problema de saúde mental? \_\_\_\_\_ Quem e que problema? \_\_\_\_\_
- 2.4 Está a receber algum tratamento? \_\_\_\_\_ Para que problema(s)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 2.5 Tens algum médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_ Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 2.6 Quais podem ser as possíveis complicações dos teus problemas de saúde mental? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 2.7 Como poderias fazer para diminuir/evitar estas complicações? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 3. Abuso de álcool e/ou drogas

- 3.1 Utilizas álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_  
Com que frequência? \_\_\_\_\_
- 3.2 Já alguma vez te foi dito que tens um problema de abuso de álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3.3 Consideras-te dependente de algum tipo de álcool e/ou droga? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3.4 Recebes atualmente algum tratamento para álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Já recebeste tratamento ou procuraste por ti próprio parar de usar álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Que tratamentos ou esforços realizaste anteriormente? \_\_\_\_\_  
Quando? \_\_\_\_\_
- 3.5 Alguém da família tem algum problema com álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_ Quem e que problema? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3.6 Tens (têm) algum médico para este(s) problema(s)? \_\_\_\_\_ Quem é? \_\_\_\_\_ Como se chama a instituição? \_\_\_\_\_
- 3.7 Estás a fazer algum esforço para ultrapassar o problema com drogas e/ou álcool? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3.8 Que complicações podes ter por usar/abusar de álcool e/ou drogas? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3.9 Como podes diminuir ou evitar essas complicações? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 4. Educação/Escola/Formação

- 4.1 Que ano escolar tens feito? \_\_\_\_\_ Escreves ou lê em português? \_\_\_\_\_
- 4.2 É possível que de futuro venhas a perder algumas das capacidades de leitura/escrita? \_\_\_\_\_
- 4.3 Estás a estudar? \_\_\_\_\_ O quê, onde e em que ano? \_\_\_\_\_
- 4.4 Achas que a escola ou a formação são importantes? \_\_\_\_\_ Para quê? \_\_\_\_\_
- 4.4 Tens planos para continuar a estudar? \_\_\_\_\_ Se sim, como pensas fazer? \_\_\_\_\_
- 4.5 Que dificuldades podem aparecer que te impeçam de continuar ou começar a estudar agora ou no futuro? \_\_\_\_\_
- 4.6 Como poderias fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? \_\_\_\_\_

#### 5. Trabalho/Emprego

- 5.1 Quem está empregado lá em casa? É estável? Que tipo de trabalho é? \_\_\_\_\_
- 5.2 Já Estiveste empregado? \_\_\_\_\_ Era estável? \_\_\_\_\_ Que tipo de trabalho era? \_\_\_\_\_
- 5.3 Há quanto tempo e durante quanto tempo tiveste o último emprego? \_\_\_\_\_
- 5.4 Que idade tinhas quando tiveste o teu primeiro emprego? \_\_\_\_\_
- 5.5 Qual foi o maior período de tempo em que estiveste empregado? \_\_\_\_\_
- 5.6 Se estás desempregado(a), qual a razão? \_\_\_\_\_
- 5.7 Há quanto tempo estás desempregado(a)? \_\_\_\_\_
- 5.8 Conheces alguém que estivesse desempregado e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_  
O que é que fizeste? \_\_\_\_\_
- 5.9 Que dificuldades podem aparecer que te impeçam de voltar a trabalhar (ou melhorar a tua situação de trabalho)? \_\_\_\_\_
- 5.10 Sabes como diminuir ou evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como farias? \_\_\_\_\_
- 5.11 Tens planos para começar a trabalhar (ou melhorar a tua situação no trabalho)? \_\_\_\_\_ Se sim, como pensas fazer? \_\_\_\_\_

#### 6. Condições Habitacionais/Mobilidade

- 6.1 Quais as características da tua habitação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Onde se situa? \_\_\_\_\_
- 6.2 Há quanto tempo estás nesta situação? \_\_\_\_\_ É estável? \_\_\_\_\_
- 6.4 É possível que as condições de habitação fiquem piores? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_
- 6.5 Qual é o vosso meio de transporte? \_\_\_\_\_
- 6.6 Qual foi o maior período de tempo em que viveste num sitio? \_\_\_\_\_
- 6.7 Já alguma vez estiveste desalojado e conseguiste ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ O que é que fizeste? \_\_\_\_\_
- Quando aconteceu o desalojamento? \_\_\_\_\_ Durante quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 6.8 Tens planos para melhorar a tua casa ou transporte agora ou no futuro? \_\_\_\_\_ Como irás fazer? \_\_\_\_\_
- 6.9 Que dificuldades podem surgir? \_\_\_\_\_
- 6.10 Como poderias fazer para diminuir/evitar essas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 7. Problemas Legais/Delinquência

- 7.1 Tens problemas com os tribunais/justiça? \_\_\_\_\_ Em que tipo de problemas te envolveste? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.2 O que achas que te levou a praticar esses crimes? \_\_\_\_\_
- 7.3 É possível que a tua situação se complique? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.4 Já estiveste preso/internado em centro educativo? \_\_\_\_\_ Quando e durante quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 7.5 Que outras medidas legais/penas tens/tiveste aplicadas? \_\_\_\_\_
- 7.6 Quando? \_\_\_\_\_
- 7.7 Quais são os teus planos para evitar que te voltes a envolver em problemas com a justiça? \_\_\_\_\_ Como poderás fazer? \_\_\_\_\_
- 7.8 Que dificuldades podem aparecer que te impeçam de melhorar a tua situação com a justiça? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.9 Como poderias fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.10 Conhece alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ Como fez? \_\_\_\_\_
- 7.11 Tens algum familiar com problemas com a justiça? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.12 Em que problemas se envolveu(ram)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.13 O que acha que o(s) levou a praticar esses crimes? \_\_\_\_\_
- 7.14 Já lhe(s) foi aplicada alguma pena/medida anteriormente? \_\_\_\_\_ Foi cumprida? \_\_\_\_\_  
Se não foi cumprida porque achas que tal aconteceu? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.15 Que dificuldades podem aparecer que o(s) impeçam de melhorar a tua situação com a justiça? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7.16 Como poderiam fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 8. Violência (física e psicológica)

- 8.1 Estiveste envolvido(a) em actos de violência? \_\_\_\_\_ Em casa \_\_\_\_\_ No exterior da família \_\_\_\_\_
- 8.2 Qual foi o teu envolvimento? \_\_\_\_\_  
Quando? \_\_\_\_\_ Com que Frequência? \_\_\_\_\_
- 8.3 Quem foram as vítimas destes actos? \_\_\_\_\_
- 8.4 Quais as consequências? (físicas/psicológicas) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8.5 É possível que actos violentos possam voltar a acontecer? \_\_\_\_\_
- 8.6 É possível que no futuro tenhas consequências piores por causa destes actos violentos? \_\_\_\_\_
- 8.7 Conheces alguém que tivesse este tipo de problemas e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ Como fez? \_\_\_\_\_
- 8.8 Podes evitar ou diminuir o teu envolvimento nestes actos? \_\_\_\_\_ Como poderias fazer? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8.9 Que dificuldades podem aparecer que te impeçam de diminuir/evitar o envolvimento em actos de violência? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 8.10 Como poderias fazer para diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 9. Dissonância Étnica/Social

9.1 És imigrante? \_\_\_\_\_ Quando vieste para o País? \_\_\_\_\_ Estás legal no país? \_\_\_\_\_

9.2 Conhece alguém que estivesse ilegal no país e que conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_ Como fez? \_\_\_\_\_

9.3 Tens cá família? \_\_\_\_\_ Quem e desde quando? \_\_\_\_\_

9.4 Por que razões abandonaram o teu país? \_\_\_\_\_

9.5 Tens dificuldades com a língua Portuguesa? \_\_\_\_\_

9.6 Que tipo de actividades estás impedido de fazer devido às dificuldades com a língua? \_\_\_\_\_

9.7 Já te sentiste discriminado? \_\_\_\_\_ Devido a que aspecto? \_\_\_\_\_

9.8 É possível que essas experiências de discriminação piorem no futuro? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

9.9 Sentes-te integrado(a) neste país? \_\_\_\_\_ Já pensaste como podes aumentar a tua integração? \_\_\_\_\_ Como poderás fazer? \_\_\_\_\_

9.10 Que dificuldades podem surgir? \_\_\_\_\_

9.11 Como farias para diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 10. Pobreza

10.1 Qual é o teu ordenado atual? \_\_\_\_\_ E da família, qual é o ordenado mensal? \_\_\_\_\_

10.2 Consideras-te pobre? \_\_\_\_\_ É possível que o teu ordenado ou da família seja reduzido no futuro? \_\_\_\_\_  
Como? \_\_\_\_\_

10.3 Quais são as áreas que tu e a tua família têm afectadas pela pobreza (ou por um ordenado baixo)?

Alimentação \_\_\_\_\_ Vestuário/roupa \_\_\_\_\_ Saúde \_\_\_\_\_

Casa/habitação \_\_\_\_\_ Transporte \_\_\_\_\_ Escola/formação \_\_\_\_\_

Outro(s): \_\_\_\_\_

10.4 Tens planos para ter um dia o teu ordenado? \_\_\_\_\_ Como irás fazer? \_\_\_\_\_

10.5 Que dificuldades podem impedir de teres um dia, o teu ordenado? \_\_\_\_\_

10.6 Sabes como diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como farias? \_\_\_\_\_

## 11. Rede Social

Elementos constituintes	Contacto Diário	Contacto frequente mas não diário	Contacto ocasional	Contacto potencial
Família:				
Amigos:				
Trabalho:				
Escola:				
Serviço de saúde:				
Outras Actividades Sociais (religiosos <input type="checkbox"/> , desportivos <input type="checkbox"/> , voluntariado <input type="checkbox"/> , Outro _____)				

11.1 O número de pessoas com quem contactas diminuiu? \_\_\_\_\_ Qual a razão? \_\_\_\_\_

11.2 É possível que as pessoas com quem contactas sejam cada vez menos? \_\_\_\_\_ Como é que isso pode acontecer? \_\_\_\_\_

11.3 Tens planos para contactar mais com as pessoas que conheces? \_\_\_\_\_ Como poderás fazer? \_\_\_\_\_

11.4 Quais as dificuldades que te impedem de ter um maior o número de contactos? \_\_\_\_\_

11.5 Como poderias diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_

## 12. Segurança Social/Incapacidade

12.1 Alguém da família está a ser acompanhado pela Seg. Soc.(SS)? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_

Desde quando? \_\_\_\_\_ Por que motivo? \_\_\_\_\_

12.2 Recebe(m) algum subsídio? \_\_\_\_\_ Por que razão? \_\_\_\_\_

12.3 Têm um plano de reinserção? \_\_\_\_\_ Em que consiste? \_\_\_\_\_

Tem sido cumprido? \_\_\_\_\_ Se não, por que razão? \_\_\_\_\_

12.4 É possível que o acompanhamento e/ou subsídio possam terminar? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

12.5 Algum elemento da família está incapacitado? \_\_\_\_\_ Por que razão? \_\_\_\_\_ Desde quando foi considerado incapacitado? \_\_\_\_\_

12.6 É permanente ou é possível que a sua situação de incapacidade mude? \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_

12.7 Conheces alguém que tivesse este tipo de dificuldades e conseguisse ultrapassar esta situação? \_\_\_\_\_

12.8 Tens planos para mudar a tua situação atual na SS/Incapacidade? \_\_\_\_\_ Como é que pensas fazer para que esta situação mude? \_\_\_\_\_

12.9 Que dificuldades podem aparecer e fazer com que esta mudança não aconteça? \_\_\_\_\_

12.10 Sabes como diminuir/evitar estas dificuldades? \_\_\_\_\_ Como poderias fazer? \_\_\_\_\_

## 13. Parentalidade

### Genograma

**Observações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### 13. Parentalidade (continuação)

13.1 Quais são a(s) pessoa(s) de família que tu mais respeitas? \_\_\_\_\_

13.1.1 Por que motivos esta(s) pessoas são tão importantes para ti? \_\_\_\_\_

13.1.2 Que contacto tens com esta(s) pessoas? \_\_\_\_\_

13.2 Por favor, descreves como é o dia-a-dia habitual? \_\_\_\_\_

13.3 Quais são as três regras mais importantes lá em casa? 1.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

2.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ 3.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

Quem estabeleceu estas regras? \_\_\_\_\_ Estas regras são importantes para ti? Por que motivos? \_\_\_\_\_

13.4 Destas regras, quais são aquelas que tens mais dificuldade em cumprir? \_\_\_\_\_

13.5 O que faz com que tenhas dificuldades em cumpri-las? \_\_\_\_\_

13.6 Se não cumprires estas regras o que te acontece? \_\_\_\_\_

13.7 O que achas que devia ser diferente para que cumprisses estas regras? \_\_\_\_\_

13.8 Em que alturas é que a família se junta para conversarem acerca dos problemas/dificuldades que vos afectam? \_\_\_\_\_

Qual foi o ultimo problema/dificuldade sobre o qual conversaram? \_\_\_\_\_

A que conclusão chegaram? \_\_\_\_\_

13.9 Quanto tempo partilham juntos por dia? \_\_\_\_\_ por semana? \_\_\_\_\_

13.10 O que é que fazem em conjunto (em família)? \_\_\_\_\_ Qual foi a ultima actividade que fizeram em conjunto? \_\_\_\_\_

Como decorreu? \_\_\_\_\_

13.11 Enquanto filho, quais têm sido para ti as coisas boas na relação com os teus pais? \_\_\_\_\_

13.2 O que é mais difícil para ti enquanto filho, na relação com os teus pais? \_\_\_\_\_

13.3 Há quanto tempo existem estas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.4 O que acha que faz com que existam estas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.5 Como poderias fazer para diminuir essas dificuldades? \_\_\_\_\_

13.6 Quais têm sido para ti as coisas boas da relação com os teus pais? \_\_\_\_\_

13.6 Qual é a pessoa da tua família em quem tu mais confias? \_\_\_\_\_ Por que motivos confias mais nesta pessoa? \_\_\_\_\_

13.7 Se pudesses voltar atrás o que farias diferente na relação com os teus pais/cuidadores? \_\_\_\_\_

13.7.1 Quando tiveres filhos o que gostarias de fazer diferente do que os teus pais/cuidadores fizeram? \_\_\_\_\_

---

## Questões Finais

a) Como te sentiste na realização desta entrevista? \_\_\_\_\_

b) Em que é que esta entrevista foi útil? \_\_\_\_\_

c) Houve algum aspeto mais difícil nesta entrevista? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_

d) Achas que esta conversa te ajudou a ver de outra maneira alguns acontecimentos da tua vida? \_\_\_\_\_ Se sim, de que maneira? \_\_\_\_\_

e) Achas que deveria haver mais alguma área ou pergunta que te fazia sentido que fosse aqui tratada? \_\_\_\_\_ Qual ou quais? \_\_\_\_\_

f) Se os problemas que apresentas se mantiverem, como estará a tua vida daqui a um ano? \_\_\_\_\_

---

# APÊNDICE F

## Entrevista Estruturada de Avaliação do Risco Familiar

### EEARF- Espaço de Trabalho

D. Santos & I. Alberto, 2017

Nome do jovem: \_\_\_\_\_ Idade real: \_\_\_\_ Idade aparente: \_\_\_\_

Progenitor(es)/cuidador(es): \_\_\_\_\_;

Idade real : \_\_\_\_ idade aparente \_\_\_\_; Idade real: \_\_\_\_ Idade aparente: \_\_\_\_

### EEARF Progenitores e Adolescentes

Fatores de risco familiares							Fontes de informação
Educação	0	1	2	3	4	5	
Pobreza	0	1	2	3	4	5	
Problemas legais	0	1	2	3	4	5	
Rede social	0	1	2	3	4	5	
Parentalidade	0	1	2	3	4	5	
Emprego	0	1	2	3	4	5	
Habitação/transporte	0	1	2	3	4	5	
Segurança social	0	1	2	3	4	5	
Dissonância étnica/social	0	1	2	3	4	5	

Fatores relevantes para a gestão do risco familiar							Fontes de informação
Saúde física	0	1	2	3	4	5	
Saúde mental	0	1	2	3	4	5	
Abuso de substâncias	0	1	2	3	4	5	
Violência	0	1	2	3	4	5	
Mãe não adolescente	<input type="checkbox"/> Presente			<input type="checkbox"/> Ausente			
Supervisão parental	<input type="checkbox"/> Presente			<input type="checkbox"/> Ausente			
Pares pró-sociais	<input type="checkbox"/> Presente			<input type="checkbox"/> Ausente			
Vizinhança pró-social	<input type="checkbox"/> Presente			<input type="checkbox"/> Ausente			

Fatores Protetores			Fontes de informação
Elevada persistência de disciplina	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Historia de baixo nível de punição física	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Baixo nível de <i>stress</i> parental	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	
Envolvimento nas atividades familiares	<input type="checkbox"/> Presente	<input type="checkbox"/> Ausente	

**Síntese integrativa/Gestão de caso**

<b>Instrumentos</b>	<b>Responsividade</b>	<b>Objetivos da Intervenção</b>	<b>Intervenção proposta</b>
		1	1
Nível de Risco		2	2
		3	3
EEARF			
Risco Familiar		4	4

Avaliador(es): \_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

**Avaliação da Intervenção**

<b>Nível de concretização atual dos objetivos</b> Data: __/__/__	<b>Atualização dos fatores e do nível de risco</b> Data: __/__/__	<b>Atualização dos fatores de proteção</b> Data: __/__/__
1		
2		
3		
4		

Avaliador(es): \_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_